

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ananda Simões Fernandes

**QUANDO O INIMIGO ULTRAPASSA A FRONTEIRA:
AS CONEXÕES REPRESSIVAS ENTRE A DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA E O URUGUAI (1964-1973)**

Porto Alegre
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ananda Simões Fernandes

**QUANDO O INIMIGO ULTRAPASSA A FRONTEIRA:
as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai
(1964-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:
Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre
2009

Ananda Simões Fernandes

**QUANDO O INIMIGO ULTRAPASSA A FRONTEIRA:
as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai
(1964-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 15 de maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro Hugo Rico Fernández
Universidad de la República

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Canto, que mal me sales
cuando tengo que cantar espanto.
Espanto como el que vivo
como el que muero, espanto.
De verme entre tantos y tantos
momentos de infinito
en que el silencio y el grito
son las metas de este canto.*

Estadio Chile – Somos cinco mil, Víctor Jara

Às vitimas da “Segurança Nacional”,
por acreditarem em um mundo
mais justo e igualitário.

*Me preguntaron como vivía, me preguntaron;
sobreviviendo, dije, sobreviviendo.
Sobreviviendo*, Víctor Heredia

Aos sobreviventes, que carregam
consigo as marcas da luta
contra o horror.

*Los desaparecidos que se buscan
con el color de sus nacimientos,
el hambre y la abundancia que se juntan,
el mal trato con su mal recuerdo.
Todo está clavado en la memoria,
espina de la vida y de la historia.
La memoria*, León Gieco

Aos familiares, pela luta pela
verdade e contra a impunidade.

*Dicen que no están muertos;
escúchalos, escucha,
mientras se alza la voz
que los recuerda y canta.
Otra voz canta*, Circe Maia - Daniel Viglietti

Aos que não se calam e denunciam as ditaduras,
impedindo que elas sejam esquecidas.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou a realização dessa pesquisa.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História desta Universidade, pelo auxílio prestado.

Aos pesquisadores que me forneceram documentos, contribuindo para a pesquisa, em especial à Teresa Marques e ao professor Marco Villabos, que de forma tão generosa me emprestaram sua documentação.

À professora Clara Aldrighi, pela gentileza com que sempre me tratou, fornecendo-me bibliografia, trocando idéias e materiais.

Ao Guillermo Rallo, por compartilhar sua história de luta e sobrevivência nos difíceis tempos no Uruguai.

Ao professor Helder Gordim da Silveira, que contribuiu para este trabalho, dando sugestões valiosas durante a qualificação.

Ao professor Cesar Guazzelli, meu primeiro orientador, com quem eu iniciei o percurso do estudo da ditadura brasileira, e por ter sempre acreditado em mim.

À Ligia, que de forma tão generosa e abnegada, ofereceu-se para corrigir a minha dissertação (isso quando eu ainda estava na graduação!). Porém, os erros que persistiram são meus.

Aos funcionários das instituições em que pesquisei. No Uruguai, especialmente ao Álvaro Corbacho, funcionário do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério de Relações Exteriores, e ao Gustavo Espiga, funcionário da Hemeroteca da Assembléia Nacional, por atenderem tão bem a *la chica brasileña*. No Rio Grande do Sul, à Eliana Fernandes Álvares, funcionária, na época, do Acervo da Luta Contra a Ditadura, e também aos funcionários do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Aí, vai um abraço especial para o “Beto”, que, por mais que às vezes não me deixasse pesquisar porque queria conversar sobre os problemas do mundo (e os do museu), sempre me ajudou muito, tanto na época em que fui estagiária do setor de Imprensa, quanto durante a pesquisa da dissertação.

À minha família, pelo carinho e incentivo: Sílvia, Brisa e Ishtar.

Aos colegas do curso de pós-graduação, em especial aos que se dedicam ao estudo da temática das ditaduras de Segurança Nacional, com quem partilhei várias discussões: Caroline, César, Charles, Fabiano, Gustavo, Jorge, Taiara e Teresa.

Aos amigos que fiz no curso de História, e que foi denominada de “Horda da História”. Aos momentos maravilhosos que passamos juntos, maravilhosos exatamente porque eram vocês: Beck, Carla, Charles, Josué, Luciano, Luzia, Paulo, Rafael, Sílvia e Tiago.

À Sílvia, que, apesar de já ter sido citada duas vezes, merece essa em especial, pois, além de ser minha mãe e minha colega, é fundamentalmente minha amiga. Entre tantas coisas proporcionadas – amor, carinho, amizade, brigas e discussões – refiro-me a uma especialmente: partilhar comigo *“la nuestra gran madre América”*. Boa parte da minha formação latino-americana – fundamental para mim – deve-se a ela.

Por fim, gostaria de agradecer ao professor Enrique Padrós. Sem ele, esta dissertação seria impensável e inexecutável. Palavras não são suficientes para expressar a minha gratidão a este maravilhoso professor e orientador, exemplo para todos, que coloca seu coração e sua alma em tudo que faz, principalmente quando se trata de temas traumáticos como o das ditaduras de Segurança Nacional. Este trabalho também é teu.

Muito obrigada!

¡Muchas gracias!

*Num tempo página infeliz da nossa história,
passagem desbotada na memória
Das nossas novas gerações
Dormia a nossa pátria mãe tão distraída
sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações.
Vai passar, Chico Buarque e Francis Hime*

*Cantamos porque el río esta sonando
y cuando suena el río suena el río.
Cantamos porque el cruel no tiene nombre
y en cambio tiene nombre su destino.
Cantamos porque el niño y porque todo
y porque algún futuro y porque el pueblo.
Cantamos porque los sobrevivientes
y nuestros muertos quieren que cantemos.
[...]*

*Cantamos porque llueve sobre el surco
y somos militantes de la vida
y porque no podemos ni queremos
dejar que la canción se haga ceniza.
Por qué cantamos, Mario Benedetti e Alberto Favero*

*Ninguna dictadura latinoamericana es autodidacta.
Eduardo Galeano*

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo demonstrar as conexões repressivas estabelecidas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai ainda em seu período democrático, desde 1964 até 1973, anos em que esses países sofreram o golpe de Estado, respectivamente. Analisa-se a ditadura brasileira a partir do conceito de Terrorismo de Estado, considerando-se que esta pode ser assim caracterizada tanto pela sua política no plano interno quanto no plano externo. Ou seja, o regime civil-militar promoveu o Terrorismo de Estado ao aplicar as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional na luta interna contra a “subversão”, mas também ao exportar técnicas repressivas para os demais países do Cone Sul, ajudando a cooperar com as ditaduras que seriam instituídas a partir dos golpes de Estado na década de 1970. Desde o golpe de 1964, o Brasil, em cooperação com as forças de segurança do Uruguai, possuía um sistema de informações para averiguar as ações dos exilados brasileiros que se aí encontravam. A partir da decretação do Ato Institucional nº. 5, em dezembro de 1968, começavam os “anos de chumbo” da ditadura brasileira, período de maior repressão e de intenso intercâmbio de técnicas coercitivas. No Uruguai, neste momento, com o governo Pacheco Areco, iniciava-se a escalada autoritária neste país. Nessa conjuntura, o Brasil passou a se preocupar não somente com o seu “inimigo interno” no Uruguai (os exilados), mas também com o “inimigo interno” deste país (*Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* e *Frente Amplio*), levando a ditadura brasileira a contribuir na espiral autoritária desencadeada pelas administrações Pacheco Areco e Bordaberry. Desse modo, o governo brasileiro colaborou para divulgar junto ao Uruguai mecanismos repressivos já experimentados no seu interior e que contribuíram na implantação do Terrorismo de Estado nesse país durante a sua ditadura.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura de Segurança Nacional. Brasil. Uruguai. Conexões repressivas. Terrorismo de Estado.

ABSTRACT

The aim of this study is to demonstrate the repressive connections established between the Brazilian civilian-military dictatorship with Uruguay still in its democratic period, since 1964 up to 1973, years in which countries suffered the *coup d'état*, respectively. Brazilian dictatorship was analyzed from the concept of the State Terrorism, which considers the politics aspects in the internal and in the external plan as well. That is, the dictatorship promoted the State Terrorism when applying the lines of direction of the National Security Doctrine in the internal fight against the “subversion”, but also when exporting repressive techniques to the too much countries of the South Cone, cooperating with the State Terrorism that would be instituted in the *coup d'état* in the 1970'. Since the 1964 blow, Brazil, in cooperation with the forces of Uruguay security, had an information system to inquire the actions of the Brazilian exiles lived there. From the announcement of the Institucional Act n°. 5, in December of 1968, began the “years of lead”, period of bigger repression and intensive interchange of coercitive techniques. In the Uruguay, at this moment, with the government Pacheco Areco, the authoritarian authoritarian scaling in this country started. In this state of affairs, Brazil passed to not only worry about its “internal enemy” in Uruguay (the Brazilian politics exiles), but also about the “internal enemy” of this country (*Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* and *Frente Amplio*), taking the Brazilian dictatorship to contribute in the authoritarian spiral unchained by the administrations Pacheco Areco and Bordaberry. In this manner, the Brazilian government collaborated to divulge in Uruguay repressive mechanisms already tested in its interior and that had contributed in the implantation of the State Terror in Uruguay's dictatorship.

KEYWORDS: National Security dictatorship. Brazil. Uruguay. Repressive connections. State Terrorism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas (Brasil)
- AI – Ato Institucional (Brasil)
- AID – Agência Interamericana de Desenvolvimento (Estados Unidos)
- ALN – Ação Libertadora Nacional (Brasil)
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional (Brasil)
- CCC – Comando de Caça aos Comunistas (Brasil)
- CCT – *Comando Caza Tupamaros* (Uruguai)
- CENIMAR – Centro de Informações da Marinha (Brasil)
- CGT – Comando Geral dos Trabalhadores (Brasil)
- CIA – Companhia de Inteligência Americana (Estados Unidos)
- CIE – Centro de Informações do Exército (Brasil)
- CIEx – Centro de Informações do Exterior (Brasil)
- CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Brasil)
- CNT – *Convención Nacional de Trabajadores* (Uruguai)
- DCI – Divisão Central de Informação
- DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Brasil)
- DNII – *Dirección Nacional de Información y Inteligencia* (Uruguai)
- DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (Brasil)
- DOPS/RS – Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (Brasil)
- DSI – Divisão de Segurança e Informações (Brasil)
- DSN – Doutrina de Segurança Nacional (Estados Unidos)
- ESG – Escola Superior de Guerra (Brasil)
- ESMACO – *Estado Mayor Conjunto* (Uruguai)
- EsNI – Escola Nacional de Informações (Brasil)
- FAU – *Federación Anarquista Uruguaya* (Uruguai)
- FBI – *Federal Bureau of Investigation* (Estados Unidos)
- FEB – Força Expedicionária Brasileira (Brasil)
- IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Brasil)

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Brasil)

IPM – Inquérito Policial-Militar (Brasil)

JUP – *Juventud Uruguaya de Pie* (Uruguai)

MDB – Movimento Democrático Brasileiro (Brasil)

MLN-T – *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (Uruguai)

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário (Brasil)

MPS – *Medidas Prontas de Seguridad* (Uruguai)

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro (Brasil)

MTR – Movimento Revolucionário Tiradentes (Brasil)

OBAN – Operação Bandeirantes (Brasil)

OEA – Organização dos Estados Americanos (Estados Unidos)

OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade (Cuba)

ONU – Organização das Nações Unidas

OPR-33 – *Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales* (Uruguai)

PCB – Partido Comunista Brasileiro (Brasil)

PC do B – Partido Comunista do Brasil (Brasil)

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (Brasil)

PCU – *Partido Comunista Uruguayo* (Uruguai)

PSD – Partido Social Democrático (Brasil)

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro (Brasil)

PVP – *Partido por la Victoria del Pueblo* (Uruguai)

SID – Sistema Interamericano de Defesa (Estados Unidos)

SNI – Serviço Nacional de Informações (Brasil)

SOPS – Seção de Ordem Política e Social (Brasil)

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Estados Unidos)

TFP – Tradição, Família e Propriedade (Brasil)

UDN – União Democrática Nacional (Brasil)

UNE – União Nacional dos Estudantes (Brasil)

VAR – Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (Brasil)

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária (Brasil)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A REELABORAÇÃO DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL PELA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E SUA APLICAÇÃO A PARTIR DE 1964 NO BRASIL	33
1.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E DO TERRORISMO DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO DE GUERRA FRIA	36
1.2 A VARIANTE BRASILEIRA DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A GEOPOLÍTICA DO GENERAL GOLBERY DO COUTO E SILVA	49
1.2.1 O complexo civil-militar: Escola Superior de Guerra, Instituto Brasileiro de Ação Democrática e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais	49
1.2.2 A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra	52
1.3 POLÍTICA INTERNA E POLÍTICA EXTERNA DA DITADURA BRASILEIRA (1964-1968): A CONEXÃO REPRESSIVA NA AMÉRICA LATINA	62
1.3.1 A instalação do Estado de Segurança Nacional	63
1.3.2 A política externa brasileira e as “fronteiras ideológicas”	69
2 VIGIANDO O “INIMIGO INTERNO” ALÉM DA FRONTEIRA: O EXÍLIO BRASILEIRO NO URUGUAI (1964-1967)	77
2.1 A FRONTEIRA COMO ESPAÇO SENSÍVEL DA SEGURANÇA NACIONAL E O PAPEL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	82
2.1.1 O monitoramento da fronteira Brasil-Uruguai	86
2.1.2 O Rio Grande do Sul como rota de passagem da resistência e da repressão	92
2.2 O CONTROLE DO EXÍLIO BRASILEIRO NO URUGUAI PELOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO E REPRESSÃO	98
2.3 A VIGILÂNCIA DOS EXILADOS BRASILEIROS PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	112
2.3.1 A “Diplomacia de Resultados” do Itamaraty	117
2.3.2 Os órgãos de informação e espionagem: o Centro de Informações do Exterior e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores	121

3	“ANOS DE CHUMBO” NO BRASIL (1968-1974): POLÍTICA INTERNA E POLÍTICA EXTERNA COMO PRÁTICA DE TERRORISMO DE ESTADO	127
3.1	OS “ANOS DE CHUMBO” NO BRASIL (1968-1974)	132
3.1.1	A política interna: “chumbo e milagre”	134
3.1.2	A política externa: as intervenções do “Brasil potência” na América Latina	141
3.2	A POLÍTICA DE TERRORISMO DE ESTADO NOS “ANOS DE CHUMBO” E A EXPORTAÇÃO DA METODOLOGIA REPRESSIVA INTERNA	148
3.2.1	Terrorismo de Estado no Brasil	152
3.2.2	A exportação de técnicas repressivas para o Uruguai	166
4	CUIDANDO DO “INIMIGO INTERNO” DO OUTRO PAÍS: A PRESENÇA DA DITADURA BRASILEIRA NO URUGUAI (1968-1973)	178
4.1	O <i>PACHECATO</i> E A ESCALADA AUTORITÁRIA NO URUGUAI (1968-1972): O ENSAIO DO TERRORISMO DE ESTADO E A COLABORAÇÃO COM A DITADURA BRASILEIRA	180
4.2	O SEQÜESTRO DO CÔNSUL BRASILEIRO PELOS TUPAMAROS COMO DENÚNCIA DAS CONEXÕES REPRESSIVAS ENTRE BRASIL E URUGUAI	194
4.2.1	<i>“La sangre de Túpac, la sangre de Amaro, la sangre que grita libérate, hermano”</i> : <i>Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros</i>	195
4.2.2	O seqüestro do cônsul brasileiro e suas repercussões nas relações entre a ditadura brasileira e o governo autoritário uruguaio	200
4.3	A MONTAGEM DA OPERAÇÃO TRINTA HORAS E O ENCAMINHAMENTO DO GOLPE DE ESTADO	219
4.3.1	<i>Frente Amplio</i> : um novo inimigo a ser combatido	220
4.3.2	A Operação Trinta Horas	223
4.3.3	O governo Bordaberry (1972-1973): a deflagração do golpe de Estado	234
	CONCLUSÃO	241
	ARQUIVOS E FONTES CONSULTADOS	249
	ANEXOS	266
	Cronologia Brasil, Uruguai e América Latina (1964-1973)	267

INTRODUÇÃO

As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul estabeleceram uma conexão repressiva internacional através da Operação Condor, fundada em 1975. Essa conexão instituiu uma rede de cooperação entre si, com o propósito de interligar os sistemas repressivos e de informações entre esses países. Entretanto, o que a Operação Condor realizou foi redimensionar relações que já existiam entre os regimes de Segurança Nacional, pois desde 1964, quando o Brasil sofreu o golpe de Estado, iniciou-se a experiência de acirramento de mecanismos regionais de coordenação repressiva. A ditadura civil-militar brasileira se constituiu, então, numa espécie de “laboratório” e também como exportadora de técnicas repressivas no “combate à subversão”.

A temática das conexões repressivas nessa região ainda é pouco estudada na bibliografia brasileira a respeito da ditadura. Embora existam estudos das relações internacionais implementadas pela ditadura brasileira, poucos dizem respeito à orquestração da coordenação repressiva no Cone Sul.¹ Para a realização desse estudo, parte-se de duas perspectivas. A primeira, de se trabalhar a ditadura brasileira inserida numa dimensão latino-americana, ou seja, considerando-a como a primeira de uma série que se alastraria por todo o Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970. A historiografia brasileira, em sua maior parte, trata a ditadura como um fenômeno isolado e restrito, além de se centrar no eixo Rio-São Paulo. A segunda é uma tentativa de contribuição para “desmistificar” a falsa idéia de que a ditadura brasileira foi uma “ditabrandia”, “mais leve”, “mais moderada” do que as outras do Cone Sul e de que não houve repressão sistemática e sim “excessos” por parte de alguns agentes de segurança descontrolados. Com esta pesquisa, pretende-se demonstrar, também, que a ditadura brasileira colaborou para estender aos países vizinhos mecanismos repressivos que vinham sendo aplicados na sua política interna e que foram importantes na implantação do Terror de Estado nos países do Cone Sul, dentre eles, o Uruguai.

O cenário uruguaio no período pré-golpe de Estado gerou dois tipos de preocupações para a ditadura brasileira. O primeiro, entre 1964 e 1967, pelo fato do Uruguai concentrar

¹ Cf. MARIANO, Nilson. *Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. 135 f. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006; QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. 223 f. Niterói/RJ: UFF, 2005. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

importante exílio brasileiro – resultante do golpe de 31 de março e dos seus desdobramentos imediatos –, que deveria ser monitorado, controlado e infiltrado, o que levou a ditadura brasileira a pressionar o governo democrático daquele país para que impusesse o cerceamento sobre os exilados. O segundo, entre 1968 e 1973, pela radicalização da situação interna do país vizinho e o surgimento e crescimento da guerrilha urbana, assim como do *Frente Amplio*, organizações de esquerda vistas pelo Brasil como potenciais fatores de perturbação indireta da sua segurança nacional, o que levou o regime brasileiro a colaborar na espiral autoritária desencadeada pelas administrações Jorge Pacheco Areco (1968-1972) e Juan María Bordaberry (1972-1973).

Assim, pretende-se explorar conteúdos pouco conhecidos da ditadura civil-militar brasileira, entre eles os referentes à conexão repressiva que o Brasil, no caso específico desta dissertação, estabeleceu com o Uruguai. Desse modo, verifica-se a necessidade do estudo do ponto de inflexão que as relações entre ambos os governos tiveram após o golpe ocorrido no Brasil, quando centenas de exilados desse país foram procurar refúgio no país vizinho. Desde 1964, o Brasil pressionava o Uruguai para que cooperasse com o sistema de informações que havia sido organizado com o objetivo de averiguar as ações dos exilados. A importância dessa cooperação aumentava diante do fato de que a fronteira uruguaia era constantemente atravessada pelos chamados “pombos-correio”, brasileiros que levavam informações para os exilados e depois retornavam ao Brasil com orientações políticas. Paralelamente, essa rota de passagem também foi utilizada por espões e agentes policiais que, além de controlarem os exilados que ali estavam, passaram a treinar agentes uruguaios na metodologia repressiva, principalmente no tocante à tortura. Neste sentido, cabe lembrar que integrantes do Esquadrão da Morte brasileiro ajudaram a aperfeiçoar o Esquadrão da Morte uruguaio.² Portanto, desde a implantação da ditadura brasileira procurou-se estabelecer uma conexão repressiva com o Uruguai, tendo, ainda, este país um governo democrático.

O Uruguai era um dos países alvos do projeto geopolítico brasileiro de expansão de influência – inclusive, por causa da histórica rivalidade na região com a Argentina. Em função disso, a fronteira do Rio Grande do Sul sempre foi área de concentração militar e, durante a ditadura, considerada zona de segurança nacional. Paradoxalmente, logo após o golpe de Estado no Brasil, chegou a haver um acordo, em 1965, entre os governos brasileiro e argentino para intervenção militar conjunta, caso a atividade sindical uruguaia se

² Cf. ALDRIGHI, Clara. *La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973): el caso Mitrión*. Montevideo: Trilce, 2007. v. 1.

intensificasse.³ Tal fato permite perceber a importância que os países vizinhos conferiam ao Uruguai, assim como a dimensão de ameaça à sua soberania.

Em 1970 ocorreu o seqüestro do cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide, pelo *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN). Apesar das pressões do general Médici para que o governo uruguaio aceitasse a exigência dos tupamaros e liberasse os presos políticos, a administração de Pacheco Areco não cedeu, o que levou o governo brasileiro a intensificar sua colaboração com aquela administração, enviando especialistas em contra-insurgência urbana e integrantes do Esquadrão da Morte na busca do cônsul.

Outra temática também pouco conhecida é o da Operação Trinta Horas, denunciada por Paulo Schilling, exilado brasileiro em Montevidéu. Ela foi orquestrada diante do crescimento das organizações de esquerda. A mais visível, no final dos anos 1960, foi a organização guerrilheira, mas, além do MLN, outro movimento de oposição ao governo Pacheco Areco (bem como outros setores) constituiu-se em 1971, o *Frente Amplio*, que optou por recorrer ao processo eleitoral. Essa frente possuía um leque de forças que ia desde a centro-esquerda até a extrema-esquerda, sendo também antiimperialista e popular.⁴ Neste mesmo ano ocorreram as eleições para a presidência do Uruguai e, caso o *Frente Amplio* ganhasse o pleito eleitoral, o governo brasileiro interviria militarmente nesse país. Tal plano ficou conhecido como Operação Trinta Horas, pois esse seria o tempo necessário, segundo os estrategistas militares brasileiros, para ocupar o país vizinho.⁵

Desse modo, podem-se perceber as conexões estabelecidas entre a ditadura civil-militar brasileira e o governo uruguaio, no tocante à exportação, por parte do Brasil, de técnicas repressivas, tais como a tortura e o modelo do Esquadrão da Morte. Desde o golpe de Estado, em 1964, o Uruguai passou a colaborar com a ditadura brasileira no controle e monitoramento dos exilados. Com o governo Pacheco Areco, em 1968, começou a escalada autoritária neste país. Já o Brasil começava a viver os “anos de chumbo”, período de maior repressão e de intenso intercâmbio de técnicas coercitivas.

A década de 1960 na América Latina foi marcada pelo esgotamento do modelo

³ Cf. SCHILLING, Paulo. *El expansionismo brasileño*. Mexico, D.F.: El Cid, 1978; AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

⁴ O *Frente Amplio* foi uma coalizão de partidos e de movimentos de esquerda e centro-esquerda que agregou comunistas, socialistas, social-democratas, democrata-cristãos e dissidentes dos partidos tradicionais (*Blanco e Colorado*).

⁵ Cf. GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 Horas: intervencionismo ou *neocisplatinação* do Uruguai? *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 37, jan./jun. 2005, p. 225-249; SCHILLING, op. cit.

econômico-distributivo, enunciado desde os anos 1950. Esse processo foi consequência da dinâmica capitalista na América Latina, e produziu um forte questionamento da presença dos interesses norte-americanos na região. Somou-se a essas críticas o êxito da Revolução Cubana, que acabou por intensificar uma ameaça à hegemonia capitalista no subcontinente. Dessa forma, os movimentos operários e camponeses começaram a exigir mudanças radicais, ao mesmo tempo em que o “temor comunista” achava-se cada vez mais presente no âmago do discurso dos setores dominantes. Perante essa crise, se tornou necessário, por parte do imperialismo norte-americano, reavaliar os seus aliados, procurando maior eficiência na contenção de qualquer tipo de movimento de afirmação de soberania e nacionalismo, ou seja, qualquer tipo de movimento que criticasse e desestabilizasse o domínio dos aliados locais dos Estados Unidos. Assim, começaram a ser instaurados na América Latina as ditaduras civil-militares, baseadas nos golpes contra-insurgentes.

Três grandes modelos explicativos procuraram debater esses regimes ditatoriais na América Latina, abordando suas especificidades e conceituando-os, já que eram, até então, inéditos.⁶

O primeiro modelo foi elaborado no início dos anos 1970 (o primeiro texto foi escrito em 1972) por Guillermo O’Donnell, que o formulou sob a concepção do Estado Burocrático-Autoritário (BA). Para o teórico, o que concede ao Estado BA a sua especificidade histórica é a subordinação e o controle das classes populares para solucionar a crise socioeconômica que ocorre na América Latina. Esse controle se dá através do Estado, que visa garantir a segurança do desenvolvimento da sociedade capitalista: “o Estado é parte, intrínseca e originária, das relações sociais fundamentais de uma sociedade capitalista, não só como garantia coercitiva mas também como organizador das mesmas”.⁷ As principais características do Estado BA são: direção tecnocrática do Estado; grande burguesia como principal base social; exclusão dos setores populares mais ativos; supressão da cidadania e da democracia; despolitização da sociedade; formação de uma aliança de vários setores sociais (oligarquia, setores médios urbanos, pequena burguesia); fechamento dos canais democráticos de acesso ao governo. Essas características definiriam o Estado BA como diferente de outros regimes autoritários. A ênfase no caráter tecnocrático na administração do Estado tem destaque na formulação da

⁶ Um grande modelo explicativo que surgiu no Brasil logo após o golpe de Estado, em 1964, foi o do esgotamento do pacto populista, formulado principalmente por Francisco Weffort e Octavio Ianni. Entretanto, essa análise considera somente as contradições internas brasileiras. Com a instalação das demais ditaduras do Cone Sul na década de 1970 começaram a ser discutidos modelos que abarcassem a totalidade dos processos da região. Porém, são inegáveis as contribuições daqueles textos clássicos para o debate historiográfico sobre a ditadura civil-militar brasileira.

⁷ O’DONNELL, Guillermo. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 26.

teoria do Estado BA: “são sistemas despolitizantes, ou seja, pretendem reduzir as questões sociais e políticas públicas a questões ‘técnicas’, a resolver mediante interações entre as cúpulas das grandes organizações”.⁸

As críticas⁹ feitas a esse modelo explicativo para as experiências latino-americanas foram o peso muito forte dado à direção tecnocrática do Estado, pretensamente neutra e colocada acima das contradições de classe, e pela pouca importância atribuída ao papel dos Estados Unidos na implantação das ditaduras civil-militares. Além disso, O’Donnell pautou a elaboração do Estado BA a partir das experiências brasileira, em 1964, e argentina, em 1966, não sendo essa tão aplicável nos casos uruguaio e chileno, que sofreram os golpes em junho e setembro de 1973, respectivamente.¹⁰ A teorização de O’Donnell também não especificava os diferentes processos que cada país passou até a instauração das ditaduras civil-militares.

Um segundo modelo foi o que inseriu os regimes ditatoriais dentro de um processo de fascistização. Essa teoria surgiu no momento histórico em que o Brasil estava no final do período mais repressivo do regime, o governo Médici, e da eclosão dos golpes no Uruguai e no Chile. O principal teórico que expôs esse modelo foi Augustín Cueva, na obra *Teoría social y procesos políticos en América Latina*,¹¹ escrita no final da década de 1970. Cueva, transpondo o conceito de fascismo para as ditaduras do Cone Sul, expõe a idéia de que a ditadura militar é a expressão da incapacidade do imperialismo norte-americano em exercer sua dominação econômica numa sociedade democrático-burguesa: “estamos asistiendo a la implantación de esa forma particular de dictadura terrorista que el capital monopólico ejerce sobre los pueblos, cuando sienten amenazados sus intereses o frustrados sus proyectos”.¹² Assim, a série de golpes de Estado na América Latina foi decorrente da projeção do socialismo no continente, legado da Revolução Cubana.

Cueva considera os regimes ditatoriais no Cone Sul da América Latina como fascistas partindo de quatro elementos essenciais: o fato de este regime ser uma ditadura burguesa hegemônica pelo setor monopolista, inclusive sobre outros setores burgueses; a questão de ser uma ditadura terrorista que rompe com as tradicionais formas democrático-burguesas de dominação; a constatação de ser um sistema que visa, sobretudo, atingir as massas

⁸ O’DONNELL, Guillermo. *BA – Reflexões sobre os Estados Burocrático-Autoritários*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987. p. 21.

⁹ Cf. JELLINEK, Sergio; LEDESMA, Luis. *Uruguay: del consenso democrático a la militarización estatal*. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1980.

¹⁰ A partir da análise dos casos brasileiro e argentino, O’Donnell elaborou a idéia de que o aprofundamento do desenvolvimento capitalista nos países de maior modernização industrial e o controle dos setores populares levou à necessidade da implantação de um Estado Burocrático-Autoritário.

¹¹ CUEVA, Augustín. *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. Mexico, D.F.: Edicol, 1979.

¹² *Ibid.*, p. 141.

trabalhadoras; e, por fim, a percepção de que estas ditaduras terroristas são consequência de um contexto de crise capitalista e temor de colapso econômico. A estrutura básica do fascismo para Cueva era o “rabioso anticomunismo”,¹³ e a falta de consenso na população sustentava-se em um aparato repressivo militar.

Enrique Serra Padrós comenta que a principal crítica feita à postura de Cueva – apesar deste considerar o fascismo um fenômeno histórico flexível – está baseada na falta de elementos na América Latina que caracterizaram os regimes fascistas europeus das décadas de 1920 a 1940, que seriam a inexistência de um partido de massa, o suporte pequeno-burguês e a ideologia nacional-chauvinista.¹⁴ E para Eder Sader, o Estado militar não pode ser considerado um Estado fascista “pela incapacidade de desenvolver aparatos ideológicos que incorporam e colonizam a sociedade civil” e também pela razão de que “nas ditaduras latino-americanas o Estado reina graças ao silêncio imposto à sociedade civil mais que por sua absorção”.¹⁵

O terceiro modelo explicativo, também surgido no final dos anos 1970, foi o que identifica as ditaduras civil-militares como regimes de Segurança Nacional, destacando, dessa forma, o papel que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelos Estados Unidos, em um contexto de Guerra Fria, exerceu na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980. Para o uso desse modelo, é paradigmática a obra do padre Joseph Comblin, *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*.¹⁶

A Doutrina de Segurança Nacional é uma ideologia que ultrapassa as especificidades nacionais, mas mantém a estrutura e a coesão interna de cada país. A DSN se baseava nos golpes contra-insurgentes, dando legitimidade às Forças Armadas de atuarem no cenário político dos países, na questão do ordenamento social. Na DSN, as pessoas exercem de fato sua cidadania pertencendo a uma comunidade nacional, e não a uma classe, gerando, assim, uma despolitização social. Coube às Forças Armadas restaurar a unidade nacional, que estava sendo ameaçada pela “subversão” e pelo “perigo comunista”. Assim, a DSN formulou um “estado de guerra permanente” contra o “inimigo interno”, que se estendia desde opositores abertos do regime, como as organizações armadas, até qualquer pessoa que questionasse o sistema, todos identificados com o comunismo, conceito que se tornou extremamente flexível

¹³ CUEVA, op. cit., p. 166.

¹⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Contribuições para uma discussão do fascismo na América Latina. *Revista da História*, Porto Alegre, v. 1, 1986-1987, p. 5-27.

¹⁵ SADER, Eder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982. p. 69.

¹⁶ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

na utilização pela DSN.

Entre os oficiais latino-americanos, foram os intelectuais militares brasileiros os que mais reelaboraram a Doutrina de Segurança Nacional. Formulada na Escola Superior de Guerra (ESG), por veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), teve como um dos principais teóricos o general Golbery do Couto e Silva, militar atuante durante a ditadura brasileira, criador do Serviço Nacional de Informações (SNI). A ESG foi criada com base no modelo do *National War College*, de Washington, escola de treinamento de agentes para o combate à subversão. Seus principais conceitos, esquematizados a partir da doutrina norte-americana, estavam presentes na ESG desde o início da sua fundação. Com o golpe civil-militar no Brasil em 1964, os mais altos postos da administração do novo governo foram ocupados por ex-alunos dessa escola.¹⁷

À variante teórica brasileira da Doutrina de Segurança Nacional foi adicionado o projeto geopolítico expansionista de influência, assim como foi enfatizado o conceito de guerra revolucionária e o seu combate. Para a ESG, a guerra revolucionária (ou contra-insurgente), devia ser primordial para a variante nacional da doutrina, partindo do pressuposto de que a União Soviética considerava essa modalidade de guerra como a mais importante para passar a controlar os países do Terceiro Mundo. O mais influente estudo geopolítico brasileiro é *Geopolítica do Brasil*,¹⁸ do general Golbery do Couto e Silva. Nele, Golbery expõe as razões que fazem com que o Brasil estivesse destinado a ser uma grande potência. As nações são determinadas por suas condições e posições geográficas. A América Latina, então, em virtude do seu posicionamento geográfico, estaria comprometida com o campo ideológico dos Estados Unidos. O subcontinente latino-americano era de vital importância no quadro das alianças ocidentais com os Estados Unidos na luta contra o comunismo e na elaboração de uma política de contenção. Na América Latina, o Brasil seria o parceiro mais importante desse sistema de alianças.

Na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes. Os governos de segurança nacional da América Latina poderiam ajudar-se entre si, caso algum deles estivesse sendo ameaçado por movimentos de orientação comunista. Assim, ganhou força a concepção de

¹⁷ COMBLIN, op. cit.

¹⁸ SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

“fronteiras ideológicas”. Foi esse entendimento que tornou factível que “de acordo com tais princípios, desde 1964, a intervenção do Brasil no Uruguai, depois de um século de abstenção [...] tornou-se bastante provável”.¹⁹ A partir da decretação do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), em dezembro de 1968, a orientação da política externa brasileira modificou-se: a percepção da centralidade das “fronteiras ideológicas” foi sendo abandonada, mas isso não significou despreocupação da ditadura brasileira pela América Latina. A coordenação entre os demais países da região foi conduzida através da exportação da qualificação repressiva brasileira interna, adquirida na experiência do embate contra os seus próprios “inimigos”, e também pela emergência do “Brasil potência”, amparado no “milagre econômico”.

Novos estudos que vêm ganhando espaço no debate acadêmico apontam que o Terror de Estado estava incorporado às ditaduras civil-militares de Segurança Nacional, fazendo-se necessário o seu exame para a compreensão desses regimes ditatoriais:

Sob as diretrizes gerais resultantes da interpretação particular que a DSN recebeu em cada país e através da guerra contra-insurgente, o aparato estatal extrapolou os limites coercitivos constitucionais, desencadeando práticas e ações que acabaram configurando um sistema de Terror de Estado.²⁰

Os elementos que podem ser selecionados para caracterizar os regimes de Segurança Nacional no Cone Sul que empregavam o Terror de Estado são o uso sistemático e massivo da tortura, os Esquadrões da Morte, os desaparecidos e a internacionalização do sistema repressivo.²¹ Todos os países, em maior ou menor grau, apresentaram esses recursos de controle, repressão e coerção. Uma das principais conseqüências da prática do Terrorismo de Estado foi a formação da “cultura do medo”, disseminada entre a população através de modalidades repressivas (“pedagogia do medo”) e pela lógica da suspeição (“inimigo interno”). A “pedagogia do medo”, estabelecida através da aplicação direta de práticas coercitivas, “ensina”, “dá o exemplo”, serve de “efeito demonstrativo” de que, havendo transgressão, haverá pena. Isso gera a “cultura do medo”, baseada em um medo estrutural, ou seja, ele é decorrente das práticas produzidas pelo próprio Estado, e disseminadas para a população. Instala-se um “terror permanente”, que atinge as situações mais corriqueiras do cotidiano, percebido no olhar autoritário do policial, no medo de expressar opiniões, de

¹⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993. p. 215.

²⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 43.

²¹ *Ibid.*, p. 93.

escutar determinadas músicas, de ler determinados livros, na falta de solidariedade que se estabelece, pois não pode haver comprometimentos pessoais nem políticos. É uma sensação de terror que paira no ar: pesado, asfíxiante, claustrofóbico. Nesse sentido:

A aplicação da “pedagogia do medo”, que resulta numa “cultura do medo”, produz o silenciamento e o isolamento dos indivíduos e mais eficiente se torna quando induz ao “auto-silenciamento” e ao “auto-isolamento” de cidadãos temerosos e desesperançados. Portanto, nas experiências de TDE [Terror de Estado], a combinação da violência direta (ativa) com a violência irradiada (potencial), mecanismos componentes da “pedagogia do medo”, produz medo e temor e, pelo exemplo, “educa” na atitude passiva, submissa, indiferente e, se for possível, coopta para o colaboracionismo.²²

A concepção de “inimigo interno” da Doutrina de Segurança Nacional também colaborou para a geração da “cultura do medo”. Uma das características que levou à eficácia da instrumentalização do Terrorismo de Estado foi a questão de que este era preventivo, isto é, toda a população era percebida como suspeita. Devido à flexibilização desse conceito, a qualquer momento as pessoas poderiam ser enquadradas como “inimigas”, “comunistas” e “perigosas à segurança nacional”, levando, assim, ao silêncio, à passividade, ao isolamento e à desesperança. Estabelecia-se um círculo vicioso: ao mesmo tempo em que a “cultura do medo” alimentava-se desses sentimentos, ela também os gerava e/ou intensificava-os.

No Uruguai, certas práticas do Terrorismo de Estado começaram a ser esboçadas antes do golpe de Estado, em 1973, durante um governo democrático que recebeu forte cooperação norte-americana e brasileira. Uma das hipóteses que permeia esta dissertação é a de que a exportação, por parte do Brasil, de técnicas repressivas e a colaboração com regimes autoritários, contribuiu com a implantação de práticas que depois se tornariam sistemáticas no período da ditadura uruguaia, configurando-se como Terrorismo de Estado. Assim, também aponta para o fato da ditadura brasileira se enquadrar nessa modalidade, ou seja, ela foi pautada pela aplicação das diretrizes da DSN, tendo o Terrorismo de Estado como sua consequência. A difusão de técnicas coercitivas realizada pelo Brasil – para o Uruguai, por exemplo, a tortura e o modelo do Esquadrão da Morte – intensificou-se no período denominado na historiografia brasileira de “anos de chumbo”, que se inicia com a decretação do AI-5, em dezembro de 1968. Para Irene Cardoso, o AI-5 marca, com nítida visibilidade, o momento em que a estratégia da implantação do terror começou a ser aplicada no Brasil.²³

A partir das reflexões e observações anteriores, o modelo explicativo considerado mais

²² PADRÓS, op. cit., p. 106.

²³ CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. In: _____. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 147-161.

pertinente para a elaboração da análise dessa pesquisa é o que identifica as ditaduras civil-militares como regimes de Segurança Nacional, com a inserção do Terror de Estado como elemento intrínseco à DSN.

O problema geral desta dissertação é analisar as relações entre o Brasil e o Uruguai no período compreendido entre 1964 e 1973, no tocante à coordenação repressiva, desde o cenário do exílio brasileiro até a deflagração do golpe de Estado uruguaio. Ele divide-se em dois momentos: de 1964 a 1967, quando era necessário, segundo as premissas da DSN (utilizando-se principalmente da noção de “fronteiras ideológicas”), vigiar o “inimigo interno”, que se havia deslocado para o país vizinho; e de 1968 a 1973, quando a ditadura brasileira – em um momento de forte expansão ideológica sobre a região do Prata – passou a se preocupar também com o “inimigo interno” do Uruguai.

Os objetivos específicos desta pesquisa compreendem:

- a) examinar o impacto do exílio brasileiro na política interna do Uruguai e do Brasil, assim como nas relações entre ambos os países;
- b) verificar a exportação de técnicas repressivas, por parte da ditadura brasileira, como a tortura e o modelo do Esquadrão da Morte durante o período;
- c) avaliar se o Uruguai se constituiu em um alvo do projeto geopolítico brasileiro de influência;
- d) analisar se o surgimento do MLN e do *Frente Amplio* foi percebido como uma ameaça à segurança nacional da ditadura brasileira;
- e) investigar se o seqüestro do côsul brasileiro pelo MLN consistiu em uma reação contra o governo que ele representava, por dar sustentação à espiral autoritária da administração Pacheco Areco;
- f) analisar a dimensão e os motivos da Operação Trinta Horas, momento máximo de ameaça à soberania uruguaia por parte do Brasil;
- g) aferir a participação e a contribuição brasileira no golpe de Estado uruguaio em 1973.

As hipóteses levantadas são:

- a) a partir do golpe de Estado no Brasil, iniciou-se a tentativa de estabelecer uma conexão repressiva entre a ditadura e os demais países do Cone Sul –

especialmente o Uruguai –, dentro na lógica da DSN, muito antes da montagem da Operação Condor;

- b) o governo brasileiro, após a decretação do AI-5 qualificou seu apoio à administração Pacheco Areco, exportando a experiência repressiva adquirida no combate à oposição interna;
- c) a exportação de técnicas repressivas por parte do governo brasileiro para o Uruguai (ainda democrático) contribuiu para a implantação do Terrorismo de Estado após o golpe de 1973, ação que também ajudaria a configurar a ditadura brasileira como detentora de tais práticas.

O instrumento metodológico utilizado no desenvolvimento desta dissertação é a análise da História do Tempo Presente, que vem sendo, nos últimos anos, objeto de estudo e reflexão de diversos pesquisadores. Entretanto, os historiadores da primeira geração dos *Annales* já tinham a preocupação pelo estudo da história recente, pois partiam da premissa de esclarecer o passado pelo presente e o presente pelo passado. Assim, compartilhavam a necessidade de perceber a história como um processo e de uma forma total: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”,²⁴ já dizia Marc Bloch.

Inspirados nas discussões da academia européia,²⁵ os pesquisadores latino-americanos começaram também a debater sobre a aplicação da metodologia da História do Tempo Presente para a realidade do subcontinente.²⁶ Partindo da premissa de que o tempo presente não é demarcado cronologicamente, o fator de ruptura para a definição do presente latino-americano – em especial, o do Cone Sul – é o processo pontual que inicia com a Revolução Cubana e vai até a instalação das ditaduras. Porém, não é simplesmente a transposição de questões para outra conjuntura, mas uma reelaboração da teoria, a fim de se trabalhar especificamente com o espaço e o tempo da América Latina, que suscita discussões diferentes das européias.

Uma das primeiras dificuldades que se colocou para a realização da História do Tempo Presente foi a problemática da questão temporal. Inicialmente, ela foi percebida como

²⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 65.

²⁵ O debate sobre a possibilidade de ser um historiador de tempos “vivos” começou na Europa, principalmente na França, no final da década de 1970, tendo como marco temporal de estabelecimento do presente o fim da Segunda Guerra Mundial.

²⁶ FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (comps.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

sendo o período posterior à Segunda Guerra Mundial, logo, um período determinado da História Contemporânea. Entretanto, atualmente, os pesquisadores que trabalham com história recente utilizam a noção de *presente histórico*, visto que uma das características da História do Tempo Presente é não ter uma cronologia específica e variar conforme o contexto. Assim, o presente seria sempre uma categoria móvel, nunca estabelecida, sendo definido como uma categoria de tempo sócio-histórico. O presente histórico é considerado, então, a ruptura entre o passado e o futuro (sendo que o primeiro *foi* um presente histórico e o segundo o *será*), e também o produto de uma decisão coletiva: “el presente es historia por nuestra voluntad de *historiarnos*”.²⁷

O objeto do historiador do Tempo Presente é o próprio presente. Porém, o historiador localiza-se nesse presente, e interage tanto com a história (escrita e vivida) como com a sociedade. Historiador, história e sociedade acabam ficando intrincados nessa relação. Dessa forma, se estabelece uma nova relação entre o pesquisador e seu campo de investigação histórica, mas, o que poderia ser caracterizado como fragilidade da História do Tempo Presente – a ausência de distanciamento entre sujeito e objeto – é uma das suas especificidades.

Além da influência ideológica na produção do historiador do Tempo Presente, há também a presença dos questionamentos coletivos da sociedade e o chamado impacto de gerações – como os homens tentam reagir e explicar o seu presente. Estas demandas também acabam por transparecer na produção do historiador, pois, conforme Eric Hobsbawm, “é inegável que a experiência pessoal desses tempos modele a maneira como os vemos, e até a maneira como avaliamos a evidência à qual todos nós, não obstante nossas opiniões, devemos recorrer e apresentar”.²⁸ Dessa forma, acaba se colocando também a questão do engajamento na realização de um estudo do Tempo Presente. Entretanto, trata-se do engajamento percebido como uma forma de expressão de transformação da realidade e da orientação das práticas de transformação das estruturas.

A noção de que esses processos ainda não estão encerrados – na sociedade e na historiografia – é um dos elementos que caracterizam a História do Tempo Presente, na tentativa de inseri-los na longa duração. Um dos maiores desafios que o historiador do Tempo Presente tem que enfrentar é como proceder a uma problematização, análise, caracterização e avaliação de uma história da qual ainda não se conhece os desdobramentos, isto é, uma

²⁷ ARÓSTEGUI, Julio. *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza, 2004. p. 107.

²⁸ HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 245.

história inconclusa. São de difícil percepção os momentos de permanência e de mudança que ocorrem no processo histórico. Contudo, verifica-se a necessidade de se fornecer uma base explicativa que, apesar de ser provisória, seja sustentada pela plausibilidade, tendo como pauta a utilização de uma perspectiva global e lógica da história, fazendo com que ela seja compreendida como um processo. Desse modo, há a possibilidade de chegar-se a conclusões – ainda que provisórias – sobre determinados temas não explorados, conclusões essas muitas vezes dificultadas pela inacessibilidade de diversos arquivos, como, por exemplo, no caso da ditadura brasileira. Assim, na História do Tempo Presente há a questão da produção constantemente retomada, reavaliada e complementada.

Para se efetuar um estudo o mais objetivo possível, é necessário realizar um cruzamento de fontes, porque, além de fazer parte da metodologia de uma pesquisa histórica, isso se torna imperativo quando se trata de períodos recentes e traumáticos. O cruzamento de fontes é a única forma de evitar em demasia o subjetivismo de protagonistas que ainda disputam politicamente a história e a memória, em um cenário marcado pela inconclusão do processo desse resgate histórico particular. Além disso, a História do Tempo Presente permite enfrentar uma temática como a das ditaduras latino-americanas, pois apresenta como característica da sua metodologia a percepção de que o conhecimento adquirido é transitório, ou seja, as discussões continuam constantemente abertas e permanentes. Exemplo dessa questão refere-se ao início da abertura de arquivos sobre o período repressivo no Uruguai e à publicação dos primeiros trabalhos assentados em documentação inédita, que implicou na reavaliação de muitas afirmações, certezas e conclusões existentes até então.

A metodologia da História do Tempo Presente aplicada para a análise do período ditatorial nos leva a pensar como ela se constituiu com uma forte orientação para o estudo de temas considerados “traumáticos”, os quais expressam dores que ainda sobrevivem, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Desse modo, esse instrumento metodológico possibilita que se realize uma pesquisa com esse teor, da qual alguns episódios são inéditos na bibliografia e outros completamente desconhecidos.

Trabalhar as conexões repressivas, tanto oficiais quanto extra-oficiais, não é de fácil realização. No caso das conexões oficiais, os governos dificultam ou impedem o acesso aos seus arquivos; no caso das conexões extra-oficiais, a questão é muito mais complicada: como resgatá-las, sendo elas geralmente iniciativa de grupos parapoliciais e paramilitares ou, então, clandestinos na própria *legalidade* repressiva? As lacunas documentais são uma das dificuldades encontradas pelo historiador do Tempo Presente, principalmente para um pesquisador que trabalha com o período da ditadura. Vários arquivos da repressão não foram

abertos ao público. No caso do Brasil, o processo de abertura dos arquivos ainda se mostra lento, gradual e controverso, apesar das pressões dos grupos de Direitos Humanos e das Comissões de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Já no caso uruguaio, tem havido, nos últimos anos, um esforço governamental para disponibilizar ao público os documentos produzidos pela ditadura, entre eles, os dos órgãos diplomáticos, amplamente utilizados nesta dissertação.

Para a realização dessa pesquisa, foram consultados a documentação de diversos arquivos brasileiros e uruguaios e vários tipos de fontes:²⁹

a) Órgãos diplomáticos – foram analisados os documentos da Embaixada do Brasil no Uruguai para o Itamaraty, nos anos de 1964 e de 1969 a 1973. O primeiro ano refere-se fundamentalmente às atividades dos exilados brasileiros e às pressões exercidas pela ditadura sobre o governo uruguaio, e o segundo período traz documentação que aborda principalmente a percepção da diplomacia brasileira a respeito do plano político interno do Uruguai e as negociações realizadas durante o seqüestro do cônsul brasileiro.³⁰ Cabe destacar que grande parte dos documentos referentes ao período 1969-1973 não se encontra disponível para pesquisa, por pertencer à categoria de secreto. Pelo decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2001, sancionado por Fernando Henrique Cardoso como medida provisória e regulamentado em lei por Luiz Inácio Lula da Silva, os prazos de sigilo de documentos secretos, confidenciais e reservados foram ampliados e a renovação indefinida para documentos ultra-secretos foi prevista. Desse modo, a liberalização dos documentos reservados passou para dez anos; a dos confidenciais, para vinte; a dos secretos, trinta; e a dos ultra-secretos, 50 anos, estes sendo renovados indefinidamente. Após pressões de setores da sociedade, essa lei de arquivos foi modificada, em 2004, voltando-se aos prazos estipulados pela lei de 1991, durante o governo Fernando Collor de Mello: ultra-secretos, trinta anos; secretos, vinte; confidenciais, dez; e reservados, cinco, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período.³¹ Também foi pesquisada a correspondência da Embaixada do Uruguai no Brasil no

²⁹ Cabe registrar que na apresentação dos documentos oficiais, nesta dissertação, foi mantida a grafia conforme consta no original.

³⁰ A documentação referente ao ano de 1964 foi gentilmente cedida por Teresa Cristina Schneider Marques e a de 1969-1973 por Marco Antônio Vargas Villalobos.

³¹ No final de 2005, foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o decreto que estabelecia que a documentação pertencente ao Conselho Nacional de Segurança, ao antigo Serviço Nacional de Informações e às Comissões Gerais de Investigação fosse transferida para o Arquivo Nacional, em Brasília. Entretanto, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, um mês após a publicação do decreto no Diário Oficial da União, declarou que os documentos secretos e ultra-secretos não seriam liberados.

Ministério das Relações Exteriores da República do Uruguai, disponível no Arquivo Histórico-Diplomático deste ministério. O período abarcado foi entre 1964 e 1973, tendo sido acessada toda a documentação, pois, pela lei de arquivos de 2002, qualquer documento com mais de trinta anos encontrava-se disponível para pesquisa. O novo projeto de lei de acesso à informação pública, editado em 2008, no Uruguai, diminuiu o tempo de liberação da documentação: pela nova lei, passados dez anos, os documentos tornam-se públicos. Entretanto, esse prazo não vigora quando a documentação for referente à violação de direitos humanos ou for relevante para investigar, prevenir e/ou evitar essas violações de direitos fundamentais. Nessas condições, o acesso aos documentos é livre, conforme estabelecido no artigo 12 desse projeto. Quanto ao teor das informações encontradas verifica-se a existência de comentários sobre a situação sociopolítica da ditadura brasileira, pedidos de asilos, pedidos de informações de cidadãos uruguaios presos no Brasil, correspondência a respeito das pressões econômicas e militares brasileiras sobre o Uruguai, entre outros.

b) Arquivos da repressão – apesar da documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) ter sido praticamente toda queimada, em 1982, os documentos expedidos pelas Seções de Ordem Política e Social (SOPS), que funcionavam nas cidades do interior do estado, foram recolhidos ao Acervo da Luta Contra a Ditadura. O Rio Grande do Sul, na sua condição de fronteira, foi “corredor de passagem” entre o Brasil e o Uruguai, tanto de exilados e militantes perseguidos quanto de espões e de forças policiais e parapoliciais. A análise da documentação desse órgão repressivo permite verificar a rede de cooperação existente entre esses dois países: há relatórios das entradas e saídas dos “pombos-correio” no Uruguai e seu envolvimento com os exilados, informações das pessoas que constantemente atravessavam a fronteira, pedidos de busca e de localização de militantes, etc. A principal documentação pesquisada na SOPS refere-se à coleta e processamento de informação realizados por esse órgão repressivo.³²

³² O Acervo da Luta Contra a Ditadura, vinculado à Secretaria Estadual da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, acabou se constituindo em um espaço de pesquisa e de geração de debates e discussões a respeito da história recente brasileira. Entretanto, em agosto de 2008, de forma totalmente arbitrária, o acervo sofreu um processo de despoliticização, após denúncias de que o governo estadual iria fechá-lo. Primeiro, porque teve seu nome alterado para Centro de Memória Documental da Ditadura Militar, descaracterizando a conotação política do seu antigo nome. Segundo, porque foi agregado ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, indo contra as orientações dos profissionais que trabalham com arquivos repressivos e que entendem que esta documentação não pode ser diluída em outros arquivos. Ela deve, sim, ter unicidade e tratamento diferenciado pelo menos enquanto servir para a comprovação documental de demandas de reparação de vítimas ou de peça acusatória contra os responsáveis pela violência estatal. Este foi o posicionamento da gestão 2006-2010, vinculada aos setores conservadores da política e da sociedade gaúcha. Cf. GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. *Los archivos de la*

c) **Fontes oficiais** – para compreensão do desenvolvimento do Estado de Segurança Nacional no Brasil pela ESG, foram utilizados os seus manuais – *Manual básico*³³ e *Fundamentos teóricos*³⁴ – com o propósito de analisar sua doutrina, teoria, conceitos e métodos. Cabe destacar que, apesar das edições consultadas serem das décadas de 1970 e 1980, o conteúdo dos manuais não era modificado, essencialmente. Quando ocorriam alterações ou acréscimos, os autores dos manuais colocavam isso em evidência. Outra fonte também pesquisada, nesse intuito, foi a obra *Geopolítica do Brasil*,³⁵ de 1958, de autoria do general Golbery do Couto e Silva, na qual se apreende a adequação da Doutrina de Segurança Nacional pela oficialidade brasileira e o papel que caberia ao Brasil no contexto da Guerra Fria e do “avanço do comunismo”. Foram consultadas, também, as edições publicadas pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, a *Revista brasileira de política internacional*,³⁶ referente à tomada de decisões governamentais sobre a política externa brasileira, no período de 1964 a 1973. Por fim, foi consultado o arquivo eletrônico do *National Security Archive* (disponível no sítio <<http://www.gwu.edu>>), no qual há a relação dos documentos desclassificados pelos Estados Unidos, correspondentes ao período do presidente Richard Nixon. Particularmente para esta dissertação, foram selecionados alguns documentos referentes às ligações entre Estados Unidos, Argentina, Brasil e Uruguai, à campanha presidencial uruguaia de 1971 e à Operação Trinta Horas.

d) **Arquivos sobre a repressão** – no Uruguai, realizou-se a pesquisa no *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ), organização não governamental, fundada em decorrência da criação do *Servicio Paz y Justicia en América Latina*, na Colômbia, em 1974, pelo argentino Adolfo Pérez Esquivel, ganhador do Prêmio Nobel da Paz, em 1980, pela sua luta a favor dos direitos humanos. O *Servicio Paz y Justicia* no Uruguai resultou do ativismo de pessoas como Pérez Esquivel e Luis Pérez Aguirre, uruguaio defensor da causa dos direitos humanos, sendo criado em 1981. Sua biblioteca e centro de documentação possuem fontes que se referem à temática dos direitos humanos, tanto no Uruguai quanto nos outros países do Cone Sul. Para essa pesquisa específica, destacam-se os testemunhos de vítimas da ditadura e familiares de desaparecidos, assim como inúmeros informes sobre a questão dos direitos humanos, a

seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos. Paris: UNESCO, [1995?]. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

³³ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

³⁴ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos teóricos*. Ed. rev. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

³⁵ SILVA, op. cit.

³⁶ *Revista brasileira de política internacional*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, ano 7 ao ano 16, n. 27 ao n. 64, set. 1964 ao 2. sem. 1973.

situação da população carcerária, material de imprensa da época sobre situações específicas e documentos que balizaram denúncias feitas desde o exterior. Merecem especial destaque documentos, fotografias e testemunhos de ex-integrantes das forças repressivas.

e) Relatórios *Nunca Mais* – foram analisados os relatórios produzidos pelos dois países. O projeto *Brasil: Nunca Mais*³⁷ – organizado clandestinamente pela Arquidiocese de São Paulo ao longo de cinco anos – possui 707 processos do período de 1964 a 1979 produzidos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Supremo Tribunal Militar. Em anexo a esses processos, constam mais de 10.700 documentos reproduzidos a partir de material encontrado em posse dos militantes. Diferentemente dos outros *Nunca Mais* do Cone Sul, a denúncia do aparelho repressivo montado pela ditadura e seus crimes foi realizada com documentação do próprio aparato, que acabou se constituindo no informe *Brasil: Nunca Mais*, publicado em 1985. Já o informe *Uruguay: Nunca Más*³⁸ foi produto da iniciativa e do esforço do SERPAJ/UY em reunir depoimentos de vítimas da ditadura uruguaia, sendo um canal de denúncia aos crimes e abusos cometidos pelo regime de exceção. Cabe destacar que o período anterior à ditadura também é abrangido por esse informe. Assim como o *Nunca Mais* brasileiro, é uma importante documentação que serve, entre outros, para ser utilizada como contraponto às fontes governamentais e, através dos relatos dos casos, demonstra o clima do Terrorismo de Estado que houve nas duas ditaduras.

f) Obras governamentais – em dezembro de 1995, o Parlamento brasileiro transformou em lei o projeto proposto pelo Executivo Federal, criando a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, com três tarefas: reconhecer oficialmente cada caso, aprovar a reparação indenizatória e se empenhar na busca dos restos mortais que nunca foram entregues para sepultamento (entre o período de 1961 a 1988). Após onze anos de trabalho, em 2007 foi lançado o livro *Direito à memória e à verdade*,³⁹ realizado por essa comissão e pela Secretaria de Direitos Humanos. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos chegou à conclusão do exame de quase todos os casos apresentados, garantindo reparação indenizatória aos familiares das vítimas. Em relação ao Uruguai, em cumprimento ao artigo 4º. da lei nº. 15.845, a administração do atual presidente da república, Tabaré Vázquez, convocou um grupo de pesquisadores da *Universidad de la República* a fim de fazer

³⁷ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 11 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

³⁸ SERPAJ. *Uruguay: Nunca Más*. Montevideo: SERPAJ, 1989.

³⁹ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

um levantamento das violações aos direitos humanos cometidas na ditadura uruguaia e dos detidos-desaparecidos nesse mesmo período. Desse modo, em 2007, foi publicada a obra *Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos*,⁴⁰ fruto de uma pesquisa meticulosa, extremamente extensa e detalhada, que resultou em cinco tomos, tendo sido realizada a consulta de arquivos repressivos até então desconhecidos.

g) Imprensa – no Brasil, a pesquisa em jornais e revistas foi realizada no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, com ênfase em dois periódicos: *Correio do Povo*, em virtude de ser um jornal editado no Rio Grande do Sul, e pela sua importância junto à sociedade gaúcha; e a revista *Veja*, uma das principais revistas semanais de alcance nacional. No Uruguai, foi consultada a *Biblioteca Archivo de Diarios del Palacio Legislativo*, sendo pesquisados principalmente o jornal *El Día*, vinculado ao *Partido Colorado* e sustentáculo do governo Pacheco Areco, *El Popular*, periódico do *Partido Comunista Uruguayo* (PCU), e o semanário *Marcha*, vinculado ao pensamento de esquerda, do qual vários exilados brasileiros participavam, inclusive Paulo Schilling. Da autoria deste, destacam-se dois *Cuadernos de Marcha* (revista vinculada ao semanário de esquerda) sobre a ditadura brasileira, publicados em 1970. Devido ao longo período da dissertação (1964-1973), enfatizou-se a pesquisa na imprensa em quatro grandes momentos: de 1964 a 1965, desde o golpe de Estado no Brasil, a saída de brasileiros no Uruguai e o confinamento de Leonel Brizola; o ano de 1970, quando do seqüestro do cônsul brasileiro pelos tupamaros no Uruguai; 1971, ano da montagem da Operação Trinta Horas; e 1973, quando ocorreu o golpe de Estado no Uruguai.

h) Memórias – vários foram os depoimentos utilizados para a realização desse trabalho, desde militantes da luta armada até agentes da repressão. Destacam-se na pesquisa os depoimentos do embaixador brasileiro no Uruguai, Manoel Pio Corrêa,⁴¹ criador do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), em 1966, órgão responsável por espionar os brasileiros que se encontravam fora do país; do ex-agente da Companhia de Inteligência Americana (CIA), Philip Agee,⁴² destacado para o Uruguai, no qual explicita as relações e as operações policiais entre os Estados Unidos e este país; de Flávio Tavares⁴³ e Índio Vargas,⁴⁴ que

⁴⁰ URUGUAY. Presidencia de la República. *Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos*. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. 5 t.

⁴¹ CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.

⁴² AGEE, op. cit.

⁴³ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1999.

relatam suas atividades enquanto “pombos-correio”; de Frei Betto,⁴⁵ sobre o “esquema da fronteira”, que consistia em retirar os brasileiros do país e levá-los para o Uruguai; do promotor público do estado de São Paulo, Hélio Bicudo,⁴⁶ sobre suas tentativas de condenar os integrantes do Esquadrão da Morte paulista; de Claudio Gutiérrez,⁴⁷ brasileiro seqüestrado pelo aparato repressivo uruguaio, em 1969; e do coronel brasileiro, Dickson Grael,⁴⁸ denunciando a montagem da Operação Trinta Horas.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro trata da difusão da DSN para a América Latina no cenário da Guerra Fria e da inserção dessa doutrina entre os oficiais militares latino-americanos, sendo posteriormente apropriada por parcelas da sociedade civil. Além disso, considera-se que, quando as diretrizes da DSN foram aplicadas, iniciou-se a promoção de práticas do Terrorismo de Estado no Cone Sul. No caso brasileiro, analisa-se a reelaboração da doutrina norte-americana através da Escola Superior de Guerra e a aplicação das suas premissas a partir do golpe de Estado de 1964. Dessa forma, busca-se verificar a utilização de conceitos basilares da DSN – “inimigo interno”, “guerra interna”, “guerra revolucionária”, “fronteiras ideológicas” – para justificar tanto a política interna quanto a política externa da ditadura brasileira, desde o momento do golpe até a decretação do AI-5.

O segundo capítulo analisa o exílio brasileiro no Uruguai, principalmente entre 1964 e 1967, momento em que ainda pesava muito a tradição democrática do país vizinho. Assim, examinam-se as várias modalidades de pressão efetuadas pelo governo brasileiro sobre o Uruguai, efetuadas através dos órgãos de informação, repressão e espionagem. Além disso, procura-se apreender como setores da polícia e das agências de informações uruguaias, em cooperação com o aparato repressivo brasileiro, passaram a monitorar, controlar e vigiar os exilados ali estabelecidos, assim como os “pombos-correio”, que atravessavam a fronteira entre os dois países, procurando manter a conexão exílio-resistência interna. Dessa forma, busca-se também aferir o estabelecimento da conexão entre os agentes repressivos nessas mesmas rotas de passagem, devido à presença desses exilados.

O terceiro capítulo versa sobre o período da ditadura brasileira que ficou conhecido como “anos de chumbo” (1968-1974), partindo da premissa de que a qualificação da repressão a partir do AI-5 e a emergência do “Brasil potência” e do “milagre econômico”, no

⁴⁴ VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 3. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

⁴⁵ BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

⁴⁶ BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 3. ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, 1976.

⁴⁷ GUTIÉRREZ, Claudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

⁴⁸ GRAEL, op. cit.

plano interno do país, acabou repercutindo na política externa brasileira. Para tanto, discute-se a aplicabilidade do conceito de Terrorismo de Estado para a ditadura brasileira, assim como as suas especificidades. O Brasil, ao exportar suas técnicas repressivas adquiridas no combate à “subversão”, colaborou em instrumentalizar técnicas que depois seriam utilizadas de forma sistemática nas demais ditaduras do Cone Sul. Considera-se que essas práticas de cooperação repressiva regional ajudam a corroborar a hipótese de que a ditadura brasileira se configurou como um regime de Terrorismo de Estado.

O quarto e último capítulo trata das interferências da ditadura brasileira no Uruguai autoritário de Pacheco Areco e Bordaberry. Analisa-se a cooperação estabelecida entre esses dois governos, principalmente no tocante à conexão repressiva, entre os anos de 1968 e 1973. Um caso importante que ocorreu durante esse período foi o seqüestro do cônsul brasileiro em Montevideú pelos tupamaros, em 1970. A partir desse fato, tenta-se apreender as relações estabelecidas entre o Brasil e o governo autoritário de Pacheco Areco, assim como os impactos decorrentes nas respectivas políticas internas. Para tanto, aborda-se o contexto da escalada autoritária no Uruguai, que contribuiu para o posterior Terrorismo de Estado durante a ditadura, assim como o papel da luta armada nesse período. Também se analisa a formação do *Frente Amplio*, que concorreu para o pleito eleitoral uruguaio de 1971, e a montagem da Operação Trinta Horas, finalmente desativada diante da derrota previsível da coalizão de esquerda. Por fim, verifica-se o contexto da evolução da preparação do golpe no Uruguai e a participação da ditadura brasileira na sua deflagração.

1 A REELABORAÇÃO DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL PELA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E SUA APLICAÇÃO A PARTIR DO GOLPE DE 1964 NO BRASIL

Parece improvável que pudesse haver alguma outra região da terra onde a natureza e o comportamento humano pudessem ter se combinado para produzir um background mais infeliz e sem esperança para a conduta da vida humana do que na América Latina.
George Kennan⁴⁹

Ningún pueblo de América Latina es débil, porque forma parte de una familia de 200 millones de hermanos que padecen las mismas miserias, albergan los mismos sentimientos, tienen el mismo enemigo, sueñan un mejor destino.
Ernesto Che Guevara⁵⁰

Nesta Casa, estuda-se o destino do Brasil.
Mal. Humberto Castelo Branco⁵¹

Neste primeiro capítulo, busca-se compreender como as alterações ocorridas no cenário internacional da Guerra Fria modificaram o posicionamento e as estratégias de dominação e exploração norte-americanas em relação aos seus vizinhos do sul, os países da América Latina. George Kennan, Conselheiro do Departamento de Estado norte-americano, já destacava, na década de 1950, a incapacidade de implantação de regimes democráticos nas repúblicas latino-americanas, devido tanto ao caráter de seu povo quanto à necessidade de governos eficientes para a consolidação e manutenção da hegemonia norte-americana no subcontinente – o que se traduzia geralmente no apoio à instalação de governos autoritários.

A Revolução Cubana trouxe três grandes problemas para a potência capitalista. O primeiro foi o fato de ocorrer no seu “quintal”, criando uma brecha na sua zona de influência e fazendo com que um país latino-americano aderisse ao bloco comunista. O segundo foi em função da vitória da guerrilha fomentar o ideário nacionalista e/ou revolucionário da década de 1960, influenciando desde projetos reformistas até a implantação do comunismo, tendo em comum o matiz antiimperialista. Finalmente, a Revolução Cubana contribuiu de maneira decisiva na expansão da percepção voluntarista da revolução; ou seja, não seria necessária a

⁴⁹ Conselheiro do Departamento de Estado norte-americano, sobre a impossibilidade da instalação de regimes democráticos na América Latina. Apud SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru/SP: EDUSC, 2000. p. 353.

⁵⁰ Discurso de Ernesto Che Guevara na Assembléia da Organização das Nações Unidas, em dezembro de 1964.

⁵¹ Frase cunhada na placa da antiga sede da Escola Superior de Guerra.

espera de que todas as condições estivessem dadas para que aquela fosse concretizada: acima de tudo, importava a iniciativa política, contrariando as orientações dos Partidos Comunistas.

O Terceiro Mundo foi o palco principal dos conflitos políticos, ideológicos, militares e bélicos durante a Guerra Fria. Neste período, a concepção, tanto por parte da esquerda quanto da direita, de que “As revoluções se dão no Terceiro Mundo!” era uma constante dos discursos. Aplicando as premissas da contra-insurgência, elaborada por ingleses e principalmente franceses, os Estados Unidos combinaram tanto elementos socioeconômicos quanto militares. Isso se traduziu na política da administração Kennedy, na forma da Aliança para o Progresso e na reestruturação dos programas de formação militar para oficiais latino-americanos. Todas essas medidas estavam abarcadas pela Doutrina da Segurança Nacional (DSN), concebida pelos Estados Unidos e difundida para o mundo inteiro, principalmente aos países do Terceiro Mundo. A mesma tinha como alvo máximo “a contenção do comunismo”, conceito extremamente flexibilizado pela doutrina, que se aplicava, em realidade, contra qualquer movimento que interferisse nos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos. Cabe salientar que, embora se analise a implementação da DSN no subcontinente latino-americano, mas com ênfase no Brasil, essa doutrina – pilar ideológico das ditaduras que se estabeleceram no Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980 – também foi difundida pela Ásia e África.

Nessa dissertação, a compreensão da Doutrina de Segurança Nacional é realizada juntamente com a análise do Terrorismo de Estado, considerando que o terror é um elemento que se faz decorrente quando da aplicação dessa doutrina. Assim, as ditaduras civil-militares⁵² baseadas em golpes de Estado contra-insurgentes foram regimes que se utilizaram do Terrorismo de Estado ao aplicar as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Essa é uma característica comum – sem desconsiderar as especificidades nacionais – às ditaduras do Cone Sul das décadas de 1960 e 1970.

Segundo a concepção da DSN, as pessoas exercem de fato sua cidadania pertencendo a uma comunidade nacional, e não a uma classe. O cidadão só se realiza enquanto parte da Nação. Ele é desmotivado a reconhecer-se como pertencente a uma classe social: para a DSN, o importante é o bem comum nacional. O Estado passa a ser identificado com a Nação: “ele [o Estado] é a vontade única da Nação”,⁵³ gerando, assim, uma despolarização social. A perspectiva de se considerar a ditadura brasileira como um regime de Terrorismo de Estado

⁵² O termo civil-militar, ao invés somente de ditadura militar, é utilizado para reforçar e lembrar a participação dos setores civis da sociedade no momento dos golpes de Estados e durante o período ditatorial.

⁵³ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 73.

não é usual na historiografia nacional.⁵⁴ Irene Cardoso⁵⁵ considera que a dificuldade de se trabalhar com o conceito de terrorismo para o caso da ditadura brasileira é fruto do próprio Terror de Estado, que acabou por gerar uma Lei de Anistia⁵⁶ que levou ao esquecimento os crimes cometidos durante o regime ditatorial. O caso brasileiro, diferentemente dos demais países do Cone Sul, foi marcado pelo silêncio, que acabou privando as gerações seguintes do direito ao conhecimento da história recente de seu país. Isto seria uma das marcas que mais demonstram a eficiência do regime. Essa “desmemória” causada pelo silêncio provoca desconhecimento e causa ignorância, dificultando às gerações jovens o conhecimento de seu passado recente, que, por ser um processo que ainda está inconcluso na sociedade brasileira, segue sendo presente. Assim, são resquícios da ditadura na sociedade brasileira: a democracia falha e incompleta; a falta de perspectiva e de bandeiras políticas para se lutar; uma educação que não visa à crítica e à reflexão, a fim de estimular gerações contestatórias; a substituição do “homem novo” pelo “homem consumidor”, que encontra sua felicidade ao consumir, e não ao compartilhar com seu próximo e com a humanidade as propostas de um mundo mais justo e igualitário.

A adaptação da Doutrina de Segurança Nacional, no Brasil, foi feita pela Escola Superior de Guerra (ESG), um dos centros de ensino militar de pensamento estratégico durante a década de 1950. À DSN difundida pelos Estados Unidos e ensinada aos oficiais brasileiros na zona do Canal do Panamá foi adequada a noção de geopolítica estudada desde 1930 principalmente entre a intelectualidade militar, assim como a ênfase em elementos mais ou menos pertinentes em relação à realidade brasileira, como foi a maior importância dada à guerra revolucionária em relação à guerra total, a partir da década de 1960. Para reflexão deste capítulo, foram utilizados principalmente os manuais elaborados pela Escola Superior de Guerra, pois se constituem em importantes fontes sobre o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional no país, e *Geopolítica do Brasil*, do general Golbery do Couto e Silva, escrita em 1958, considerada a obra mais influente sobre a incorporação da geopolítica brasileira ao ideário da Guerra Fria e da segurança nacional.

Para Maria Helena Moreira Alves, após o golpe de 1964, a criação do Serviço Nacional de Informações, a desarticulação do Congresso e o término do sistema

⁵⁴ A obra de Eder Sader, no final da década de 1970, e a de Maria Helena Moreira Alves, publicada no final da ditadura, já apresentavam os termos “terrorismo de Estado” e “controle pelo terror”, respectivamente. Cf. SADER, Éder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005 [1984].

⁵⁵ CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. In: _____. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 147-161.

⁵⁶ A Lei de Anistia de 1979 impossibilitava a denúncia criminal contra os integrantes do aparato repressivo vinculados à prática da tortura. Cf. ALVES, op. cit., p. 321.

pluripartidário permitiram à ditadura brasileira instaurar o Estado de Segurança Nacional. Posteriormente, a Carta de 1967 institucionalizou a DSN e o AI-5 levou à sua consolidação, transformando o Brasil num Estado de segurança interna absoluta (nas palavras da autora). Uma das características da DSN era a de não distinguir entre política interna e política externa. O “inimigo” encontrava-se tanto dentro quanto fora do país e, na defesa da segurança nacional, era necessário considerar os demais países – principalmente os vizinhos – como extensão da política interna. Logo, as medidas repressivas tomadas pela ditadura brasileira refletiram-se nas relações com o subcontinente latino-americano.

1.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E DO TERRORISMO DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, a perspectiva norte-americana de projetos políticos para a América Latina foi pautada pelo princípio da contenção da União Soviética a fim de evitar a expansão do comunismo: agora, nessa estrutura bipolar, era necessária a formação de blocos militares com países aliados. Nesta nova ordem global, os Estados Unidos precisavam assegurar seus mercados tradicionais e os novos que estavam se abrindo como decorrência dos processos de descolonização dos antigos impérios coloniais: a obtenção de mercados correspondia, também, ao desenvolvimento das necessidades geradas pela Guerra Fria, tais como controle de zonas energéticas, bases militares e enclaves geopolíticos.

A política norte-americana passou a ser marcada por acentuado anticomunismo. Nesse sentido, dois expedientes foram lançados em 1947 para o fortalecimento do sistema capitalista. Primeiro, o Plano Marshall, elaborado para reconstruir a economia europeia,⁵⁷ visando barrar o avanço do comunismo nessa região através de reformas sociais e econômicas que mirassem o bem-estar social dos trabalhadores. Segundo, a Doutrina Truman e a sua política de contenção, através da qual os Estados Unidos se comprometiam a enviar forças militares a qualquer país do mundo ameaçado pela União Soviética ou pela subversão interna insuflada pelo comunismo. Com esse pretexto, a potência capitalista interveio nas guerras

⁵⁷ Inclusive foi oferecida ajuda à União Soviética e ao Leste Europeu. Entretanto, Joseph Stalin a recusou, temendo uma interferência norte-americana nas questões internas do bloco socialista.

civis que estavam ocorrendo na Grécia – impedindo que toda península dos Bálcãs se tornasse comunista – e na Turquia, país estratégico na geopolítica mundial.

Porém, a América Latina ainda não era uma região preocupante para os interesses políticos, econômicos, geopolíticos e militares dos Estados Unidos: “uma vez que um ataque direto pelas forças comunistas na América do Sul é improvável, as principais contribuições da América Latina para as nações do mundo livre se concentrariam na manutenção da ordem e na prevenção das atividades subversivas”.⁵⁸ Partindo dessa perspectiva, compreendem-se os gastos norte-americanos com ajuda militar durante a década de 1950: “a Europa ficou com cinquenta e cinco por cento, o Extremo Oriente com vinte e três por cento, o Oriente Próximo, Sul da Ásia e África com quatorze por cento e a América Latina com *um por cento*”.⁵⁹ Para os Estados Unidos, era fundamental manter a América Latina aliada ao bloco capitalista em função da proteção do Atlântico Sul contra o tráfego marítimo soviético e também para a manutenção da ordem no subcontinente. Em contrapartida, interessava às Forças Armadas latino-americanas a assessoria militar, os armamentos e o treinamento norte-americanos, partindo da premissa da aceitação da hegemonia dos Estados Unidos nessa nova ordem estrutural.

Uma das primeiras medidas da Doutrina Truman para a adesão e manutenção dos países latino-americanos no bloco capitalista foi a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947. Este tratado estabelecia que “um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque”.⁶⁰ Apesar dos protestos gerados no subcontinente (os países latino-americanos estariam definitivamente vinculados à estratégia militar dos Estados Unidos), o TIAR abriu caminho para o Sistema Militar Interamericano, o que acabou proporcionando “a primeira série de acordos bilaterais para o estabelecimento de missões de assessoria militar”.⁶¹ Já em 1948, foi assinada a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Bogotá, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Os países-membros comprometiam-se a defender o desenvolvimento socioeconômico do continente americano, através de métodos pacíficos. Na prática, a OEA

⁵⁸ MECHAM apud MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n. 12, 1999, p. 70.

⁵⁹ U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE apud MARTINS FILHO, *ibid.*, p. 70.

⁶⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro/ Arquivo Privado San Tiago Dantas (47)/ caixa 36/ pacotilha 1. Documentação gentilmente cedida por Charles Sidarta Machado Domingos.

⁶¹ MARTINS FILHO, *op. cit.*, p. 69. Inclusive o Brasil foi o primeiro país a participar dessas missões, resultando na criação da Escola Superior de Guerra, em 1949 (na sua versão definitiva).

acabou se constituindo em um organismo de imposição e manutenção da ordem hegemônica capitalista na América Latina.

A Guerra da Coréia, em 1950 (combinada com a Revolução Chinesa), foi um marco na Guerra Fria, estendendo-a para a Ásia e gerando sérias repercussões para o cenário internacional. Sua deflagração ocasionou questionamentos sobre a declaração de uma guerra convencional entre Estados Unidos e União Soviética, o que possibilitou ao Sistema Interamericano de Defesa⁶² obter do Congresso norte-americano a aprovação de uma série de acordos bilaterais (Programa de Ajuda Militar) que foram aplicados a partir de 1952, através da Lei de Segurança Mútua. Dessa maneira, aprofundavam-se os laços de dependência entre os exércitos latino-americanos e o Pentágono,⁶³ expandindo a defesa nacional dos Estados Unidos para os países latino-americanos. No final da década de 1950, o sistema militar de ajuda consistia em:

- 1) missões militares norte-americanas em dezoito países, com quinhentos e cinquenta e oito assessores das três forças; 2) cerca de oitocentos oficiais americanos na América Latina (sem contar os militares estacionados no Panamá); 3) intenso treinamento de oficiais do Sul em bases no Panamá e nos EUA; 4) amplas vendas de material militar, à vista ou a crédito; 5) visitas regulares ao EUA por parte de oficiais latino-americanos; e 6) um comando unificado americano para a América Latina, estabelecido na Zona do Canal: o SOUTHCOM.⁶⁴

Assim, ao longo da década de 1950, começaram a se constituir os elementos concretos que possibilitariam a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e difundida através das escolas militares, para a América Latina. As ditaduras que se estabeleceram no Cone Sul tiveram como sustentação ideológica os preceitos dessa doutrina.

A origem embrionária da DSN para a América Latina pode ser encontrada na chamada “Declaração de Caracas de 1954”,⁶⁵ quando, na X Conferência Interamericana realizada nessa capital, os Estados Unidos conseguiram uma condenação por parte da OEA à intervenção do “comunismo internacional na América Latina”. Essa declaração era claramente dirigida à Guatemala, que desde 1944 estava vivendo um processo nacionalista baseado em reformas, dentre elas, a reforma agrária. Contudo, a principal proprietária de terras e empregadora de mão-de-obra neste país era a poderosa *United Fruit Company*, um dos símbolos do

⁶² Esse sistema acabou sendo formado pelos diversos acordos militares bilaterais firmados. Estabelecia a “Defesa Mútua”, mas, em realidade, estendia a política de defesa norte-americana para a América Latina.

⁶³ Somente o México e a Argentina não participaram dos acordos bilaterais (até 1964).

⁶⁴ MARTINS FILHO, op. cit., p. 69.

⁶⁵ DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

imperialismo norte-americano, notadamente na América Central (considerada pelos Estados Unidos como seu enclave econômico). A reforma agrária iniciada pelo presidente Jacob Arbenz destinava-se somente às terras improdutivas dos latifúndios, o que atingia, evidentemente, a empresa norte-americana. A primeira expropriação de terras da *United Fruit Company* ocorreu em 1953; rapidamente, essa empresa, associada à oligarquia local e à Igreja Católica – principais setores que tiveram suas terras expropriadas pelo governo – começou a apoiar a derrocada do projeto democrático baseado no nacional-reformismo de Jacob Arbenz. Para tanto, a política norte-americana começou a arquitetar o plano para o golpe de Estado, através do seu Departamento de Estado, da Companhia de Inteligência Americana (CIA) e da própria *United Fruit*.⁶⁶ Assim, os Estados Unidos, ao tratar a Guatemala como a “cabeça-de-praia do comunismo internacional na América”, procurava obter apoio dos demais países latino-americanos, levando ao isolamento do pequeno país da América Central.

Desse modo, a política externa dos Estados Unidos consagrava como característica a interferência em assuntos de ordem interna dos demais países do continente. Tal postura ficou explicitada na já citada X Conferência Interamericana em Caracas, no qual se posicionou fortemente contrário à Guatemala, levando à queda do presidente Arbenz, assim como no apoio à tentativa de golpe que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, no Brasil, também em 1954, e à queda do segundo governo de Juan Domingo Perón, na Argentina, em 1955.

Porém, a partir do êxito da Revolução Cubana, em 1959, a política externa norte-americana adotou uma nova estratégia em resposta ao avanço do “comunismo” na América Latina: a contra-insurreição. A Revolução Cubana inspirou movimentos nacionalistas, reformistas e comunistas em todo o subcontinente, tendo como principal mote o antiimperialismo norte-americano. A partir de 1959, os gastos dos Estados Unidos com a América Latina rapidamente aumentaram,⁶⁷ e a estratégia da contra-insurgência foi imensamente difundida pelas escolas de guerra, principalmente após a desastrosa tentativa da invasão da Baía dos Porcos, em 1961, sendo acentuada com a Crise dos Mísseis, em 1962. Cuba e seu exemplo revolucionário passaram a ser o maior perigo para os interesses norte-

⁶⁶ “A relação entre a *United Fruit* e a administração Eisenhower é, talvez, o melhor exemplo da influência de corporações sobre a política externa dos EUA. A lista de interesses diversos é tão longa que é difícil identificar alguém que organizou ou influenciou diretamente a política dos EUA em relação à Guatemala, no início da década de 1950, que não tivesse também um laço direto com a *United Fruit*”. Cf. SCHOULTZ, op. cit., p. 374. Somente como exemplo dessa relação é interessante lembrar que o presidente da *United Fruit*, Thomas Dudley Cabot, era irmão do primeiro assistente do Secretário de Estado de Eisenhower para a América Latina, John Moors Cabot; que o Secretário de Estado John Foster Dulles esteve por anos intimamente ligado à administração dessa companhia; que o diretor da CIA, Allen Dulles recebia a *United Fruit* desde a década de 1930 por suas visitas à Guatemala, entre outros.

⁶⁷ Em poucos anos, o patamar de 1% (na década de 1950) subiu para 6%. Cf. MARTINS FILHO, op. cit., p. 74.

americanos na região. John F. Kennedy chegou à presidência dos Estados Unidos calcado num discurso completamente anticomunista e anticastrista: “Castro é apenas o início de nossas dificuldades na América Latina. A grande batalha será evitar que a influência de Castro se espalhe para outros países. É tempo de ganhar os corações e mentes dos pobres da América Latina”.⁶⁸

Foi a partir da Revolução Cubana que os norte-americanos montaram a sua estratégia de luta antiguerrilha – a contra-insurreição –, apropriando-se da experiência da guerra revolucionária das lutas de libertação nacional dos impérios coloniais ingleses e, principalmente, franceses. O presidente norte-americano John Kennedy assim percebia a contra-insurreição:

Uma luta em muito sentido mais difícil que a guerra [...] que ocorre todos os dias, sem alarde, em milhares de aldeias e mercados e nas salas de aula de todo o mundo. Os exércitos e os armamentos modernos servem principalmente como o escudo atrás do qual a subversão, a infiltração e uma série de outras táticas avança tenazmente [...] explorando o legítimo descontentamento e anseios populares e as armadilhas legítimas dos processos de autodeterminação.⁶⁹

A guerra contra-revolucionária tinha como estratégia a combinação de investimentos em esforços militares e programas de ação cívica no combate às mazelas sociais dos países do Terceiro Mundo, principal motivo e atração do ideário comunista. Assim, a estratégia de contra-insurreição formulada pelo presidente Kennedy e seus assessores foi baseada na elaboração francesa e inglesa de guerra revolucionária. Por um lado, Kennedy lançou o plano de desenvolvimento socioeconômico para a América Latina – a Aliança para o Progresso –, a fim de impedir alguns índices de pobreza do subcontinente, tentando barrar, desse modo, o avanço de idéias comunistas. Para tanto, o Ato de Assistência Mútua, de 1951, foi substituído pelo Ato de Assistência Estrangeira, em 1961, sendo criada a Agência de Desenvolvimento Interamericana (AID),⁷⁰ a fim de administrar os programas socioeconômicos gerados pela Aliança para o Progresso. Já no âmbito militar, as instituições para o treinamento de oficiais latino-americanos começaram a ser readequadas segundo as novas orientações da DSN para este contexto: o principal esforço da contra-insurgência se operou através dos programas de

⁶⁸ KENNEDY apud SCHOULTZ, op. cit., p. 393. A expressão “conquista de corações e mentes” surgiu na Malásia, como parte do esforço anti-insurrecional inglês. Cf. MARTINS FILHO, op. cit., p. 73.

⁶⁹ KENNEDY apud MARTINS FILHO, *ibid.*, p. 74.

⁷⁰ Entretanto, as instituições de assistência socioeconômica e as de ajuda militar interferiam uma na área de atuação da outra. Inúmeros funcionários da AID eram enviados para treinamento nas escolas de guerra norte-americanas, e a ajuda financeira que seria destinada a resolver problemas sociais estava sendo gasta em treinamentos militares. “Em 1966, o bureau de assistência policial da AID, o Gabinete da Segurança Pública, estava gastando 38% de todo o orçamento de assistência econômica para a América Latina para conduzir um treinamento em contra-insurgência urbana em todos os países, exceto Cuba”. Cf. SCHOULTZ, op. cit., p. 397.

formação militar.⁷¹

O *National War College*, fundado em 1946, teve como objetivo a criação de uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria, através, principalmente, da perspectiva de segurança coletiva. Sediado em Washington e vinculado ao Pentágono, foi um dos responsáveis pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional. As escolas militares na América Latina foram formuladas segundo a inspiração dessa escola de guerra: Escola Superior de Guerra, no Brasil; Academia de Guerra, no Chile; Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; Escola Superior de Guerra, na Colômbia; Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia. A Junta Interamericana de Defesa criou, em 1962, um colégio análogo ao *National War College*, o Colégio Interamericano de Defesa, localizado em Washington, que tinha por objetivo transmitir aos oficiais latino-americanos a estratégia elaborada pelo Pentágono.

Após a Revolução Cubana, os primeiros programas militares que ensinavam a contra-insurgência foram ministrados na Escola do Caribe do Exército dos Estados Unidos (criada em 1949), na zona de ocupação do Canal de Panamá, em Fort Gulick, responsável pelo aperfeiçoamento profissional de oficiais norte-americanos. Esse treinamento foi estendido para militares de toda América Latina a partir da vitoriosa guerrilha de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, levando essa instituição de ensino militar a ficar conhecida como “Escola das Américas”. Segundo Joseph Comblin, 33.147 oficiais militares latino-americanos freqüentaram a escola do Canal do Panamá, entre 1961 e 1977.⁷² Essas medidas estavam incluídas na mudança de orientação da estratégia de contenção da expansão do comunismo, agora presente na América Latina: a defesa coletiva do hemisfério foi substituída pela segurança interna. Assim:

é dentro dessa perspectiva de implicar atores locais na defesa de uma área que passou a ser compreendida como inserida na nova concepção de segurança interna dos EUA que o Pentágono, através da DSN, assumiu a qualificação das Forças Armadas da América Latina, fornecendo treinamento, doutrinação, armamento e suporte logístico. Por detrás dessa ação, objetivou o combate dos focos de descontentamento e de agitação social que podiam desestabilizar a região. Para tanto, multiplicou a criação de novas escolas com essa finalidade e o treinamento de quadros policiais e militares para maior eficiência no enfrentamento da ameaça externa e interna comunista.⁷³

⁷¹ Logo após o assassinato do presidente Kennedy, seu sucessor, Lyndon Johnson, abandonaria o discurso reformista da contra-insurreição, detendo-se somente no aspecto militar.

⁷² COMBLIN, op. cit.

⁷³ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 210.

Desde 1962, Fort Gulick começou a sediar uma unidade especial vinculada ao Exército norte-americano – os boinas verdes – especializada no combate antiguerrilha. Dessa maneira, os oficiais latino-americanos, que em grande parte já traziam arraigada a idéia de anticomunismo, receberam treinamento pedagógico e militar do principal interessado em combater estas idéias e, acima de tudo, evitar a concretização de um projeto “comunista” no subcontinente que era percebido como parte do seu bloco de poder no mundo bipolar da Guerra Fria.

A Doutrina de Segurança Nacional foi a ideologia disseminada nessas instituições militares. As ditaduras civil-militares instituídas no Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela aplicação de suas diretrizes. A DSN fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental – era a resposta ao “comunismo ateu” –, tendo como base um virulento anticomunismo. No campo econômico, a ideologia da segurança nacional era “um instrumento utilizado pelos setores dominantes, associados ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”.⁷⁴ A segurança nacional, conforme Joseph Comblin, “é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é naturalmente, uma força. Trata-se, portanto, da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais”.⁷⁵ Assim, o autor prossegue caracterizando a segurança nacional como um conceito muito operacional e funcional, exatamente em decorrência da indefinição do inimigo que atenta contra esta propalada segurança:

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional.⁷⁶

A flexibilização do conceito de comunismo, ou seja, a sua amplitude, é a base

⁷⁴ ALVES, op. cit., p. 27.

⁷⁵ COMBLIN, op. cit., p. 54. Os Objetivos Nacionais são as metas que a DSN tenta alcançar através da sua aplicação. Basicamente, são os mesmos em todas as ditaduras de Segurança Nacional. No Brasil, por exemplo, eram: integridade territorial, integridade nacional, democracia, progresso, paz social e soberania. Ou, então, conforme Golbery: “ciência, cristianismo, democracia”. Cf. SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. p. 76.

⁷⁶ COMBLIN, op. cit., p. 55.

ideológica para fundamentar um dos conceitos-chave da Doutrina de Segurança Nacional: o do “inimigo interno”. Partindo da premissa de que o comunismo não seria estimulado via uma agressão externa, mas, sim, insuflado dentro das fronteiras nacionais de cada país, esse conceito é fundamental para explicar e legitimar as medidas tomadas pelos governos ditatoriais. Como bem destacou Comblin, a indefinição do “inimigo interno” é que gera eficiência à doutrina e às medidas repressivas que são adotadas. O inimigo passa a ser visto como sinônimo desde grupos armados de esquerda, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime; ou seja, é importante manter o conceito elástico para que haja possibilidade de enquadrar novos grupos como comunistas. Isto pode ser apreendido nas palavras do chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, Breno Borges Fortes, na X Conferência de Comandantes em Chefe de Exércitos americanos, em Caracas, no ano de 1973: “O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado”.⁷⁷ Além disso, “a identificação de um ‘inimigo interno’ circunstancial possibilita manter a coesão daqueles que se sentem ameaçados diante do avanço de projetos radicais e justifica uma permanente situação de militarização e repressão sobre a sociedade”.⁷⁸ E para se defender desse inimigo, não há diferenciação entre violência preventiva e violência repressiva. Passa-se a viver uma guerra interna. Inclusive, os golpes de Estado dados pela coalizão civil-militar nos países do Cone Sul foram justificados como golpes contra-insurgentes, isto é, preventivos, com a justificativa de impedir que o comunismo se instalasse ou, então, avançasse (como no caso do Chile).

Segundo Comblin, a segurança nacional desfaz a distinção entre política externa e política interna.⁷⁹ Esta afirmação, quando referente aos aspectos repressivos da DSN, é de vital compreensão para outro elemento presente na doutrina: as “fronteiras ideológicas”. O “inimigo interno” pode estar localizado em outro país (exilado, escondido), assim como o “inimigo interno” de outra Nação também precisa ser combatido não somente pelo país que o abriga. Este é o fundamento da criação da Operação Condor, em 1975, quando as Forças Armadas do Cone Sul se uniram e montaram um aparato repressivo de controle, espionagem e cooperação regional. Entretanto, desde o momento em que a primeira ditadura contra-

⁷⁷ FORTES apud COMBLIN, op. cit., p. 48.

⁷⁸ PADRÓS, op. cit., p. 185.

⁷⁹ COMBLIN, op. cit.

insurgente foi instalada no Cone Sul, em 1964 – a do Brasil⁸⁰ –, o conceito de “fronteiras ideológicas” já foi utilizado. A cooperação repressiva internacional começou muito antes da Operação Condor.⁸¹ Na concepção de “fronteiras ideológicas”, diante da ameaça e da expansão do comunismo para o “Mundo Livre”, as fronteiras territoriais e geográficas não estavam mais em questão. Elas poderiam ser ultrapassadas, visto que não havia mais soberania nacional a ser respeitada quando os valores da civilização democrática e cristã estivessem sob ameaça. Assim, o que importava era a ideologia vigente no governo em questão ou se havia algum grupo/movimento que pudesse desestabilizar o governo. Desse modo, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, invasões, interferências em países considerados de perfil “comunista” ou ameaçados por ele seriam consideradas naturais, a fim de manter sua segurança interna.

Portanto, os conceitos de “inimigo interno” e de “fronteiras ideológicas” são fundamentais para a caracterização da guerra revolucionária. A Doutrina de Segurança Nacional enumera três formas de guerra que estão na base da elaboração da guerra total, ou seja, a percepção de que se vivia em uma situação de conflito permanente contra o comunismo: a generalizada, a fria e a revolucionária. A guerra generalizada prevê que ela é absoluta, logo, almeja a destruição do inimigo por uma questão de sobrevivência; a guerra atômica é sua última consequência. A guerra fria é uma nova forma de embate, que é travada em todos os campos – político, econômico, social, cultural, militar, ideológico, psicológico – mas evita o confronto armado direto. É a que estabeleceu a bipolaridade entre a potência capitalista, os Estados Unidos, e a potência socialista, a União Soviética. Já a guerra contra-revolucionária (ou contra-insurgente) foi a noção escolhida a fim de ser utilizada para a contenção no Terceiro Mundo,⁸² inclusive pelos militares latino-americanos, como bem aponta Carina Perelli: “La percepción de la amenaza comunista como una variante de la guerra interna – la guerra revolucionaria o subversiva – es sustancialmente idéntica en todos

⁸⁰ É importante frisar a ditadura de Alfredo Stroessner, no Paraguai, deflagrada em 1954. Inicialmente, entretanto, esse governo configurou-se mais em uma ditadura nos moldes “personalistas”, passando, ao longo da década de 1960, a incorporar elementos centrais da Doutrina de Segurança Nacional.

⁸¹ Aqui, está sendo considerada somente a cooperação montada a partir da Guerra Fria e da DSN. Em realidade, a cooperação de troca de informações e de controle entre os países do Cone Sul existe desde a década de 1930, em função da repressão aos Partidos Comunistas. A partir de 1935, com o insucesso da Intentona Comunista no Brasil, quando muitos participantes saíram do país e deslocaram-se, principalmente, para o Uruguai, essa cooperação foi acentuada, também sendo intensificada posteriormente, a partir da Segunda Guerra Mundial, na luta contra o nazifascismo.

⁸² O termo “Terceiro Mundo”, formulado na Conferência de Bandung (Indonésia), em 1955, originalmente referia-se aos países que não estavam alinhados nem ao bloco capitalista e nem ao bloco socialista. É dentro dessa lógica que pode ser compreendida a afirmação de Manoel Pio Córrea, Embaixador brasileiro em Montevideu e criador do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), órgão de espionagem do Itamaraty: “Brasil não é Terceiro Mundo”. Posteriormente, o termo começou a ser utilizado para designar as regiões periféricas do capitalismo, ou seja, América Latina, Ásia e África.

los ejércitos del Cono Sur”.⁸³ E no final de 60, o chefe da CIA, Allen Dulles já enunciava que os Estados Unidos estavam diante de “uma revolta dos despossuídos (*have-nots*), particularmente na América Latina, na Ásia e na África”.⁸⁴

A concepção de guerra revolucionária foi desenvolvida pelos ingleses e principalmente pelos franceses, durante a campanha da Indochina (1946-1954). Também foi posta em prática durante a luta de libertação nacional da Argélia (1954-1962). Na lógica da DSN, qualquer movimento, fossem guerras de libertação nacional ou de caráter reformista, era percebido como guerra revolucionária. Dentro dessa perspectiva, todas as lutas e formas de contestação eram percebidas como movidas pelo comunismo. Através da guerra revolucionária, a União Soviética estenderia seus domínios sobre o Terceiro Mundo. Segundo a Escola Superior de Guerra de Paris, a guerra revolucionária é:

Doutrina de guerra, elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e praticada por movimentos revolucionários diversos que visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações, com a ajuda de técnicas particulares, apoiados numa *mística* e seguindo um processo determinado. Tal doutrina pode acomodar-se a todas as formas de guerra.⁸⁵

Um dos fundamentos da guerra anti-revolucionária é a ação cívica, ou seja, a idéia de que o governo é mais eficiente para o povo do que um processo revolucionário (concepção da Aliança para o Progresso). Essa estratégia foi aplicada também na guerra do Vietnã e, apesar do seu conhecido fracasso, “de 1965 em diante, o ensino dessa escolástica superou, nas escolas militares, o ensino consagrado a outras formas de guerra”.⁸⁶ China, Indochina, Argélia, Cuba, Vietnã foram experiências que se acumularam na luta contra-insurgente. Os teóricos do conceito de guerra revolucionária o elaboraram a partir das análises dos textos e orientações militares de Mao Tse-Tung, Ho Chi Minh, Nguyen Giap e Ernesto Che Guevara.

Entretanto, a noção, por parte da política imperialista norte-americana, de que as revoluções durante a Guerra Fria teriam como palco o Terceiro Mundo não era incorreta. Essa concepção também foi compartilhada pela esquerda. É o que sustenta Mike Davis, analisando a Guerra Fria e a possibilidade de um extermínio nuclear, desde a Revolução Chinesa até a

⁸³ PERELLI, Carina. La percepción de la amenaza y el pensamiento político de los militares en América del Sur. In: GOODMAN, Louis W.; MENDELSON, Johanna; RIAL, Juan (comps.). *Los militares y la democracia: el futuro de las relaciones cívico-militares en América Latina*. Montevideo: Peitho, 1990. p. 149.

⁸⁴ DULLES apud MARTINS FILHO, op. cit., p. 71. Inclusive nessa época começaram as operações que culminariam com o assassinato do líder congolês Patrice Lumumba.

⁸⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3. p. 110-111.

⁸⁶ COMBLIN, op. cit., p. 47.

Revolução Nicaragüense. Na sua obra, ele demonstra que a dinâmica da luta de classes era percebida em uma escala mundial a partir do Terceiro Mundo, pois a pauperização crescente e a superexploração, vinculadas à militarização, industrialização por dívida e extensa proletarização estabeleciam condições de extremo conflito nessas regiões. Davis destaca: “essa distinção entre as fases *eurasiática* e *terceiromundista* da revolução pós-guerra, a par do reconhecimento da dinâmica *regional* de cada revolução nacional, é indispensável para uma compreensão do desenvolvimento da Guerra Fria”.⁸⁷ O desenvolvimento do capitalismo em uma escala planetária fez com que as forças de revolta contra ele também assumissem essa proporção, isto é, “as revoluções anticapitalistas, qualquer que fosse seu epicentro nacional, sempre tiveram um impacto sísmico sobre estruturas *regionais* características da economia mundial”.⁸⁸ Assim, a Revolução Cubana, realizada no quintal do imperialismo norte-americano é de vital importância para a compreensão da Guerra Fria e das estratégias dos Estados Unidos a partir daí.

É nessa perspectiva que Miguel Bonasso sugere:

La comparación entre crisis y contrainsurgencia no es ociosa, precisamente porque esta “fase superior” de la contrainsurgencia que es el terrorismo de Estado surge como una necesidad para el imperialismo y sus aliados, de contener – con nuevos métodos – a unas masas populares que se resisten a seguir pagando el costo mayor de la crisis económica, lo cual acola *el espacio geográfico del terrorismo de Estado a los países más desfavorecidos de la Tierra*, es decir al Tercer Mundo. En otras palabras: *el terrorismo de Estado es una mercancía destinada a los condenados de la Tierra*.⁸⁹

Desse modo, um outro elemento que é associado à Doutrina de Segurança Nacional é a implementação do Terrorismo de Estado, que a doutrina arrasta consigo. Entretanto, é importante frisar que, presente desde a década de 1970 na historiografia das ditaduras chilena, uruguaia e argentina, o conceito não costuma ser aplicado à ditadura brasileira, o que intriga os pesquisadores desses países. A aplicação das premissas da DSN configura um quadro repressivo que acaba resultando em práticas vinculadas ao Terrorismo de Estado. É um instrumento utilizado pela DSN, configurando-se quando a repressão legal (dentro do marco jurídico do próprio Estado de exceção) extrapola, utilizando-se, então, de métodos não convencionais para regularizar a sociedade. O Terrorismo de Estado está sempre vinculado aos setores reacionários e dominantes, utilizando-se do terror para intimidar e enquadrar a

⁸⁷ DAVIS, Mike. O imperialismo nuclear e a dissuasão extensiva. In: THOMPSON, Edward. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 75.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 74.

⁸⁹ BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan N. et al. *Terrorismo de Estado*. El papel internacional de EEUU. Navarra: Txalaparta, 1990. p. 12.

população. Na luta contra o comunismo e contra o “inimigo interno”, qualquer meio passa a ser válido, inclusive com a convivência de parcelas importantes da população, quando elas se percebem inseridas em um projeto nacional supraclasse, conforme um dos preceitos básicos da DSN:

o comunismo (ou aparente comunismo) pode manifestar-se (como “inimigo interno”) em qualquer setor da sociedade; logo, o Estado precisa estar organizado e aparelhado para combatê-lo à altura, ou seja, com a aplicação funcional da política de Segurança Nacional, o que pode levar à adoção de políticas de TDE [Terror de Estado].⁹⁰

E também:

Com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar (delatar) e a fazer aderir às políticas do Estado. O terror é utilizado diretamente a fim de intimidar o inimigo (interno) e dissuadir os indecisos. O uso sistemático dos órgãos de segurança e informações, através da tortura, do assassinato, do desaparecimento de pessoas e de prisões arbitrárias, é forma de guerra psicológica colocada em prática pelo Estado de Segurança Nacional.⁹¹

Daniel Frontalini e Maria Cristina Caiati assim definem Terrorismo de Estado: “el ejercicio criminal del poder supremo del Estado, sin estar sometido a control alguno, mediante un sistema organizado y alentado desde sus estructuras para el logro de sus fines”.⁹² Luis Eduardo Duhalde considera que as ditaduras civil-militares no Cone Sul, logo da sua instituição, se caracterizaram como Estados de exceção e Estados militares, derivados das novas estruturas que se configuraram em função das crises sociais.⁹³ Para a manutenção da ordem e a imposição dos interesses do imperialismo norte-americano, foram impostas medidas que acabaram por desenvolver um Estado terrorista, que “aparece como consecuencia de la imposibilidad que encuentra el Estado militar de llevar adelante sus fines mediante el control discrecional de la coerción de subordinación de la sociedad civil”.⁹⁴ Somente através do terror, que é controlado pelo Estado, é que as diretrizes da Doutrina de

⁹⁰ PADRÓS, op. cit., p. 189.

⁹¹ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 28-29.

⁹² FRONTALINI, Daniel; CAIATI, Maria Cristina. *El mito de la guerra sucia*. Buenos Aires: CELS, 1984. p. 83.

⁹³ Duhalde não desconsidera a participação dos setores civis da sociedade ao referir-se a esse novo Estado como um Estado militar. O sociólogo argentino deseja enfatizar o papel que as Forças Armadas tiveram na estruturação desse Estado.

⁹⁴ DUHALDE, op. cit., p. 218.

Segurança Nacional, a manutenção da segurança interna e a exploração capitalista podem figurar. A grande eficiência do Terrorismo de Estado é a impossibilidade da sua punição: não há como querer denunciá-lo. Os canais de oposição eram, na sua grande maioria, controlados pelo próprio Estado, assim como o sistema Judiciário. Além disso, um elemento que, aparentemente, poderia parecer contraditório fortalecia o Terrorismo de Estado: ao mesmo tempo em que era preciso que suas práticas coercitivas fossem conhecidas para efeito demonstrativo para a população, também era necessário negá-las. Desse modo, o Estado passava a não ser responsável legalmente pelo clima de terror que ele alimentava, mas, o que era importante, a população sabia que ele assim atuava.

O Terrorismo de Estado é percebido como fundamental para defender o capitalismo na América Latina, ameaçado pelas revoluções e reformas nacionalistas. Seu principal objetivo político é a destruição dos movimentos sociais organizados, o que levou à “eliminação de lideranças populares, enfraquecimento e isolamento da esquerda e enquadramento dos setores reformistas”.⁹⁵ Partindo da premissa marxista de que o Estado tem como função assegurar e conservar a dominação e exploração de classe, o Terrorismo de Estado se configura como uma violência estatal que extrapola os limites constitucionais de um Estado já autoritário assim como a imposição da reconversão econômica para a sociedade.⁹⁶

Esse regime imposto para o controle da sociedade é uma variante da violência de classe: “é pertinente destacar que as ditaduras de SN [Segurança Nacional] procuraram esconder, com seu discurso patriótico, moralista e tecnocrático que o TDE [Terror de Estado] se constituiu numa estratégia contextualizada de luta de classes”.⁹⁷ Pela Doutrina de Segurança Nacional, quem se preocupava com identificações de classe contrapunha-se à noção de que a realização individual somente se dava através do pertencimento nacional, caracterizando-se, então, como um “inimigo interno”. Porém, na prática, este podia ser qualquer cidadão que de alguma maneira se opusesse ao regime. Logo, percebe-se que o Terrorismo de Estado é um instrumento que pode projetar-se sobre toda população, pois ela, dependendo das condições, poderia ser vista como um inimigo em potencial.

⁹⁵ PADRÓS, op. cit., p. 88.

⁹⁶ Ibid., p. 73. A aplicação do conceito de Terrorismo de Estado para a ditadura brasileira, assim como suas especificidades, será analisada no capítulo 3.

⁹⁷ Ibid., p. 123.

1.2 A VARIANTE BRASILEIRA DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A GEOPOLÍTICA DO GENERAL GOLBERY DO COUTO E SILVA

Uma preocupação que a Escola Superior de Guerra teve, diferentemente da sua matriz norte-americana, foi a de atuar juntamente com a sociedade civil, tanto internamente, permitindo a participação de alunos e professores civis nos seus cursos, assim como em parcerias com determinadas organizações, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). A montagem do complexo ESG/IBAD/IPES ajudou na queda do regime democrático de João Goulart e na instalação da ditadura, em 1964. O corpo teórico aplicado ao novo regime foi a reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional pela ESG, que consistiu principalmente no acréscimo da percepção da geopolítica brasileira e na ênfase na estratégia de contenção da guerra revolucionária. O general Golbery do Couto e Silva teve uma atuação fundamental nesse processo.

1.2.1 O complexo civil-militar: Escola Superior de Guerra, Instituto Brasileiro de Ação Democrática e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

A Escola Superior de Guerra foi criada com base no modelo do *National War College*, quando os militares brasileiros que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), antes de retornarem ao Brasil após terem participado da Segunda Guerra Mundial, foram enviados aos Estados Unidos para entrar em contato com suas instituições militares de ensino. Ali, os oficiais brasileiros perceberam a demonstração da superioridade militar-bélica norte-americana e o clima da Guerra Fria. Manifestaram interesse em levar para o Brasil este ideário militar, sendo que os Estados Unidos encarregaram uma missão para ajudá-los.

A ESG teve dois nascimentos. O primeiro ocorreu em 1948, sendo a continuidade do projeto lançado em 1942, que consistia em um curso de Alto Comando a ser frequentado por generais e coronéis e, posteriormente, por altos oficiais das três armas; o segundo foi em 1949, quando o projeto de 1942 foi rapidamente atropelado pelo contexto da Guerra Fria, momento em que os Estados Unidos enviaram uma missão de assessoria. Assim, pela Lei nº. 785, de 20 de agosto de 1949, surgia a ESG, tendo por finalidade “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da

Segurança Nacional”.⁹⁸ A instituição nascia subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas e seu primeiro comandante foi o general Oswaldo Cordeiro de Farias. As Forças Armadas brasileiras, em particular o Exército, sempre tiveram atuação marcante nas decisões políticas do país. Desde a Revolução de 1930 e, notadamente, a partir da implantação do Estado Novo, em 1937, elas passaram a ser parte integrante do cenário político. Na década de 1930 ocorreram as principais mudanças estruturais nas Forças Armadas, principalmente em relação ao Exército. Os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, apoiados pelo presidente Getúlio Vargas, “conseguiram tornar o Exército uma organização coesa, politicamente homogênea e socialmente permeável às classes média e alta da população”.⁹⁹ Assim, é importante constatar que “depois do golpe de 1937, os militares passavam a ser os principais fiadores tanto da ordem social como da política de desenvolvimento nacional do regime do Estado Novo”.¹⁰⁰

A ESG, ao contrário da sua escola-modelo – o *National War College* –, não se preocupava somente com a preparação de altos oficiais: incluía em seus cursos civis dos setores dominantes, nas condições de professores do quadro permanente e convidados, conferencistas e alunos. Entre 1950 e 1967, quase 50% dos graduados na ESG eram civis. Após o golpe de Estado em 1964, vários alunos da Escola ocuparam cargos nas instituições políticas e econômicas brasileiras.¹⁰¹ Inclusive o primeiro militar eleito presidente pela ditadura brasileira, o marechal Castelo Branco, foi um dos grandes expoentes da instituição. A ESG, em grande parte devido ao pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva, começou a ser percebida, nos meios políticos e na imprensa, como um grande laboratório de idéias do país. Efetivamente, a produção de reflexões sobre o país e o futuro do Brasil, destacadamente a partir da década de 1940, se deu através de instituições: a própria ESG, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB),¹⁰² o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Fundação Joaquim Nabuco.¹⁰³

Duas obras tiveram importante destaque na historiografia sobre a ditadura civil-militar

⁹⁸ MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume, 2000. v. 4. p. 177.

⁹⁹ MARTINS FILHO, Forças Armadas e política..., op. cit., p. 104.

¹⁰⁰ Ibid., p. 105.

¹⁰¹ “Entre os que concluíram cursos na ESG estavam 599 altos oficiais militares, 224 industriais, 200 ministros de Estado e burocratas de primeiro escalão, 97 diretores de órgãos governamentais, 39 parlamentares, 23 juízes federais e estaduais e 107 tecnocratas”. Cf. ALVES, op. cit., p. 29.

¹⁰² O ISEB foi um centro de estudos, criado em 1955, pelo presidente João Café Filho, vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura, no qual as discussões giravam em torno principalmente da questão do desenvolvimentismo.

¹⁰³ A criação dessa instituição governamental foi proposta por Gylberto Freire, com o propósito de fomentar a pesquisa no Brasil. A Fundação Joaquim Nabuco surgiu em 1949.

brasileira: *Os militares na política*, de Alfred Stepan,¹⁰⁴ e *1964: a conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss.¹⁰⁵ A primeira faz uma análise dos setores militares no jogo político, dando ênfase à ESG, enquanto que a segunda obra realiza um pormenorizado exame dos setores civis da sociedade brasileira que articularam o golpe, principalmente duas instituições, o IBAD e o IPES. Sem negar a importância dessas obras para o acréscimo da historiografia, estudos posteriores intentaram trabalhar essas três instituições conjuntamente,¹⁰⁶ tratando-as como um complexo que acabou por levar à desestabilização o governo João Goulart, preparando e arquitetando o golpe de Estado.

O IBAD foi fundado em 1959, e tinha por finalidade combater as políticas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek, planejando possíveis formas de inserção no Brasil das grandes empresas e do capital internacional, influenciando nos debates econômico, político e social do país através de ações publicitárias, patrocinadas por empresários brasileiros e norte-americanos. O instituto chegou a criar a Ação Democrática Popular, outra organização com a finalidade de desviar recursos e financiar os candidatos a governadores contrários ao governo João Goulart nas eleições de 1962, em onze estados brasileiros. O IBAD, assim como o IPES – seu futuro “irmão” –, era marcado pelo forte anticomunismo. Entretanto, possuindo ações bem mais ostensivas, não conseguiu sobreviver à Comissão Parlamentar de Inquérito realizada em 1963 exatamente em função do financiamento das eleições estaduais. Já o IPES, além de ter sido considerado pela ditadura brasileira “órgão de utilidade pública”, teve suas atividades encerradas somente em 1970.

O IPES foi criado logo após João Goulart assumir a presidência, em 1961. O órgão foi fundado por oitenta pessoas, logo chegando a quinhentos sócios em seis estados brasileiros, em menos de dois anos.¹⁰⁷ Também era patrocinado por grandes empresários nacionais e pelo capital estrangeiro, dedicando-se ao estudo e mapeamento do comportamento das camadas médias e financiando instituições formadoras de opinião. Tanto o IPES quanto o IBAD apoiavam economicamente jornais da grande imprensa e revistas que se ofereciam para ajudar a desgastar a imagem do governo João Goulart e as reformas de base através de fortes campanhas anticomunistas.

Dessa forma, dois posicionamentos marcavam a instituição civil e a militar: estratégias pautadas pelo anticomunismo e interferência no jogo político. Moreira Alves assinala que o

¹⁰⁴ STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹⁰⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

¹⁰⁶ É o caso, por exemplo, da obra de Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil*.

¹⁰⁷ DREIFUSS, op. cit.

complexo ESG/IBAD/IPES “tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela para o planejamento de um novo Estado”¹⁰⁸ e que sua atuação foi central na deposição de João Goulart, pois “constituía o centro nervoso da campanha de desestabilização do governo”.¹⁰⁹ Enquanto as instituições civis conspiravam contra a democracia, preparando campanhas publicitárias e incentivando os opositores do governo, a ESG passou a ser a coordenadora das iniciativas conspiratórias dos civis e militares, tendo como justificativa ideológica para a estruturação do novo Estado a Doutrina de Segurança Nacional. A administração que chegou ao poder após o golpe de Estado proveio em sua maioria de membros e colaboradores desse complexo. Assim, os movimentos organizados pelos setores golpistas da sociedade brasileira não podem ser estudados separadamente: militares e civis (neste caso, vinculados à burguesia nacional e ao grande capital) possuíam os mesmos interesses. Por isso, o empenho, nesta dissertação, em designar a ditadura de civil-militar, a fim de que esta seja considerada em toda sua complexidade, não esquecendo dos setores civis da sociedade que apoiaram, colaboraram, participaram e se beneficiaram do regime.

1.2.2 A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra

A Escola Superior de Guerra foi a instituição latino-americana que se destacou na reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional assimilada nos Estados Unidos. Em realidade, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (como será denominada a partir da Doutrina McNamara em 1967) acrescentou elementos já presentes na tradição militar brasileira ou acabou por enfatizar outros: foi o caso da geopolítica e da guerra revolucionária. A geopolítica brasileira adquiriu uma dimensão sem precedentes a partir da Guerra Fria, principalmente a partir dos estudos do general Golbery do Couto e Silva, assim como a teoria da guerra revolucionária tomou conta dos ensinamentos e dos manuais da ESG: “No Brasil, desde 1965, 50% do tempo são dedicados a essa forma de guerra, nos programas”.¹¹⁰ No corpo teórico dessa reelaboração da doutrina, privilegiava-se a segurança, a geopolítica e o desenvolvimento econômico nacionais.

¹⁰⁸ ALVES, op. cit., p. 29.

¹⁰⁹ Ibid., p. 30.

¹¹⁰ COMBLIN, op. cit., p. 47.

A geopolítica surgiu enquanto campo de estudo no final do século XIX e início do século XX, tendo como função primordial servir como um instrumento estratégico aos Estados que estavam em busca da conquista de novos mercados para o seu desenvolvimento capitalista, inseridos na dinâmica do imperialismo. Assim, a geopolítica passou a ser considerada vital para a construção da política estratégica nacional. Entretanto, ficou muito tempo relegada ao ostracismo, em virtude dos estrategistas nazistas terem dado a ela uma função importantíssima na conquista de territórios e na formulação do seu império. Frédéric Ratzel, que possuía uma concepção biológica, expansionista e imperialista do Estado,¹¹¹ é considerado o precursor da geopolítica. Já Rudolf Kjellen, fundador da perspectiva que a concebe como disciplina separada da geografia, acabou por radicalizar a noção de Estado proposta por Ratzel.¹¹² Suas idéias foram assimiladas principalmente pelos nazistas.

A intelectualidade brasileira, desde a década de 1930, no momento da formação do Estado-nação, formulava a sua própria geopolítica nacional, que possuía claros tons expansionistas. Três grandes estudiosos se destacaram na elaboração da geopolítica brasileira, que influenciariam diretamente Golbery. O professor de geografia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Everardo Backheuser, foi quem sistematizou e ofereceu método ao seu estudo. Foi influenciado por Ratzel e Kjellen e, tentando adaptar suas teorias à realidade brasileira, atribuiu um caráter político à geografia. Outro acadêmico pioneiro na área da geopolítica foi Delgado de Carvalho, professor de Geografia na Universidade do Distrito Federal. Sua principal contribuição foram trabalhos específicos sobre a análise geográfica do território brasileiro. Dentre os militares, a análise geopolítica do capitão Mario Travassos dominou as Forças Armadas, a qual traçava os rumos de uma política nacional a fim de elevar o Brasil à categoria de potência sul-americana, a partir da sua obra *Projeção continental do Brasil*, de 1931.¹¹³

A geopolítica brasileira tinha três objetivos: “a ocupação de um território imenso e praticamente vazio, a expansão na América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico Sul e a formação de uma potência mundial”.¹¹⁴ Enquanto os dois primeiros objetivos estavam presentes na formulação da geopolítica brasileira da obra de Golbery, o terceiro foi reforçado

¹¹¹ “Para Ratzel, o Estado é um organismo que necessita de espaço e expansão como qualquer outro ser biológico. A partir daí foi ressuscitada a expressão *espaço vital*, de H. G. Von Treitschke, autor da frase: ‘A guerra é o único remédio para as nações doentes’”. Cf. BORGES, op. cit., p. 25.

¹¹² “Deve ser ressaltado que o norte-americano Alfred Tahyer Mahan pode ser considerado como o precursor da Teoria Geopolítica, com a sua concepção de ‘destino manifesto’, que tanta influência teve nos rumos da política externa dos Estados Unidos da América”. Cf. BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos teóricos*. Ed. rev. Rio de Janeiro: ESG, 1983. p. 88.

¹¹³ Esta obra, originalmente, foi intitulada *Aspectos da geografia sul-americana*.

¹¹⁴ COMBLIN, op. cit., p. 27.

durante o governo Médici, pelo general Meira Mattos. Segundo a Escola Superior de Guerra, em um de seus manuais: “o mais sintético e abrangente conceito de Geopolítica é de Ratzel: ‘espaço é poder’. Este simples conceito, composto de três palavras, retrata todo espírito e dinâmica da ação da Geopolítica”.¹¹⁵ A geopolítica e a DSN possuíam uma intrínseca relação:

Las características generales del primer pensamiento geopolítico del Cono Sur [...] hacen pensar que existió una fuerte unión entre el pensamiento geopolítico y los estados de seguridad nacional en América del Sur en los años 60' y 70', al punto que podría decirse que *la geopolítica fue la geografía del estado de seguridad nacional* y contribuyó en forma significativa a sentar las bases de la Doctrina de Seguridad Nacional. En este aspecto es particularmente notorio el caso de Brasil.¹¹⁶

Assim como também a geopolítica e a política externa estão vinculadas: “a mentalidade geopolítica conduz, pela lógica interna da preposição inicial, a uma política de poder, realizada com o fim de fortalecer o Estado frente aos demais; e depois uma política nacional – e por que não nacionalista – e com tendências ao expansionismo”.¹¹⁷ Dessa maneira, a geopolítica prevê que quanto mais distante estiver o inimigo, melhor para a nação, e quanto mais amplo o território físico melhores são as possibilidades de se preparar uma estratégia interna e externa adequadas. O expansionismo pensado pelos estrategistas sul-americanos acenava com a hipótese de uma projeção limitada, logo, esse se daria sobre os países próximos. Nessa lógica, o expansionismo brasileiro era visto pelos vizinhos como extremamente perigoso:

Los adversarios externos del estado orgánico son los vecinos inmediatos y los aliados más distantes de los elementos subversivos detectados. El pensamiento geopolítico del Cono Sur en las últimas dos décadas ha hecho hincapié en la proyección del poder del estado como forma de aumentar el espacio y los recursos propios de la nación. Debido a las limitaciones logísticas que enfrentaron la mayoría de los regímenes militares en América del Sur, el foco principal estuvo constituido por los vecinos inmediatos.¹¹⁸

Inserida na questão do expansionismo brasileiro, é importante destacar a “Teoria do Cerco”, desenvolvida pela ESG, vinculando geopolítica e política externa à sua elaboração e aplicação. Através de concepções estratégico-militares, a ditadura brasileira, prevendo que a médio e longo prazo regimes contrários à sua política pudessem colocar em risco a segurança

¹¹⁵ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos teóricos*, op. cit., p. 90.

¹¹⁶ CHILD, Jack. El pensamiento geopolítico. In: GOODMAN, Louis W.; MENDELSON, Johanna; RIAL, Juan (comps.). *Los militares y la democracia: el futuro de las relaciones cívico-militares en América Latina*. Montevideo: Peitho, 1990. p. 215. Grifos nossos.

¹¹⁷ FERREIRA apud MIYAMOTO; GONÇALVES, op. cit., p. 183.

¹¹⁸ CHILD, op. cit., p. 214.

nacional, concebia esta teoria de expansionismo ideológica, na qual se intentava a neutralização dos seus vizinhos. Criou-se, então, a “Teoria do Cerco”, que postulava que a subversão estava nas fronteiras brasileiras e que a América Latina seria a base logística para o avanço do comunismo no Ocidente. Para os militares brasileiros, o país se transformaria em uma fortaleza sitiada, tornando-se o defensor da civilização democrática e cristã no subcontinente latino-americano.¹¹⁹

A apropriação do conceito de guerra revolucionária foi essencial para a formulação da variante teórica brasileira da Doutrina de Segurança Nacional. Enquanto os estrategistas militares norte-americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e guerra nuclear, “os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária”.¹²⁰ Assim, os militares latino-americanos, particularmente os brasileiros, estavam preocupados especificamente com a vinculação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa. Conforme já visto, na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes, estabelecendo-se as “fronteiras ideológicas”. A ditadura brasileira utilizou-se plenamente desse conceito para legitimar suas ações intervencionistas e expansionistas nos demais países da América Latina. Conforme o Manual da ESG, a segurança nacional dependia tanto da segurança interna quanto da externa, sendo que “a Segurança Externa é [...] um problema que afeta a própria sobrevivência do Estado”.¹²¹ Partindo dessa concepção, justificava-se a política externa brasileira, que conectava os conceitos da Doutrina de Segurança Nacional à geopolítica brasileira. Utilizando-se do exemplo das guerras no Sudeste Asiático, é interessante perceber a proposição levantada pela Escola Superior de Guerra:

A idéia de GR [guerra revolucionária] apenas como conflito interno tende a modificar-se. O exemplo da Indochina serve para validar essa assertiva. A guerra revolucionária que envolve os dois Vietnãs, o Laos, o Camboja e a Tailândia é, em verdade, uma mesma e única guerra que pouco respeita fronteiras. Luta interna, pois, para cada país, e externa, quando de cada país *transborda* para os seus vizinhos.¹²²

¹¹⁹ A “Teoria do Cerco” será analisada com maior profundidade no capítulo 4, quando será abordada a Operação Trinta Horas.

¹²⁰ ALVES, op. cit., p. 40.

¹²¹ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976. p. 461.

¹²² *Ibid.*, p. 92.

O conceito de “inimigo interno” é fundamental na concepção das “fronteiras ideológicas”. Assim como na sua matriz, na variante brasileira da DSN ele também pode atingir qualquer pessoa, sendo flexibilizado constantemente para poder enquadrar todos que, de uma maneira ou outra, possam questionar, se opor e, de alguma forma, levar à desestabilização da ditadura de Segurança Nacional. O “inimigo interno” foi utilizado para a elaboração de toda doutrina de segurança readaptada pela ESG: guerra revolucionária, geopolítica, política externa, segurança nacional, desenvolvimento econômico. Não há uma definição de “inimigo”; o importante é que toda a população vira suspeita, podendo ser controlada, perseguida e eliminada:

Esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se de uma ideologia de dominação de classe que tem servido para justificar as mais virulentas formas de opressão classista.¹²³

“Após a Segunda Grande Guerra Mundial, tem sido a GR a grande responsável pela constante perturbação da ordem em todos os continentes”,¹²⁴ assim anuncia o *Manual básico* da ESG. A guerra revolucionária, bem como a guerra insurrecional, faz parte de um tipo de estratégia militar, a guerra não declarada, que tem como cerne a agressão indireta e subversão interna (provocada pelo “inimigo interno”). Conforme a ESG, seria através da guerra revolucionária comunista¹²⁵ que a União Soviética e o bloco oriental passariam a controlar os países do Terceiro Mundo. Estas são as definições da ESG para as duas modalidades de guerras não declaradas:

A Guerra Insurrecional – conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo, e
A Guerra Revolucionária – conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação.¹²⁶

Entretanto, é interessante pensar a própria ressalva que se faz para a guerra

¹²³ ALVES, op. cit., p. 31-32.

¹²⁴ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*, op. cit., p. 86.

¹²⁵ Segundo o *Manual básico* da ESG, toda guerra revolucionária é comunista. Cf. *ibid.*, p. 85.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 78. Esta elaboração foi formulada pela Lei de Segurança Nacional, em 1969. A primeira definição de guerra revolucionária pela ESG era “uma doutrina elaborada por teóricos marxistas-leninistas e explorada por movimentos revolucionários diversos, para assenhorear-se do poder por meio do controle progressivo, físico e psicológico das populações, com o emprego de técnicas particulares, apoiando-se em uma ideologia e desenvolvendo-se segundo um processo determinado; ajusta-se a todas as formas de guerra”. *Ibid.*, p. 91-92.

insurrecional:

Os países comunistas, em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia – em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-las e induzi-las a submeter-se a seu regime sociopolítico. A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente. É de concepção marxista-leninista. A guerra insurrecional é, também, um tipo de guerra não clássica, cuja característica principal reside no fato de não ter por motivação a ideologia comunista. É o tipo de guerra em que parte da população auxiliada e reforçada, ou não, do exterior, se contrapõe ao governo que detém o poder, visando à sua deposição ou pretendendo impor-lhe condições. As lutas pela independência, visando à formação de um novo Estado, enquadram-se na tipologia da guerra insurrecional. Atualmente, tal tipo de guerra dificilmente se mantém isento das ações da guerra revolucionária comunista.¹²⁷

Pode-se apreender deste excerto do *Manual básico* da ESG, além da ênfase que se dá ao “inimigo interno”, que a guerra insurrecional – de libertação nacional, de descolonização, reformista –, acaba sendo contaminada pelo comunismo. Assim, ela também tem que ser prevenida, controlada e derrotada. Mas na defesa nacional, não são somente as Forças Armadas e o aparato repressivo que têm de lutar contra a guerra revolucionária. Isto é função de toda a população, que está sendo ameaçada (inclusive os que se opuserem ou se abstiverem a essa luta passam a acusados de “inimigos” do regime). Na luta contra-revolucionária, “os fins justificam os meios”, e diluem-se as noções de ação preventiva e ação repressiva:

Todas as atividades de uma nação são atingidas pela ação da GR, visando à conquista do poder para a implantação do regime comunista. Assim, é a nação como um todo que a ela deve opor-se e opor-se dinamicamente ou, como desejam alguns, *parar*, isto é, deter a ação adversa, e *responder*. Mas sempre a *parada* e a *resposta* devem abranger a totalidade da nação, pois a segurança do país deve ser tarefa e responsabilidade de todos os seus cidadãos. Em conseqüência, impõe-se um planejamento de âmbito nacional, elaborado dos mais altos aos menores escalões, e que considere todas as expressões do Poder Nacional. As medidas contrárias à GR devem anteceder e responder, na mesma gradação, ao aumento de intensidade do processo subversivo. Por isso é que essas medidas são consideradas de caráter preventivo, repressivo e operativo. Por outro lado, o Estado deve munir-se de uma legislação adequada para efetiva aplicação na repressão dos delitos da GR, compreendidos, capitulados e definidos como delitos contra o Estado e sua ordem política e social.¹²⁸

O principal problema que se coloca para o Estado – na perspectiva da guerra

¹²⁷ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*, op. cit., p. 79.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 99-100.

revolucionária – é que, ao ser uma guerra não declarada de agressão indireta, o comunismo acaba se utilizando de uma estratégia indireta, infiltrando-se em toda a sociedade, espalhando “inimigos internos” potenciais dentro do território nacional (e fora também). “A maior prioridade para os ocupantes do poder num país subdesenvolvido é, portanto, a *segurança interna*”:¹²⁹

A Segurança Interna integra-se no quadro da Segurança Nacional, tendo como campo de ação os antagonismos e pressões que se manifestem no âmbito interno. Não importa considerar as origens dos antagonismos e pressões: externa, interna ou externo-interna. Não importa a sua natureza: política, econômica, psicossocial ou militar; nem mesmo considerar as variadas formas como se apresentem: violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que quaisquer antagonismos ou pressões produzam efeitos dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está compreendida no complexo de ações planejadas e executadas, que se define como Política de Segurança Interna.¹³⁰

Para garantir a segurança interna, abrangem-se as seguintes medidas:

Diante do processo subversivo, compreende-se a importância de que a AÇÃO-RESPOSTA, de responsabilidade do Estado, se escude num quadro de defesa global visando a evitar, impedir e eliminar as ações subversivas, com vistas a garantir a Segurança Interna:

- O *evitar* significa uma ação para que não se crie e amplie no País o clima propício ao desenvolvimento do processo subversivo.
- O *impedir* significa uma ação para que não se forme ou atue no País o grupo subversivo.
- O *eliminar* significa uma ação para destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes do processo subversivo em andamento.
- O *garantir*, finalmente, compreende toda a sorte de medidas, visando a aumentar o grau de Segurança Interna, indispensável à preservação e consecução dos Objetivos Nacionais.¹³¹

A partir do discurso do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, em 1967, e com a publicação da sua obra *A essência da segurança*, em 1968, um novo elemento foi acrescentado à Doutrina de Segurança Nacional: o desenvolvimento. Conforme McNamara:

Numa sociedade que se está modernizando, Segurança significa Desenvolvimento. Segurança não é material militar, embora esse possa ser incluído no conceito; não é força militar, embora possa ser abrangida; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. Segurança é Desenvolvimento e sem Desenvolvimento não pode haver Segurança.¹³²

¹²⁹ ALVES, op. cit., p. 47.

¹³⁰ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*, op. cit., p. 431-432.

¹³¹ Ibid., p. 433-434.

¹³² MCNAMARA apud *ibid.*, p. 423.

Rapidamente a ditadura brasileira adotou o binômio segurança e desenvolvimento, conforme pode ser percebido no discurso do presidente Castelo Branco: “a inter-relação entre o desenvolvimento e a segurança faz com que, por um lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial de crescimento econômico, e por outro lado, o desenvolvimento econômico não possa se efetuar sem um mínimo de segurança”.¹³³ Com essa nova aquisição ao seu corpo doutrinário, a reelaboração da DSN feita pela ESG foi designada “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”. Esses dois conceitos passaram, dessa forma, a ser utilizados durante o período da ditadura brasileira como legitimadores tanto das políticas econômicas vinculadas à exploração dos trabalhadores e à associação a empresas multinacionais e ao capital internacional quanto das técnicas repressivas que foram postas em prática contra os “inimigos internos” que estavam impossibilitando o desenvolvimento do país. A segurança, associada ao desenvolvimento econômico, propunha o controle social principalmente da força de trabalho, a fim de garantir às empresas estrangeiras mão-de-obra barata e domesticada. Cabe destacar que, para a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, “a defesa militar, mais que as necessidades básicas da população, é considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico”.¹³⁴ O binômio segurança-desenvolvimento passou a ser aplicado em virtude da concepção da guerra revolucionária, na qual os países subdesenvolvidos eram os alvos mais fáceis de serem atingidos pela estratégia indireta do comunismo. Assim, era necessário um rápido aceleração da economia, via desenvolvimento industrial, para que a população passasse a apoiar o governo. Além disso, com o crescimento econômico brasileiro, o país se alçaria como uma potência na região, fator buscado desde a década de 1930 pela geopolítica brasileira.¹³⁵

Golbery do Couto e Silva foi o principal teórico brasileiro da segurança nacional e o grande responsável pela reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional para o caso brasileiro.¹³⁶ A geopolítica foi um elemento central no pensamento de Golbery, e foi através da sua adequação ao contexto da Guerra Fria que ela foi utilizada para a formulação da variante teórica brasileira da DSN. Golbery do Couto e Silva, no Brasil, e Augusto Pinochet, no Chile, estão entre os maiores geopolíticos do Cone Sul no período da Guerra Fria. Ambos ocuparam cargos centrais nas futuras ditaduras sustentadas ideologicamente pela doutrina ensinada por eles. Golbery foi o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), entre 1964

¹³³ CASTELO BRANCO apud COMBLIN, op. cit., p. 66.

¹³⁴ ALVES, op. cit., p. 58.

¹³⁵ O caso do “Brasil potência” e suas tentativas de expansão na América Latina serão analisados no capítulo 3, quando será abordada a política externa brasileira nos “anos de chumbo” (1968-1974).

¹³⁶ Golbery do Couto e Silva recebeu treinamento militar no centro norte-americano Fort Leavenworth, em 1944, antes de ingressar na Força Expedicionária Brasileira como oficial de inteligência e informações.

e 1967, criado por ele logo após o golpe (antes, como funcionário do IPES entre 1961 e 1964, já havia sido responsável pela montagem de um fichário de nomes que seria a base inicial do SNI); no governo Costa e Silva, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, entre 1967 e 1969; e, por fim, entre 1974 e 1981, assumiu a chefia do gabinete civil do presidente da república.

Golbery foi designado como professor adjunto da ESG em 1952. Suas teses acabaram sendo, muitas vezes, as diretrizes tomadas pela própria escola. Dessas experiências resultaram as obras *Planejamento Estratégico*, em 1955, e *Geopolítica do Brasil*, em 1958, considerado o estudo geopolítico mais influente de todo o Cone Sul. A imagem expansionista da ditadura brasileira em relação aos seus vizinhos deve-se, em grande parte, às leituras realizadas por outros estrategistas das suas obras:

Para um dos grandes críticos da política brasileira, o argentino Carlos Mastrorilli, o seu governo deveria preocupar-se principalmente em ler os textos de Golbery, devendo mesmo servir de orientação à política exterior argentina frente ao Brasil. Pelo menos enquanto o livro do general for doutrina oficial das Forças Armadas e, por extensão, do governo brasileiro.¹³⁷

Em *Geopolítica do Brasil*, Golbery expõe as razões que faziam com que o Brasil estivesse destinado a ser uma grande potência. As nações são determinadas por suas condições e posições geográficas. A América Latina, então, em virtude do seu posicionamento geográfico, estaria comprometida com o campo ideológico dos Estados Unidos. O subcontinente latino-americano era de vital importância no quadro das alianças ocidentais com os Estados Unidos na luta contra o comunismo, sendo que, na América Latina, o Brasil seria o parceiro mais importante dessas alianças: “Que posição ocupa, afinal, o Brasil nesse Ocidente que importa, antes de tudo, definir? A defesa do Ocidente”.¹³⁸ E oferece a seguinte conceituação de Ocidente, quando o define: “o Ocidente vive e persiste, realmente em nós, em nosso passado e em nosso presente, em nosso sangue e em nossos músculos, em nossos corações e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos”.¹³⁹

A superioridade do Brasil nesse quadro de alianças derivava da sua posição geográfica, dos seus recursos naturais e da sua grande população:

¹³⁷ MIYAMOTO; GONÇALVES, op. cit., p. 176.

¹³⁸ SILVA, op. cit., p. 219.

¹³⁹ Ibid., p. 226.

o Brasil, pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do Atlântico Sul, ocupa posição de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades de defesa do Ocidente.¹⁴⁰

Entretanto, Golbery já destacava a vulnerabilidade do subcontinente latino-americano à influência do comunismo:

a América do Sul, com seu baixíssimo padrão de vida, suas seculares iniquidades sociais, sua instabilidade econômica crônica, não se oferecerá fácil à penetração de uma ideologia que sabe falar, demagógicamente, às massas desamparadas, sofredoras e incultas e cujo prestígio se irá crescendo com os espetaculares êxitos alcançados?¹⁴¹

E também apontava a necessidade de os Estados Unidos ajudarem na tarefa de “contenção do comunismo” na América Latina e principalmente no Brasil, devido à posição de destaque que este ocupava no cenário latino-americano:

Importa considerar, porém, que a América Latina – e, em seu contexto, o Brasil –, por suas riquezas econômicas, sua maturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância e, pois, reforçar-lhe a capacidade de resistência eliminando as condições locais tão propícias à final implantação, nesta região, de capital importância para todo o Ocidente, de uma cabeça de ponte comunista ou entreposto favorável aos vermelhos é tarefa das mais relevantes e de maior urgência que as grandes potências ocidentais e, em particular, os E.U.A. tão próximos não poderiam nem deveriam, de forma alguma, descuidar em nível muito inferior de sua ampla lista de prioridades estratégicas. E quem viver, o verá.¹⁴²

Assim, na “luta contra o comunismo” era necessária a criação de uma estratégia nacional, segundo Golbery do Couto e Silva:

De qualquer forma, porém, pode-se bem falar hoje, sem forçar a expressão, de uma estratégia ocidental como um todo bem definido e coerente, válida para todo o âmbito mundial e duradoura no tempo. E essa estratégia merece o nome que já se lhe deu de “estratégia de contenção”, por mais que tal qualificativo lhe houvesse sido mais especificamente aplicado em determinada etapa de sua lenta e penosa formulação. Com efeito, o propósito fundamental, deliberadamente assentado, é nada outro que o de conter o expansionismo comunista em suas atuais fronteiras já dilatadas, impedindo-o de transbordar, onde quer que seja, pelo ataque militar ou pela penetração pacífica, pela agressão tanto ostensiva quanto disfarçada, tanto direta quanto indireta, e prevenindo o lançamento à distância de novos rebentos que venham, numa metástase de que só o comunismo e o carcinoma descobriram o

¹⁴⁰ SILVA, op. cit., , p. 246.

¹⁴¹ Ibid., p. 230.

¹⁴² Ibid., p. 246-247.

segredo maligno, a promover, aquém da cortina de ferro, novos focos da perniciosa infecção, de extinção muito mais difícil depois.¹⁴³

A necessidade do expansionismo ideológico e do crescimento de países na região que compartilhassem da Doutrina de Segurança Nacional, assim como o reconhecimento por parte dos Estados Unidos de que o Brasil estava empenhado na luta anticomunista, já se verificava:

O reconhecimento pelos países líderes do Ocidente, em particular pelos E.U.A., da justeza e solidez de nossos anseios dependerá, entretanto, grandemente de nós. [...] É preciso arregimentar, também, todas as outras nações latino-americanas, igualmente interessadas, em uma campanha coordenada e ativa.¹⁴⁴

As teses de Golbery acabaram por ser as teses da própria Escola Superior de Guerra, sendo compartilhadas pelos demais militares. Recebendo o treinamento e o ideário da ESG (e a maioria possuindo uma forte carga anticomunista), os militares passaram a acreditar na posição estratégica do Brasil na América Latina, no seu “destino manifesto” e na certeza de que o país seria uma superpotência na região. Para isso, seria necessário aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional.

1.3 POLÍTICA INTERNA E POLÍTICA EXTERNA DA DITADURA BRASILEIRA (1964-1968): A CONEXÃO REPRESSIVA NA AMÉRICA LATINA

Os golpes contra-insurgentes latino-americanos tiveram como objetivo primeiro conter a efervescência dos movimentos sociais na década de 1960, assim como aprofundar o modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Dessa forma, o governo João Goulart e suas reformas de base ameaçavam a reprodução do sistema capitalista nos moldes desejados pelo imperialismo norte-americano. O final dos anos 1950 e início dos anos 1960 no Brasil foi marcado pelos avanços e conquistas sociais e políticas, na cidade e no campo. Assim, foram criados o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as Ligas Camponesas (como resposta à exploração no campo e ao latifúndio). Da mesma forma, o movimento estudantil, através da sua entidade, a União Nacional dos Estudantes (UNE), se fazia cada vez mais reivindicativa, enquanto setores subalternos das Forças Armadas se manifestavam por melhores condições de trabalho.

¹⁴³ SILVA, op. cit., p. 240-241.

¹⁴⁴ Ibid., p. 249.

O governo João Goulart acreditava conseguir controlar essas reivindicações através de medidas de redistribuição de renda e crescimento econômico. Porém, tais medidas não acalmavam os setores descontentes, pois estes já haviam se radicalizado em relação a essas reivindicações, fato que assustava os setores conservadores da sociedade – organizados e cada vez mais preocupados e atuantes durante o governo Jango –, como o já citado complexo ESG/IBAD/IPES, além do Movimento Anticomunista, da Campanha da Mulher pela Democracia, da Liga da Mulher Democrata, etc. Conforme Eder Sader:

O próprio Goulart, buscando desesperadamente manter as bases políticas de seu governo, alternava concessões à direita e concessões à esquerda. Mas, enquanto governo de colaboração, esvaziava-se, inservível já para a burguesia tanto quanto para o proletariado. Enquanto as direções deste esperavam uma solução favorável no quadro da legalidade protegida pelas Forças Armadas, o conjunto da burguesia já havia entregue aos oficiais das mesmas Forças Armadas a tarefa de romper a legalidade e golpear as forças sociais que lhe ameaçavam.¹⁴⁵

Assim, sustentados pela ideologia da Segurança Nacional, que trazia consigo o perigo da “guerra revolucionária”, do “inimigo interno” e da necessidade da “contra-insurgência” e da “contenção ao comunismo”, os militares se colocaram como protagonistas do processo que levou à queda do presidente João Goulart. Amparados por corporações multinacionais, instituições civis, contando com o patrocínio dos Estados Unidos e tendo grande apoio das camadas médias e altas da sociedade,¹⁴⁶ os militares deflagraram o golpe. Embasados pela Doutrina de Segurança Nacional, permaneceram mais de vinte anos no poder, sendo a primeira ditadura civil-militar contra-insurgente dentre as que se estenderiam pelo Cone Sul na década de 1970.

1.3.1 A instalação do Estado de Segurança Nacional

No Brasil, no dia 3 de abril de 1964, o Congresso Nacional declarou vago o cargo de presidente da república. Dias após, foi decretado o Ato Institucional nº. 1 (AI-1), pelo qual autorizava o Congresso a eleger um novo presidente. No dia 15 de abril de 1964, o Alto

¹⁴⁵ SADER, op. cit., p. 150.

¹⁴⁶ “O embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, ao comentar a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, realizada no Rio de Janeiro como manifestação de apoio ao levante militar, observou que ‘a única nota triste foi a participação obviamente limitada das classes baixas’”. Cf. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil* (1930-1992). 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993. p. 213.

Comando Militar designou para esse cargo o marechal Castelo Branco.¹⁴⁷

Na análise de Comblin, o caso brasileiro é exemplar sobre a coesão e a força do modelo de segurança nacional.¹⁴⁸ Os militares, dos quais inicialmente se esperava que usassem o seu poder moderador¹⁴⁹ e restituíssem o governo aos civis, permaneceram, rompendo abruptamente as reformas e os avanços conquistados durante o governo João Goulart, e estabelecendo a ordem interna a fim de manter o desenvolvimento capitalista dependente. Para Eder Sader, o golpe de Estado inaugurou uma etapa histórica não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, pois conseguiu neutralizar o crescimento das forças sociais que ameaçavam a reprodução do sistema capitalista e promoveu as condições para uma expansão econômica: “o que lhe imprime uma marca decisiva é o caráter original dessa nova expansão”.¹⁵⁰ Sader destaca que o processo de consolidação dessa nova ordem acabou produzindo, por sua vez, uma situação nova na sociedade brasileira. Dessa forma, não se retornou às condições anteriores do regime capitalista ao se combater os antagonismos políticos e sociais, mas, sim, produziu-se um novo modelo de desenvolvimento econômico e um novo tipo de dominação política:

o processo de consolidação da ordem militar e o processo de transformação do modelo econômico são estreitamente interdependentes: de um lado, a ditadura militar revela-se o regime mais funcional ao novo modelo econômico, de outro, o tipo de relações sociais condicionado pela ditadura estimula a consolidação e desenvolvimento do novo modelo econômico.¹⁵¹

Desse modo, para o autor, a consolidação desse modelo somente ocorreu com a decretação do Ato Institucional nº. 5 (AI-5). Assim, o período de 1964 a 1968 foi “coberto pelos conflitos entre o novo sistema de poder e os setores afetados pelo curso tomado pela contra-revolução”.¹⁵² Maria Helena Moreira Alves também destaca que “a efetiva edificação do Estado de Segurança Nacional resultou de um confronto dialético com a oposição. Foi um processo contínuo de reformulação de planos e normas e de expansão da abrangência do poder coercitivo”.¹⁵³ Com a decretação do AI-1, houve o rompimento do apoio à coalizão

¹⁴⁷ Cf. FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁴⁸ COMBLIN, op. cit., p. 69.

¹⁴⁹ Expressão de Alfred Stepan para se referir ao fato de que os militares, apesar de serem constantemente chamados para intervirem na vida política, não tomavam o poder para si; suas intervenções, quando ocorriam, eram unicamente para retirar o chefe do Executivo, transferindo o poder para outro grupo de civis. Cf. STEPAN, op. cit.

¹⁵⁰ SADER, op. cit., p. 150.

¹⁵¹ Ibid., p. 153.

¹⁵² Ibid., p. 152.

¹⁵³ ALVES, op. cit., p. 64.

civil-militar, iniciando-se o processo dialético Estado/oposição. A autora também considera que foi o quadro legal propiciado pelo AI-5 que possibilitou as profundas transformações estruturais¹⁵⁴ que o Brasil sofreu a partir da sua decretação. Para Carlos Fico, as variações de intensidade da repressão – sendo os anos de 1964 e a conjuntura iniciada em 1968 os momentos de auge – revelam o processo de montagem, apogeu e decadência do complexo de segurança e informações, consolidado a partir de 1969.¹⁵⁵

Uma das primeiras medidas tomadas pelo novo governo civil-militar brasileiro foi a eliminação da vida pública e política dos setores de oposição. Neste momento, o “inimigo interno” configurava-se como os setores vinculados ao governo de João Goulart: o movimento sindical e estudantil, os militares legalistas e os políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), vinculados às propostas das reformas de base do governo deposto. Para tanto, foi decretado o AI-1, que, devido à sua eficácia, foi chamado de “Operação Limpeza”.¹⁵⁶ Este decreto autorizava, entre outros: a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais; a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão durante dez anos; a eliminação do direito ao voto, de candidatura e da participação em atividades político-partidárias; a demissão, dispensa, aposentadoria, transferência para reserva ou a reforma de burocratas civis e pessoal militar. Estas medidas facilitaram tanto o expurgo dos quadros burocráticos e militares ligados ao governo, quanto a cassação de políticos.¹⁵⁷ A política de cassações teve dois resultados: intimidou os demais membros através do “efeito demonstrativo”, e reduziu as possibilidades de coalizão entre o PTB e o Partido Social Democrático (PSD), partidos que mais sofreram expurgos (destacadamente o primeiro).¹⁵⁸ Já os expurgos na burocracia civil retiraram de cena funcionários vinculados ao regime anterior, possibilitando a entrada de pessoas relacionadas ao ideário do novo regime nos quadros burocráticos. Além disso, também foram retirados os militares legalistas e os não-identificados com a Doutrina de Segurança Nacional.

Outra medida estabelecida pelo AI-1 foi a instauração de inquéritos e processos “visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu

¹⁵⁴ Desnacionalização industrial, intensa abertura ao capital estrangeiro e às multinacionais, aumento da dívida externa, pauperização do proletariado, perda de direitos trabalhistas, intensificação da desigualdade social, aumento da concentração de renda, entre outros.

¹⁵⁵ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

¹⁵⁶ Cf. ALVES, op. cit. Sader denomina o processo de expurgos resultante da decretação do AI-1 de “Operação Varredura”. Cf. SADER, op. cit.

¹⁵⁷ O presidente deposto, João Goulart, perdeu imediatamente seu cargo. Juntamente com ele, vários assessores seus e políticos a ele relacionados também foram cassados.

¹⁵⁸ A União Democrática Nacional, num primeiro momento, foi poupada, visto que foi o partido que mais participou na coalizão civil-militar que planejou o golpe de Estado.

patrimônio e a ordem política e social ou *atos de guerra revolucionária*".¹⁵⁹ Assim, foram criados os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), que "constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do 'inimigo interno' como primeiro passo".¹⁶⁰ Comissões de inquérito foram criadas em todos os órgãos governamentais em busca de atividades "subversivas". Somente o fato de ser indiciado num IPM geraria várias repercussões para uma pessoa, podendo chegar até à prisão e tortura. O AI-1 lançou o quadro jurídico do Estado de Segurança Nacional: "o governo de Castelo Branco, ao procurar conciliar a ofensiva repressiva com o seu funcionamento legal, expressa a vontade burguesa mais lúcida, oferecendo às classes dominantes a promessa de um poder político capaz de aniquilar a subversão, mas flexível ao seu controle".¹⁶¹

O Serviço Nacional de Informações foi o responsável pelas bases do aparato repressivo desenvolvido, possibilitado pela legalização da ofensiva estabelecida pelo AI-1. A criação do SNI estava inserida nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional:

a teoria do "inimigo interno" induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os "inimigos", aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista "indireta". Tudo isso implica ainda a centralização do poder de Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato de segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de *facto* do poder no interior do Estado de Segurança Nacional.¹⁶²

Na conceituação de guerra revolucionária, dois aspectos foram enfatizados: a guerra psicológica e o papel dos serviços de informação. Partindo do pressuposto de que o "inimigo interno" agia no plano psicológico, ou seja, militava através das idéias, os alvos de repressão deveriam ser os sindicatos, as instituições de ensino, os meios de comunicação e a Igreja, principalmente. Nessa perspectiva, um sistema de informações era primordial. Ele seria formado pela elite das Forças Armadas, sendo que os mais destacados oficiais foram designados para nele atuarem. Conforme o *Manual básico* da ESG, "um sistema de organização permanente de Informações de Segurança, adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e

¹⁵⁹ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO apud ALVES, op. cit., p. 67.

¹⁶⁰ ALVES, op. cit., p. 69.

¹⁶¹ Ibid., p. 154.

¹⁶² Ibid., p. 48.

execução da Segurança Interna.¹⁶³

Criado e chefiado inicialmente por Golbery do Couto e Silva, em junho de 1964, o SNI tinha como objetivo “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”.¹⁶⁴ O chefe imediato do próprio SNI era o presidente da república, o que acabou fortalecendo o Executivo, pois não competia ao Legislativo e ao Judiciário a supervisão de suas atividades. O SNI acabou por se tornar, na prática, quase tão poderoso quanto o próprio Executivo.¹⁶⁵

No plano econômico, as providências para o assentamento das bases do desenvolvimento brasileiro foram tomadas logo após o golpe. Dentre elas, as perseguições e o fechamento dos sindicatos para facilitar a imposição de medidas contrárias às conquistas trabalhistas adquiridas. Através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), almejava-se reduzir o déficit da economia brasileira através de uma política de controle de salários, que acabou ocasionando o arrocho salarial. Para oferecer um quadro legal a essa política socioeconômica, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pelo qual o trabalhador perdia o direito de estabilidade, podendo ser demitido independentemente dos anos de serviço, pois seria dado um fundo a ele, e a instauração da Lei de Greve, que somente permitia a deflagração de greves consentidas pelo governo – impossibilitando-as, na prática. A oferta de uma mão-de-obra barata, abundante e dócil atraiu em cheio os investimentos estrangeiros. A partir do pronunciamento de McNamara, em 1967, pelo qual foi instituído o binômio Desenvolvimento-Segurança, essas medidas se intensificaram.

Outra providência tomada que também se constituiu em uma das bases que instauraram o Estado de Segurança Nacional foi a decretação do Ato Institucional nº. 2 (AI-2), em 1965: “agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária”.¹⁶⁶ Ressalta-se a orientação que o novo ato dava em relação ao “inimigo interno”, cada vez mais inserido nas premissas da Doutrina de Segurança Nacional, onde a indefinição do conceito era fundamental para a sua eficiência:

¹⁶³ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*, op. cit., p. 438.

¹⁶⁴ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO apud ALVES, op. cit., p. 88.

¹⁶⁵ Golbery vinha planejando um órgão de informação nessa estrutura desde a década de 1950, preparando dossiês sobre mais de 400 mil pessoas. O general, para a criação do Serviço Nacional de Informações, contou com o apoio de consultores norte-americanos. Cf. FICO, *Como eles agiam...*, op. cit.

¹⁶⁶ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Ato Institucional nº. 2, 27 out. 1965. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

A tranqüilidade social, definida como total ausência de oposição, é necessária à realização do modelo econômico de desenvolvimento. Poder-se-ia dizer que o slogan governamental “Desenvolvimento com Segurança” nasceu com o Ato Institucional nº. 2. Além disso, cabe observar que o preâmbulo alterou a definição do “inimigo interno” para incluir não só todos aqueles que estiveram associados ao governo anterior, como a categoria consideravelmente mais ampla de todos que “desafiavam a própria ordem revolucionária”, isto é, todos os membros de qualquer oposição.¹⁶⁷

O AI-2 previa, entre outros: o controle do Congresso, visando ao fortalecimento do Poder Executivo; os processos de civis acusados de crimes contra a segurança nacional passariam à competência de tribunais militares; a regulamentação das atividades dos cassados (que objetivava a eliminação da vida política daqueles condenados como “inimigos internos”); o fim do pluripartidarismo e a adoção do bipartidarismo, possibilitando um partido de apoio à situação e um partido de “oposição consentida” (a fim de canalizá-la para melhor reprimi-la, se necessário).

Em 1967, a constituição – que até então havia permanecido inalterada, sendo vigente a de 1946 – sofreu uma primeira reforma. A Constituição de 1967 legalizava as medidas excepcionais adotadas pela ditadura nos atos institucionais e complementares e institucionalizava o Estado de Segurança Nacional no Brasil. Diferentemente de 1946, quando o conceito de segurança nacional fora associado à agressão externa, a nova constituição alterava o conceito para adequá-lo à Doutrina de Segurança Nacional e ao contexto de Guerra Fria:

A ameaça à segurança nacional era assim definida como uma ameaça antes a *fronteiras ideológicas* do que a *fronteiras territoriais*. Além disso, a defesa da segurança nacional seria responsabilidade não só das Forças Armadas, como de “toda pessoa natural ou jurídica” da sociedade civil. Indivíduos e organizações poderiam ser considerados criminalmente responsáveis por deixar de fornecer informação sobre as atividades daqueles considerados pelo Estado como parte do “inimigo interno” [...] os indivíduos eram juridicamente transformados em informantes.¹⁶⁸

A Constituição de 1967 tentou solucionar um problema que a ditadura brasileira enfrentava: o da sua institucionalização permanente. Além de legalizar as medidas tomadas pelo regime, a constituição criou um Estado centrado quase que exclusivamente no poder Executivo: ao Legislativo somente seria destinada a regulamentação dos projetos elaborados pelo Executivo, enquanto o Judiciário perdeu a função de fiscalizar os dois poderes. Dessa forma, estavam implementadas as condições para que o Terrorismo de Estado fosse

¹⁶⁷ ALVES, op. cit., p. 111.

¹⁶⁸ Ibid., p. 133.

promovido posteriormente, durante os denominados “anos de chumbo”.

No ano de 1968 as contradições da ditadura brasileira chegaram ao auge. Desde a burguesia ao proletariado houve manifestações e mobilizações contra o regime, tais como os movimentos estudantis e as greves operárias. Também ocorreram protestos no Congresso, no Judiciário e na imprensa. Assim, “incapaz de impor-se politicamente, o governo faz suceder a cada abertura uma nova onda repressiva, que só fará aguçar as contradições sem assegurar-lhe nem popularidade nem estabilidade”.¹⁶⁹

Na cúpula militar, crescia a tendência de resolver a crise política através de “métodos drásticos”, objetivando suprimir as contestações nas classes dominantes e a agitação popular. Para isso, no dia 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), que se fundamentava, entre outros, na negação do direito de *habeas corpus* às pessoas enquadradas na Lei de Segurança Nacional. O AI-5 também atribuiu ao Executivo o poder de fechar o Congresso Nacional, de cassar os mandatos eleitorais, de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, submetendo, além disso, os poderes Legislativo e Judiciário ao próprio Executivo (e este às Forças Armadas). Tinha início um novo momento na ditadura brasileira, que também refletiria na sua política externa.

1.3.2 A política externa brasileira e as “fronteiras ideológicas”

Castelo Branco, um dos principais ideólogos da ESG e da DSN, ao assumir a presidência da república, tentou implementar as premissas da doutrina no país, no plano interno e externo. Em relação à política externa brasileira, o governo Castelo Branco foi orientado, sobretudo, pelas “fronteiras ideológicas”:

Durante o castelismo [...] a concepção da realidade internacional era um elemento fundamental do sistema de legitimação do poder [...] a Revolução de 1964 era apresentada – e vivida pelos que assim a apresentavam – como uma etapa da “Guerra Fria”, uma reação defendida contra a agressão comunista internacional. A concepção de um mundo bipolar e segmentado por fronteiras ideológicas funcionava como suporte indispensável à estabilidade institucional e à credibilidade do poder recém-instalado.¹⁷⁰

¹⁶⁹ SADER, op. cit., p. 157.

¹⁷⁰ MARTINS apud PINHEIRO, Leticia. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume, 2000. v. 4. p. 458.

E também pelo princípio de que a preservação da independência nacional pressupunha a aceitação de um grau de interdependência – econômica, política e militar – com os Estados Unidos. Dessa forma, a política externa do governo Castelo Branco foi pautada pelas diretrizes norte-americanas, rompendo com a Política Externa Independente iniciada no governo Jânio Quadros e prosseguida durante o período João Goulart. Seguindo a “teoria dos círculos concêntricos”,¹⁷¹ a política externa enfatizou a manutenção de relacionamentos com os países do bloco capitalista, destacadamente os latino-americanos, aceitando o papel dos Estados Unidos como líder e defensor dos valores do mundo ocidental e cristão. Esse posicionamento fez com que a orientação da política externa brasileira fosse classificada como de “alinhamento automático”.¹⁷² Entretanto, há autores que discordam dessa designação para o posicionamento brasileiro aos interesses norte-americanos: não se questionava o papel maior dos Estados Unidos na defesa do mundo ocidental, mas o Brasil estava se alinhando a este país respeitando os seus interesses nacionais.¹⁷³ Conforme discurso de Castelo Branco:

Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto, nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências – nem mesmo às potências guardiãs do Mundo Ocidental – pois que na política externa destas é necessário fazer a distinção entre os interesses básicos da preservação do sistema ocidental e os interesses específicos de uma grande potência.¹⁷⁴

Assim, considera-se que o apoio brasileiro à política norte-americana seria muito mais em defesa dos seus próprios interesses, e quando as posições norte-americanas coincidissem com as do Brasil, elas seriam defendidas pela ditadura brasileira, dentro de uma visão estratégica defensiva. No entanto, seja por uma ou outra interpretação, a primeira medida tomada pelo novo regime foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba. E dentro dessa tendência, a ditadura brasileira esteve em negociações com o governo norte-americano para o envio de tropas ao Vietnã, em 1964, “quando Castelo Branco trocou cartas com Lyndon Johnson, manifestando solidariedade à política desenvolvida pelos Estados Unidos no sudeste asiático”.¹⁷⁵

¹⁷¹ Os “círculos concêntricos” eram áreas estratégicas em que o Brasil deveria intervir (através de alianças e/ou pressão militar) em casos de ameaça à estabilidade do seu governo. O “círculo concêntrico” do Atlântico Sul era formado pelos vizinhos Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela; o “círculo” da margem do Atlântico referia-se ao litoral do continente africano; e o “círculo” do norte seria em função de conter a Revolução Cubana. Cf. MIYAMOTO; GONÇALVES, op. cit.

¹⁷² Cf. MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 214.

¹⁷³ Cf. CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

¹⁷⁴ CASTELO BRANCO apud MIYAMOTO; GONÇALVES, op. cit., p. 187.

¹⁷⁵ MIYAMOTO; GONÇALVES, op. cit., p. 189.

Nessa perspectiva, dois países sofreram a ingerência da política externa brasileira, em 1964: o Uruguai e a Bolívia. A pressão brasileira no Uruguai tornou-se bastante plausível devido ao fato desse país estar abrigando um grande número de exilados, dentre eles, o ex-presidente João Goulart e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Assim, desde 1964 o Uruguai passou a ser observado com muito interesse, em virtude também da posição geopolítica e geoestratégica ocupada na região platina. O descontentamento com o tratamento que os exilados recebiam das autoridades daquele país propiciou que possíveis planos de invasão fossem arquitetados a partir dos primeiros meses da ditadura brasileira. Esse cuidado, que ao mesmo tempo traduzia-se em controle e cooperação com aliados vinculados ao aparato repressivo uruguaio, perdurou até o golpe de Estado, em 1973, e depois abertamente, a partir do momento em que os dois países estavam em completa sintonia com suas formas de governo: ditaduras contra-insurgentes de Segurança Nacional.

Em novembro de 1964, um golpe derrubou o presidente da Bolívia, Paz Estenssoro, liderado pelo seu vice-presidente, o general René Barrientos. Isto acabou, em grande parte, sendo consequência da política adotada por Paz Estenssoro, quando passou a fortalecer o Exército em detrimento das milícias operárias e camponesas. No período de 1960 a 1964, a Bolívia começou a enviar os seus oficiais aos Estados Unidos para receberem treinamento nas escolas militares, onde lhes foi ministrado o pensamento da Doutrina de Segurança Nacional, com ênfase na guerra revolucionária e no combate ao “inimigo interno”. O golpe de Estado foi dado após Paz Estenssoro tentar se manter no poder através de uma fraude eleitoral. Como denúncia a esse episódio, foi deflagrado um movimento insurrecional liderado pelos centros mineiros, levando o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, o general Ovando Candia, a assumir o governo provisoriamente, pois o presidente havia fugido para Lima. Desse modo, a disputa pelo poder se dividiu em três setores: os mineiros, os camponeses (leais a Paz Estenssoro) e os militares, liderados por Ovando Candia e René Barrientos.

Essa disputa radicalizou-se de maneira tal que:

em Washington, o Secretário de Estado Assistente, Thomas Mann, telefonou ao Embaixador do Brasil, General Juracy Magalhães, para manifestar-lhe a grande preocupação com que os Estados Unidos, mantendo-se em posição de expectativa, acompanhavam a evolução dos acontecimentos na Bolívia. Ele chegou a expressar a confiança em que o Governo de Castelo Branco agiria, por modo a evitar que aquele país se abismasse no caos, contrário aos interesses tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos.¹⁷⁶

Dessa forma, os Estados Unidos, com o apoio do Brasil, a fim de impedir que os

¹⁷⁶ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 216.

setores radicalizados chegassem ao poder, queriam a instalação de uma ditadura na Bolívia, o que acabou por ocorrer, quando o golpe foi dado pelo vice-presidente. E a ditadura brasileira, juntamente com o governo argentino, prontamente reconheceu o governo do general René Barrientos.

No ano de 1965, o Brasil optou por integrar a Força Interamericana de Paz,¹⁷⁷ quando dois terços dos votos dos países integrantes da OEA¹⁷⁸ decidiram pela intervenção na República Dominicana. Os Estados Unidos já haviam invadido de forma unilateral o país, ressuscitando, de certa forma, a política do *big stick* para a América Central. O presidente norte-americano, Lyndon Johnson, argumentou que ordenara o desembarque dos *marines* na República Dominicana porque os países americanos “não podem, não devem e não permitirão o estabelecimento de outro governo comunista”.¹⁷⁹ Porém, isto acabou gerando repercussões negativas no cenário internacional, o que fez com que os Estados Unidos convocassem a votação da OEA. A República Dominicana estava vivendo uma guerra civil, pois houvera um levante popular com apoio de setores militares legalistas para reconduzir ao poder o ex-presidente Juan Bosch, que fora eleito em 1963. Entretanto, ao dar início a reformas estruturais no país, acabou sendo deposto sete meses depois por um golpe de Estado apoiado pelo governo norte-americano. Além disso, a República Dominicana estava na rota do petróleo que saía da Venezuela e ia para os Estados Unidos.¹⁸⁰

O Brasil enviou um contingente de 1.100 soldados para compor a Força Interamericana de Paz.¹⁸¹ Inclusive, esta foi comandada por um oficial brasileiro, o general Hugo Penasco Alvim, enquanto que o comandante das tropas brasileiras foi um dos principais formuladores da percepção geopolítica do governo e responsável pela Diplomacia do Interesse Nacional (como ficou conhecida a política externa no governo Médici), o general Carlos de Meira Mattos. A participação brasileira nessa ação foi a consumação do conceito de “fronteiras ideológicas”; o próprio Castelo Branco referiu-se a elas no discurso oficial em que justificou perante o povo brasileiro a participação na invasão da República Dominicana.

Posteriormente, a ditadura brasileira encontrou na Argentina um importante aliado, na Bacia do Prata, na defesa das “fronteiras ideológicas”. Nesse sentido, destacou-se, particularmente, o general Juan Carlos Onganía, Comandante-em-Chefe do Exército, que

¹⁷⁷ Esta seria integrada por contingentes militares de vários países do continente americano, estando à disposição da OEA, pronta para intervir quando a “ameaça da subversão” se manifestasse.

¹⁷⁸ México, Chile, Peru, Uruguai e Equador foram contrários à intervenção. Cuba já havia sido expulsa da OEA em 1962.

¹⁷⁹ JOHNSON apud MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 218.

¹⁸⁰ *Geopolítica*, Instituto Uruguayo de Estudios Geopolíticos, Montevideo, ano 5, n. 9, abr./ago. 1980, p. 35.

¹⁸¹ El Salvador, Costa Rica, Nicarágua e Honduras (além dos Estados Unidos) também enviaram tropas. Cf. MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 219.

lideraria o golpe de Estado naquele país em 1966. Quando da sua visita ao Brasil, em 1965, Onganía, em seu pronunciamento, se referiu à existência de uma “América militar”, e “defendeu o estabelecimento de uma aliança entre os Exércitos da Argentina e do Brasil, a fim de constituir o núcleo de uma força interamericana e circundar os dois países com uma *fronteira ideológica*, como medida preventiva contra a expansão do comunismo”.¹⁸² Assim, o primeiro país a sofrer ingerência devido à confluência de interesses militares entre o Brasil e a Argentina foi o Uruguai, que ocupa uma posição estratégica entre estes dois países. Efetivamente, em 1965 houve um acordo promovido entre o então ministro de Guerra do Brasil, o general Costa e Silva, e o chefe do Exército argentino, o general Onganía, para ambos os países intervirem militarmente no Uruguai se a atividade sindical aí persistisse.¹⁸³ Assim, a aproximação entre Brasil e Argentina a fim de impedir o avanço comunista no subcontinente latino-americano apontava, no campo militar, para:

1. substituição do conceito de fronteiras nacionais pelo de fronteiras ideológicas;
2. limitação das funções das Forças Armadas nacionais à manutenção da ordem interna;
3. integração de brigadas nacionais em uma *stand-by force*;
4. limitação da modernização das Forças Armadas aos setores integrados ao esquema regional;
5. transferência da função de polícia regional à OEA e retirada, com isto, da responsabilidade de aplicação unilateral pelos Estados Unidos do corolário, em sua dimensão ideológica, da Doutrina Monroe.¹⁸⁴

Entretanto, a partir de 1967, o Brasil começou a abandonar a idéia das “fronteiras ideológicas” e as tentativas de institucionalizar a Força Interamericana de Paz. As próprias Forças Armadas brasileiras eram contrárias a esse órgão, pois consideravam que suas funções ficariam restritas à manutenção da ordem interna do país e, de certa forma, haveria subordinação aos Estados Unidos. Além disso, o envio de tropas brasileiras para a República Dominicana desgastou a imagem do governo Castelo Branco, e este, ao saber que não conseguiria os dois terços dos votos da OEA necessários à criação da Força Interamericana de Paz, desistiu da proposta. Dessa maneira, com a ascensão de Costa e Silva à presidência, houve uma mudança de orientação em relação à política externa brasileira: a interdependência, as “fronteiras ideológicas” e a “segurança coletiva” (proposta pelos “círculos concêntricos”) foram abandonadas, restaurando o “interesse nacional como

¹⁸² MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 221.

¹⁸³ A possível intervenção conjunta do Brasil e Argentina no Uruguai será analisada no capítulo 2.

¹⁸⁴ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 231-232.

fundamento de uma política externa soberana”.¹⁸⁵ Portanto, a defesa das instituições nacionais contra a “subversão” e o “avanço do comunismo” era de responsabilidade das Forças Armadas de cada país agredido, renunciando-se, então, à “segurança coletiva”, mesmo com a realização da Conferência Tricontinental, em 1966, e do surgimento da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967, ambas em Havana, na qual prevaleceu a estratégia do foco guerrilheiro, nas emblemáticas palavras de Ernesto Che Guevara: “criar um, dois, três Vietnãs”.

Desse modo, conforme Moniz Bandeira, o governo Costa e Silva, ao abandonar as “fronteiras ideológicas” pôs fim “à tese de institucionalização dos mecanismos continentais de defesa coletiva contra a subversão, por não acrescentarem eficácia aos meios de controle disponíveis e poderem até desfigurar a ‘imagem dos verdadeiros compromissos de solidariedade continental já obtidos’”.¹⁸⁶ Assim, o abandono das “fronteiras ideológicas”, a decretação do AI-5, a qualificação e quantificação da repressão – com suas bases já assentadas por meio de vários mecanismos considerados “legais” – e a emergência do “Brasil potência” iriam configurar uma nova etapa na política externa brasileira durante os “anos de chumbo”.

* * * * *

A partir da Guerra Fria, os Estados Unidos elaboraram a Doutrina de Segurança Nacional, com o propósito da contenção da União Soviética e do avanço comunista. Esta foi destinada à América Latina, Ásia e África. No caso do subcontinente latino-americano, a potência capitalista inicialmente não percebeu essa região como preocupante para a manutenção da sua estabilidade, conforme se verifica nos gastos militares destinados à América Latina. Baseando suas políticas e doutrinas num virulento anticomunismo, o papel intervencionista norte-americano, no contexto de Guerra Fria, pôde ser percebido na X Conferência Interamericana, em 1954, quando a Guatemala foi acusada de ser cabeça-de-praia do comunismo na América Latina. Entretanto, até esse momento, a DSN baseava-se numa estratégia militar destinada a uma guerra clássica em uma escala global, conforme pode ser apreendido pelos artigos do TIAR, estabelecido a fim de inserir a América Latina nesta

¹⁸⁵ COSTA E SILVA apud MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 238.

¹⁸⁶ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 236.

perspectiva.

Porém, com o êxito da Revolução Cubana e principalmente após o fracasso da invasão da Baía dos Porcos, a DSN difundida aos oficiais latino-americanos que recebiam treinamento militar nas escolas de guerra norte-americanas foi acrescentada a “contra-insurgência”. Esta nada mais era do que o antídoto à guerra revolucionária proposta por ingleses e franceses durante as lutas de libertação nacional das suas antigas colônias. Unindo ação cívica à formação de programas militares, a guerra contra-insurgente tentou desestabilizar e impedir a infiltração do comunismo nos demais países da região. Ela se expressou na forma da Aliança para o Progresso e na adaptação de vários centros militares, agora divulgando esse novo corpo doutrinário. Contudo, os aspectos socioeconômicos acabaram sendo abandonados pelos Estados Unidos, restando somente o caráter militar, sustentado por forte anticomunismo. A instalação das ditaduras civil-militares do Cone Sul das décadas de 1960 e 1970 insere-se nesse contexto de mudança de perspectiva.

Essas ditaduras foram sustentadas pela ideologia da Doutrina de Segurança Nacional, a fim de manter o desenvolvimento do modelo econômico desses países (baseado no capitalismo dependente), o qual, segundo as elites locais e o grande capital, estava sendo ameaçado devido às radicalizações das reivindicações e dos avanços obtidos por vários setores sociais. A aplicação das diretrizes da DSN trouxe como consequência o uso do Terrorismo de Estado como forma de dominação. O emprego da DSN e do Terrorismo de Estado tiveram fins econômicos, e para se chegar a estes, houve necessidade de controle político e social.

A singularidade da ditadura brasileira apontou para a reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional pela ESG, notadamente o acréscimo dos objetivos da geopolítica brasileira nessa variante. Golbery do Couto e Silva teve destacado papel na formulação das questões geopolíticas adaptadas ao contexto da Guerra Fria, inserindo-as na Doutrina de Segurança Nacional. Suas obras tornaram-se referência para estudiosos da geopolítica, principalmente nos demais países do Cone Sul. A ESG também enfatizou a difusão do ensinamento da guerra revolucionária através dos seus manuais. Nessa concepção de guerra, a guerra convencional seria substituída pela guerra ideológica, não sendo mais respeitadas as fronteiras nacionais dos países, pois, onde houvesse “ameaça comunista”, seria necessário agir. Isto foi estabelecido pela percepção de “fronteiras ideológicas”, o que pautou a política externa brasileira nos primeiros anos de ditadura (“fronteiras ideológicas de Onganía e Costa e Silva”).

O conceito de “inimigo interno” e, principalmente, a sua indefinição, foi fundamental

na DSN. O “inimigo” poderia ser qualquer um: bastava que, de alguma maneira, se opusesse ao regime. O aparato repressivo das ditaduras foi montado com base neste “inimigo interno”, que desestabilizava o regime e colocava em perigo a segurança interna do país. Salienta-se também, como já foi demonstrado, que a DSN desfazia a diferenciação entre política interna e política externa. Dependendo das circunstâncias, os mesmos métodos aplicados na busca da segurança nacional na política interna poderiam ser aplicados fora do seu território nacional: estas ações eram sustentadas pelas “fronteiras ideológicas”. Assim, a ditadura brasileira encarou como legal sua interferência – militar, inclusive – em outros países, como a República Dominicana, a Bolívia e o Uruguai.

País considerado de posição estratégica na Bacia do Prata, o Uruguai, desde o golpe de Estado no Brasil, em 1964, foi alvo de interferência da política externa brasileira. Esta situação se prolongou no tempo até o golpe de Estado uruguaio. Assim, entre 1964 e 1973, a política externa brasileira em relação ao Uruguai se caracterizou por cooperação, ameaças de intervenção, pressão econômica, entre outras. Com os expurgos ocorridos através da “Operação Limpeza”, centenas de brasileiros exilaram-se em Montevideú, capital do Uruguai. Desse modo, para a ditadura brasileira, foi necessário controlar e vigiar seu “inimigo interno”, mesmo estando localizado em outro país, pois, pela concepção das “fronteiras ideológicas” isso não era considerado um impedimento. O exílio brasileiro no país vizinho foi um fenômeno preocupante para a ditadura até 1968, quando começou o processo da escalada autoritária no Uruguai. A partir desse momento, a maioria dos exilados que ali se encontrava acabou indo para o Chile, conforme será analisado no próximo capítulo.

Costa e Silva, apesar de ter sido, juntamente com o chefe do Exército argentino, Onganía, um dos divulgadores do uso da concepção de “fronteiras ideológicas”, ao chegar à presidência da república, acabou abandonando-a. O general considerava que era necessário ater-se a uma política externa mais soberana; também rompeu com a noção de interdependência e de segurança coletiva. A busca por uma maior soberania em relação aos demais países da América do Sul, a gestação do “milagre econômico”, a noção de “Brasil potência” e a decretação do AI-5 modificaram o plano interno da ditadura brasileira, o que levou à modificação também da sua política externa. Estas alterações da política interna serão analisadas no capítulo 3, quando serão tratados os “anos de chumbo” (1968-1974), e as conseqüências do impacto dessas medidas nas relações com o Uruguai serão contempladas no capítulo final.

2 VIGIANDO O “INIMIGO INTERNO” ALÉM DA FRONTEIRA: O EXÍLIO BRASILEIRO NO URUGUAI (1964-1967)

A capital do Uruguai era a Meca da revolução nacionalista-popular no Brasil.
Flávio Tavares¹⁸⁷

*O governo uruguaio, pachorrento e paternal, via com tolerância a presença
e as atividades dos asilados políticos brasileiros, certo de que elas
nenhum perigo configuravam para a segurança do próprio Uruguai.*
Manoel Pio Corrêa¹⁸⁸

*Para los ejércitos latinoamericanos no deben existir
fronteras políticas, sino ideológicas.*
Gen. Juan Carlos Onganía¹⁸⁹

Os expurgos que ocorreram no Brasil devido à instalação do Ato Institucional nº. 1 (AI-1) visavam retirar da política, da administração governamental e das Forças Armadas as bases de apoio vinculadas ao governo deposto pelo golpe de 31 de março de 1964. Isso possibilitou que a composição partidária pudesse ser alterada, que os quadros da burocracia fossem preenchidos com funcionários adeptos às novas orientações e também que os cargos-chave das Forças Armadas fossem ocupados somente por militares desvinculados do governo anterior e próximos das orientações da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Além disso, houve acirrada perseguição aos movimentos sindicais e à União Nacional dos Estudantes (UNE). Estes alvos caracterizaram-se como os primeiros “inimigos internos” da ditadura recém-instalada.¹⁹⁰ Muitas pessoas atingidas pelo AI-1 optaram pelo exílio político.

Nesta dissertação, o exílio político ocasionado pela ditadura brasileira é compreendido segundo a definição de Denise Rollemberg:

uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura civil-militar. É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos

¹⁸⁷ Jornalista brasileiro. In: TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1999. p. 176.

¹⁸⁸ Embaixador brasileiro no Uruguai, de 1964 a 1966. In: CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v. p. 855.

¹⁸⁹ Comandante-em-Chefe do Exército argentino entre 1963 e 1966. Ditador da Argentina de 1966 a 1970. Apud GUTIÉRREZ, Carlos Maria. El plan de los gorilas. *Marcha*, Montevideo, 10 set. 1965, p. 9.

¹⁹⁰ O AI-1 teve suas ações reforçadas pela decretação do Ato Institucional nº. 2, em 1965. Muitas pessoas que não foram atingidas pelo AI-1 acabaram vítimas do decreto posterior.

assassinatos, da imposição à clandestinidade; como uma tentativa de destruição de uma determinada experiência política.¹⁹¹

Montevidéu foi a cidade que acabou por abrigar grande parte da primeira geração de exilados brasileiros.¹⁹² Para lá foram, entre outros, o presidente deposto, João Goulart; o ex-governador do estado do Rio Grande do Sul e deputado federal pelo Rio de Janeiro, Leonel Brizola; o reitor da Universidade de Brasília e chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro; um dos principais assessores de Brizola, Paulo Schilling; e um dos líderes da revolta dos marinheiros, em 1964, o almirante Cândido Aragão. Conforme Rollemberg, a primeira leva de exilados tinha em comum

a experiência dos embates da conjuntura anterior ao golpe: as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado, os comícios na Central do Brasil, a *reforma agrária na lei ou na marra*, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros. Entretanto, em geral, associa-se a primeira geração àqueles que se identificavam com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e a partidos políticos legais, como o PTB [Partido Trabalhista Brasileiro], ou ilegais, como o PCB [Partido Comunista Brasileiro].¹⁹³

Apesar dessa geração de exilados ter buscado refúgio em vários países (México, Chile, Bolívia, Argélia, França), o Uruguai e, destacadamente a cidade de Montevidéu, constituiu-se na “capital do exílio”. Este país possuía uma sólida tradição democrática e uma forte solidariedade aos asilados políticos. Desde a década de 1950, o Uruguai abrigava cidadãos paraguaios, exilados desde o estabelecimento da ditadura de Alfredo Stroessner, em 1954, bem como argentinos que fugiram após a queda de Juan Domingo Perón, em 1955. É difícil mensurar o número de exilados brasileiros que foram para Montevidéu, mas estima-se que tenha sido entre 500 e 1.000 pessoas recebidas pelo governo uruguaio.¹⁹⁴ Esta cidade passou a ser vista como sinônimo de lugar de liberdade de expressão política. O jornalista Flávio Tavares relata, nas suas memórias, como os exilados brasileiros percebiam o clima político existente em Montevidéu:

Propício mesmo para a conspiração era aquele clima de Montevidéu: liberdade absoluta, partidos de todos os matizes e todos legalizados (até os trotskistas e anarquistas, estigmatizados no resto do mundo, lá tinham sede, bandeiras, jornais e

¹⁹¹ ROLLEMBERG, Denise. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 281.

¹⁹² A segunda geração de exilados foi a de 1968, após a decretação do Ato Institucional nº. 5, sendo composta principalmente por integrantes da luta armada e do movimento estudantil.

¹⁹³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 50.

¹⁹⁴ Ibid.

congêneres). E, além de tudo, muitos livros e revistas contando da utopia e da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da avenida 18 de Julio ou da rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta.¹⁹⁵

Teresa Marques destaca que os exilados brasileiros acabaram encontrando muitas afinidades políticas com a sociedade uruguaia em geral, como a objeção ao golpe de Estado, o discurso nacionalista, o antiimperialismo norte-americano, o apoio às questões trabalhistas e à Revolução Cubana.¹⁹⁶ A população uruguaia, inclusive, chegou a constituir o “Movimento Uruguaio de Solidariedade com o Povo Brasileiro”, composto por várias organizações desse país, segundo informa, em 19 de agosto de 1964, o telegrama da Embaixada brasileira em Montevideu para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty):

De acordo com o jornal “Época” de hoje ficou definitivamente constituído o “Movimento Uruguaio de Solidariedade com o Povo Brasileiro”. A junta diretiva que presidirá está integrada pelas seguintes organizações: Ateneu do Uruguai, Central dos Trabalhadores, Associação de Imprensa, Federação Uruguaia do Magistério, jornal Época, Junta Patriótica Portuguesa, Comitê de Melo “Pró Volta da Legalidade no Brasil”, União Feminina do Uruguai e Associação Cultural Amigos da África. Dentre várias moções aprovadas pela junta diretiva, contam-se as seguintes: autorizar a junta diretiva a designar comissão de redação de notas dirigidas aos governos uruguaio e brasileiro. Realizar a sete de setembro próximo no lugar a ser fixado o primeiro ato público de solidariedade para com o povo brasileiro.¹⁹⁷

A criação e a atuação desse movimento por parte de setores da sociedade também passaram a ser monitoradas pela polícia uruguaia. O informe mensal de setembro de 1964, elaborado pelo *Departamento de Inteligencia y Enlace*, assim relatava a problemática da “Solidariedad con Brasil”:

En el informe n.º 1, correspondiente al mes de agosto de 1964, se brindó amplia información sobre la creación en nuestro medio, de una entidad solidaria con el pueblo brasileño, denominada “MOVIMIENTO URUGUAYO DE SOLIDARIEDAD CON EL PUEBLO BRASILEÑO”, hecho ocurrido el 14 de agosto, con la asistencia de unas 40 personas [...]. El día 3 de setiembre, entre las horas 21.50 y 23.30, tuvo lugar una reunión, la primera del novel Movimiento, a las que asistieron unas 15 personas. [...] pero el temario, en esta oportunidad, versó sobre las medidas que adoptarán los Gobiernos de Uruguay y Brasil, ante la nueva temporada veraniega, es decir, movimiento de turistas entre ambos países,

¹⁹⁵ TAVARES, op. cit., p. 175.

¹⁹⁶ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Didadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. 205 f. Cuiabá: UFMT, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006. Cabe ressaltar que poucos são os estudos referentes ao exílio brasileiro durante a ditadura civil-militar, principalmente o da denominada “primeira geração”.

¹⁹⁷ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevideu. Telegrama enviado pela Embaixada brasileira em Montevideu. n. 242. Montevideu, 19 ago. 1964.

conversándose también sobre las medidas que debían adoptarse para el festejo del 142º. Aniversario del “Grito de Ipiranga”.¹⁹⁸

A ditadura brasileira pressionava constantemente o governo uruguaio para que este controlasse os exilados brasileiros, restringindo suas ações. Segundo o Itamaraty, o Uruguai estava infringindo as regras do direito do asilo político, ao permitir que os exilados exercessem livremente atividades consideradas subversivas pela ditadura, como concessão de entrevistas a periódicos, reuniões, entre outros. Porém, pela vigente Lei de Asilo,¹⁹⁹ cabia ao país que acolhia o asilado impor as condições, e não ao que o expulsou, fato totalmente ignorado pela ditadura brasileira, gerando pressões políticas, diplomáticas e econômicas sobre o país vizinho. Diante das acusações de que exilados estariam manifestando-se politicamente na imprensa e na televisão, o governo uruguaio contra-argumentava que aquelas não eram pertinentes, como consta no seguinte trecho do ofício emitido pelo Ministério das Relações Exteriores do Uruguai para a Embaixada brasileira:

A la luz del exámen realizado sobre la conducta de los asilados brasileños se desprende que la misma no ha configurado, hasta ahora, ninguna transgresión a los principios enunciados y bajo los cuales aquellas personas deben conducirse en el país. En efecto, sin perjuicio de las limitaciones antedichas, los refugiados políticos en el Uruguay gozan de amplia libertad de emisión del pensamiento, facultad reconocida por la Constitución de la República a todos los habitantes. En la República no existe ninguna forma de censura para las manifestaciones que se hagan a través de la prensa y radio y televisión. En consecuencia los asilados brasileños radicados en nuestro país se hallan bajo el amparo de ese principio mientras las manifestaciones que formulen no revistan el carácter de propaganda subversiva contra las instituciones del Estado de que provienen. La interpretación de tales actos, de acuerdo a los principios y normas legales internas que rigen en la materia, deberá, necesariamente ser apreciada con criterio estricto, evitando cualquier cercenamiento de la libertad individual.²⁰⁰

¹⁹⁸ Dirección de Investigaciones. Departamento de Inteligencia y Enlace. Informe mensual nº. 2 – Actividad político gremial correspondiente a setiembre de 1964. Problemas internacionales – 1. Solidaridad con Brasil. Documentação do Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos gentilmente cedida por Universindo Rodríguez Díaz.

¹⁹⁹ Na América Latina, a problemática da concessão do asilo diplomático e territorial foi abordada numa série de instrumentos regionais, dentre eles: o Tratado de Direito Penal Internacional (Montevidéu, 1889); o Acordo sobre Extradicação (Caracas, 1911); a Convenção sobre o Asilo (Havana, 1928); a Convenção sobre o Asilo Político (Montevidéu, 1933); a Convenção sobre o Asilo Diplomático (Caracas, 1954) e a Convenção sobre o Asilo Territorial (Caracas, 1954). Desta última, têm-se os seguintes dispositivos: Artigo VII – A liberdade de expressão de pensamento, que o direito interno reconhece a todos os habitantes de um Estado, não pode ser motivo de reclamação por outro Estado, baseada em conceitos que contra este ou seu governo expressem publicamente os asilados ou refugiados, salvo no caso de tais conceitos constituírem propaganda sistemática por meio da qual se incite ao emprego da força ou da violência contra o governo do Estado reclamante. Artigo VIII – Nenhum Estado tem o direito de pedir a outro Estado que restrinja aos asilados ou refugiados políticos a liberdade de reunião ou associação que a legislação interna deste reconheça a todos os estrangeiros dentro do seu território, salvo se tais reuniões ou associações tiverem por objetivo promover o emprego da força ou da violência contra o governo do Estado reclamante. [...] Disponível em: <<http://www.cedin.com.br>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

²⁰⁰ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevidéu. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 357. Montevidéu, 30 jul. 1964.

O posicionamento da ditadura brasileira, neste primeiro momento, pode ser compreendido no cenário gerado no Uruguai, no período entre 1964 e 1967, principalmente devido à concentração de exilados brasileiros. Baseado na percepção das “fronteiras ideológicas”, o Brasil considerava totalmente válido questionar o governo uruguaio – seja através da ameaça velada de violações das fronteiras, ou de pressões das mais variadas formas – para vigiar o “inimigo interno” que estava destacadamente no Uruguai, fora das suas fronteiras territoriais. Apesar das autoridades uruguaias e da população em geral terem apoiado os exilados e as suas reivindicações, determinados setores sociais e parte das forças policiais e militares posicionaram-se a favor dos interesses da ditadura brasileira, o que viabilizou, a curto prazo, o estabelecimento eficiente de mecanismos de controle e monitoramento dos exilados, tanto por parte do Brasil quanto do Uruguai. Este foi o caso, por exemplo, do periódico *El Día*, do *Partido Colorado*, que apoiou o golpe de Estado no Brasil, utilizando-se do mesmo discurso anticomunista proferido pelos militares brasileiros, conforme pode ser percebido no título da reportagem “Brasil: prueban ingerencia cubana para desatar sangrienta revolución: elementos izquierdistas iban a dar um golpe revolucionário”.²⁰¹

O controle dos exilados deu-se através dos órgãos civis e militares de informação, repressão e espionagem. Neste capítulo, é fundamental a análise da atuação das Seções de Ordem Política e Social (SOPS), localizadas em algumas delegacias regionais e submetidas ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) na verificação do monitoramento realizado pela ditadura sobre os exilados brasileiros e os “pombos-correio”. O DOPS acabou desempenhando importante papel como polícia política do Rio Grande do Sul, estado fronteiriço com o Uruguai e principal rota de saída para os exilados, o que acabou implicando em especial atenção das forças repressivas.

Os órgãos diplomáticos também participaram do sistema de informações da ditadura. Para tanto, foi criado o Centro de Informações do Exterior (CIEx), vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para espionar os brasileiros que haviam se retirado do país, seja por exílio, fuga ou banimento. A Montevideu do exílio brasileiro foi o “laboratório” para a criação desse centro. O mesmo esteve ativo durante toda a ditadura e se projetou, também, para outros países, principalmente os do Cone Sul.

Grande parte dessa primeira geração de exilados permaneceu em Montevideu aproximadamente até 1967. O confinamento de Leonel Brizola na cidade-balneário de

²⁰¹ Brasil: prueban ingerencia cubana para desatar sangrienta revolución. *El Día*, Montevideo, 8 abr. 1964, p. 1.

Atlântida,²⁰² o fracasso da guerrilha do Caparaó²⁰³ e principalmente a ascensão de Pacheco Areco à presidência do Uruguai – que ocasionou o início da escalada autoritária neste país, conforme será analisado no capítulo 4 –, foram fatores de dispersão. Apesar disso, o Uruguai continuou a ser receptor do exílio brasileiro até 1970, quando o Chile de Salvador Allende se constituiu em local mais seguro. Com o golpe de 1973 no Uruguai, grande parte dos exilados que aí permaneciam partiram para o Chile. Entretanto, quase dois meses depois, seriam vítimas das perseguições, seqüestros, prisões e assassinatos perpetrados pela ditadura de Augusto Pinochet.

2.1 A FRONTEIRA COMO ESPAÇO SENSÍVEL DA SEGURANÇA NACIONAL E O PAPEL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A percepção da função das fronteiras nacionais foi reavaliada a partir da Doutrina de Segurança Nacional. A “ameaça do comunismo”, alastrando-se pelo subcontinente latino-americano, não era percebida somente pela repressão brasileira. O Paraguai de Stroessner, a Argentina de Juan Carlos Onganía e o Uruguai ainda democrático, juntamente com o Brasil, vislumbravam a necessidade de uma ação conjunta para combater o perigo da “subversão”, conforme atesta documento de 1967:

Tengo el honor de dirigirme al señor Ministro para remitir adjunto un artículo aparecido en el “Jornal do Brasil” del día de la fecha, relativo a la reciente visita del Ministro del Ejército, General Lira Tavares a Paraguay, oportunidad en que, según informaron miembros de su comitiva, el Presidente Stroessner sostuvo la necesidad de estructurar un plan de acción común entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay “para combatir la subversión en el Continente”, expresando que ya había mantenido conversaciones en tal sentido con el Comandante de la Escuadra Argentina y con el Ministro de Defensa de nuestro país.²⁰⁴

O temor da “ameaça comunista”, que se colocara para os governos no contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana, ultrapassando fronteiras nacionais, também pode ser

²⁰² As autoridades uruguaias, cedendo às pressões da ditadura brasileira, confinaram Leonel Brizola no balneário de Atlântida, em 1965, sob forte controle policial.

²⁰³ Primeiro movimento armado contra a ditadura brasileira. Ocorreu entre 1966 e 1967, na serra do Caparaó (divisa do Espírito Santo com Minas Gerais) tendo sido organizado pelo Movimento Nacionalista Revolucionário. Descoberto pelos serviços de inteligência da ditadura, foi derrotado pelo aparato repressivo em 1967.

²⁰⁴ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício confidencial enviado pela Embaixada uruguiaia no Rio de Janeiro. caixa 169/ carpeta 2/ sección 1ª – 598/967-1ª-2/67. Rio de Janeiro, 24 mayo 1967.

avaliado na ordem de busca seguinte, emitida pela Chefatura de Polícia do Departamento de Rocha, no Uruguai, em 1967. Essa delegacia de polícia entrou em contato com a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, responsável por difundir a informação para o DOPS/RS e, posteriormente, para as SOPS, demonstrando a conexão repressiva que foi estabelecida a partir da instalação da ditadura no Brasil, sob os auspícios da DSN:

ORDEM DE BUSCA Nº. 160/67

1 – DADOS CONHECIDOS:

REFERÊNCIA: Elementos que participam de uma rede de contrabandistas estariam envolvidos em atividades subversivas, de caráter comunista, que envolveria diversos países latino-americanos, entre eles o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Chile, pelos quais a rede teria ramificações, utilizando a mesma para contrabando e os seus contatos para atividade subversiva. [...] ²⁰⁵

A fronteira brasileira passou a ser percebida como o último local de alcance da repressão (o que nem sempre ocorria, em realidade). Entretanto, cruzá-la não era tão fácil: a fronteira havia se constituído em um verdadeiro alçapão. Este foi o caso, por exemplo, do militante político do PCB, Célio Augusto Guedes. Em julho de 1972, recebeu a missão de ir ao encontro de outro militante, Fued Saad, que havia retornado de Moscou e se dirigido para o Uruguai, a fim de entrar clandestinamente no Brasil. Ao cruzar a fronteira de Jaguarão e Ríó Branco, os dois militantes foram identificados, detidos pela polícia e transportados em um avião para a sede do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), no Rio de Janeiro. Guedes morreu em virtude das torturas recebidas nesse centro de detenção, aos 53 anos de idade. A família somente foi notificada do seu falecimento quinze dias depois. A causa da morte relatada foi suicídio: Célio Guedes teria se atirado da janela do sétimo andar. ²⁰⁶

A cooperação entre as ditaduras atingiu seu auge com a Operação Condor e prosseguiu, posteriormente, com o golpe de Estado na Argentina, em março de 1976. Neste momento, o Cone Sul fechou-se sob as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional: a *ratonera* ²⁰⁷ estava armada. A partir daqui, a colaboração repressiva transformou-se em ação coordenada e conjunta. Dessa forma, a repressão desconheceu fronteiras, e o intercâmbio de prisioneiros políticos entre os países e a perseguição de exilados tornaram-se práticas corriqueiras efetuadas na região. Com a institucionalização da Operação Condor, as medidas de segurança intensificaram-se, pois os “inimigos internos” nacionais passaram a ser inimigos

²⁰⁵ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.1.532.6.3. Porto Alegre, 1967.

²⁰⁶ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 306-307.

²⁰⁷ Expressão comumente utilizada no castelhano para designar uma armadilha.

dos outros países, também. Mas as fronteiras somente foram válidas para os opositores; a repressão as desconheceu. Ou seja, as fronteiras políticas nacionais funcionaram como barreiras contra os perseguidos e as redes de solidariedade, enquanto eram muito fluidas para o trânsito de agentes repressivos. Com as ditaduras do Paraguai, Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina, foi traçado o mapa do medo no Cone Sul, onde a possibilidade de escapatória tornou-se muito difícil.

O estado do Rio Grande do Sul, que faz fronteira com o Uruguai e a Argentina, exerceu um papel de baluarte da defesa nacional da ditadura brasileira. O aparato repressivo desse estado tinha essa preocupação muito bem definida. Paradoxalmente, para a oposição e para as vítimas da DSN, era praticamente uma rota obrigatória para conexão com o exterior. O Rio Grande do Sul, inclusive, foi palco de operativos da Condor. O Brasil havia se tornado local de encontros e de rota de saída e de entrada de organizações estrangeiras em função de, no final da década de 1970 e início da década de 1980, apontar caminhos para a abertura, como a liberdade de imprensa, a reorganização do movimento sindical e a oposição partidária, entre outros. Entretanto, a máquina repressiva da ditadura brasileira não havia sido desmontada, e tampouco estava desconectada da realidade global do Cone Sul.

O primeiro caso da Operação Condor ocorrido em território brasileiro foi o seqüestro dos uruguaios Lílian Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, juntamente com os filhos de Lílian, Camilo (de nove anos) e Francesca (de três). Estes seqüestros ocorreram em Porto Alegre, em 1978, realizados em uma ação conjunta brasileira e uruguaia.²⁰⁸ Lílian e Universindo encontravam-se no Brasil elaborando um dossiê a respeito da violação dos direitos humanos no Uruguai. Seus seqüestros foram organizados pela *Compañia de Contrainformaciones del Ejército* uruguaio, fazendo parte da operação *Zapato Roto*, que tinha por finalidade deter os militantes do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP) residentes no Brasil (dentre eles, o líder do partido, Hugo Cores, que se encontrava em São Paulo).

Para a realização do seqüestro, o chefe do Departamento II do Estado-Maior do Exército uruguaio, Calixto de Armas, contatou o chefe do Estado-Maior do III Exército brasileiro, general Paulo de Campos Paiva. Este, por sua vez, entrou em contato com sua instituição superior, o Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, que aceitou a realização da operação. A fim de colaborar com os militares uruguaios, o DOPS/RS foi

²⁰⁸ As informações sobre o seqüestro dos uruguaios em Porto Alegre foram retiradas de PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 755-766.

notificado. Segundo Enrique Serra Padrós:

A ação tinha tudo para dar certo. A tarefa simples de prender um casal de uruguaios e duas crianças, na capital gaúcha, seria executada por profissionais de reconhecida experiência: do lado uruguaio, uma organização que acumulava mais de 150 seqüestros bem sucedidos na Argentina; do lado brasileiro, a comprovada eficiência do DOPS e do delegado Seelig.²⁰⁹

Lílian, Universindo e as crianças foram levados para o Palácio da Polícia, sede do DOPS/RS. Ali, Lílian e Universindo foram submetidos a torturas, sendo transportados depois para a fronteira (no parque Santa Teresa, a poucos quilômetros do Chuy), onde foram novamente torturados. Lílian foi utilizada como isca pelos agentes para tentar capturar outros “subversivos” uruguaios. Porém, isto não ocorreu diante da intromissão imprevisível do repórter Luiz Cláudio Cunha e do fotógrafo João Baptista Scalco. A operação fracassou, embora não tenha evitado o seqüestro das pessoas citadas. Ainda, um impasse acabou sendo gerado entre os seqüestradores: os repressores uruguaios não estavam acostumados a tratar com a imprensa interferindo nas suas operações; já os repressores brasileiros não possuíam a tradição de seqüestrar crianças. Devido à cobertura da imprensa, a ditadura uruguaia foi obrigada a reconhecer legalmente a prisão dos seqüestrados e entregar Camilo e Francesca à avó. Lílian e Universindo só obtiveram sua liberdade em 1983.

O segundo caso foi o seqüestro de integrantes do grupo guerrilheiro *montoneros*, da Argentina.²¹⁰ O primeiro seqüestro de um *montonero* no Brasil, ocorrido em 1974, foi de responsabilidade das forças repressivas brasileiras. Os cinco restantes ocorreram depois de 1976, e foram organizados pelo Batalhão de Inteligência 601, que articulava os serviços argentinos de informação. Uma das suas funções era deter os *montoneros* que tentavam regressar à Argentina via países limítrofes. Para tanto, foi arquitetado o *Operativo Murciélagos*, concentrando-se nas duas zonas de fronteira mais utilizadas pelos militantes: Paso de Los Libres-Uruguaiana (Rio Grande do Sul) e Las Cuevas, entre a província argentina de Mendoza e os Andes (Chile). Esses seqüestros ocorreram durante a chamada Contra-Ofensiva Popular, quando os *montoneros* exilados resolveram voltar do México e da Espanha para desencadear uma ofensiva final contra a ditadura argentina. Totalmente infiltrados, os guerrilheiros foram detidos quando tentaram adentrar em território argentino e também

²⁰⁹ PADRÓS, op. cit., p. 758.

²¹⁰ As informações sobre o seqüestro dos *montoneros* foram retiradas de MARIANO, Nilson. *Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. 135 f. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

quando resolveram voltar para o exílio, devido ao fracasso da contra-ofensiva.

Três deles foram seqüestrados no Rio de Janeiro, em situações diversas, nos anos de 1978 e 1980. Já os dois últimos seqüestros de *montoneros* no Brasil ocorreram na fronteira da Argentina com o Rio Grande do Sul, em Uruguaiana-Paso de los Libres, em junho de 1980. O padre Jorge Oscar Adur e o estudante universitário Lorenzo Ismael Viñas estavam tentando sair da Argentina quando foram presos na fronteira. Levados para os porões argentinos, entraram na lista de desaparecidos.

Uma medida tomada pela ditadura argentina foi a colocação de *marcadores* na fronteira, a partir de 1978. Os *marcadores* eram guerrilheiros que haviam sido capturados e, quebrantados pela tortura, eram obrigados a prestar o papel de informantes, identificando companheiros que tentavam entrar ou sair do país. Conforme Nilson Mariano, essa função foi desempenhada, por exemplo, pela “1ª-tenente *montonera* Silvia Tolchinsky, a *Chela*, [...] obrigada a ‘marcar’ passageiros de ônibus no cruzamento Paso de los Libres-Uruguaiana”.²¹¹ Aliás, nesta fronteira, a repressão argentina transformou a fazenda *La Polaca* em um centro de detenção, tortura e desaparecimento de perseguidos políticos.

2.1.1 O monitoramento da fronteira Brasil-Uruguai

Através da decretação do Ato Institucional nº. 3 (AI-3), em 5 de fevereiro de 1966, a ditadura brasileira estabeleceu que a eleição dos governadores se daria de forma indireta, por maioria absoluta de votos das assembléias legislativas. Esta medida era necessária a fim de se manter o controle dos maiores e mais importantes estados do Brasil. Os prefeitos de todas as capitais estaduais seriam nomeados pelos governadores, tornando-se interventores; os demais continuariam a ser eleitos por voto popular secreto. Essa situação foi parcialmente alterada, quando, em 1968, promulgou-se uma lei que declarava de interesse da segurança nacional vários municípios brasileiros.²¹² Nesse primeiro momento, 68 municípios foram declarados área de segurança nacional, sendo que 21 apenas no estado do Rio Grande do Sul.²¹³ Os

²¹¹ MARIANO, op. cit., p. 82.

²¹² Ao longo do período ditatorial, novas leis foram sendo decretadas, tornando outros municípios de interesse da segurança nacional.

²¹³ A saber: Alecrim, Bagé, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaquí, Jaguarão, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana. Cf. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto-Lei nº. 348, 4 jun. 1968. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

prefeitos desses municípios seriam nomeados pelo próprio governador, mediante prévia autorização do presidente, podendo ser, “quando decaírem da confiança do Presidente da República ou do Governador do Estado”,²¹⁴ a qualquer momento exonerados. A lei não especificava as razões que levaram a estas determinadas cidades serem dessa forma declaradas, mas, conforme o Decreto-Lei que definia os crimes contra a segurança nacional, de 1969, esses municípios foram assim conceituados, pois:

em virtude de suas condições socioeconômicas, bem como de suas situações geográficas, exigem maior atenção às medidas determinadas à prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva, à garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.²¹⁵

Os municípios gaúchos declarados área de segurança nacional foram a cidade portuária de Rio Grande e, principalmente, os que são caminho de passagem para a fronteira e os que fazem fronteira direta com o Uruguai (Jaguarão, Quaraí e Santana do Livramento) e a Argentina (Itaqui, Porto Xavier, São Borja e Uruguaiana). Assim, durante a ditadura, a fronteira era um espaço crítico da defesa interna e externa, levando o governo a nomear os interventores dos municípios ali localizados, assim como a reforçar as tropas nos quartéis. Daí o tom assumido na ordem de busca dos grupos políticos que estariam promovendo ações nas zonas de segurança nacional, possuindo, conforme grifo do seguinte documento original, de 1971, caráter prioritário:

ASSUNTO: ÁREAS DE SEGURANÇA NO RGS

ORDEM DE BUSCA Nº. 557/71

1) DADOS CONHECIDOS:

- a) Consta que elementos políticos estão interessados em desacreditar os Interventores nos diversos municípios considerados “Áreas de Segurança” do Estado;
- b) Consta que tal fato não seja originado de iniciativas regionais e sim de grupos mais amplos.

2) DADOS SOLICITADOS:

- a) Vigilância constante e comunicação imediata a este DOPS/RS de pronunciamentos contra e a favor das interventorias;
- b) Comunicação de atos dos Srs. interventores que possam comprometer a classe geral;
- c) Esta OB tem caráter prioritário.²¹⁶

²¹⁴ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto-Lei nº. 898, 29 set. 1968. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.____.146.2.1. Porto Alegre, 26 out. 1971.

Desde o momento da deflagração do golpe de Estado, em 31 de março de 1964, a fronteira brasileira passou a ser vigiada, principalmente na divisa com o Uruguai, visto que muitos brasileiros perseguidos solicitaram asilo político neste país. As perguntas que seguem foram feitas a Françal Terra Pires, cidadão brasileiro que, logo após a instalação da ditadura, temendo ser preso, saiu de Rio Grande com destino à cidade de Pelotas, dirigindo-se depois à cidade fronteira de Jaguarão, entrando, dessa forma, em território uruguaio:

1. Com que documentos se identificou ao entrar em território uruguaio ou solicitar asilo territorial?
2. Se durante sua permanência no Uruguai teve de informar a polícia uruguaia do seu domicílio e se o fez cada vez que mudou de residência?
3. Quando deixou o território uruguaio?
4. Por que ponto da fronteira?
5. Deu conhecimento do fato às autoridades uruguaias?
- [...]
11. Que outros documentos de identidade tinha consigo ao deixar o Uruguai?
12. Que documento apresentou na fronteira brasileira?
13. Enquanto estava asilado veio alguma vez ao Brasil?
14. Sabe de algum outro asilado que tenha vindo? Qual?
15. Como e onde passou a fronteira? Com que documentos? Como viajou?
16. Havia alguma possibilidade de obter documentos que facilitassem uma viagem ao Brasil? Qual? Com quem?
17. Que meio ou meios de transporte utilizou o interrogado em sua viagem para o Brasil? Se de automóvel, quem era o proprietário? Marca, tipo, e se possível, n.º. do carro? Matrícula brasileira ou uruguaia? Onde matriculado? Nome do condutor?
18. Quais eram os asilados com quem mais conviveu no Uruguai?
19. Que outros asilados ou refugiados conheceu no Uruguai?
20. Que meio ou meios de transporte utilizou o interrogado em sua viagem para o Uruguai?
21. Que auxílio recebeu no Uruguai para sua manutenção? Por meio de quem? Quando? Como recebia? Se havia intermediários, quais eram?²¹⁷

Ao voltar para o Brasil, foi preso pela polícia política brasileira e submetido ao interrogatório. Além das perguntas relacionadas com a fronteira, a repressão também estava interessada nas atividades desempenhadas no exílio no Uruguai, como os brasileiros com quem mais se envolveu, asilados que conheceu, formas de sobrevivência, etc. Assim, percebe-se como a ditadura brasileira e seus órgãos de repressão e de informação preocupavam-se com o controle e o monitoramento da fronteira.

Um caso que repercutiu de forma negativa na sociedade uruguaia foi o possível seqüestro de dois exilados brasileiros no Uruguai, na cidade de Artigas, fronteira com o Rio Grande do Sul, em junho de 1964. Comandos policiais brasileiros teriam cruzado a fronteira e

²¹⁷ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.2.488.5.2. Rio Grande, 4 maio 1965. A segunda folha do interrogatório está faltando.

seqüestrado dois políticos do PTB, Gentil Pedrozo e Luis Leal Saraiva. No rapto, a fechadura da porta da casa na qual estavam morando chegou a ser arrombada. Esta informação é importante, pois, depois dos protestos realizados no Parlamento uruguaio pelo desrespeito à soberania do país, a diplomacia brasileira enviou uma carta assinada pelos dois exilados, na qual informaram que teriam voltado para o Brasil espontaneamente, esquecendo-se, porém, de comunicar suas saídas às autoridades uruguaias:

[...] se comenta um suposto rapto de asilados que teria sido efetuado na cidade de Artigas por “comandos” brasileiros. O fato, muito embora tenha sido denunciado na Câmara pelo Deputado “colorado” Francisco Forteza, não passou do terreno das suposições, já tendo alguns jornais noticiado, inclusive, que os asilados retornaram ao Brasil por vontade própria, o que provam cartas recebidas pelo Chefe de Polícia de Artigas, nas quais os referidos asilados pedem desculpas por terem renunciado ao asilo sem notificar devidamente as autoridades uruguaias competentes.²¹⁸

Entretanto, grande parte da imprensa uruguaia não aceitou essa declaração, ratificando a denúncia do seqüestro dos exilados brasileiros e incorporando novas informações sobre violações da fronteira:

Acaba de denunciarse una nueva violación de la frontera uruguaya, en la zona de Bella Unión, departamento de Artigas, por parte de fuerzas armadas brasileñas. En las vecindades de esa misma zona, meses atrás – según lo denunciara en Cámara el diputado quincista Forteza – se perpetró una verdadera operación de comandos, que dió por resultado el rapto de dos asilados brasileños, los cuáles dejaron en el lugar incluso salarios por cobrar; nunca más se les llegó a ver en la zona, entregados que fueron, sin duda, a la dictadura brasileña. No son los únicos hechos, por desgracia. Múltiplas veces jeeps del ejército brasileño, con hombres uniformizados, violaran la frontera en el departamento de Rivera. Aviones del ejército brasileño sobrevuelan – del lado uruguayo – estancias montadas a caballo sobre los mojoneros fronterizos. Y agentes del espionaje brasileño – según lo reconocen desembozadamente órganos del gorilismo entronizado en el poder – vigilan estrechamente a ilustres asilados brasileños, sin que el gobierno uruguayo se dé por enterado.²¹⁹

Essas ações eram justificadas, na lógica da ditadura brasileira, pela premissa das “fronteiras ideológicas” (utilizada, conforme visto no capítulo anterior, por Castelo Branco para legitimar a invasão da República Dominicana, em 1965) e pela flexibilidade do conceito de “inimigo interno” da Doutrina de Segurança Nacional. Baseando-se nessas orientações doutrinárias, alguns setores da ditadura brasileira amadureceram a intenção de desencadear ações que permitissem controlar os exilados brasileiros no Uruguai, cogitando, até, operar conjuntamente com forças policiais e militares desse país. Inclusive, o espaço uruguaio

²¹⁸ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevidéu. Ofício enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 268. Montevidéu, 18 jun. 1964.

²¹⁹ SCHVARZ, Niko. Frontera violada. *El Popular*, Montevideo, 8 dic. 1964, p. 4.

passou a ser considerado uma extensão do cenário de saneamento dos problemas internos do Brasil e que a ditadura pretendia resolver. Ou seja, dentro dessa perspectiva, entendia-se que “dependendo das circunstâncias, os mesmos meios podem ser empregados tanto para os inimigos externos quanto para os internos”,²²⁰ pois, na concepção da DSN, o “inimigo” estava tanto dentro quanto fora do país. Desse modo, na geopolítica do anticomunismo, a noção de “fronteiras ideológicas” ganhava centralidade e primazia em detrimento da concepção de fronteiras geográficas, territoriais e nacionais.

A noção de “fronteiras ideológicas” era utilizada, como também foi visto no capítulo anterior, para legitimar a intervenção da ditadura brasileira nos problemas internos dos países latino-americanos, como o caso da Bolívia, da República Dominicana e do Uruguai, ainda nos primeiros anos desse novo governo. Assim, perante ameaças de desestabilização de governos em função dos seus problemas internos, que poderiam prejudicar os interesses políticos e econômicos do Brasil, assim como repercutir nas questões internas da ditadura, as “fronteiras ideológicas” eram a justificativa para as interferências.

Nesse contexto encontrava-se inserida a possível intervenção conjunta do Brasil e da Argentina no Uruguai, em 1965.²²¹ Em abril desse ano, foi deflagrada uma greve geral contra a política econômica do governo uruguaio. A polícia de Montevideu estimava que 90% dos trabalhadores da capital tivessem aderido à mesma.²²² As reivindicações trabalhistas radicalizavam-se cada vez mais, e o número de pessoas envolvidas com a greve aumentava consideravelmente. Desde junho, houve rumores de um possível golpe militar devido às manifestações sociais e políticas geradas pelo aprofundamento da crise econômica que o Uruguai vinha atravessando.

Entretanto, logo essas manifestações de trabalhadores e estudantes começaram a ser tratadas como “subversivas” por parte dos setores conservadores uruguaios, pela ditadura brasileira e pelos militares argentinos. Perante essa situação, o general Justino Alves Bastos, comandante do III Exército, colocou de sobreaviso as guarnições da fronteira. Inclusive vários políticos uruguaios buscaram contato com o general Bastos e com oficiais da Embaixada do Brasil a fim de averiguar a possibilidade de o Brasil intervir militarmente no Uruguai.²²³ Paulo Schilling, desde o semanário *Marcha*, denunciava que o jornal *Correio da Manhã*

²²⁰ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 56.

²²¹ AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976; SCHILLING, Paulo. *El expansionismo brasileño*. México, D.F.: El Cid, 1978.

²²² AGEE, op. cit., p. 423.

²²³ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993. p. 225.

noticiava que a ordem do comandante do III Exército estava em consonância com a postura do marechal Castelo Branco, pois “es hora de que las viejas doctrinas de política externa sean sustituidas [...] por normas más realistas y objetivas, porque nadie puede estar tranquilo en su casa cuando la casa del vecino se prende fuego”.²²⁴ Assim, a ditadura brasileira usava da concepção das “fronteiras ideológicas” e do “inimigo interno” para intervir no Uruguai, a fim de evitar os distúrbios sociais que estavam ocorrendo.

O Brasil obteve apoio da Argentina na possível invasão militar no Uruguai. O Comandante-em-Chefe do Exército argentino, Juan Carlos Onganía (posterior ditador neste país entre 1966 e 1970) defendia a idéia de que o Brasil e a Argentina deveriam “crear una frontera ideológica como medida preventiva contra el enemigo común”.²²⁵ A Argentina vivia um período de democracia, mas as teorias da Doutrina de Segurança Nacional eram bem difundidas nas Forças Armadas: “En los institutos superiores del ejército argentino se estudia otra vez la situación del Brasil con mucho cuidado. Los militares brasileños son, sin duda, los primeros en la lucha anticomunista, y esa disposición es bien recibida por sus colegas de Buenos Aires”.²²⁶

O general Costa e Silva, ministro da Guerra, durante a Semana do Exército brasileiro, discursou justificando as intervenções realizadas no subcontinente pela ditadura: “em defesa das instituições democráticas, não apenas dentro de nossas fronteiras, mas, também, em qualquer parte da América onde acreditemos que haja a ameaça do comunismo internacional”.²²⁷ Alguns dias depois, o general Onganía, ao voltar de uma viagem ao Brasil, declarou que os exércitos argentino e brasileiro combateriam, juntos, o comunismo na América do Sul, em especial o de origem cubana.

Dessa forma, as “fronteiras ideológicas de Onganía e Costa Silva”²²⁸ ameaçavam seriamente o governo uruguaio, visto que a possibilidade de uma intervenção militar neste país era bem provável, conforme denunciava o semanário *Marcha*: “Por su contigüidad geográfica, por su economía en crisis y por la desunión de su elenco gobernante, el Uruguay está señalado claramente como un fácil objetivo de esta nueva Santa Alianza”.²²⁹

Porém, os militares uruguaiois (inclusive os setores golpistas), reagiram com veemência contra a ameaça externa e, entre outros, obrigaram o ministro da Defesa a recusar

²²⁴ SCHILLING, op. cit., p. 25.

²²⁵ Ibid., p. 18.

²²⁶ GARCIA LUPO, Rogelio. Brasil y la teoría del satélite privilegiado. *Marcha*, Montevideo, 3 set. 1965, p. 21.

²²⁷ AGEE, op. cit., p. 442.

²²⁸ Há indícios de que o embaixador brasileiro em Montevideú, Manoel Pio Corrêa, tenha sido o responsável pela articulação entre os dois países. Cf. AGEE, op. cit.

²²⁹ GUTIÉRREZ, op. cit., p. 9.

um convite previamente agendado do comandante do III Exército brasileiro. E apoiaram as denúncias do governo uruguaio a respeito das medidas tomadas pelo Brasil em relação ao Uruguai: violação da fronteira terrestre e do espaço aéreo, seqüestros de asilados brasileiros e a ação política do embaixador brasileiro, que visou estabelecer condições para a possível intervenção.

Já pelo lado argentino, a Marinha uruguaia retirou-se dos exercícios conjuntos com a Argentina e vários coronéis pediram o cancelamento de conferências que seriam proferidas por um oficial argentino no Instituto Militar de Estudos Superiores. O ministro das Relações Exteriores, em nome do governo uruguaio, expediu um comunicado “rejeitando todo e qualquer tipo de atitude protetora em relação ao Uruguai por parte de forças armadas estrangeiras”.²³⁰ Inegavelmente, a posição contrária do Uruguai à invasão da República Dominicana e à criação da Força Interamericana de Paz, a sua resistência em romper relações diplomáticas com Cuba e o abrigo dos exilados brasileiros, argentinos e paraguaios eram fatores que desagradavam as Forças Armadas do Brasil e da Argentina.²³¹

Dessa forma, utilizando-se da noção das “fronteiras ideológicas”, possíveis intervenções no Uruguai – área geopolítica de interesse para o Brasil – passaram a ser plausíveis desde a deflagração do golpe de Estado, em 1964, configurando-se como ameaça persistente contra a soberania nacional daquele país. O ponto máximo dessa ameaça foi a preparação da Operação Trinta Horas, ainda no período democrático uruguaio. Por outro lado, a partir da ascensão de Pacheco Areco, que esteve em sintonia com o período dos “anos de chumbo” brasileiro, a fronteira Brasil-Uruguai fechou-se cada vez mais para a rota da resistência e, simultaneamente, abriu-se, cada vez mais, para a da repressão, situação que se consolidou com a instalação da ditadura uruguaia, em 1973, e a montagem da Operação Condor.

2.1.2 O Rio Grande do Sul como rota de passagem da resistência e da repressão

O estado do Rio Grande do Sul desempenhou um papel fundamental na articulação entre os governos do Brasil e do Uruguai, em virtude de possuir grande extensão de fronteira

²³⁰ AGEE, op. cit., p. 443.

²³¹ Os sindicatos não cediam nas suas reivindicações, o que levou o governo uruguaio a decretar *Medidas Prontas de Seguridad*, instalando o Estado de sítio no Uruguai. A greve acabou somente em dezembro de 1965.

seca, assim como pela existência de cidades “binacionais” (os binômios Chuí-Chuy e Santana do Livramento-Rivera). Dessa maneira, foram estabelecidas diversas rotas de passagem entre os dois países, utilizadas tanto pelos opositores à ditadura brasileira quanto pela repressão brasileira e, posteriormente, uruguaia. O Rio Grande do Sul, desse modo, passou a ser uma peça-chave no mapa da mobilidade das organizações de esquerda, mas, também o foi para o aparato repressivo. Além disso, historicamente esse estado possuía uma trajetória de resistência a golpes, como quando da tentativa de impedir que o vice-presidente João Goulart assumisse a presidência da república, em 1961, fato que desencadeou a Campanha da Legalidade, liderada, na época, pelo governador Leonel Brizola. Tudo isso associado a uma forte vinculação com o trabalhismo e com as propostas das reformas de base do governo João Goulart.

Em 1964, com o exílio, vários nomes de peso da política nacional foram para o Uruguai, acirrando a tensão entre os governos brasileiro e uruguaio, sobretudo pela liberdade de ação dos denominados “pombos-correio”, pessoas vinculadas a Leonel Brizola que desempenhavam a função primordial de manter conexões políticas entre os brasileiros exilados no Uruguai e os que continuaram no Brasil, destacadamente no Rio Grande do Sul. Dessa forma, pode-se afirmar que “com a ação dos emissários, Brizola e os demais exilados se informavam sobre a situação interna brasileira, mandavam ordens aos grupos opositores no Brasil, planejavam enfim, a derrubada do regime militar”.²³² Flávio Tavares, um dos “pombos-correio” mais atuantes, relata nas suas memórias que, no ano de 1965, a presença de Brizola no Uruguai e a formação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) – nome dado ao projeto no qual se organizavam os exilados adeptos da tática guerrilheira – eram o “eixo político da rebelião”²³³ que ameaçava a ditadura brasileira ainda no seu início.

As atividades dos “pombos-correio” eram monitoradas pelo aparato repressivo brasileiro, principalmente na zona de fronteira, sendo também motivo de preocupação das autoridades uruguaias:

Tengo el honor de dirigirme al Señor Ministro a fin de poner en su conocimiento que el diario “O Globo” de esta capital publicó la noticia según la cual el señor Rui Mello (amigo personal y de infancia del ex presidente Goulart) declaró al citado periódico, al regresar de un viaje a Montevideo, que el ex diputado Brizola mantiene contactos frecuentes con sus agentes en Brasil. Señaló aún que el señor Brizola está al corriente de los acontecimientos brasileños, a través de emisarios que viajan constantemente de Porto Alegre a Montevideo.²³⁴

²³² MARQUES, op. cit., p. 102.

²³³ TAVARES, op. cit., p. 85.

²³⁴ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 156/ carpeta

Apesar dos “pombos-correio” serem associados a Leonel Brizola, na tentativa da formação de um grupo armado que depusesse a ditadura, instruído a partir do Uruguai, outros brasileiros que atravessavam a fronteira para se encontrarem com o ex-presidente João Goulart também eram vigiados:

Tengo el honor de dirigirme al Señor Ministro a fin de poner en su conocimiento que la prensa de esta capital ha publicado en diversas oportunidades, comentarios sobre las actividades ejercidas por los exilados políticos en nuestro país, señalando que el señor Goulart envía y recibe emisarios del Brasil, con el objeto de comunicarse con sus adeptos. El “Jornal do Brasil” haciendo ecos a esos comentarios divulgó un editorial, destacando que el derecho de asilo en el Uruguay “está siendo violado diariamente”, pues figuras del gobierno derrocado establecieron “su cuartel general en Montevideo”.²³⁵

Esses cidadãos que procuravam conectar o exílio brasileiro com a resistência interna podiam ser alvos de ações administrativas que até os eliminassem da vida pública: “el Presidente de la República destituyó de sus cargos a dos funcionarios públicos, siendo ellos el ingeniero Almir França, y el tesorero Pedro de Castro, este último acusado de ser ‘pombo-correio’ del ex-presidente João Goulart, asilado en el Uruguay”.²³⁶

Por outro lado, o território oriental era percebido como um “santuário”, relativamente seguro, para se entrar clandestinamente no Brasil, através da sua fronteira com o Rio Grande do Sul. Muitos militantes da luta armada que recebiam treinamento em Cuba realizavam esse itinerário, conforme atestam inúmeras ordens de busca expedidas pelo DOPS/RS, como a seguinte:

ORDEM DE BUSCA 27/67

1 – INFORME:

- a) O ex-sargento da FAB ALFREDO MAGALDI BRANDÃO, HÉLIO DE SOUZA e FRANCISCO LAJES DOS SANTOS, elementos da confiança de LEONEL BRIZOLA, viajaram, há cerca de dois meses, para CUBA, onde participaram de cursos de guerrilhas.
- b) Os referidos elementos já devem estar regressando ao Uruguai, de onde, provavelmente, tentarão penetrar no Brasil, pelo RGS.²³⁷

Do mesmo modo que a fronteira do Rio Grande do Sul era constantemente atravessada

1/sección 1ª - 915/964-1ª-1/64. Rio de Janeiro, 5 ago. 1964.

²³⁵ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caja 156/ carpeta 1/sección 1ª - 817/964-1ª-1/64. Rio de Janeiro, 21 jul. 1964.

²³⁶ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício enviado recebido pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caja 2/ carpeta 2 - 1224/966-1ª-1/66. Rio de Janeiro, 10 nov. 1966.

²³⁷ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV - 1.2.890.10.4. Porto Alegre, 6 abr. 1967.

pelos “pombos-correio”, por refugiados ou por cidadãos que se sentiam ameaçados e necessitavam ir para outros países, agentes da repressão brasileira também usavam esses caminhos, seja em atividades clandestinas ou de colaboração com a repressão uruguaia, a fim de realizarem ações de perseguições e de operações de busca. Vários foram os oficiais uruguaiois que vieram para o Rio Grande do Sul para receberem cursos de aperfeiçoamento militar no III Exército ou para manter contatos com os militares brasileiros. Muitos daqueles militares uruguaiois faziam parte de setores das Forças Armadas que concordavam com as restrições que o Brasil queria impor às atividades dos exilados e dos “pombos-correio”:

Tengo el honor de dirigirme al Señor Ministro a fin de informale que según noticias divulgadas por el Jornal do Brasil (en una de sus principales columnas), diversos oficiales del Ejército uruguayo mantuvieron contactos, por segunda vez, con el comando del III Ejército, con sede en Porto Alegre. De acuerdo a la misma publicación, los citados oficiales representan el núcleo de un movimiento cuyo objetivo es presionar al Gobierno de Montevideo a fin de que el mismo fuerce la salida de los dos principales exilados brasileños, señores Goulart y Brizola. Señala aún que los oficiales uruguayos integran el Regimiento de Blandengues y que han manifestado cierta inquietud ante las actividades ejercidas por los señores Goulart y Brizola y también por el envío permanente de emisarios que entran y salen, en todo momento de nuestra capital.²³⁸

Índio Vargas, outro histórico “pombo-correio”, relata nas suas memórias que, após a conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em 1967, em Havana, a ditadura brasileira intensificou o seu sistema de vigilância, principalmente na fronteira e na cidade de Atlântida, onde Brizola estava confinado: “A fronteira Brasil-Uruguaio estava bloqueada; Atlântida vigiada dia e noite. [...] Barreiras em todas as estradas que davam acesso ao território uruguaio”.²³⁹

O Rio Grande do Sul acabou sendo também rota de passagem dos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella,²⁴⁰ com a ajuda dos frades dominicanos de São Paulo. Ao saber que Frei Betto²⁴¹ estava se dirigindo para um mosteiro em São Leopoldo, Marighella solicitou que este ajudasse na passagem de militantes da ALN a cruzar a fronteira do Rio Grande do Sul, entrando, dessa forma, no Uruguaio. Deste país, os refugiados iriam para a Europa. O ano era 1969: o Brasil vivia os “anos de chumbo”. A

²³⁸ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 156/ carpeta 1/sección 1ª - 924/964-1ª-1/64. Rio de Janeiro, 10 ago. 1964.

²³⁹ VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 3. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 36.

²⁴⁰ Carlos Marighella, ao participar da Conferência da OLAS, rompeu com o PCB (que não havia lhe autorizado a participar do encontro), sendo, dessa forma, expulso do partido. Quando retornou para o Brasil, Marighella fundou a ALN, a favor da luta armada contra a ditadura. Foi morto em 1969, em São Paulo, numa emboscada organizada pelo Esquadrão da Morte, sob a liderança do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

²⁴¹ Sobre o “esquema da fronteira”, ver BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

repressão havia recrudescido intensamente. A ALN estava sendo perseguida pelo seu envolvimento com o seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick. Um dos militantes retirados do Brasil foi Joaquim Câmara Ferreira, fundador, junto com Marighella, da ALN.²⁴² Do Uruguai, partiu para Cuba. Porém, essa rede de ajuda acabou se expandindo para outras pessoas que não eram militantes dessa organização.

Frei Betto utilizava-se de duas rotas de passagem para conduzir as pessoas que desejavam se refugiar no Uruguai. Caso possuíssem documentação insuspeita, embarcavam na Estação Rodoviária de Porto Alegre indo diretamente até Montevideú; se os documentos estivessem precários, era realizada a travessia Porto Alegre-Livramento de ônibus, atravessava-se a fronteira a pé, chegando na cidade uruguaia de Rivera e, dali, pegava-se um ônibus rumo a Montevideú. Entretanto, o aparelho repressivo do Rio Grande do Sul descobriu o “esquema da fronteira”, com várias pessoas sendo presas ao tentar atravessá-la. Frei Betto passou a ser perseguido implacavelmente, como mostra o radiograma urgente difundido pelo DOPS/RS para as suas delegacias regionais:

Solicito sejam tomadas todas providências possíveis prender ex-capitão Lamarca que consta procura sair do país pelo nosso Estado. Idêntica medida deverá ser tomada com relação ao padre Carlos Alberto Libânio Cristo, com o nome religioso de Frei Beto, pertencente ao seminário Cristo Rei de São Leopoldo e que tem sua prisão solicitada por diversos órgãos de segurança como elemento pertencente ao grupo Marighella.²⁴³

A repressão difundiu que Frei Betto estaria acompanhado de um padre uruguaio, tentando estabelecer vinculação com aquele país, conforme radiograma urgente emitido pelo DOPS: “Solicito seja preso, caso por aí transite rumo ao Uruguai, o padre uruguaio Julio Imaz Limalle que, provavelmente, estará acompanhado do Frei Betto”.²⁴⁴ Esse fato, entretanto, é negado nas suas memórias.²⁴⁵

Frei Betto foi preso em Porto Alegre. O delegado do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) e líder do Esquadrão da Morte, Sérgio Paranhos Fleury, foi chamado a esta cidade, em novembro de 1969, para acompanhar o interrogatório realizado a Frei Betto. Estima-se que após sua curta permanência nesta cidade, Fleury teria se

²⁴² Joaquim Câmara Ferreira também foi assassinado pelo Esquadrão da Morte, em 1970, no sítio 31 de Março, centro clandestino do grupo parapolicial, em São Paulo, sob liderança de Sérgio Fleury.

²⁴³ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.2.1363.17.5. Porto Alegre, 6 nov. 1969.

²⁴⁴ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.1.611.8.3. Porto Alegre, 7 nov. 1969.

²⁴⁵ BETTO, op. cit.

dirigido a Montevideu, a fim de treinar policiais e militares uruguaios no aperfeiçoamento dos seus grupos clandestinos de extermínio. Ou, então, conforme as palavras de Frei Betto:

Não voltei a ver o Delegado Fleury. Segundo os jornais, teria ele ficado quatro ou cinco dias no sul. É possível que ele tenha usado a versão de que passara dias me interrogando para encobrir sua ida a Montevideu – quem sabe à procura de Joaquim Câmara Ferreira, quem sabe a fim de adestrar a polícia uruguaia na repressão aos tupamaros.²⁴⁶

Após a queda da ALN e do “esquema da fronteira”, a região do Rio Grande do Sul continuou a ser monitorada, porém, com maior rigorosidade. Uma das ações de montagem mais complexa foi a chamada Operação Minuano (vento frio e seco que sopra no estado). Demonstrando a importância que a região tinha na ótica da ditadura brasileira, esta ação era detalhada pela SOPS:

PLANO “OPERAÇÃO MINUANO”

I – SITUAÇÃO

Processamento realizado pela DCI [Divisão Central de Informações], prevê como estimativa que algum fato de relevância deverá ocorrer a partir da presente data, a saber:

- assalto a estabelecimento bancário;
- seqüestro ou atentado à alta autoridade;
- ação terrorista.

II – POSSIBILIDADES DOS AGENTES SUBVERSIVOS

Parece, pela seqüência dos fatos, que se pode levantar as seguintes possibilidades:

- a) Deslocamento para o sul do país, de atividades subversivas, ainda em fase de organização;
- b) Montagem de dispositivos, visando uma futura ação terrorista (até maio);
- c) Ações preliminares, particularmente assaltos a bancos, nas áreas circunvizinhas a Porto Alegre, municípios e interior;
- d) Atuação por elementos de envergadura de movimento subversivo para criar impactos violentos, com seqüestros ou atentados a altas personalidades em visita ao Estado.

III – AÇÕES GERAIS A EXECUTAR

Em conseqüência, seria de toda conveniência o planejamento imediato e conjunto de operações que visem, especialmente:

- a) Controlar em cada área e ao longo das rodovias, mediante severa fiscalização, a população flutuante, fazendo a identificação e triagem, após consultados, nos casos suspeitos, os órgãos de informação;
- b) Realizar operações (tipo “varredura”) em área da Capital e do Interior onde haja suspeitos de aglomeração de marginais, como medida preventiva e dissuasória (ação de presença);

[...]

V – INFORMAÇÕES GERAIS

- a) A “Operação Minuano” é uma ação integrada de todos os órgãos da SSP e dos elementos militares, conforme autorização do Chefe do EM/III Ex., em entendimento com o Secretário de Segurança Pública. [...]²⁴⁷

²⁴⁶ BETTO, op. cit., p. 153-54.

²⁴⁷ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4.____.143.12.1. Santo Ângelo, 1 mar. 1970.

Este documento, produzido em 1970 e localizado na SOPS de Santo Ângelo, permite apreender que a vigilância do estado gaúcho passou a ser um fator preocupante para a ditadura brasileira, montando, inclusive, uma operação desta envergadura. A utilização da fronteira como rota de fuga de integrantes da luta armada era alvo de controle do aparato repressivo.

O Rio Grande do Sul, assim, tornou-se um ponto central de relativa articulação da resistência e de coordenação da conexão entre os exilados brasileiros e a oposição interna ao regime. Concomitantemente, foi se constituindo em um território de importância fundamental na defesa da segurança nacional, sendo, portanto, um estado que apresentava uma situação particular, por causa da sua configuração fronteiriça, e que exigia permanente alerta e acompanhamento.

2.2 O CONTROLE DO EXÍLIO BRASILEIRO NO URUGUAI PELOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO E REPRESSÃO

Um dos órgãos responsáveis pelo controle dos exilados brasileiros no Uruguai e pelas travessias dos “pombos-correio” foi o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), localizado na capital do estado, Porto Alegre, com sede no Palácio da Polícia. A este órgão competia a coleta de informações e a repressão dos “inimigos internos” do sistema, traduzindo-se em prisões arbitrárias, seqüestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos. Embora o DOPS/RS tenha sido criado em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, foi com a instalação da ditadura de 1964 que suas diretrizes passaram a acompanhar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional.²⁴⁸ Essa nova orientação pode ser percebida na primeira circular expedida pelo órgão, após o golpe de Estado, com as determinações que as delegacias regionais deveriam seguir, intitulada “Instruções para as delegacias de Política do Interior do Estado, no que se refere à ordem política e social”:

²⁴⁸ Para uma análise das ações do DOPS/RS durante o período da ditadura brasileira, ver BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 282 f. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MODELO
 DELEGACIA DE POLÍCIA DE:
 RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES
 Órgão: (Delegacia de Polícia)
 Período: x/xx/xx a X/XX/XX
 Referência: Plano de Busca nº. 1/64-DOPS

1. ARTICULAÇÃO DE ELEMENTOS ESQUERDISTAS (comunistas e comunistas-brizolistas)

1.1 Reuniões – registrar as que tiverem sido constatadas, dando hora, data e local, casa de quem; citar nomes, filiação e residência, a periodicidade das reuniões; como são preparadas ou convocadas; quem lidera; assunto tratado (exato ou presumido, etc).

1.2 Chegadas – elementos esquerdistas ou suspeitos de o serem que chegam ao município. Nomes, filiação, tipos físicos. Datas de chegada e saída. Meio utilizado para chegar e sair. Local onde ficam hospedados (endereço). Em companhia de quem chegaram, com quem partiram. Com quem entraram em contato, quem os procurou? Onde? De onde vieram, para onde foram? Participaram de reunião? Quais seus objetivos (exato ou presumido)?

1.3 Saídas – elementos esquerdistas que tenham viajado: nomes, filiação e residências. Datas de saídas e de chegadas. Com quem viajaram? Com quem voltaram? Datas. Destino da viagem? De onde retornaram? Meios que utilizaram para ir e vir? Objetivos? Etc.

1.4 Atuação Suspeita – nomes e filiação dos elementos esquerdistas que têm tido a atuação suspeita. O que têm praticado? Quando? Como? Onde? Etc. Contatos – locais, horários, etc.

1.5 Outras Informações – citar outras informações julgadas importantes e úteis, dentro do assunto geral e que não tenham sido enquadradas dentro dos itens acima.²⁴⁹

Os órgãos de repressão, nessa nova conjuntura proporcionada pelo golpe de Estado, necessitaram de reformulação e reestruturação, pois, além das novas orientações impostas pela DSN, havia a necessidade de se ajustarem aos sistemas de repressão e de informação organizados em nível federal. O Secretário de Segurança Pública do Estado deixou de ser um civil, assim como outros cargos vinculados a esta secretaria começaram a ser ocupados por militares. Portanto, as forças policiais sofreram um processo de militarização:

Esse processo [...] deve ser entendido não somente como a ocupação por militares de cargos estratégicos dentro da administração da segurança pública. A militarização do DOPS/RS não incluiu somente a presença física de militares em cargos importantes, mas também – e principalmente – a possibilidade de realização das doutrinas defendidas ou formuladas pelos militares e a transferência dos valores castrenses à administração pública.²⁵⁰

O DOPS/RS funcionava no interior do estado através das Seções de Ordem Política e Social (SOPS). No Acervo da Luta Contra a Ditadura constam documentos das Delegacias

²⁴⁹ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4.____.136.12.1. Porto Alegre, 1964.

²⁵⁰ BAUER, op. cit., p. 70-71.

Regionais de Polícia dos municípios de Alegrete, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Lagoa Vermelha, Osório, Rio Grande e Santo Ângelo. O DOPS remetia ordens e instruções (como ordens de busca, por exemplo) às diversas SOPS do Rio Grande do Sul, recebendo, em contrapartida, informações. Estas seções deveriam comunicar-se diariamente com o DOPS, conforme pode ser percebido no radiograma de caráter urgente enviado por este departamento às delegacias:

Solicito se digne informar este DOPS, diariamente, via rádio, pela manhã e pela tarde, situação político social dessa região, bem como qualquer fato relevante. Estes radiogramas deverão ser passados mesmo que se limitem a informar que nada ocorreu de anormal. Esta determinação visa atender determinação Senhor Secretário Segurança Pública.²⁵¹

Em realidade, toda documentação que era abrigada pelo DOPS/RS foi queimada publicamente, em 1982, quando o órgão policial foi extinto, na gestão de Amaral de Souza, último governador gaúcho eleito indiretamente durante a ditadura. Os documentos referentes ao DOPS que podem ser consultados são os que foram expedidos por esse órgão para as delegacias regionais, ou, então, que eram emitidos para os DOPS de outros estados, ou demais órgãos de informação e repressão. Já a documentação produzida pelas SOPS do Rio Grande do Sul foi recolhida ao extinto Acervo da Luta Contra a Ditadura, criado em 1999, em função dos vinte anos da Lei de Anistia. Essa documentação foi localizada devido a uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que tinha como objetivo averiguar as denúncias feitas a organismos de segurança pública, acusados de espionagem política (o que acabou sendo comprovado).²⁵²

Através da análise da documentação das SOPS, percebe-se a função informativa e repressiva que era desempenhada nessas delegacias regionais, em relação aos exilados brasileiros e aos “pombos-correio”, tanto de um quanto do outro lado da fronteira. Nesse monitoramento, eram auxiliadas também pelos órgãos militares, segundo se apreende das listas emitidas de nomes de brasileiros exilados no Uruguai que estavam sofrendo processos instaurados pela ditadura, assim como de brasileiros que freqüentavam reuniões, pelo III Exército:

²⁵¹ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.____.32.1.1B. Porto Alegre, 1 set. 1969.

²⁵² Cabe lembrar, conforme já explicado na Introdução, que o Acervo da Luta Contra a Ditadura, em agosto de 2008, passou a ser denominado de Centro de Memória Documental da Ditadura Militar, numa nítida posição conservadora do governo Yeda Crusius, no estado do Rio Grande do Sul.

MINISTÉRIO DA GUERRA
 III EXÉRCITO
 3º. BATALHÃO RODOVIÁRIO

RELAÇÃO DO PESSOAL FORAGIDO DA JUSTIÇA MILITAR COM
 MANDATO DE PRISÃO PREVENTIVA:

1 – Emanuel Nicoll/ 2 – Leonel de Moura Brizola/ 3 – Cabo José Anselmo dos Santos (ex-cabo da Marinha)/ 4 – João Cândido Maia Neto/ 5 – Alfredo Ribeiro Daudt/ 6 – Cândido da Costa Aragão/ 7 – Amaury Silva/ 8 – Dagoberto Rodrigues/ 9 – Aldo Arantes/ 10 – José Guimarães Neiva Moreira/ 11 – Cibilis da Rocha Viana/ 12 – Darcy Ribeiro Silveira/ 13 – José Wilson da Silva/ 14 – Nilo Silveira/ 15 – Fernando de Souza Costa Filho/ 16 – Ivo Magalhães Londres/ 17 – Adão Pedro Soares/ 18 – Amadeu Felipe da Luz Ferreira/ 19 – Gelcy Rodrigues Correia/ 20 – Daltro Jacques D’Ornellas/ 21 – Dirceu Jacques D’Ornellas/ 22 – Eno Cristiano Becker/ 23 – Jayme Araújo/ 24 – Francisco Lajes dos Santos/ 25 – Carlos Lima Aveline/ 26 – Paulo Romeu Schilling Schirmer/ 27 – Paulo de Mello Bastos/ 28 – José Carlos dos Santos/ 29 – Dante Pellacani/ 30 – Henrique Cordeiro Oest/ 31 – Walter Guimarães

RELAÇÃO DO PESSOAL QUE FREQUENTAVA REUNIÕES DE ASILADOS
 NO URUGUAI

1 – Álvaro Moreira Filho/ 2 – Tarso Magno de Oliveira/ 3 – Décio de Freitas/ 4 – Rubens Cardoso/ 5 – Atilo Cavalheiro Escobar/ 6 – Cesar Augusto Chefiteli/ 7 – Luiz Braga Duarte/ 8 – Humberto Menezes Pinheiro/ 9 – Cláudio Braga Duarte/ 10 – Hugo Choll/ 11 – Delson Plácido Teixeira/ 12 – Isidoro Viana Gutierrez/ 13 – Djalma Maranhão/ 14 – Demistóclides Batista/ 15 – Geraldo Pacheco/ 16 – Oldair Meneghetti/ 17 – Caio Navarro Toledo/ 18 – Paulo Teixeira da Cruz/ 19 – Rubens Menzen Bueno/ 20 – Zwinglio Motta Dias/ 21 – Gerson Moura/ 22 – Alberto dos Reis Benevides/ 23 – Alfredo Magaldi Brandão/ 24 – Edgar Alves Maia/ 25 – Arnaldo Magno de Araújo/ 26 – João Goulart/ 27 – Jacy Pereira Lima/ 28 – José Medeiros Dantas/ 29 – Nery Machado de Medeiros/ 30 – Zenildo Rebouças Barreto/ 31 – Clidenor de Freitas Santos/ 32 – Marcos Léo Ramos/ 33 – Álvaro Araújo/ 34 – Osnildo Stafford da Silva/ 35 – Lélío T. de Carvalho/ 36 – Dilvo Araújo/ 37 – Geraldo Araújo/ 38 – Júlio Ximenes Júnior/ 39 – Paulo Valente²⁵³

É interessante observar como os órgãos brasileiros não se restringiam a obter informações somente de atividades ocorridas no Rio Grande do Sul. A amplitude dessa rede sofisticada chegava até o Uruguai. Pela ótica da vigilância do “inimigo interno” (mesmo que em outro país) e das “fronteiras ideológicas” isso era plenamente aceitável, dir-se-ia até, imprescindível. A averiguação das ações dos exilados brasileiros também pode ser observada na ordem de busca enviada pela Secretaria de Segurança Pública para a SOPS de Lagoa Vermelha:

1 – INFORME:

Há vários dias que o asilado PAULO MELO BASTOS não é visto circulando na cidade de MONTEVIDÉU (ROU).

Acredita-se que MELO BASTOS tenha viajado clandestinamente para o Brasil ou para algum país da órbita socialista.

²⁵³ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Erechim. SOPS/E – 1.2.92.3.1. Vacaria, 15 maio 1967.

2 – PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS:

Observar e informar qualquer movimento de asilados no interior do RGS, assim como qualquer assunto relativo aos mesmos, que por ventura seja comentada nas áreas regionais.²⁵⁴

Assim como neste informe também emitido pela Secretaria de Segurança Pública:

- No início de agosto deixou de ser registrada a presença em Montevidéu dos asilados brasileiros ALFREDO RIBEIRO DAUDT e ÁLVARO MOREIRA DE OLIVEIRA FILHO.
- Consta que entre os dias 5 e 6 Ago 67, os marginados tenham abandonado o território uruguaio com destino ao Brasil.
- A casa situada a Calle Maldonado, 1887 em que residia o ex-sgt ÁLVARO está agora ocupada pelo ex-marinheiro GUIDO GURGEL que trabalha no Hotel Alhambra.
- Nos últimos meses da permanência de DAUDT no Uruguai, ficou registrado seu afastamento dos distintos grupos de asilados, mas há indícios de que o marginado continuava a manter contatos discretos com LEONEL BRIZOLA.²⁵⁵

A ditadura brasileira cobrava do Uruguai o controle das suas fronteiras, conforme palavras do Embaixador brasileiro em Montevidéu, manifestando-se que era “claro dever daquele Governo vigiar o trânsito pelas suas fronteiras, interceptando ali a passagem de elementos hostis ao Governo do Brasil”.²⁵⁶ Inclusive a Secretaria de Segurança solicitou ao governo uruguaio que os cônsules das cidades fronteiriças remetessem listas com os nomes das pessoas que saíssem do Uruguai em direção ao Brasil, o que acabou ocasionando denúncias e protestos, conforme nota do jornal *El Popular*, pertencente ao *Partido Comunista Uruguayo* (PCU):

La Secretaría de Seguridad de la Policía del Brasil pretende que los cónsules uruguayos en las localidades fronterizas les remitan la lista de todos los que viajan al país norteño. Pasan por encima del Ministerio de Relaciones uruguayo. La Cancellaría propondría mañana al Consejo de Gobierno una nota de protesta: creciente presión de los gorilas brasileños a nuestro país.²⁵⁷

Além disso, a ditadura brasileira tentava impedir a concessão de asilo político a várias pessoas que o solicitavam na Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro, como foi o caso do ex-almirante Cândido Aragão, que participou da Revolta dos Marinheiros, em março de 1964.

²⁵⁴ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.2.894.10.4. Porto Alegre, 24 abr. 1967.

²⁵⁵ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.2.912.10.4. Porto Alegre, 22 set. 1967.

²⁵⁶ CORRÊA, op. cit., p. 855.

²⁵⁷ Insolencia de la policía del Brasil contra el Uruguay. *El Popular*, Montevideo, 18 ago. 1965, p. 1.

Com o golpe de Estado, foi preso, permanecendo incomunicável na cadeia durante quatro meses. Solto mediante a concessão de um *habeas corpus* emitido pelo Superior Tribunal Militar, solicitou asilo na Embaixada do Uruguai. Porém, a ditadura brasileira negava-se a conceder o salvo-conduto para a sua liberação para o Uruguai, exigindo que o governo o entregasse, a fim de responder pelos crimes a ele imputados.²⁵⁸ Isso acabou gerando tensões entre os dois países, pois a Embaixada uruguaia passou a ser vigiada pela repressão brasileira:

Tengo el honor de dirigirme al Señor Ministro a fin de poner en su conocimiento que la prensa brasileña sigue publicando con destaque, noticias referentes al problema creado por el asilo concedido al Almirante Aragão [...]. Aún se hace notar, pero en forma menos ostensiva, la presencia de elementos de la Marina y del Departamento de Policía Política que continúan ejerciendo una vigilancia permanente a esta Misión.²⁵⁹

A saída, apenas que momentânea, possibilitaria que Cândido Aragão pudesse ser preso pela ditadura brasileira. Nesse sentido, a fim de exemplificar as ações de controle dos exilados pela ditadura, é interessante notar, conforme resposta confidencial do Itamaraty para a Embaixada uruguaia, como uma simples ida ao dentista necessitava de todo um trâmite burocrático entre a diplomacia:

[...] informa estar a senhora Vera Lucia Muller da Matta Machado, que se encontra asilada nessa Missão diplomática, necessitando de tratamento dentário em caráter de urgência [...]. O Ministério de Relaciones Exteriores, em resposta, comunica a Embaixada da República Oriental do Uruguai que, consultadas a respeito as autoridades brasileiras competentes, concordaram em consentir na ida da senhora Matta Machado àquele consultório, desde que na companhia de um membro dessa missão, com o fim conclusivo de receber o referido tratamento.²⁶⁰

Para os exilados que tencionavam voltar ao Brasil clandestinamente a repressão era acirrada. A perspectiva da volta, a fim de se reintegrar à luta, era uma constante no ideário dos que buscavam refúgio no exterior. Os exilados da primeira geração percebiam o asilo político como um recurso para escapar à perseguição no Brasil. Porém, os órgãos de informação e de repressão estavam avisados sobre as atividades que ocorriam no exílio, assim como instruídos das providências que deveriam ser tomadas, conforme demonstra o informe confidencial

²⁵⁸ Embaixada do Uruguai vigiada: asilo de Aragão causa embaraços diplomáticos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 ago. 1964, p. 1.

²⁵⁹ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 156/ carpeta 1/sección 1ª - 989/964-1ª-1/64. Rio de Janeiro, 25 ago. 1964.

²⁶⁰ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício confidencial enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 5/ carpeta 1 – 103/922 (42)(44). Rio de Janeiro, 6 ago. 1969.

emitido pelo Centro de Informações do Exército (CIE) a respeito de uma possível volta de exilados para o Brasil, em 1971:

Tendo em vista um provável surto no retorno de exilados ao país, o CIE (CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO) difundiu as seguintes normas provisórias:

- 1) As respectivas AI (Agências de Informação) e Delegacias Regionais de Polícia deverão receber a apresentação ou prisão do elemento que regressar, informando à Unidade militar da área a que pertence no mais curto prazo.
- 2) Se o elemento estiver com prisão decretada: prendê-lo;
Se estiver em IPM (Inquérito Policial Militar), deverá ser preso para averiguações;
Se for elemento perigoso e não estiver enquadrado nos casos acima, prendê-lo;
Para os demais casos, interrogar, informar a Unidade militar da área e liberar mantendo vigilância controlada sobre o mesmo.²⁶¹

A presença do ex-governador Leonel Brizola no Uruguai era um fato alarmante para as autoridades brasileiras. Além de manter contato constante com políticos e militantes que ficaram no Brasil, através dos seus “pombos-correio”, foi um dos responsáveis pela criação do MNR, em 1965. O nome de Brizola também estava vinculado aos chamados “Grupos dos Onze”, considerados, pela imprensa brasileira, como possíveis baluartes de resistência contra a ditadura, logo após o golpe de Estado, segundo documento urgente da Embaixada brasileira em Montevideu para o Itamaraty, quando da chegada de Brizola à capital uruguaia:

O Senhor Leonel Brizola chegou ontem às últimas horas da tarde em Montevideu, tendo entrado, segundo sua informação, pelo Departamento de Artigas. Fez declarações à imprensa, em que além de criticar o atual Governo brasileiro reiterou os termos de sua carta ao Correio da Manhã no que diz respeito à luta clandestina e referiu-se à existência de sessenta mil grupos de onze em território brasileiro. Ao que informaram os jornais, Brizola não solicitou asilo político, tendo regularizado junto às autoridades políticas sua residência temporária no Uruguai, de onde partiria para uma viagem longa.²⁶²

Os “grupos dos onze” foram organizados antes da deflagração do golpe, em 1963, surgindo da mobilização popular liderada por Leonel Brizola a fim de que as reformas de base fossem realizadas; para tanto, esses vários grupos de “onze companheiros”²⁶³ deveriam pressionar o Congresso e o presidente João Goulart. Também deveriam resistir ao golpe que os setores conservadores estavam organizando (na concepção de Brizola, o golpe de Estado encontrava-se em gestação).

²⁶¹ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Caxias do Sul. SOPS/CX – 4.____.214.10.1. Caxias do Sul, 6 out. 1971.

²⁶² Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevideu. Telegrama urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevideu. n. 5655. Montevideu, 7 maio 1964.

²⁶³ Inicialmente, Leonel Brizola havia imaginado organizar grupos de cinco pessoas. Mas, mudou de idéia, por considerar que onze seria um número melhor, em alusão aos onze jogadores de um time de futebol.

Os setores conservadores, na época do chamamento de Brizola para a formação dos “grupos dos onze”, utilizaram-se muito desses grupos de pressão para fomentar a campanha anticomunista estabelecida contra o presidente João Goulart, mas também contra Leonel Brizola, alegando que a existência desses grupos, sendo liderados pelo ex-governador gaúcho, era prova cabal de que a guerra revolucionária (na concepção da ESG) estava prestes a ser deflagrada. Essa visão, que beneficiava a ditadura civil-militar brasileira, persistiu após o golpe de 1964, segundo demonstra a ordem de busca emitida pelo DOPS, de caráter secreto:

ORDEM DE BUSCA

1. FATO: BENO ARAÚJO, irmão de JAYME ARAÚJO, é viajante e reside em IJUÍ, à rua 13 de Maio; consta que sua progenitora, ALCÍDIA ARAÚJO, possui indústria em CACHOEIRA DO SUL e reside à rua Bento Gonçalves, 340 naquela cidade. Esta viaja seguidamente ao URUGUAI, sendo JAIME ARAÚJO elemento ligado e pertencente ao “GRUPO DOS ONZE”, tendo auxiliado a ELIZEU TORRES a exilar-se no Uruguai.

2. PROVIDÊNCIAS:

- a) Verificar a veracidade do informe;
- b) Antecedentes políticos dos nominados;
- c) Viagens, atividades políticas dos nominados;
- d) Enviar relatório ao DOPS.²⁶⁴

É interessante observar que a maior parte da documentação das SOPS encontrada no Acervo da Luta Contra a Ditadura no período imediato à instauração da ditadura faz referência a possíveis atuações dos “grupos dos onze”, constando muitos interrogatórios de pessoas que assinaram as listas para integrá-lo. Os números divergem: desde 20 a 70 mil “grupos dos onze” teriam sido criados.²⁶⁵ Cabe destacar que os “grupos dos onze” não eram grupos guerrilheiros, mas, sim, grupos de pressão às reformas de base. Possivelmente, esses grupos se constituiriam em núcleos de um futuro partido revolucionário (em realidade, reformista) sob a liderança de Leonel Brizola. Eles possuíam uma orientação de defesa da legalidade, e não uma postura de deflagração de guerra, caso os setores conservadores arquitetassem um golpe contra a democracia.

O espaço concedido aos exilados brasileiros na imprensa uruguaia de esquerda era um fator preocupante para a ditadura brasileira. Isso foi explicitado na proibição de alguns desses

²⁶⁴ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.2.1282.17.5. Porto Alegre, 4 jan. 1966.

²⁶⁵ Para maiores informações sobre os “grupos dos onze”, ver BALDISSERA, Marli de. *Onde estão os grupos de onze?: os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS*. 167 f. Passo Fundo/RS: UPF, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, 2003.

jornais no Brasil.²⁶⁶ O semanário *Marcha*, por exemplo, foi um periódico que disponibilizou espaço para que os projetos reformistas do governo João Goulart pudessem ser defendidos. Dias após o golpe, em 17 de abril, Jango concedeu sua primeira entrevista, defendendo as reformas por ele anunciadas no comício da Central do Brasil.²⁶⁷ Já no dia 8 de maio, Leonel Brizola foi entrevistado pelo jornalista Eduardo Galeano, denunciando o novo governo em tais questões: o Brasil não estava passando por uma revolução, mas, sim, tinha sofrido um golpe; este foi dado com assistência dos Estados Unidos; o novo regime somente tomaria medidas em prol das classes dominantes e do imperialismo estadunidense.²⁶⁸

A maioria das reportagens que denunciavam a ditadura brasileira em *Marcha* era realizada com informações dos exilados. Inclusive não foram somente os exilados brasileiros que se encontravam em Montevidéu os que contribuíram com o semanário: Celso Furtado, Francisco Julião (que estavam na França) e Miguel Arraes (que estava na Argélia) também participaram de reportagens do semanário.

Marcha posicionou-se veementemente contra as pressões que a ditadura brasileira exercia contra o governo uruguaio na tentativa de interferir na atuação dos exilados. Essas pressões eram denunciadas no semanário. Tudo isso acabou ocasionando um interesse brasileiro em acompanhar as publicações de *Marcha* através dos seus agentes de espionagem.²⁶⁹

Constantemente o governo uruguaio foi acusado de permitir que os exilados quebrassem as regras do direito de asilo político. Um destes casos foi quando Brizola concedeu entrevistas à revista mexicana *Siempre* e à agência Reuters, o que levou à ratificação do pedido, por parte do governo brasileiro, de internação do ex-governador:

El gobierno brasileño desea de nuevo manifestar su profunda preocupación por ciertas actividades de los asilados brasileños en Uruguay, que constituyen no sólo violación a las normas internacionales aceptadas sobre asilo político, como también a exigir algunas de las medidas acordadas entre los Ministros de Relaciones Exteriores del Brasil y del Uruguay, durante la reciente visita del Canciller Zorrilla de San Martín a Río de Janeiro. Las dos entrevistas recientemente concedidas por el señor Leonel Brizola [...] a la revista mejicana “Siempre” y a la Agencia “Reuters”, pregonando abiertamente la subversión en el Brasil, llevan al Gobierno brasileño a solicitar la inmediata internación de aquel asilado y el ejercicio de la más estricta

²⁶⁶ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevidéu. Telegrama enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 53. Montevidéu, 8 abr. 1964.

²⁶⁷ CASTRO, Julio. Solo las reformas de base darán paz a Brasil. *Marcha*, Montevideo, 17 abr. 1964, p. 1. As reformas de base propostas no Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964 – um dos elementos detonadores do golpe de Estado – referiam-se às reformas agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral, que deveriam ser concretizadas ainda naquele ano.

²⁶⁸ GALEANO, Eduardo. Reportaje exclusivo a Brizola: el ajuste de cuentas vendrá. *Marcha*, Montevideo, 8 mayo 1964, p. 7.

²⁶⁹ MARQUES, op. cit.

vigilancia sobre su persona, a fin de impedir actividades que ponen en peligro la manutención del orden en territorio brasileño.²⁷⁰

Uma das primeiras pressões exercidas pelo Brasil sobre o Uruguai foi decorrente da recepção que o presidente deposto, João Goulart, recebeu das autoridades uruguaias, ao chegar em Montevideú no dia 4 de abril de 1964. Jango foi recebido como se ainda fosse o presidente do Brasil, o que provocou forte reação do governo militar recém-instalado.²⁷¹ Dias após a chegada de Goulart no Uruguai, a ditadura brasileira já reivindicava a este país que não concedesse asilo político ao ex-presidente, sendo uma das razões a proximidade territorial entre os dois países, de acordo com o ofício confidencial enviado da Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro para o Itamaraty:

Tengo el honor de dirigirme al señor Ministro para poner en su conocimiento – en forma extra-confidencial – que en el día de hoy en conversación que mantuve con el Secretario General de Asuntos Extranjeros de Itamaraty, quien actúa en sustitución del nuevo Canciller que aún se encontra en Brasilia – me insinuó en forma no oficial – que el Gobierno de Brasil siente cierta preocupación por la permanencia del señor João Goulart en nuestro país, por la posible concurrencia de brasileños al Uruguay, como consecuencia de los hechos ocurridos en los últimos días. Los temores que dan origen a tal preocupación justificable (sic) mencionado Secretario por la proximidad de nuestros dos países y la posibilidad de que se aumente el número de asilados en el Uruguay, atraídos por las declaraciones del señor Goulart de que no ha renunciado a la Presidencia de su país. Continué diciendo el ya referido Secretario, que el Gobierno de Brasil vería con agrado y se sentiría aliviado de tal preocupación, si el ex gobernante viajara, por ejemplo, para Europa.²⁷²

A ditadura brasileira passou a tentar impedir que João Goulart e Leonel Brizola saíssem de Montevideú, a fim de poder melhor controlá-los e evitar que se aproximassem da fronteira com o Rio Grande do Sul:

[...] como consecuencia de las denuncias sobre actividades de asilados, el Encargado de Negócijs del Brasil en el Uruguay, señor Julio Agostinho de Oliveira, habría reiterado un pedido oficial (ya formulado a principios de abril) para que fuera impedida la salida de los señores Goulart y Brizola de Montevideo, a fin de mantenerlos alejados de la frontera.²⁷³

²⁷⁰ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício confidencial enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caja 4/ carpeta 4 – 1332/964-1ª-6/64. Rio de Janeiro, 27 nov. 1964.

²⁷¹ MARQUES, op. cit., p. 59.

²⁷² Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício confidencial enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caja 4/ carpeta 4 – 399/964-1ª-6/64. Rio de Janeiro, 7 abr. 1964.

²⁷³ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício confidencial enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caja 4/ carpeta 4 – 972/964-1ª-6/64. Rio de Janeiro, 19 ago. 1964.

A apreensão de que João Goulart se retirasse de Montevidéu está expressa no seguinte telegrama enviado pelo embaixador brasileiro, Pio Corrêa, e que, por sua vez, atesta o monitoramento ao qual ele era submetido: “Terça-feira – 19h – O Senhor João Goulart achasse, desde 8 do corrente, ausente de Montevidéu. De Punta del Este, para onde partiu naquele dia, teria seguido para Paso de los Toros e Tacuarembó”.²⁷⁴

A preocupação com uma nova onda de exilados no Uruguai, que viria a se somar a dos exilados paraguaios e argentinos, também era compartilhada pela Companhia de Inteligência Americana (CIA), afirma Philip Agee, pois seria um novo grupo que deveria passar a ser supervisionado pelo órgão de inteligência norte-americano. No seu relato, Agee declara que a base da CIA instalada no Rio de Janeiro pressionava a base em Montevidéu para agilizar os relatórios de chegada dos membros e simpatizantes do governo deposto: “a nossa única fonte dessas informações é o comissário Otero, cujo Departamento de Ligações e Investigações se encarrega de registrar os exilados”.²⁷⁵

Outra apreensão da ditadura que se somou às demais foi o lançamento de um manifesto, em 28 de outubro de 1966, proposto por Carlos Lacerda, com o objetivo de restaurar o regime democrático no Brasil. Um dos principais articuladores do golpe de Estado, Lacerda começou a tecer duras críticas à ditadura quando teve seus interesses políticos contrariados pelos militares. A tradição das Forças Armadas brasileiras, quando intervinham no cenário político, era de “restaurar a ordem”, devolvendo o poder aos civis. Nessa lógica, o governador da Guanabara, ferrenho crítico do governo Goulart e dono de um discurso profundamente anticomunista, considerou que a presidência da república seria oferecida a ele. Entretanto, os militares continuaram no poder. Esse manifesto foi lançado por um movimento político que a imprensa brasileira batizou de Frente Ampla, formado, além por Carlos Lacerda, pelos ex-presidentes Juscelino Kubitchek e João Goulart. A Frente Ampla acabou se constituindo em uma composição de forças que ameaçou a ditadura brasileira. Esse movimento político foi acompanhado de perto pela Embaixada uruguaia:

Tengo el honor de dirigirme al señor Ministro para informar acerca de publicaciones de prensa, que dan cuenta de la posible constitución de un “frente único y amplio” que se estaría organizando en el Brasil, con la finalidad de concentrar todas las fuerzas políticas de oposición al actual régimen del Gobierno del Presidente Castelo Branco, para luchar por la normalización del país. [...] se indica como autor de la iniciativa, en esta oportunidad, a un fuerte sector del Movimiento Democrático Brasileño, por sugerencia del ex Gobernador de Guanabara, señor Carlos Lacerda, la que contará con la conformidad de los ex

²⁷⁴ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevidéu. Telegrama enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 595. Montevidéu, 15 dez. 1964.

²⁷⁵ AGEE, op. cit., p. 368.

presidente Juscelino Kubitschek y João Goulart. Las principales figuras políticas de oposición consideran practicamente formada dicha unión asegurando que se trata de una idea victoriosa – donde se tiene la certeza – por consultas directas que efectuaron a los interesados – de que tanto el señor Carlos Lacerda como Juscelino Kubitschek y João Goulart, estarían dispuestos a olvidar el pasado en beneficio de una causa que a todos compromete.²⁷⁶

Em novembro de 1966, Lacerda e Juscelino firmaram a Declaração de Lisboa (o ex-presidente estava exilado em Portugal, após ter seu mandato político cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos), na qual afirmavam terem superado as divergências a fim de formarem um frente de oposição à ditadura civil-militar. Quando Kubitschek integrou-se à Frente Ampla, a ditadura começou a se preocupar seriamente. Além disso, Lacerda reconhecia que era necessária a participação de João Goulart, que traria consigo o componente popular representado pelos seus correligionários e pelos sindicatos.

Dessa forma, em setembro de 1967, Carlos Lacerda reuniu-se com João Goulart em Montevideú, para organizar as atividades da Frente Ampla. Ambos assinaram um acordo formal de cooperação, estabelecendo as bases dessa aliança criada, que ficou conhecido como Pacto de Montevideú. Conforme Maria Helena Moreira Alves, este documento “constituiu o programa da Frente Ampla, que começou a adquirir características de um partido político de oposição de amplas bases”.²⁷⁷ Esse programa exigia a volta à democracia, a revogação de leis de controle, o fim das diretrizes salariais, a afirmação dos direitos dos trabalhadores (inclusive o direito à greve) e a realização de eleições livres e diretas.

Após João Goulart ter aderido à Frente Ampla, e também à maior aceitação por parte de políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido consentido da oposição, iniciaram-se as mobilizações públicas em prol desta frente. Mais de quinze mil pessoas participaram dos comícios organizados pela Frente Ampla, em 1968. O grande perigo representado por esse movimento foi que ele acabou congregando parcelas conservadoras das camadas médias e altas da população. Somado ao surgimento da Frente Ampla, encontrava-se a reorganização do movimento sindical e uma maior atuação do movimento estudantil. Assim, no dia 5 de abril de 1968, a ditadura baixou um decreto-lei proibindo a Frente Ampla e toda sua forma de manifestação.²⁷⁸

²⁷⁶ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício confidencial enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 166/ carpeta 1/ sección 1ª – 995/966-1ª-1/66. Rio de Janeiro, 9 set. 1966.

²⁷⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005 [1984]. p. 155.

²⁷⁸ Os políticos da Frente Ampla foram colocados em uma lista permanente de “conspiradores” contra a ditadura. Em relação a João Goulart, cada vez mais crescem as evidências de que o ex-presidente teria sido assassinado por uma operação do Condor entre Brasil e Uruguai, em dezembro de 1976. Em 1973, João Goulart passou a

As pressões que a ditadura brasileira exercia sobre o Uruguai produziram resultados. Um deles foi a negação da concessão de asilo político, em 1966, a dois marinheiros envolvidos na mesma revolta da qual o ex-almirante Cândido Aragão liderou. Este documento, de caráter confidencial, informa as razões oferecidas pela Embaixada uruguaia, demonstrando clara sintonia com o governo brasileiro:

[...] Ante esta situación, se han presentado a esta Misión dos de los marineros condenados, los que han solicitado asilo. Los referidos postulantes fueron recibidos en esta Embajada, permitiéndoseles su permanencia con carácter provisional, hasta tanto se tengan instrucciones precisas de esa Cancillería. Debe puntualizarse a esta altura, que otras Embajadas (Argentina, Chile, Perú, etc.), han rechazado esas solicitudes de asilo por considerar que los procesados son desertores de servicio militar y por estimar que la sentencia proviene de autoridad competente que integra la justicia de un sistema gubernamental aceptado y reconocido por sus respectivos países. [...] *También debe señalarse, que la mayoría de los procesados están caracterizados como de filiación comunista.*

Situaciones locales a considerar:

Existe la firme creencia de que no se desea tener presos políticos en el Brasil, por causas obvias de explicar – induciéndolos a solicitar asilo, porque:

- a) Se evita su custosa custodia;
- b) Se eliminan focos comunistas;
- c) Se garante la seguridad nacional;
- d) Se transfieren problemas a otros países, convirtiéndolos en refugio de comunistas.

Circunstancias a tener en cuenta por nuestra parte:

- a) *Cordiales relaciones con el Brasil, que podrían comprometerse, entorpeciendo así el desarrollo de planes que están actualmente en ejecución.*
- b) Cantidad y calidad de asilados brasileños en el Uruguay, lo que aumenta la resistencia a conceder nuevos salvoconductos, por parte del Gobierno de Brasil.
- c) *No se conocen, desde la revolución al momento, graves casos de injurias personales.*
- d) Desconocimiento de autoridad judicial brasileña cuyo órgano militar dictó sentencia con intervención de defensa letrada de los encausados.

Consideraciones finales:

Sin pretender desconocer las “Recomendaciones a los Jefes de Misión, de enero de 1960”:

- a) Cantidad de posibles asilados, desde que la aceptación de dos nuevos en estas circunstancias, sentaría precedente y provocaría, sin la menor duda, el asilo de muchísimos otros, dentro de la cifra ya mencionada de 283 condenados;
- b) Falta absoluta de comodidades para atender decorosamente a los mismos;
- c) En el caso de nuestra Embajada en Río (Residencia familiar y Cancillería juntas), dificultades insalvables que ello ocasionaría;

residir em Buenos Aires, por convite do seu amigo Juan Domingo Perón, presidente argentino da época. A “Operação Escorpião”, como foi denominada pelos agentes repressivos, teria consistido na introdução de um comprimido envenenado entre os demais que João Goulart necessitava tomar, pois era cardíaco. Sua morte foi atribuída a um ataque do coração. Quem fornece essas informações é o ex-agente de inteligência uruguaio Mario Neira Barreiro, que está detido no presídio de Charquedas, no Rio Grande do Sul. Ele afirma que vigiou João Goulart desde 1973 até a sua morte, determinada pelo então presidente Ernesto Geisel, sendo o articulador entre os aparatos repressivos dos dois países o delegado Sérgio Fleury. Índícios apontam que Jango estava determinado a voltar para o Brasil em 1977. Estas evidências são defendidas pelo filho do ex-presidente, João Vicente Goulart, e pelo neto, Christopher Goulart, assim como por Roger Rodríguez, jornalista do periódico uruguaio *La República*. Tais especulações são pertinentes diante do quadro atual do acesso restrito à documentação repressiva e se inserem dentro das questões específicas inerentes à metodologia do Tempo Presente.

- d) Falta de locais apropriados para arrendar, em salvaguardia de la seguridad de los asilados y de las responsabilidades de la Misión;
- e) Falta de personal de custodia para garantir el orden y la disciplina entre los asilados;
- f) Falta de recursos económicos para atender los gastos que demande esta circunstancia. (Se recuerda que aún está pendiente de reembolso los gastos originados por los asilados en esta Misión, desde que el actual Embajador se hizo cargo de la misma – octubre de 1964 – los que fueron adonados de su peculio personal).

Considerando las circunstancias antes expresadas, la opinión del suscrito es de que en esta oportunidad no corresponde acceder al asilo solicitado.²⁷⁹

Através da análise desse documento, de 1966, pode-se averiguar como o posicionamento do governo uruguaio começou a oscilar em relação ao asilo político para os brasileiros, devido, em grande parte, às pressões que a ditadura brasileira estava exercendo sobre o Uruguai. Além de admitir “cordiais relações com o Brasil”, a Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro relatava que a vinculação dos marinheiros às orientações comunistas era um fator agravante, sendo um dos motivos para a negação da concessão do asilo. Além disso, a Embaixada remetia informações para o Ministério das Relações Exteriores de desconhecimento de “graves casos de injúria pessoal”. Porém, desde 1964, houve denúncias, principalmente por parte da imprensa, de abusos e de violência contra cidadãos brasileiros, inclusive da utilização de tortura nos interrogatórios policiais. Assim, esse documento demonstra que, se o governo uruguaio ainda não se manifestava em prol da ditadura brasileira, pelo menos estava começando a se omitir em uma das questões que mais gerava tensão entre os dois países: a dos exilados.

Contudo, é importante frisar que a ditadura brasileira contava com o apoio das forças repressivas do Uruguai no monitoramento dos seus exilados, conforme se depreende do documento abaixo:

1 – Asilados no Uruguai (controle)

A polícia uruguaia, de Rivera, recebeu comunicado de Montevideú, para vigiar os asilados políticos brasileiros, em virtude haverem desaparecido de Montevideú, ultimamente, cerca de vinte asilados.

2 – Este Serviço deve ser informado com urgência sobre qualquer notícia de identificação de algum asilado na área dessa Regional.²⁸⁰

O aparato repressivo uruguaio também possuía interesse em controlar os exilados e

²⁷⁹ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Oficio confidencial enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 2/ carpeta 2. 718/966-1ª-6/66. Rio de Janeiro, 29 jun. 1966. Grifos nossos.

²⁸⁰ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.2.892.10.4. Porto Alegre, 16 fev. 1967.

“pombos-correio”, pois esses se somavam aos “subversivos” uruguaios, denotadamente a partir dos anos de 1968 e 1969, conforme pode se apreender da análise das documentações oficiais desses países. Foram estabelecidas redes de solidariedade entre cidadãos de ambos os países, e, devido a cidades fronteiriças como Rivera e Santana do Livramento, por exemplo, o trânsito de pessoas entre o Uruguai e o Brasil era mais facilitado, o que levava a repressão uruguaia a ter motivações próprias no monitoramento dos brasileiros.

O governo uruguaio, devido às pressões políticas, diplomáticas e econômicas, começou a ceder, paulatinamente, às imposições da ditadura brasileira sobre o cerceamento dos exilados. Com a chegada de Pacheco Areco à presidência uruguaia, no final do ano de 1967, em consonância com o governo instalado no Brasil, a cooperação passou a ser o posicionamento adotado entre essas duas administrações.

2.3 A VIGILÂNCIA DOS EXILADOS BRASILEIROS PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), apesar de tentar projetar uma imagem de imparcialidade e de estar situado acima da repressão estatal, atuou nos serviços de informação e espionagem dos elementos considerados “subversivos” pela Doutrina de Segurança Nacional. O Itamaraty, através dos adidos militares e, principalmente, dos seus agentes civis, contribuiu para a repressão, fornecendo dados e informações de brasileiros que se encontravam, especialmente, em outros países. Para tanto, dois órgãos de informação foram criados durante a ditadura: o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) e a Divisão de Segurança e Informações (DSI), que existia em todos os ministérios civis.²⁸¹

No caso do Brasil, conforme o *Manual básico* da Escola Superior de Guerra (ESG), “a Segurança Externa é [...] um problema que afeta a própria sobrevivência do Estado”.²⁸² Essa prerrogativa fez com que a Chancelaria, durante a ditadura brasileira, obtivesse um papel fundamental para a manutenção do Estado de Segurança Nacional. Porém, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil geralmente apresentava uma postura de desenvolvimento da

²⁸¹ Há de salientar-se, entretanto, a participação de funcionários e diplomatas do Itamaraty em redes contra a ditadura, coletando denúncias no Brasil e enviando-as aos países europeus dentro da mala diplomática dos assuntos do regime. Na Europa, estas eram repassadas a organizações de direitos humanos e militantes de esquerda. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁸² BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976. p. 461.

política externa pelo viés econômico, conforme pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores José de Magalhães Pinto, na ESG, em 1967:

Entre as classes dirigentes do País, entendo que incumbe ao Itamaraty e a esta Escola uma responsabilidade especial. Órgãos dedicados aos problemas de segurança têm, um e outra, alto papel a desempenhar na formulação de uma doutrina do desenvolvimento nacional, de cujo êxito dependerá, em última análise, a própria segurança externa e interna do Brasil. Ao Ministério das Relações Exteriores, em particular, caberá projetar, no cenário mundial, a imagem de um país próspero e unido, condições que nos permitirão ocupar, na comunidade das Nações, o lugar que de fato nos corresponde.²⁸³

Assim como nas palavras do diplomata Manoel Pio Corrêa:

A Política Exterior é [...] um instrumento a serviço do Desenvolvimento Nacional: a ela cabe identificar e explorar os contatos que possam concorrer para facilitar recursos econômicos e técnicos, abrir escoadouros à nossa produção, promover o aprimoramento de nossos recursos humanos, evitar perdas de substância nacional.²⁸⁴

No caso do Uruguai, as pesquisas vinculadas à diplomacia começam a traçar esse matiz de problematização. Oscar Destouet, historiador responsável pelo desarquivamento dos documentos do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, por exemplo, tem como preocupação a investigação dos civis que participaram do órgão de inteligência do Ministério, o *Servicio de Información Exterior* (SIE). Esse órgão esteve vinculado aos demais órgãos de informação e repressão da ditadura uruguaia. Os serviços de inteligência, de acordo com o decreto da *Junta de Comandantes en Jefe*, estavam assim organizados:

El Servicio de Inteligencia de Defensa (SID) operativamente estará integrado con el ESMACO [Estado Mayor Conjunto], la DNII [Dirección Nacional de Información y Inteligencia] y el SIE del Ministerio de las Relaciones Exteriores, consituirán el centro de información nacional, interior y exterior, de más alto nivel, en beneficio del Gobierno Nacional, la Junta de Oficiales Generales, la Junta de Comandantes en Jefe y los distintos organismos estatales vinculados a la seguridad y el desarrollo.²⁸⁵

Desse modo, pode-se perceber como o SIE era um dos principais órgãos que compunham o sistema de informações do aparato repressivo da ditadura uruguaia. Para tanto, os cargos de embaixadores e ministro eram considerados de total confiança do Executivo.

²⁸³ Pronunciamentos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, ano 10, n. 37-38, mar./jun. 1967, p. 17.

²⁸⁴ CORRÊA, Manoel Pio. Política Nacional Externa Brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, ano 16, n. 63-64, 2. sem. 1973, p. 20.

²⁸⁵ JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE apud DESTOUET, Oscar. *Historias de hombres grises: los misterios del Ministerio. Documentación secreta de Relaciones Exteriores. Cuadernos de la historia reciente*. Uruguay: 1968-1973. Montevideo: Banda Oriental, 2008. n. 4. p. 24.

Esse órgão foi responsável pela espionagem de uruguaios no exterior, controlando suas atividades, remetendo as informações para o Ministério das Relações Exteriores, ao Departamento II (Exterior) do SID ou ao ESMACO. A informação era processada e disseminada de acordo com o grau de periculosidade em relação à segurança nacional. Inclusive o SIE operava em países democráticos, como é o caso do informe do dia 19 de abril de 1974 a respeito de um ato contra a ditadura no Uruguai realizado em Buenos Aires, que foi remetido ao Ministério. Nele, constam o número de pessoas que participaram do evento e suas idades, assim como os oradores (incluindo peso, idade, estatura, cor da pele e vestimenta), e o tom que estes imprimiram aos seus discursos.

Destouet, através da análise da documentação gerada pelo Ministério, afirma que uma das tarefas permanentes do SIE foi recolher informação sobre os uruguaios que viviam fora do seu país, conforme cabograma enviado aos consulados uruguaios na Argentina: “Sírbase informar con la mayor urgencia acerca cifra estimativa ciudadanos uruguayos radicados en ese país así como también porcentaje que a su juicio pueda haber estado o estar vinculado a actividades subversivas en el Uruguay”.²⁸⁶

Assim, para este autor, a documentação produzida pela “repressão burocrática” é de fundamental importância para a recuperação da história e da memória da ditadura uruguia, pois permite

la reconstrucción de un fragmento de las vidas de las víctimas, y en muchos casos recomponen identidades quebradas por la situación extrema que se vivió durante el terrorismo de Estado; en segundo lugar sirven para asignar responsabilidades, aportan pruebas en el plano judicial; y en tercer lugar son fuente privilegiada para la investigación histórica.²⁸⁷

Em relação ao caso brasileiro, o jornal *Correio Braziliense*, da capital federal,²⁸⁸ publicou em julho de 2007 um conjunto de matérias e documentos denunciando a existência de um órgão de espionagem vinculado ao SNI e subordinado ao Ministério das Relações Exteriores durante a ditadura brasileira, o Centro de Informações do Exterior (CIEx). Diante de tais denúncias, o Itamaraty foi obrigado a reconhecer oficialmente a existência dessa documentação e o fato de ter sido criado um órgão de espionagem de brasileiros que estavam localizados fora do Brasil, fato, até então, mantido em segredo. Com o término da ditadura, o SNI determinou a destruição desse centro, ordem que foi negada pelo então ministro Paulo

²⁸⁶ Nota circular 1299/978. Archivo Histórico-Diplomático. Fondo: Argentina. Apud DESTOUET, op. cit., p. 30.

²⁸⁷ DESTOUET, op. cit., p. 32.

²⁸⁸ As reportagens foram publicadas entre os dias 22 e 25 de julho de 2007, de autoria de Cláudio Dantas Sequeira. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

Tarso Flecha de Lima, que assumiu este cargo em 1985.

Segundo o jornal, o CIEEx contém mais de oito mil informes sobre a colaboração internacional entre militares, policiais e diplomatas. Inclusive, ao longo das suas mais de vinte mil páginas de documentação, constam os nomes de 64 brasileiros que estão na lista dos 380 mortos e desaparecidos da ditadura brasileira. Entretanto, essa documentação não foi aberta para a sociedade civil; o próprio ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em entrevista concedida ao mesmo jornal, declarou não ter “comentários a fazer sobre aspectos de um passado que felizmente deixou de existir”,²⁸⁹ o que demonstra a postura ambígua da atual administração federal com essa demanda. A percepção de inconclusão da história, propiciada pelas negativas de abertura dos arquivos oficiais da repressão, é um dos principais desafios que o historiador do Tempo Presente se depara. Neste caso, há a tentativa de manutenção, por parte da diplomacia, de preservar sua imagem desconectada dos interesses e orientações da ditadura brasileira, ocultando a participação do Ministério das Relações Exteriores como uma das peças que fazia a engrenagem do sistema repressivo funcionar.

Alguns informes sobre os mortos e desaparecidos políticos da ditadura brasileira foram levantados pelo *Correio Braziliense*. Um desses casos foi o do militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Wânio José de Mattos. Ele foi um dos 70 presos políticos trocado pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sendo banido para o Chile, em 1971. Logo após o golpe de Estado, foi preso pela polícia chilena e levado para o Estádio Nacional. Seus familiares somente obtiveram informações a respeito das condições da sua morte com a divulgação do Relatório Rettig, em 1991, pela *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*. O reconhecimento oficial por parte do governo chileno ocorreu em 1992, quando os arquivos nesse país começaram a ser abertos. Wânio José de Mattos morreu em decorrência dos ferimentos produzidos durante a sua prisão. A certidão de óbito emitida pelo Hospital de Campanha do Estádio Nacional deu como *causa mortis* “peritonite aguda”, em 16 de outubro de 1973. Entretanto, o Itamaraty recebeu do CIEEx, no dia 31 de dezembro de 1973, o informe 656, no qual está registrado a morte de Wânio (inclusive constando a data), estando anexo ao documento o “certificado médico de defunción (falecimento)”.

O processo dos familiares de Wânio José de Mattos junto à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos foi indeferido, em função de não se obterem provas de que

²⁸⁹ SEQUEIRA, Cláudio Dantas. Silêncio no governo Lula. *Correio Braziliense*, Brasília, 24 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

o aparato repressivo brasileiro tivesse participado da sua prisão e morte.²⁹⁰ Porém, há vários informes produzidos pelo CIEEx demonstrando a espionagem que ele sofrera por parte de agentes brasileiros agindo no Chile, assim como informações que facilitaram sua prisão pelas forças policiais chilenas. Como exemplo dessa atuação de espionagem de agentes brasileiros, o *Correio Braziliense* apresentou o informe 159, de 27 de março de 1973, no qual se observa que um agente do CIEEx teve acesso a apontamentos pessoais de Wânio José de Mattos.

Outro caso citado na reportagem do jornal é o de Joaquim Pires Cerveira, militante de um pequeno grupo da luta armada, a Frente de Libertação Nacional (FLN), que atuou, muitas vezes, conjuntamente com a VPR. Cerveira havia sido banido em junho de 1970, quando do seqüestro do embaixador alemão Ehrenfried Ludwig Von Holleben, para o Chile. Foi seqüestrado na Argentina por policiais brasileiros (entre os quais o delegado Sérgio Paranhos Fleury), juntamente com o também militante João Batista Rita Pereda, em dezembro de 1973. A seguir, foi levado para o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro, desaparecendo a partir de 12 ou 13 de janeiro de 1974. Seu desaparecimento está inserido na Operação Mercúrio, realizada pela repressão brasileira, que tinha por objetivo assassinar todos os banidos e ex-militares que tentassem voltar clandestinamente ao Brasil.²⁹¹

Pelos informes do CIEEx, Joaquim Pires Cerveira vinha sendo monitorado pelos agentes brasileiros desde o seu banimento. Além disso, esse órgão relata que, em dezembro de 1970, Cerveira teria convencido o presidente cubano Fidel Castro a permitir que todos os exilados brasileiros em Cuba seguissem para o Chile, onde se reuniriam com os demais brasileiros vindos da Argélia, a fim de prepararem uma ofensiva contra a ditadura. Para tanto, teria recebido recursos financeiros e autorização para recrutar pessoal em Cuba, assim como ajuda tática de guerrilheiros cubanos e de brasileiros que receberam treinamento. A última referência em arquivos repressivos sobre Joaquim Pires Cerveira encontra-se no informe 635 (produzido pelo CIEEx), do ano de 1973, o qual relata o seu encontro com o ex-almirante Cândido Aragão, em Buenos Aires. Cerveira permanece desaparecido.

²⁹⁰ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, op. cit., p. 356-357.

²⁹¹ Ibid., p. 369-371. A questão dos banidos será tratada no capítulo 4.

2.3.1 A “Diplomacia de Resultados” do Itamaraty

Nos primeiros meses da ditadura brasileira, o diplomata Manoel Pio Corrêa foi designado pelo general Castelo Branco para assumir o cargo de embaixador brasileiro no Uruguai, a fim de “melhorar as relações entre os dois países”, conforme se apreende do telegrama enviado da Embaixada brasileira em Montevidéu para o Itamaraty:

Acredito que a designação de um novo embaixador para o Rio de Janeiro, ontem aprovada pelo Senado traduza o desejo do governo uruguaio em desenvolver e ampliar as relações entre os dois países. O novo embaixador do Brasil Manoel Pio Correa Junior deverá chegar a Montevidéu no correr do próximo mês o que concorrerá para que os dois países voltem a ter representação diplomática normal em suas missões. Todos estes fatos desmentem amplamente os rumores infundados sobre as relações entre o Brasil e o Uruguai.²⁹²

A notícia enviada do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai para a Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro corrobora essa intenção:

Hoy hora once y treinta presentó credenciales nuevo Embajador Manuel Pio Correa. Cambiaron impresiones favorables para estrechar vinculaciones ambos países.²⁹³

Antes disso, Pio Corrêa foi embaixador do Brasil na Cidade do México, mas, devido ao fato de esse país não ter reconhecido o governo golpista, foi chamado de volta ao Brasil. Conforme Philip Agee, a base da CIA do Rio de Janeiro providenciou a sua nomeação para Montevidéu – que havia se tornado, no momento, “ponto em ebulição da diplomacia brasileira”²⁹⁴ –, devido à sua eficiência nas atividades operacionais exercidas anteriormente na Cidade do México. Ainda, segundo o ex-agente, a CIA decidiu envolver-se também nas operações contra os exilados brasileiros.

Juntamente com o coronel Câmara Senna,²⁹⁵ que foi para Montevidéu como adido militar, Pio Corrêa dedicou-se à neutralização da articulação entre os exilados, tendo como

²⁹² Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevidéu. Telegrama urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 11.232. Montevidéu, 19 ago. 1964.

²⁹³ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Radiograma enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 157. Rio de Janeiro, 16 set. 1964.

²⁹⁴ AGEE, op. cit., p. 384.

²⁹⁵ O ex-agente da CIA, Philip Agee, declara que o adido militar Câmara Senna, o embaixador Manoel Pio Corrêa e o seu primeiro-secretário, Lyle Fontoura, seriam agentes dessa mesma companhia designados pela base do Rio de Janeiro para irem ao Uruguai. Cf. AGEE, op. cit., p. 384.

prioridades João Goulart e Leonel Brizola. A Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro transmitiu para o seu Ministério a notícia publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, a respeito da escolha da nomeação de Pio Corrêa:

La misión confiada al señor Pio Correa tendría por objeto ejercer una fuerte vigilancia en lo que se relaciona a los políticos exilados en el Uruguay, principalmente los señores Goulart y Brizola. Conforme dá cuenta en notas anteriores, el citado embajador es considerado un hombre integrado con los principios de la revolución y su tendencia a la extrema derecha sigue siendo recordada. Su presencia en nuestro país, de acuerdo al publicado por el citado diário, podría acabar “con lo que aún resta de las buenas relaciones entre ambos países, pues el señor Pio Correa tiene más condiciones para desempeñar una acción policial que diplomática”.²⁹⁶

Manoel Pio Corrêa, na sua autobiografia,²⁹⁷ relata que sua principal missão no Uruguai era impedir que os exilados exercessem atividades políticas, utilizando-se, para isso, de uma “diplomacia de resultados”, através de cobranças e pressões sobre o governo uruguaio. Primeiramente, arquitetou uma rede de contatos, que ia desde políticos, militares, juízes, delegados de polícia, até fazendeiros e comerciantes. A fim de obter auxílio das autoridades uruguaias, estabeleceu, entre outros, negociações a respeito de interesses entre os dois países, como a pavimentação de estradas que conduziam até a fronteira: Santa Vitória do Palmar-Chuí, Pelotas-Jaguarão, Bagé-Aceguá, Rosário-Santana do Livramento, Alegrete-Quaraí. Além disso, foi o responsável pela construção da ponte sobre o rio Quaraí, ligando a cidade brasileira de mesmo nome à cidade uruguaia de Artigas.

Antes de viajar para Montevidéu, Manoel Pio Corrêa estabeleceu diversos contatos com as forças armadas e policiais do Rio Grande do Sul. Foi recebido pelo governador Ildo Meneghetti, “eloqüente indicação da importância atribuída pelo Rio Grande do Sul à Embaixada do Brasil no Uruguai”,²⁹⁸ que lhe informou que a Polícia Civil e a Brigada Militar do estado agiriam conjuntamente com a Embaixada brasileira em Montevidéu, no referente à vigilância da fronteira e a possíveis atividades subversivas insufladas a partir do Uruguai. O inverso também ocorreria: o estado gaúcho e a sua colaboração com a Embaixada brasileira era primordial. Pio Corrêa também recebeu apoio do III Exército, sendo que a Primeira, Segunda e Terceira Divisões de Cavalaria, responsáveis pelo controle das fronteiras, manteriam ligação direta com o embaixador, mantendo-o constantemente informado do que

²⁹⁶ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Ofício enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 156/ carpeta 1/sección 1ª - 812/964-1ª-1/64. Rio de Janeiro, 14 jul. 1964.

²⁹⁷ CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 848.

estava ocorrendo no estado gaúcho.

No Uruguai, o novo embaixador foi fortemente apoiado pelo general Santiago Pomoli, seu amigo pessoal, que tratou de articular, no Exército uruguaio, uma corrente favorável aos objetivos designados ao embaixador, ou seja, a estrita vigilância das atividades dos exilados brasileiros. Manoel Pio Corrêa tratou, ainda, de estabelecer laços com o chefe da polícia de Montevideú.

Pelo êxito da sua missão no Uruguai e pelo controle que exerceu sobre os exilados, recebeu a alcunha, por parte da esquerda brasileira, de “troglodita reacionário”, assim como severas críticas por parte da esquerda uruguaia, que percebia as ações do embaixador como uma ameaça à soberania do seu país.²⁹⁹ O embaixador encontrava-se, nas suas próprias palavras:

face a um governo pouco cooperativo e pressionado pela opinião pública e pela imprensa da Capital, cuja população – metade da população do país – era preponderantemente simpática aos asilados políticos brasileiros e hostil ao Governo revolucionário do Brasil – e a mim, representante deste Governo.³⁰⁰

Uma das ordens recebidas por Pio Corrêa do governo brasileiro enquanto embaixador era a obtenção do confinamento de Leonel Brizola em um local onde o ex-governador gaúcho ficasse em vigilância permanente, via decisão administrativa das autoridades uruguaias. Uma das denúncias realizadas foi a de que o embaixador teria condicionado a compra de trigo uruguaio à limitação da mobilidade de Leonel Brizola, pressionando economicamente o Uruguai, a fim de que este pendesse para o lado do governo brasileiro:

Ahora los gorilas brasileños amenazan a nuestro país a no adquirirmos el excedente triguero si previamente no se aceptan sus exigencias sobre los exilados. Y el tema del trigo, aunque parezca mentira, ha estado presente en las deliberaciones de la mayoría de los asilados brasileños.³⁰¹

As páginas do *Correio do Povo* assim noticiavam as pressões exercidas pelo Itamaraty:

O Brasil não está satisfeito com a progressão dos acontecimentos ligados ao tratamento que o Uruguai vem dispensando aos asilados brasileiros. As autoridades governamentais estão cada vez mais descontentes pelo adiamento sistemático de uma solução para o problema que atenda aos apelos brasileiros. Categorized

²⁹⁹ GUTIÉRREZ, Carlos Maria. Un pájaro que canta feo: no intervención. *Marcha*, Montevideo, 4 fev. 1965, p. 32.

³⁰⁰ CORRÊA, op. cit., p. 869.

³⁰¹ ¿Se canjeará a Brizola por trigo a Brasil? *El Popular*, Montevideo, 30 dic. 1964, p. 1.

observador diplomático disse ontem que tal situação cria nas relações entre os dois países, que sempre foram muito boas, um mal estar capaz de impedir o surgimento de novas iniciativas econômicas entre o Brasil e o Uruguai.³⁰²

Pio Corrêa relata que solicitou ao governo brasileiro que este comprasse o excedente exportável da colheita de trigo referente ao ano de 1964, em torno de 150 mil toneladas. Para o embaixador, realizada essa transação comercial, a relação entre Brasil e Uruguai seria modificada, fazendo com que o governo uruguaio deixasse de ver com simpatia as atividades dos asilados políticos, passando a concordar com a ingerência brasileira no Uruguai. Dessa forma, o comentário realizado era de que o Brasil teria comprado a internação de Leonel Brizola por 50 milhões de dólares. Pio Corrêa nega esse poder de compra, mas afirma: “a compra do trigo não foi uma moeda de barganha; mas foi, sim, um trunfo considerável”.³⁰³

A permanência e as atividades de Brizola no exílio foram motivos de preocupação não só para a ditadura brasileira, mas também para os órgãos de inteligência norte-americanos.³⁰⁴ Philip Agee comenta que a base da CIA em Montevidéu precisava verificar constantemente os rumores que corriam, assim como as solicitações de relatórios especiais da polícia produzidos sobre os exilados, a fim de que os responsáveis da CIA por essa base os averiguassem conjuntamente com Pio Corrêa, seu secretário e o adido militar. Essas atividades da agência norte-americana estavam inseridas em um auxílio tácito à ditadura, visto que a CIA insistia permanentemente para que a base do Rio de Janeiro fosse auxiliada na sua operação de apoio aos militares.³⁰⁵

Junto com a problemática do confinamento de Leonel Brizola no Uruguai, havia a questão da solicitação de asilo político por Almino Afonso, ministro do Trabalho e da Previdência Social durante o governo João Goulart, e Max da Costa Santos, deputado federal na época, ambos tendo sido cassados pelo AI-1. A Embaixada brasileira pedia sua expulsão do Uruguai, alegando que eles teriam entrado ilegalmente no país, pois já haviam recebido asilo político nas Embaixadas do México e da Iugoslávia, afirmando ao Ministério das Relações Exteriores do Uruguai que “o governo brasileiro não toleraria a concessão do asilo aos impetrantes”.³⁰⁶ Essa situação conjunta, se não resolvida, poderia levar a uma intervenção militar por parte do Brasil, conforme o chefe da estação da CIA em Montevidéu teria

³⁰² Decisão do Uruguai sobre os asilados não é satisfatória para o nosso país. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 jan. 1965, p. 1.

³⁰³ CORRÊA, op. cit., p. 889.

³⁰⁴ Índio Vargas relata que os agentes do DOPS/RS, da Polícia Federal e da CIA que espionavam Brizola tratavam-se como se fossem pessoas da pequena comunidade, chegando a cumprimentar os exilados e “pombos-correio” que o acompanhavam. Cf. VARGAS, op. cit., p. 35.

³⁰⁵ AGEE, op. cit., p. 416.

³⁰⁶ CORRÊA, op. cit., p. 865.

notificado Agee.

Entretanto, a ditadura brasileira, em caso de Leonel Brizola deixar o Uruguai, evitando o confinamento, já havia planejado uma estratégia de prisão do exilado:

Si el ex-gobernador del Río Grande del Sur y cuñado del ex-presidente brasileño João Goulart, Leonel Brizola, renunciara a su asilo político en el Uruguay y partiera con destino a Europa para evitar su internación por el gobierno uruguayo, sería arrestado por las autoridades brasileñas cuando su avión hiciera escala en Río de Janeiro o cuando la nave – en caso de viajar por mar – entrara en aguas territoriales de Brasil. Así le revelaron fuentes allegadas al Palacio Itamaraty, asiento de la Cancillería brasileña.³⁰⁷

Almino Afonso e Max da Costa Santos acabaram expulsos do Uruguai, devido ao fato de terem solicitado asilo político em outras embaixadas, transferindo-se para Santiago do Chile. Já em fevereiro de 1965, o Conselho Nacional do Governo uruguaio votou pelo confinamento de Brizola;³⁰⁸ porém, este pôde escolher a cidade, desde que não fosse Montevideú e que estivesse no mínimo a trezentos quilômetros de distância da fronteira brasileira. Brizola escolheu a cidade balneária de Atlântida, distante apenas trinta e cinco quilômetros da capital e trezentos e um quilômetros da fronteira. A vigilância sobre o ex-governador do Rio Grande do Sul continuou, inclusive pelas forças policiais uruguaias, até o ano de 1971.³⁰⁹

2.3.2 Os órgãos de informação e espionagem: o Centro de Informações do Exterior e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores

Inspirado na experiência do monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai, o embaixador Pio Corrêa³¹⁰ redigiu a portaria ultra-secreta que criava o Centro de Informações

³⁰⁷ Amenazan a Brizola. *El Popular*, Montevideo, 24 dez. 1964, p. 3.

³⁰⁸ Um episódio que acabou corroborando as pressões de Pio Corrêa para o internamento de Brizola foi a colocação de uma bomba no Serviço de Promoção Comercial, localizado nas dependências da Embaixada brasileira, no início do ano de 1965. Em um muro próximo, estava escrita a palavra “Tupamaros”, até então desconhecida pela sociedade uruguaia. Uma das hipóteses levantadas foi a de que essa ação teria sido realizada por um grupo de exilados brasileiros; a outra, por um grupo liderado pelo socialista Raúl Sendic. Cf. AGEE, op cit.; CÔRREA, op. cit.

³⁰⁹ Leonel Brizola foi expulso do Uruguai em setembro de 1977, supostamente por ter infringido normas de asilo político. Após uma breve estadia nos Estados Unidos, dirigiu-se para Portugal, retornando ao Brasil em 1979, com a Lei de Anistia.

³¹⁰ Manoel Pio Corrêa retirou-se do serviço diplomático no Uruguai no início de 1966, assumindo o cargo de Secretário Geral de Política Exterior, deslocando-se, em 1968, para a Embaixada brasileira em Buenos Aires.

do Exterior (CIEEx), vinculado ao SNI e subordinado à Secretaria Geral de Relações Exteriores, em 1966, sendo que esse sistema de informações perdurou até 1985. Funcionando com o nome de “Assessoria de Documentação de Política Exterior”, as atividades de espionagem funcionavam sob o nome de “Plano de Busca Externa”, com apoio dos agentes do SNI e dos adidos militares – geralmente vinculados aos serviços de inteligência de suas Forças. Oficialmente, existia um centro responsável por fornecer informações estratégicas ao Itamaraty a fim de melhorar a execução política externa do país. Um dos requisitos básicos para ser um agente do CIEEx era ter realizado o curso de planejamento estratégico da ESG ou ter feito o treinamento de agente na Escola Nacional de Informações (EsNI). O próprio criador do CIEEx era formado na ESG.

Esse órgão de espionagem ultrapassou o âmbito do Cone Sul, estendendo-se até a Europa, inclusive. Atuou nas embaixadas de Montevideú, Buenos Aires, Santiago, Paris, Praga, Moscou e Lisboa (após a Revolução dos Cravos, em 1975). O grau de envolvimento com agências estrangeiras de informações foi intenso, principalmente com as do Cone Sul, havendo um amplo intercâmbio com órgãos de inteligência desses países. Constituiu-se em uma verdadeira “elite” do sistema de informação.

O CIEEx teve como principal objetivo a espionagem, o controle e o monitoramento dos exilados brasileiros durante a ditadura. Assim, não é estranho que se estime que 70% da documentação expedida por este órgão sejam referentes aos exilados brasileiros no Uruguai.³¹¹ Nos locais onde havia a maior concentração de exilados, era exatamente onde o CIEEx mais agia, conforme se apreende do informe no qual o órgão de inteligência necessita averiguar os brasileiros que estão se dirigindo para o Uruguai:

Índice: Concessão de salvo-conduto a asilado na Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro. Francisco Raimundo da Paixão.

Em 5/JAN/68, após a necessária autorização do Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores concedeu o salvo-conduto nº. 1/68 a FRANCISCO RAIMUNDO DA PAIXÃO, que se encontrava asilado na Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro desde 22/NOV/67. O marginado deverá seguir brevemente para Montevideú, em avião da Força Aérea Brasileira.³¹²

Desse modo, quando o Chile de Salvador Allende começou a ser o país de maior atração tanto dos exilados brasileiros que se encontravam em outros países – como, por exemplo, no Uruguai –, assim como dos integrantes da chamada segunda geração do exílio –

³¹¹ MARQUES, op. cit.

³¹² Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Centro de Informações do Exterior. Informe n. 4. 8 jan. 1968.

composta principalmente por integrantes da luta armada e do movimento estudantil –, a atuação do CIEEx passou a ser mais intensa nesse país.

Para obter as informações desejadas sobre os exilados, esse centro de espionagem recorria a vários métodos: infiltração de agentes no meio dos exilados,³¹³ violação de correspondência, apreensão de materiais pessoais e das organizações, rastreamento de veículos considerados suspeitos que circulavam pela fronteira, controle das atividades e dos “pombos-correio”, etc.³¹⁴ Além disso, a contratação de informantes e, principalmente, a colaboração de forças policiais do país que abrigava os exilados era fundamental nas atividades exercidas pelo CIEEx. Outro método de obtenção e de controle de informação era a violação de correspondência dos exilados, como se confirma no seguinte informe:

Índice: Asilados brasileiros no Chile e Uruguai. Francisco Raimundo da Paixão (Chicão).

FRANCISCO RAIMUNDO DA PAIXÃO (vulgo “Chicão”) viajou em 24/FEV/68 de Montevideú com destino a Santiago do Chile. Em MAR/68 o marginado enviou carta ao asilado brasileiro no Uruguai, ADÃO FAGUNDES DE AQUINO, na qual tecia severas críticas aos asilados radicados no Chile e, entre outras coisas, revela que a maioria recebe salários em dólares e se consideram da classe burguesa, não fazendo a menor questão de se interessar pelo socialismo autêntico. PAIXÃO conclui sua carta informando que viajará brevemente de Santiago com destino a um país comunista, possivelmente Cuba.³¹⁵

É importante ressaltar que o CIEEx não se envolvia diretamente em ações repressivas: estas ficavam a cargo do DOPS e dos órgãos militares. Cabia ao CIEEx repassar as informações para o SNI, que depois as irradiavam para os órgãos de repressão direta. Além do CIEEx, o SNI era auxiliado nas atividades de espionagem pelos serviços de inteligência das Forças Armadas: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). No âmbito civil, recebia ajuda na coleta de informações das diversas Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos ministérios civis e dos DOPS. Os relatórios realizados por esses órgãos repressivos eram encaminhados ao SNI.

³¹³ Philip Agee relata que o comissário Alejandro Otero, do Departamento de Ligações e Investigações da polícia de Montevideú, chegou a prender um sargento da Marinha que se passava por estudante entre os exilados brasileiros, a pedido do adido militar coronel Câmara Sena. Acusado de espionagem, foi posto em liberdade devido à intervenção da Embaixada brasileira. O adido militar recebeu assistência no desenvolvimento de operações para infiltração entre os exilados de um agente norte-americano da CIA situado na base de Montevideú.

³¹⁴ MARQUES, op. cit.

³¹⁵ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Centro de Informações do Exterior. Informe n. 151. 26 mar. 1968.

As DSI³¹⁶ foram instituídas pelo aparato repressivo em 1968, substituindo as antigas seções de segurança nacional. Esse órgão funcionava em todos os ministérios civis, ocasionando, às vezes, problemas para o próprio titular da pasta, pois não possuía ascendência sobre a DSI do seu respectivo ministério, pois estas eram “órgãos subordinados diretamente aos respectivos ministros de Estado”, porém “sem prejuízo, no campo das informações, de sua condição de órgão sob a superintendência e coordenação do Serviço Nacional de Informações”.³¹⁷ As DSI acabaram por se constituir em um poderoso órgão de informação, pois a sua inserção nos ministérios civis sobrepunha-se à autoridade dos ministros.

Os diretores das DSI eram nomeados pelo próprio presidente, a partir da indicação do ministro e da indicação favorável do SNI. No caso de civis, deveriam ter cursado a ESG (preferencialmente o Curso de Informações); para militares, almejava-se o diploma da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ou equivalente). Estima-se que cada DSI possuísse, em média, um quadro de trinta funcionários. Para o treinamento desses agentes, foi criada a EsNI que, conforme já visto, também treinava os agentes do CIEEx. Os cursos oferecidos pela EsNI eram divididos em níveis. Por exemplo, para ser um “analista de informações”, era necessário cursar o nível “B”, realizando, anteriormente, um estágio prévio em alguma DSI.

Três ministérios tiveram outros órgãos de informação além das DSI: ao Ministério da Justiça estava vinculado o Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal; os órgãos de informações dos territórios federais eram subordinados ao Ministério do Interior, responsável por ser o canal de ligação com o restante do aparato repressivo; e o Ministério das Relações Exteriores, conforme já analisado, também possuía seu centro de informações, o CIEEx (inclusive muitos agentes deste órgão passaram a participar da DSI deste ministério).

Segundo análise da documentação levantada por Carlos Fico, a estrutura de cargos da DSI do Ministério das Relações Exteriores, em 1981, estava assim estruturada:

Diretor
 Chefe da Seção de Informações e Contra-Informações
 Chefe da Seção de Segurança Nacional e Mobilização
 Assessor de Informações
 Analistas de Informações (em número de 7)
 Analistas de Segurança Nacional e Mobilização (6 no total)
 Chefe da Subseção de Apoio Administrativo
 Pessoal de Apoio (17 pessoas)³¹⁸

³¹⁶ As referências utilizadas para a análise das Divisões de Segurança e Informações foram retiradas de FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. Nesta obra, o autor pesquisou, principalmente, a DSI do Ministério da Justiça.

³¹⁷ Artigo 2 do Decreto nº. 66.622, de 22 maio 1970 apud FICO, op. cit., p. 79.

³¹⁸ FICO, op. cit., p. 87.

As atividades de espionagem no exterior tinham como preocupação primordial o controle das ações dos brasileiros (exilados ou não) e seu possível retorno ao Brasil. Em função disso, Samantha Quadrat, através da documentação da DSI do Ministério da Justiça, enumera quatro pontos específicos da atuação desses mecanismos de controle:

O primeiro diz respeito a um possível retorno dos exilados. O segundo refere-se às campanhas de denúncia das violações dos direitos humanos e pela anistia, com as conseqüentes reuniões dos exilados para discutirem os rumos do movimento. O terceiro relaciona-se à atuação dos brasileiros exilados no exterior. E o quarto e último ponto está ligado ao monitoramento das viagens de brasileiros ao exterior.³¹⁹

A criação e a documentação do CIEEx, assim como da DSI, permitem avaliar que o Ministério das Relações Exteriores ajustou-se aos interesses e às diretrizes da ditadura civil-militar brasileira, utilizando-se de várias formas de modalidades de pressão, no caso específico, sobre o Uruguai. Também demonstra a dimensão dos civis no aparato repressivo. Além disso, o fato de o CIEEx ser mantido em segredo durante anos após o término da ditadura instalada no Brasil, e a negativa por parte do governo de abrir seus arquivos para os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, assim como para a sociedade em geral, revelam a atitude governamental brasileira de promover o esquecimento e ocultamento de um passado recente que persiste, assim como deixa em aberto feridas ainda não reparadas, como o caso dos desaparecidos.

País considerado de posição estratégica na Bacia do Prata, o Uruguai, desde o golpe de Estado no Brasil, em 1964, foi alvo de interferência da política externa brasileira. Esta situação se prolongou no tempo até o golpe de Estado uruguaio, em 1973. Com os expurgos ocorridos através da “Operação Limpeza”, centenas de brasileiros exilaram-se em Montevideú, capital do Uruguai. Desse modo, para a ditadura brasileira, foi necessário controlar e vigiar seu “inimigo interno”, mesmo estando localizado em outro país, pois, pela concepção das “fronteiras ideológicas” isso não era considerado um impedimento.

O estado do Rio Grande do Sul desempenhou papel muito importante na conexão

³¹⁹ QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 320.

entre o Brasil e o Uruguai. Para se chegar ao país que significava a liberdade, na concepção dos brasileiros, era necessário ultrapassar o último enclave da repressão: a fronteira. Na sua condição de estado fronteiriço, o Rio Grande do Sul serviu tanto para a organização da resistência brasileira no Uruguai – a maioria dos “pombos-correio” saía de Porto Alegre, em direção a Montevideu – mas também para a manutenção da rota repressiva entre policiais e militares de ambos os países.

O monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai foi utilizado como “laboratório” pela diplomacia, sendo criado, a partir dessa experiência, o CIEx, órgão secreto de espionagem responsável por controlar os brasileiros fora do país. Esse centro demonstra como os órgãos diplomáticos também estavam inseridos no sistema de informações da ditadura. Já o aparato repressivo tentava, através das verificações das SOPS, controlar as atividades tanto dos exilados quanto dos representantes da resistência interna que constantemente cruzavam a fronteira gaúcha a fim de manter contato com os militantes que se encontravam no Uruguai.

Apesar do apoio aos exilados brasileiros por grande parte do governo e da população do Uruguai, setores do aparato repressivo deste país estava em sintonia com as diretrizes da ditadura brasileira. O monitoramento desses exilados pelos órgãos brasileiros não teria sido tão eficiente sem a colaboração dos órgãos uruguaios. A coordenação repressiva com base na DSN foi acionada a partir do momento do golpe no Brasil, recebendo adesões por parte de agentes sociais do Uruguai. Além disso, devido às pressões que o Brasil estava impondo sob este país, o governo uruguaio começou a ceder em algumas questões referentes ao asilo político, atingindo seu ponto máximo com o confinamento de Leonel Brizola no balneário de Atlântida.

O exílio brasileiro no país vizinho foi um fenômeno preocupante para a ditadura até 1973, ou seja, até o golpe de Estado no Uruguai, quando os exilados passaram a se constituir derradeiramente em “inimigos internos”. Entretanto, grande parte do contingente de exilados brasileiros retirou-se do Uruguai a partir do final de 1967, quando Pacheco Areco chegou ao poder, iniciando o período autoritário neste país. Com a radicalização dos conflitos socioeconômicos no Uruguai, a ditadura brasileira passou a se preocupar, além do seu “inimigo interno” em outro país, com o “inimigo interno” do outro país, principalmente com a guerrilha tupamara e com o *Frente Amplio*, conforme será analisado no capítulo 4.

3 “ANOS DE CHUMBO” NO BRASIL (1968-1974): POLÍTICA INTERNA E POLÍTICA EXTERNA COMO PRÁTICA DE TERRORISMO DE ESTADO

Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo.
Gen. Emílio Garrastazu Médici³²⁰

*Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir
A certidão pra nascer, e a concessão pra sorrir
Por me deixar respirar, por me deixar existir
Deus lhe pague.
Deus lhe pague, Chico Buarque³²¹*

El terror busca crear en el seno de la sociedad la sensación de que el poder del Estado es invencible, de que cualquier forma de resistencia es una estúpida e inútil osadía, que solamente conduce a la muerte, a la tortura y a la cárcel.
Carlos Figueroa Ibarra³²²

O ano de 1968 foi de contestação, rebeldia e utopia no mundo. No Brasil, esse espírito também esteve presente, manifestando-se, entretanto, durante um período ditatorial. Setores da sociedade brasileira começavam a mobilizar-se contra as diretrizes do governo. Na concepção de Marcelo Ridenti³²³ três grandes eixos destacaram-se no ano de 1968: o movimento político, o movimento sindical e estudantil e o meio artístico-cultural.

O movimento político teve na formação da Frente Ampla sua principal manifestação, da qual faziam parte Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, e que foi cassada em abril de 1968, como foi analisado no capítulo 2. O movimento sindical, paulatinamente, começou novamente a se organizar, resultando em duas grandes greves que marcaram o cenário nacional: a de Contagem, em Minas Gerais (abril), e a de Osasco, em São Paulo (julho). O movimento estudantil intensificou-se a partir das revoltas contra os acordos do Ministério da Educação (MEC) com os Estados Unidos, conhecidos como acordos MEC-USAID, que propunham, entre outros, uma reforma universitária que gerava descontentamentos em grande parte da sociedade. Porém, o fato mais marcante foi a morte do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto, de 16 anos, por um batalhão da Polícia Militar

³²⁰ Fala de Médici aos seus ministros. Apud GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 129-130.

³²¹ Compositor brasileiro. Do álbum *Construção*, de 1971.

³²² FIGUEROA IBARRA, Carlos. Dictaduras, tortura y terror en América Latina. *Bajo el Volcán*, Revista del Posgrado de Sociología, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, año/v. 2, n. 3, 2. sem. 2001, p. 59.

³²³ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968, por tiros de metralhadora. Os estudantes estavam reivindicando melhorias no restaurante universitário onde almoçavam, o Calabouço, destinado a estudantes pobres. O que era uma manifestação pacífica logo se tornou um verdadeiro ato de violência. E o que a ditadura pensou ser somente a morte de um estudante pobre transformou-se em uma verdadeira comoção nacional: no Rio de Janeiro, mais de cinquenta mil pessoas compareceram ao seu enterro no dia seguinte. Nas demais capitais do país, também houve vários protestos contra o assassinato de Edson Luís. Na sua missa de sétimo dia compareceram mais de trinta mil pessoas, que, ao saírem da igreja, foram atacadas pela polícia montada. Nesse ano também foi realizado o 30º. Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em outubro, de forma clandestina, pois essa entidade havia sido proibida pela ditadura brasileira. Descoberto pelos órgãos de inteligência, mais de 800 estudantes foram presos. Em relação ao movimento artístico-cultural, vários foram os nomes vinculados à música, ao teatro, ao cinema, entre outros, que se posicionaram de forma crítica e engajada contra a ditadura. Muitos foram indiciados pelo aparato repressivo e, inclusive, perseguidos por grupos de extrema-direita, como foi o caso dos atores da peça *Roda Viva*, com texto de Chico Buarque e direção de José Celso Martinez Corrêa.³²⁴

Esses conflitos internos foram se radicalizando e, a fim de suprimi-los e de se perpetuar no poder, a cúpula militar fechou o Congresso e decretou o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968, que estipulava, dentre outros, a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos, a suspensão do direito de *habeas corpus* nos crimes contra a segurança nacional, além de gerar a hipertrofia do Executivo. Estava implantado o dispositivo legal para a instalação do Terrorismo de Estado na ditadura brasileira.³²⁵

Eder Sader³²⁶ considera que o AI-5 significou a concretização da ditadura civil-militar, pois o período de 1964 a 1968 foi marcado pelos conflitos entre o novo sistema e os setores afetados por ele. O golpe civil-militar foi justificado para “garantir a ordem”, e esse paradoxo de ultrapassar a legalidade se legitimou e se reforçou durante todo o período da ditadura

³²⁴ Na noite de 17 de junho de 1968, durante a temporada da peça em São Paulo, após o término do espetáculo, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) invadiu o teatro *Galpão*, destruindo o cenário da peça e espancando os atores. Já durante a temporada em Porto Alegre, no dia 3 de outubro, dois atores da peça foram seqüestrados no hotel onde estavam e abandonados no meio do mato.

³²⁵ A gota d’água para a promulgação do AI-5 foi o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, no qual pedia à população para não comparecerem aos desfiles militares do Dia da Independência e às moças a não namorarem com militares. Seu pronunciamento foi considerado ofensivo pelas Forças Armadas, sendo solicitada, pela ditadura, a sua cassação. A Câmara dos Deputados recusou, no dia 12 de dezembro, por 75 votos de diferença, a cassação de Moreira Alves. No dia seguinte, foi decretado o AI-5.

³²⁶ SADER, Eder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982. O capítulo em questão que está sendo abordado foi escrito em 1978, ou seja, sob a vigência do AI-5 e sob o impacto econômico do “choque do petróleo”. Ainda não havia expectativas do fim da ditadura.

brasileira. O governo Médici apoiou sua base de atuação numa série de políticos e juristas com antecedentes ou preferências político-ideológicas fascistas.³²⁷ Para o autor, as marcas desse período foram o peso desses ideólogos, o autoritarismo do Estado, o exercício do terrorismo estatal e o fator violência.

A decretação do AI-5 foi, portanto, para Eder Sader, a cristalização da ditadura civil-militar: “até então, as classes dominantes não haviam aberto mão totalmente de seus instrumentos clássicos de representação no interior do aparelho de Estado”.³²⁸ No período de 1964 a 1968, os militares foram obrigados a conviver com resquícios democrático-burgueses, o que não impossibilitou, entretanto, a instalação de um novo modelo de desenvolvimento econômico e uma nova forma de dominação política. A partir de 1968, os militares realizaram a “expropriação política” da burguesia, utilizando-se, para tal, do AI-5, que, para o autor, é a base do Estado de exceção. Essa “expropriação” ocorreu exatamente em função de que entre 1964 e 1968 houve uma profunda crise da hegemonia da burguesia brasileira. Esta não conseguia propor um projeto de dominação da sociedade brasileira. Logo, a reprodução do sistema capitalista nesse vazio de propostas se deu através da eliminação dos tradicionais protagonistas responsáveis pelo exercício da dominação e pela opção de um regime autoritário.

Nesta nova forma de sistema, as Forças Armadas passaram a ser as intermediárias dos interesses da burguesia – incapaz de se impor hegemonicamente –, sendo que elas “transformaram-se no verdadeiro ‘partido único’ das classes dominantes”.³²⁹ Paradoxalmente, a própria burguesia nacional consentia em ser politicamente “expropriada”, pois, ao mesmo tempo em que a ditadura não permitia que a burguesia exercesse diretamente seu poder, criava condições para o desenvolvimento capitalista do país, ocasionando, portanto, a reprodução da classe burguesa.

Maria Helena Moreira Alves³³⁰ realiza sua análise sobre a ditadura brasileira pautada nas relações dialéticas entre o Estado ditatorial e os movimentos de oposição a este, determinadas pelos mecanismos de dominação política e social instalados a partir do golpe de

³²⁷ Foram os casos, conforme Sader, de Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil (simpatizante do fascismo); Alfredo Buzaid, ministro da Justiça (também simpatizante do fascismo); Raimundo Padilha, líder da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Câmara dos Deputados (líder da Ação Integralista Brasileira, movimento de caráter fascista) e Felinto Müller, líder da ARENA no Senado (chefe de polícia da ditadura do Estado Novo e responsável por estabelecer contato com a Gestapo, após 1935), entre outros.

³²⁸ SADER, op. cit., 163.

³²⁹ Ibid., p. 152.

³³⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005 [1984]. Moreira Alves escreveu sua tese de doutorado no exílio, nos Estados Unidos, sendo publicada em 1984. A autora publicou sua obra em pleno ano das “Diretas Já”, e uma das suas preocupações era para que tipo de democracia o Brasil estava se encaminhando.

1964. A autora percebe ciclos instituídos pelo próprio Estado, baseados em ações de repressão (terror) e liberalização do regime. Desse modo, o primeiro ciclo foi logo após o golpe, com o expurgo de pessoas ligadas ao governo João Goulart e com a “estratégia de classe” que foi utilizada – a repressão física destinada a eliminar a resistência de camponeses e trabalhadores; o segundo foi após o Ato Institucional n. 2 (AI-2), em 1965, que expurgou a burocracia do Estado e os cargos eleitorais, mas sem o emprego generalizado da violência.

Para Moreira Alves, o AI-5 introduziu um terceiro ciclo de repressão no Brasil, que se caracterizou por expurgos nos órgãos políticos, nas universidades, no aparato burocrático do Estado, “acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes”.³³¹ Desse modo, o período mais repressivo da ditadura civil-militar brasileira beneficiou-se do AI-5 – que previa, entre outros, a negação do direito de *habeas corpus* às pessoas enquadradas na Lei de Segurança Nacional, instituída em 1969. Essa lei era extremamente ampla, permitindo que o Estado estabelecesse o que seria considerado um crime à segurança nacional, oferecendo legitimação à repressão de qualquer opositor à política do Estado.

A autora também vai de encontro às avaliações que responsabilizavam as organizações da luta armada pelo recrudescimento do regime, muito utilizadas num momento em que as preocupações eram com a democracia; assim, o ideário da revolução não poderia estar na ordem do dia. Moreira Alves ressalta que eram as agitações trabalhistas e estudantis de 1968 que estavam afetando a ditadura. Para tanto, o regime necessitou entrar em uma nova fase de repressão, e a resposta a esta instalação foi a luta armada. Entretanto, a atuação das organizações guerrilheiras foi o pretexto para fortalecer o aparato repressivo de Estado. Nesse período, a violência foi empregada de forma direta e generalizada e houve a institucionalização da tortura, esta entendida como método de controle político mediante uma estratégia de terror.

Assim como Maria Helena Moreira Alves, Carlos Fico³³² considera que houve uma inter-relação entre repressão e luta armada, anterior ao dia 13 de dezembro de 1968. Para o historiador, o AI-5 veio em “decorrência do processo de maturação da linha dura, cada vez mais convencida de que não bastava sua existência como simples grupo de pressão”.³³³ A radicalização política que se manifestou no ano de 1968 foi utilizada como justificativa para a sua decretação e a instalação de um rígido sistema que garantisse a segurança nacional;

³³¹ ALVES, op. cit., p. 141.

³³² FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

³³³ Ibid., p. 64.

contudo, essa radicalização foi fomentada pelos próprios militares da “linha dura”: os casos da invasão da Universidade de Brasília (agosto de 1968)³³⁴ e a tentativa do que ficou conhecido como caso PARA-SAR (denunciado em outubro de 1968).³³⁵ O general Emílio Garrastazu Médici, então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), já havia solicitado ao general Costa e Silva um instrumento “legal” nos moldes do futuro AI-5 (julho de 1968).

Desse modo, Carlos Fico parte da premissa de que a necessidade da instauração de um “golpe dentro do golpe”³³⁶ foi em decorrência dos anseios punitivos da “linha dura” e também da decisão de Costa e Silva de terminar a “Operação Limpeza”, iniciada logo após o golpe, mas que já havia se encerrado.³³⁷ Somando-se a esses dois fatores, haveria a concentração de poderes no Executivo, podendo o ditador governar independentemente do Congresso Nacional. Através do AI-5, foram dadas todas as condições para a institucionalização dos sistemas de repressão e de informação.

Neste capítulo, será abordado, portanto, o período que ficou conhecido na historiografia sobre a ditadura brasileira como os “anos de chumbo”, iniciado com a decretação do AI-5. Analisar-se-á a metodologia repressiva interna consumada nesse momento, e como esta acabou sendo exportada para o Cone Sul, caracterizando sua política externa para a região. Além disso, examina-se a aplicabilidade do conceito de Terror de Estado para a ditadura brasileira, através da análise das modalidades repressivas que foram acionadas de forma sistemática nesse período, como a tortura, os desaparecimentos, os esquadrões da morte e a coordenação da repressão regional. Para tanto, considera-se também que a exportação, por parte do Brasil, dessas modalidades que ajudariam a compor o Terrorismo de Estado das posteriores ditaduras, contribuiu para qualificar a ditadura brasileira como utilizadora do Terror de Estado para o controle social, político e econômico da população. O Uruguai foi um dos países abarcados por essa exportação de técnicas coercitivas, dentre elas, principalmente, os grupos clandestinos de extermínio e a tortura,

³³⁴ Em uma ação conjunta da Polícia do Exército, da Polícia Militar, da Polícia Política e da Polícia Civil, a Universidade de Brasília foi invadida, com o pretexto de se efetuar prisões de líderes estudantis. Alunos e professores foram vítimas da violência perpetrada pelo Estado, os quais foram espancados e levaram tiros, inclusive.

³³⁵ O caso PARA-SAR foi a tentativa, em 1968, de setores da Aeronáutica de explodir o gasômetro do Rio de Janeiro, o que provocaria a morte de milhares de pessoas. A ação foi planejada pelo brigadeiro João Paulo Burnier, chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, Mário de Souza Mello, e somente não ocorreu porque o capitão-aviador, Sérgio Miranda de Carvalho, ameaçou denunciá-lo, caso Burnier prosseguisse com os outros oficiais.

³³⁶ Expressão como ficou conhecida a decretação do AI-5 na historiografia sobre a ditadura de Segurança Nacional brasileira. Faz referência ao manifesto de coronéis que reclamava de Costa e Silva, em novembro de 1968, uma “revolução dentro da revolução”. Cf. FICO, op. cit.

³³⁷ Os atos institucionais, ao serem decretados, continham uma data de término das operações. Essa situação se alterou a partir do AI-5.

valendo ressaltar que isso se deu num período que, apesar do crescente autoritarismo nesse país, ainda se constituía como democrático.

3.1 OS “ANOS DE CHUMBO” NO BRASIL (1968-1974)

Diante do exposto anteriormente, pode-se perceber como o AI-5 oficializou e legalizou um sistema fundamentado na violência e na repressão. O golpe civil-militar foi justificado para “garantir a ordem”, e esse paradoxo de ultrapassar a legalidade se legitimou e se reforçou durante todo o período da ditadura brasileira. Enquanto os dois primeiros ditadores conviveram com resquícios democrático-burgueses, o governo Médici caracterizou-se por um sistema apoiado pelo uso constante de técnicas repressivas, que tornou práticas como a censura, o seqüestro, a tortura e o assassinato político comuns (apesar de se manter o simulacro da democracia). Este período da ditadura civil-militar brasileira ficou conhecido na historiografia como os “anos de chumbos”, devido à sistematização da violência política exercida contra a população. Se, por um lado, a violência praticada a partir do golpe de 1964 tinha pretensões classistas, a partir da edição do AI-5 ela passou a ser indiscriminada.

Tradicionalmente, considera-se que os “anos de chumbo” tiveram início a partir da decretação do AI-5, durante o governo de Costa e Silva, estendendo-se até o fim do governo Médici, passando pelos dois meses do período da Junta Militar. Nessa dissertação, porém, o término dos “anos de chumbo” será identificado com o extermínio da guerrilha do Araguaia³³⁸ pelo Exército brasileiro, no final de 1974, durante o governo de Ernesto Geisel.³³⁹ Instalados na região rural (sul do Pará) desde 1966, os integrantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) foram descobertos pelos sistemas de informação em 1971. Para o desbaratamento da guerrilha, foram realizadas, de 1972 a 1974, três grandes operações dirigidas pelo Exército, totalizando mais de cinco mil soldados. A partir de 1973, a presidência da república assumiu

³³⁸ A guerrilha do Araguaia pretendia organizar uma “guerra popular prolongada”, iniciando-se pelo campo, inspirada na Revolução Chinesa. Cerca de 70 pessoas integraram a guerrilha. Em janeiro de 1975, as operações foram oficialmente encerradas, com os guerrilheiros tendo sido presos, mortos e desaparecidos. Supõe-se que o número de pessoas atingidas pela repressão seja muito maior, em virtude da população local, na maioria camponeses, também ter sido perseguida. Em julho de 2003, uma juíza do Distrito Federal ordenou a quebra de sigilo das informações militares no Araguaia, dando ao governo brasileiro 120 dias para responder. Até hoje, a ação encontra-se em fase de recurso especial, no Supremo Tribunal de Justiça. O governo federal alega que não há documentação sobre as operações realizadas no Araguaia.

³³⁹ Essa consideração é sustentada pela cronologia estabelecida por Elio Gaspari. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

diretamente o controle sobre as operações, dando ordens de não se efetuarem prisões de guerrilheiros. Estima-se que muitos dos decretos-leis secretos³⁴⁰ promulgados durante o governo Médici – cujos textos não seriam publicados oficialmente – fossem referentes à guerrilha do Araguaia. Tanto o governo Médici quanto o governo Geisel impuseram o maior silêncio sobre a existência desse movimento e a sua aniquilação. Os mortos da guerrilha do Araguaia somam o maior número de vítimas executadas pela ditadura: dos 64 casos de guerrilheiros analisados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, 61 configuram-se como desaparecidos políticos. Somente os restos mortais de uma integrante, Maria Lúcia Petit, foram encontrados pelos seus familiares.

Os “anos de chumbo” foram gestados desde o golpe de Estado, sofrendo um processo de maturação ao longo dos quatro anos, durante os quais começaram a ser implementados dispositivos que possibilitaram a sua ocorrência. Além disso, conforme a dialética Estado-oposição foi se modificando ao longo da ditadura, novos instrumentos de coerção foram criados e acionados, principalmente durante esse período. A máquina repressiva estava sempre em funcionamento: desta vez, seu principal alvo era a luta armada. Assim, sua política interna foi pautada pela sofisticação e complexificação do aparato repressivo, mas também pela busca de legitimidade entre a população brasileira, através do desenvolvimento do “milagre econômico”.

Na concepção da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a formulação do “estado de guerra permanente” contra o “inimigo interno” era uma das suas principais premissas, assim como instrumento de sobrevivência. Conforme já visto no primeiro capítulo, o conceito de “inimigo interno” era extremamente flexível e variável, possibilitando que a qualquer momento uma pessoa fosse considerada como tal. Para Moreira Alves, “as estruturas de Estado foram progressivamente erigidas e desenvolveram-se em grande parte como reação às constantes e cambiantes pressões da oposição organizada”.³⁴¹ Desse modo, entre 1964 e 1968, vários foram os escolhidos pela ditadura brasileira para servirem como seu “inimigo”, conforme analisado no capítulo anterior: os políticos vinculados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e às reformas de base, os militares legalistas, o movimento sindical, a Frente Ampla e seus apoiadores, os exilados, entre outros. Após a decretação do AI-5, que acabou por promover o Terrorismo de Estado durante a ditadura, grande parte da resistência optou pela luta armada, transformando-se no novo “inimigo interno” do regime. Entretanto, é

³⁴⁰ Isto foi possível a partir do dia 11 de novembro de 1971, quando o governo baixou um decreto-lei autorizando o Executivo a promulgar decretos-leis secretos, permitindo que qualquer pessoa fosse presa por motivos que ela desconhecesse.

³⁴¹ ALVES, op. cit., p. 33.

importante frisar que os movimentos armados foram uma resposta à instalação dessa nova fase de repressão, e não o contrário.

Essas diretrizes estabelecidas pela ditadura durante seus “anos de chumbo” também repercutiram na sua política externa. Aliando um alto patamar de repressão e de projeção de desenvolvimento econômico, a ditadura brasileira estendeu-se pelo restante do Cone Sul, interferindo na política interna de vários países e apoiando golpes contra-insurgentes de Segurança Nacional, casos da Bolívia, do Uruguai e do Chile. Além disso, foi acrescentada uma apreensão aos estrategistas brasileiros: não se preocupavam somente com seu “inimigo interno” (mesmo estando em outro país, como foi o caso dos exilados, apontado no capítulo 2, dos banidos³⁴² e dos clandestinos); agora, estavam interessados também no “inimigo interno” dos outros países do Cone Sul, dentre eles, o *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN-T) e o *Frente Amplio*, no Uruguai.

3.1.1 A política interna: “chumbo e milagre”

Um fator inédito do AI-5 em relação aos outros Atos Institucionais foi que, de acordo com o artigo 12, não se estabeleceu um prazo final para a sua vigência.³⁴³ Isso permitiu, entre outros elementos, a criação de novos órgãos para a sofisticação e eficácia do aparato repressivo, assim como o seu aprimoramento no “combate à subversão”. A tortura foi institucionalizada, tornando-se a base do sistema de exceção.

Uma das medidas para legitimar a violência política decorrente da maturação do processo que levou à decretação do AI-5 foi a nova Lei de Segurança Nacional instituída pela ditadura, em 29 de setembro de 1969.³⁴⁴ Seus termos eram bem amplos, possibilitando, pela lógica da DSN, à ditadura brasileira estabelecer o que seria crime contra a segurança nacional, fornecendo sustentação legal à repressão de qualquer pessoa ou grupo que se colocasse contra os ditames da ditadura. Os artigos da nova lei tratavam, principalmente, da prevenção de greves, da censura aos meios de comunicação, da proibição de partidos políticos específicos e

³⁴² O caso dos banidos pela ditadura brasileira será analisado no capítulo 4.

³⁴³ O ato vigorou até 31 de dezembro de 1978.

³⁴⁴ A primeira Lei de Segurança Nacional baixada pela ditadura civil-militar ocorreu em 1967. Ela foi revogada pelo decreto de 1969, que instituiu a nova Lei de Segurança Nacional, ampliando a força repressiva de controle do Estado. Em 1935, decretou-se a primeira Lei de Segurança Nacional, durante o governo de Getúlio Vargas; no mesmo ano, após a tentativa da Intentona Comunista, esta foi modificada. A Lei que estava em vigor no momento da deflagração do golpe foi elaborada em 1953, também durante o governo de Vargas.

de outras restrições à liberdade de associação. Além disso, a Lei de Segurança Nacional permitia a detenção preventiva por até vinte dias, quando o preso, sem acusação formal, era mantido incomunicável. Logo ao chegar à prisão, o detido começava a ser torturado. Em suma, “seus dispositivos constituíram o principal instrumento da repressão política, tornando-se a própria base do poder de Estado”.³⁴⁵

Outra medida que veio a se somar à nova Lei de Segurança Nacional nesse contexto de oficialização da repressão e de implantação do Terrorismo de Estado foi a Emenda nº. 1 à Constituição de 1967, conhecida como Constituição de 1969. Através desta, o Executivo recebeu poderes extraordinários em defesa dos interesses da segurança nacional, houve incorporações de artigos do AI-5, e também um dos casos mais insólitos, a autorização de que o Executivo poderia baixar decretos-lei secretos, ou seja, que seriam desconhecidos da população. Assim, qualquer pessoa poderia ser detida sem saber a razão desse procedimento. Desse modo, o Terrorismo de Estado no Brasil adquiria um caráter legal e oficial e, mesmo quando se iniciou o processo de transição “lenta, segura e gradual” durante o governo de Ernesto Geisel, essas medidas não foram revogadas.

Foi durante os “anos de chumbo” que houve a unificação do aparato repressivo, em função da luta contra o novo “inimigo interno” da ditadura – a luta armada –, mas também a fim de se constituir um sistema de segurança interna capaz de responder às novas diretrizes propostas pela legislação de segurança nacional, pois “considerava-se insuficiente a coordenação central entre os comandos da polícia e seus esquadrões de elite, de choque e de informação, bem como entre as diversas forças policiais do Brasil, e entre as organizações policiais e as Forças Armadas”.³⁴⁶ Assim, o primeiro passo para a coordenação da ação policial foi a criação da Operação Bandeirantes (OBAN), criada secretamente na cidade de São Paulo, em 1969, pelo II Exército.³⁴⁷ Um dos principais objetivos desse órgão foi “identificar, localizar e capturar grupos subversivos que operavam na Segunda Região Militar, especialmente em São Paulo, com o objetivo de destruí [-los] ou, pelo menos, neutralizá [-

³⁴⁵ ALVES, op. cit., p. 192.

³⁴⁶ HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 175.

³⁴⁷ “Mais ou menos à mesma época em que foi criada a OBAN, instalava-se, em Porto Alegre, a Divisão Central de Informações (DCI), subordinada formalmente à Secretaria de Segurança Pública, ao contrário da OBAN, que era subordinada ao comando do II Exército. Na prática, contudo, o comandante militar detinha o controle da DCI de Porto Alegre. [...] A estrutura peculiar do Rio Grande do Sul seria mantida por algum tempo, mesmo depois de o modelo da OBAN ter servido à implantação de um sistema nacional. Assim, surgiam, ‘espontaneamente’, formas mais aprimoradas de combate à guerrilha urbana, com as opções de centralização nas secretarias de segurança pública (DCI) ou nas próprias Forças Armadas (OBAN), ou com maiores ou menores distinções entre informações e segurança. A opção foi pelo segundo modelo, o da OBAN, organismo talhado para a repressão”. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. p. 117-118.

los]”.³⁴⁸

A OBAN de São Paulo foi uma operação clandestina e extra-oficial, financiada por empresários locais e por empresas internacionais, como a Ford e a General Motors.³⁴⁹ Inclusive, o presidente da Companhia Ultragás de São Paulo, Henning Albert Boilesen, foi morto a tiros por militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em 1971, por patrocinar a OBAN.

Essa operação não se restringiu à coleta de informações e à manutenção da segurança nacional, isto é, à repressão física contra os opositores da ditadura; ela se dedicou, além disso, à conquista de “corações e mentes” no “combate à subversão”, segundo se apreende de um informe produzido pelo DOPS de São Paulo:

A OBAN assumiu também um papel de “conscientização”, dedicando-se a uma campanha de propaganda para “motivar a população civil no sentido de sua própria defesa contra o terrorismo”. Essa campanha incluía o estímulo e a ajuda para que fossem organizadas “correntes telefônicas” e “correntes postais”. Estas fomentariam a lealdade ao governo militar e conteriam a difusão de boatos “terroristas”, com a advertência de que, “se você romper a corrente, você, ou algum ser amado, poderá ser vítima de um assalto ou de uma bomba incendiária [de um subversivo]”. A OBAN também criou “clínicas de boatos”, com base na pesquisa do psicólogo Gordon Allport na Segunda Grande Guerra, para conter os boatos “subversivos”, colocando informantes nos sindicatos, universidades, empresas e associações comerciais, clubes esportivos e sociais, e outras organizações civis, com o objetivo de acabar transformando “*cada membro da população em um policial secreto para evitar o terrorismo e a subversão comunista*”.³⁵⁰

Assim, os órgãos de informação e de repressão da ditadura instigavam a sociedade a participar e se envolver nesse “combate”, disseminando o medo, levando à suspeição de todos, conduzindo as pessoas à prática da delação. O Terrorismo de Estado começava a aplicar a sua “pedagogia do medo”.

A coordenação do comando das operações de defesa interna, iniciada em âmbito estadual com a OBAN, estendeu-se, um ano depois, em nível federal, a partir da estrutura do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Conforme Carlos Fico, “especula-se que, com a criação do DOI paulista, a OBAN

³⁴⁸ DOPS. 1974. 50-D-19280 “Operação Bandeirantes, Organização do CODI/II Ex.”. Memorando de José Canavarro Pereira, 17 de junho. Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Civil de São Paulo. Arquivo Público de São Paulo apud HUGGINS, op. cit., p. 175.

³⁴⁹ Cf. HUGGINS, op. cit.; LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.

³⁵⁰ DOPS. 1969. 50-Z-910210 “São Paulo: Operação Bandeirantes, Central de Difusão. Contrapropaganda Antiterrorista. Proposta para Ação Psicológica”, 9 de setembro. Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Civil de São Paulo. Arquivo Público de São Paulo apud HUGGINS, op. cit., p. 176. Grifos nossos.

teria perdido força. Parece mais lógico supor que, na verdade, ela teria perdido sua razão de ser, na medida em que foi incorporada pela estrutura oficial de repressão”.³⁵¹

Os órgãos de segurança interna da ditadura brasileira ficaram assim estruturados: em cada comando militar de área foi criado um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), sob responsabilidade do comandante do Exército respectivo, que passou a ser denominado de Zona de Defesa Interna (ZDI). Neste período, o país ficou dividido, ao total, em seis ZDI, tendo sido criadas, inclusive, uma Área de Defesa Interna (ADI), na região do Araguaia, e uma Sub-Área de Defesa Interna (SADI), na fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, visto que eram áreas consideradas como merecedoras de “cuidados especiais”³⁵² pelo aparato repressivo brasileiro.

O coronel Adyr Fiúza de Castro assim descreveu a eficácia desse novo sistema de segurança, integrado entre si e coordenado pelo Exército:

[...] quando decidimos colocar o Exército na luta contra a subversão [...] foi a mesma coisa que matar uma mosca com um martelo-pilão. Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos um martelo-pilão.³⁵³

Cada CODI era responsável por identificar as prioridades de segurança da sua região, planejar as missões de busca e coordenar os esquadrões do DOI.³⁵⁴ Era formado por representantes do Distrito Naval, da Força Aérea, do DOPS, da Polícia Federal, da agência local do SNI e do Exército, responsável pelo comando e pela articulação desses órgãos.³⁵⁵

Os agentes do DOI eram os encarregados de realizar o “trabalho sujo”. Utilizando-se da força, da violência e do terror, transformaram suas atividades nestes destacamentos de acordo com o significado da sua sigla – *dói*. Suas ações concretizavam-se em seqüestros, torturas e desaparecimentos. Segundo Martha Huggins,³⁵⁶ os DOI eram divididos em três

³⁵¹ FICO, op. cit., p. 118.

³⁵² Ibid., p. 121.

³⁵³ CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimento [mar. 1993]. Entrevistadores: Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 75.

³⁵⁴ Atualmente, muitos pesquisadores utilizam a sigla CODI-DOI, pois este último era subordinado ao primeiro. Entretanto, a expressão DOI-CODI é a mais usual.

³⁵⁵ No segundo semestre de 1970, foram criados os DOI-CODI do I Exército (Rio de Janeiro), do II Exército (São Paulo), do IV Exército (Recife) e do Comando Militar do Planalto (Brasília). Em 1971, foram criados os DOI-CODI da 5ª. Região Militar (Curitiba), da 4ª. Divisão de Exército (Belo Horizonte), da 6ª. Região Militar (Salvador), da 8ª. Região Militar (Belém) e da 10ª. Região Militar (Fortaleza). Somente em 1974 a estrutura da DCI seria substituída pelo DOI-CODI do III Exército (Porto Alegre).

³⁵⁶ HUGGINS, op. cit.

esquadrões: o primeiro com a função de perseguir e deter os suspeitos (busca e captura), o segundo para colher informações e interrogar os prisioneiros (informação e interrogação) e o terceiro para analisar as informações obtidas a partir de agentes infiltrados e dos interrogatórios (informação). Esses “funcionários repressivos”, tanto civis quanto militares, precisavam atender determinadas exigências e satisfazer certas características:

Os agentes dos DOIs eram extremamente especializados. Os mais “identificados com [a tortura eram] muito frios, muito agressivos, tinham que ser...”. Os policiais que apresentavam essas características eram “classificados para [isto é: encaminhados para] o trabalho de tortura”, para serem modelados como instrumentos cuidadosamente afinados de terror.³⁵⁷

O terror que se instalara nos porões da ditadura era denunciado por vários meios de comunicação no exterior. O semanário uruguaio *Marcha* dedicou um caderno especial para esse tema, tendo como autor o exilado brasileiro em Montevideu Paulo Schilling.³⁵⁸ Esse caderno, publicado em maio de 1970, já trazia no seu título um teor de denúncia: *Brasil: seis años de dictadura: torturas*.³⁵⁹ Schilling, através de depoimentos de presos que foram submetidos a interrogatórios, enumera os vários métodos de tortura aplicados, descrevendo-os minuciosamente. Além disso, faz uma lista com os nomes dos torturadores e dos órgãos repressivos aos quais estão vinculados. É interessante notar que Paulo Schilling, na sua análise, considera a tortura como uma instituição dentro do sistema repressivo, sendo que é através dela que toda a repressão se circunscreve. Não a trata como excessos cometidos por agentes descontrolados. É uma obra de muita coragem e de forte caráter de denúncia, descrevendo o que ocorria nos porões da ditadura, quando no Brasil praticamente todos os meios de comunicação estavam controlados pelo governo.

Porém, durante os “anos de chumbo” – principalmente no governo Médici – a busca de legitimidade da ditadura, para os setores médios e altos da sociedade, foi encontrada no plano econômico. A aparente consolidação do “milagre econômico” no Brasil, com ênfase no crescimento industrial entre os anos de 1968 e 1973, no qual houve o acréscimo de dois dígitos ao Produto Interno Bruto (PIB), acabou por minimizar a oposição à ditadura. Para os

³⁵⁷ Depoimento de um ex-agente apud HUGGINS, op. cit., p. 191-192.

³⁵⁸ Com o golpe de Estado, Paulo Schilling recebeu ordens de se exilar na Embaixada do Uruguai, visto que era um dos principais assessores do ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Schilling, ao contrário dos demais exilados, permaneceu no Uruguai, mesmo quando o governo começou a ficar cada vez mais autoritário (apesar da permanência do sistema democrático). Entretanto, já na ditadura uruguaia, em 1974, o general Geisel fez um pedido pessoal para o presidente civil Juan María Bordaberry para que Paulo Schilling fosse expulso do país. Acabou se deslocando para a Argentina, onde, dois anos depois, também seria dado um golpe de Estado. Schilling só pôde voltar ao Brasil com a Lei de Anistia, em 1979.

³⁵⁹ SCHILLING, Paulo. Brasil: seis años de dictadura. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 37, mayo 1970, p. 1-79.

setores privilegiados pelo vertiginoso crescimento econômico, o “milagre” importava mais que o “chumbo”. Começou a ser criada, então, a idéia da construção de um “Brasil potência” – base da propaganda governamental – e o fundamento da sua nova legitimidade. As mensagens de “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Você constrói o Brasil”, “Brasil, conte comigo!” se destinavam, segundo o coronel Octavio Costa, chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), a fortalecer “uma saudável mentalidade de segurança nacional, que é indispensável para a defesa da democracia e para a garantia do esforço coletivo com vistas ao desenvolvimento”.³⁶⁰

Para a propaganda institucional poder ser eficaz, a censura era um instrumento repressivo que deveria ser eficiente. Oficializada legalmente em 1967, com a Lei de Imprensa, adquiriu um caráter cada vez mais violento com o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional. Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, censor durante o governo Médici, aponta alguns itens que não eram liberados:

Como resultado obtém-se que não será liberada a comunicação social, compreendida no campo da diversão pública, que:

- I) ATENTE CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, por conter, potencialmente
- a) incitamento contra o regime vigente;
 - b) ofensa à dignidade ou ao interesse nacional;
 - c) indução de desprestígio para as forças armadas;
 - d) instigação contra autoridade;
 - e) estímulo à luta de classe;
 - f) atentado à ordem pública;
 - g) incitamento de preconceitos étnicos;
 - h) prejuízo para as boas relações diplomáticas.³⁶¹

Os militares buscaram eliminar tudo que fosse contrário às diretrizes do pensamento da ditadura, passando a controlar todos os espaços nos quais pudessem ser expressas opiniões contrárias ao sistema. O que a censura pretendia era reprimir e reduzir a possibilidade de manifestação dos setores burgueses da sociedade, expropriados politicamente com a decretação do AI-5.³⁶²

Para garantir a atração dos investimentos estrangeiros no Brasil, a ditadura precisava oferecer duas condições: um quadro de estabilidade social e política – baseado na contenção e repressão dos opositores – e um clima econômico favorável:

³⁶⁰ COSTA apud SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 221.

³⁶¹ FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. *Censura & liberdade de expressão*. 2. ed. São Paulo: Editau, 1975. p. 136.

³⁶² SADER, op. cit.

A posição “produtivista” está implícita na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento: o crescimento é necessário para aumentar a capacidade produtiva industrial do Brasil, desenvolver o interior e a região amazônica para “tamponar” as vias de penetração e adiantar o supremo objetivo de realização do pleno potencial do país como potência mundial. O desenvolvimento não visa a imediata melhoria dos padrões de vida da maioria da população, nem objetiva o atendimento de suas necessidades básicas. Na realidade [...] a doutrina da ESG [Escola Superior de Guerra] aceita expressamente a necessidade de sacrificar a geração presente e mesmo *sucessivas* gerações como preço da rápida acumulação de capital.³⁶³

A economia da ditadura passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, impondo um específico padrão de concentração de renda. Os setores com maior poder aquisitivo foram privilegiados por essa nova estratégia financeira. Passaram a ter elevação de salários, a fim de se constituírem em um forte mercado interno de consumo desses produtos. Para tal, era necessário desconsiderar as parcelas mais carentes da população, incapazes de se adequarem às novas necessidades econômicas de consumo.

Dessa forma, o “milagre econômico” teve vital importância para a burguesia durante o governo Médici. Na concepção de Eder Sader, os únicos beneficiários dessa medida econômica foram a burguesia nacional, que passou a ter o “consumo de luxo”, e os investidores estrangeiros, para os quais o governo civil-militar criou uma série de incentivos financeiros. A ditadura garantiu aos investidores estrangeiros uma mão-de-obra barata e controlada. Para os trabalhadores, o “milagre” significou sofrer a intensificação da exploração econômica e o controle e repressão dos sindicatos:

Sejamos claros: não há milagre econômico. O que existe são períodos de profunda regressão do movimento de massas, etapas contra-revolucionárias do processo de luta de classes nos quais a burguesia aproveita para aplicar – ainda que pela via do Estado de exceção, como no caso brasileiro – políticas econômicas profundamente antioperárias.³⁶⁴

Esse rápido crescimento da economia brasileira ocorreu sem nenhum tipo de reforma estrutural; pelo contrário, acabou por concentrar ainda mais a renda de determinadas camadas da sociedade: “de acordo com essa orientação, a política governamental elevou acentuadamente a participação dos membros mais ricos da população na renda global e diminuiu a dos 80% mais pobres”.³⁶⁵ Um dos resquícios mais profundos da ditadura persistente no Brasil é a extrema desigualdade social, herança do seu passado colonial e escravocrata e aprofundada de maneira ímpar durante esse período.

³⁶³ ALVES, op. cit., p. 178.

³⁶⁴ SADER, op. cit., p. 173.

³⁶⁵ ALVES, op. cit., p. 181.

3.1.2 A política externa: as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina

O abandono das “fronteiras ideológicas”, durante o governo Costa e Silva, não significou desinteresse da ditadura brasileira com a política interna de seus vizinhos do Cone Sul. A orientação da política externa brasileira nos seus “anos de chumbo” passou a ser pautada pela qualificação da repressão no embate interno e no desenvolvimento econômico em curso, conforme analisados no item anterior. Conforme Jean-Baptiste Duroselle,³⁶⁶ não há aspecto de política interna que não repercuta no externo; também é importante recordar Joseph Comblin,³⁶⁷ quando aponta que, na lógica da DSN, o mesmo “inimigo interno” pode estar situado tanto dentro quanto fora do país. Portanto, a ditadura brasileira, além de se preocupar com seus “inimigos”, nesse período principalmente os integrantes da luta armada, preocupava-se também com movimentos guerrilheiros nos outros países. Este foi o caso do MLN, no Uruguai, e do *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), no Chile, ambas organizações de luta armada; dos próprios governos eleitos dentro da lógica democrático-burguesa, como o governo nacionalista de Juan José Torres (Bolívia) e o governo socialista de Salvador Allende (Chile); ou ainda, partidos criados também na lógica democrática, mas com orientação socialista, como o *Frente Amplio* (Uruguai). Enfim, o Brasil estava alerta diante de todo e qualquer movimento que pudesse desestabilizar e ameaçar seus interesses ideológicos e econômicos, dentro da sua concepção geopolítica de expansão sobre o Cone Sul: “Sob um regime autoritário, que executava uma política interna de segurança e a reprimir todo movimento de contestação, ele tenderia, incoercivelmente, a exportar a contra-revolução, intervindo *manu militari* ou por outro qualquer meio, além de sua fronteiras”.³⁶⁸

A renúncia à utilização da justificativa das “fronteiras ideológicas” nas intervenções em outros países também se explica pela rejeição do conceito de “interdependência”, que havia sido abandonado por Costa e Silva. Durante o governo Médici, essa postura seria ratificada, pois, conforme o ditador, esta somente poderia existir entre os países que já houvessem atingido “os estágios prévios de soberania política e de emancipação

³⁶⁶ DUROSELLE apud MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996. p. 365-399.

³⁶⁷ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

³⁶⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993. p. 237.

econômica”.³⁶⁹ Para tal, baseando-se na projeção desenvolvimentista do “milagre econômico”, a ditadura brasileira tentava ultrapassar o patamar de potência regional e atingir a posição de grande potência.

Na concepção geopolítica dos “anos de chumbo” a necessidade de se projetar internacionalmente como “Brasil potência” reforçaria os Objetivos Nacionais propalados pela DSN, ou seja, “a base do sistema deve ser o desenvolvimento, que deve fornecer os meios indispensáveis ao reforço do poder nacional”,³⁷⁰ conforme o general Meira Mattos, um dos principais geopolíticos responsáveis pela elaboração das diretrizes da política externa nesse período, conhecida como “Diplomacia do Interesse Nacional”. Para muitos autores, o peso político, econômico e diplomático que a ditadura brasileira exercia na região deveu-se ao fortalecimento do poder nacional via Produto Nacional Bruto (PNB). Entretanto, é importante chamar a atenção para o binômio “segurança-desenvolvimento”, proposto pela doutrina McNamara, em 1968. Na reelaboração brasileira da DSN, a busca da legitimidade da ditadura deu-se através do desenvolvimento econômico e na segurança interna, sendo interessante constatar que o ápice desses dois elementos legitimadores ocorreu nos “anos de chumbo”. Assim, a qualificação e a quantificação da metodologia repressiva interna somaram-se à política externa da ditadura, transformando-se em ações de interferência direta do Brasil em outros países e também de exportação de técnicas repressivas, a fim de combater governos e movimentos considerados hostis aos seus projetos de expansão ideológica e econômica.

Uma das formas de governo que a ditadura brasileira precisava combater era a dos militares nacionalistas, presente, em 1968, no Peru, sob a presidência de Juan Velasco Alvarado. Apesar de muitos desses militares terem sido treinados nos Estados Unidos (inclusive o próprio presidente), sob a orientação da DSN, abdicaram dessa doutrina e da sua integração no sistema hemisférico de segurança coletiva contra a subversão e optaram por direcionar seu governo para linhas desenvolvimentistas e nacionais. Os Estados Unidos, a fim de impedir a proliferação dos militares nacionalistas, lançaram, em 1969, o Informe Rockefeller³⁷¹ que, entre outros aspectos, dava destaque à sua política de luta contra-insurgente na América Latina.

O relatório distingue dois grandes perfis de militares latino-americanos. Por um lado, os “garantidos” – identificados com a linha brasileira –, que devem ser apoiados, e os

³⁶⁹ DIAS, Sônia. Médici, Emílio Garrastazu. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 2001. v. 3. p. 3688.

³⁷⁰ MEIRA MATTOS apud COMBLIN, op. cit., p. 67.

³⁷¹ El Informe Rockefeller. *Marcha*, Montevideo, 2. sección, 28 nov. 1969, p. 1-3.

militares “nacionalistas” – denominados também de “peruanistas” –, que devem ser combatidos. Os “brasileiros” são os que recorrem ao autoritarismo somente para evitar os conflitos sociais e econômicos, almejando a estabilidade política, além de visar um controle militar para melhorar a sociedade. Estão transitoriamente no poder, tentando voltar à normalidade constitucional. Por outro lado, estão os “peruanistas”, militares “que estão decididos a uma mudança rápida, o que os expõe a aceitar qualquer direção doutrinária”.³⁷² Em realidade, possuem propostas de reformas sociais e nacionalistas. Os militares brasileiros, além de exportar a DSN para os demais oficiais da região, passaram a combater os “peruanistas”, como foi o caso da Bolívia, quando o militar nacionalista Juan José Torres chegou à presidência, em 1970.

A ditadura brasileira não poderia permitir experiências de esquerda que pudessem desestabilizar seu Estado de Segurança Nacional, assim como atrapalhar seus interesses econômicos. Conforme Moniz Bandeira:

A repressão, que o governo de Médici internamente intensificara contra toda e qualquer oposição ao regime militar, tendia, por conseguinte, a projetar-se sob outros países da América do Sul, sob a forma de intervenções mais ou menos encobertas, sem apelo à justificativa doutrinária das “*fronteiras ideológicas*”.³⁷³

Desse modo, em 1971, o Brasil apoiou a derrubada do general Juan José Torres. Este havia sido chefe das Forças Armadas bolivianas, durante a ditadura do general Alfredo Ovando Candia. A fim de evitar um golpe de Estado pelo então presidente Ovando, trabalhadores, camponeses e estudantes organizaram um levante popular, conduzindo Juan José Torres à presidência da Bolívia. Durante seu breve governo, houve a nacionalização das minas, a criação de um banco nacional, a expulsão de agências norte-americanas, entre outros. Essas medidas levaram os Estados Unidos e o Brasil a apoiarem um golpe de Estado contra o presidente, liderado pelo general Hugo Banzer, em 1971, sob a égide da DSN.

A ditadura brasileira vinha monitorando o desenvolvimento da conspiração golpista contra Torres. Na primeira tentativa de Banzer (fracassada), os setores golpistas foram rendidos; um major e seis capitães solicitaram asilo político na Embaixada brasileira, sendo mandados para São Paulo, voltando, posteriormente, de forma clandestina, à Bolívia. Diante dessas atitudes, o general Torres expulsou o embaixador brasileiro, Hugo Bethlem, que acusava o presidente boliviano de planejar “o imediato estabelecimento de uma ditadura

³⁷² COMBLIN, op. cit., p. 147.

³⁷³ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 244.

socialista na Bolívia, com ajuda direta do comunismo soviético”.³⁷⁴ Além disso, o Brasil também contribuiu com dinheiro, armas, aviões, soldados, assim como a concessão de bases de treinamento próximas da fronteira. Já a segunda tentativa de golpe liderada por Banzer, em 1971, na qual Juan José Torres³⁷⁵ foi deposto,

contou com aberto apoio logístico do Brasil, cujos aviões militares, sem ocultar as insígnias nacionais, descarregaram fuzis, metralhadoras e munições em Santa Cruz de la Sierra, enquanto tropas do II Exército, comandado pelo general Humberto Melo, estacionavam em Mato Grosso, prontas para intervir na Bolívia (onde alguns destacamentos penetraram), se necessário fosse.³⁷⁶

Meses depois, o Uruguai seria o próximo país a ser ameaçado por uma possível intervenção brasileira, denominada Operação Trinta Horas, que não precisou ser efetivada porque o partido de oposição, o *Frente Amplio*, foi derrotado no pleito eleitoral. Em 1973, os setores golpistas receberam apoio econômico para efetuarem o golpe. Estas duas medidas adotadas pelo Brasil serão analisadas no próximo capítulo.

Conforme informações do próprio embaixador norte-americano em Santiago do Chile, Nathaniel Davis,³⁷⁷ a ditadura brasileira exerceu uma forte atuação no apoio à deflagração do golpe de Estado neste país. Segundo ele, o embaixador brasileiro, Antonio da Câmara Canto, convidou-o para planejarem e coordenarem ações para derrubar o governo socialista de Salvador Allende. Essas medidas foram corroboradas pelo embaixador norte-americano anterior, Edward Korry, ao afirmar que o “real apoio técnico e psicológico [ao golpe] veio do governo militar do Brasil”.³⁷⁸ O Brasil chegou a posicionar navios na costa do Pacífico, caso fosse necessária a intervenção. Na tarde do dia 11 de setembro de 1973, Câmara Canto atendia ao telefone respondendo: “Ganhamos”.³⁷⁹ A ditadura brasileira não tardou em reconhecer o novo governo.

Empresários brasileiros passaram a financiar e fornecer vários carregamentos de armas e munições para abastecer o grupo de extrema-direita chileno *Patria y Libertad*, entre os anos de 1972 e 1973, saindo do porto de Santos, no estado de São Paulo, dirigindo-se para Valparaíso: “a própria CIA detectou uma conexão financeira entre os conspiradores chilenos e

³⁷⁴ Telegrama da ANSA, 15 jan. 1971 apud GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 347.

³⁷⁵ O ex-presidente Juan José Torres exilou-se em Buenos Aires, sendo assassinado nesta cidade por um comando da Operação Condor, em junho de 1976.

³⁷⁶ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 245.

³⁷⁷ DAVIS, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

³⁷⁸ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 246.

³⁷⁹ GASPARI, op. cit.

o empresariado estabelecido no Brasil”.³⁸⁰ Outro caminho utilizado para contrabandear as armas era a Bolívia do general Banzer. O embaixador brasileiro chegou a asilar um dos integrantes do *Patria y Libertad* por ocasião de uma tentativa de golpe fracassada contra o governo de Salvador Allende, o *Tancazo*, em junho de 1973. Percebe-se, então, como a diplomacia brasileira continuou agindo nos países da região sob os auspícios da DSN.

Assim, o Brasil, em consonância com os interesses dos Estados Unidos, apoiou os golpes de Estado na Bolívia, no Uruguai e no Chile, mas também porque estavam

de acordo com seus próprios interesses e objetivos, na medida em que, aspirando ao status de grande potência, tratava de estabelecer a hegemonia sobre a América do Sul. O caráter militar e autoritário do regime, combinado com o sucesso econômico, exacerbou-lhe o nacionalismo [...] no sentido ofensivo, imperialista, o que, em realidade, refletia a violência da expansão capitalista do país. E o Governo de Médici, a instigar esse nacionalismo de direita com os *slogans* “ninguém segura este país”, “Pra frente Brasil”, “Brasil Potência”, etc., não selecionou os meios para justificar os fins.³⁸¹

Uma das manifestações mais contundentes dessa nova política brasileira foi a celebração do Tratado de Itaipu, em 1973. As ditaduras brasileira e paraguaia assinaram um acordo para a construção de uma hidrelétrica – a terceira maior do mundo – localizada em Sete Quedas, no rio Paraná, na fronteira entre os dois países. Sua capacidade foi estimada em dezoito milhões de quilowatts, suficientes para cobrir a demanda da rede elétrica brasileira e de garantir o abastecimento do Paraguai por cinquenta anos.

Tal acordo foi rechaçado pela Argentina, sob a alegação de que este era prejudicial à economia do país, além de não ter sido consultada sobre a construção da hidrelétrica e a utilização do rio Paraná (que atravessa Brasil, Paraguai e Argentina), quando da visita do general Alejandro Lanusse ao general Médici, em 1972. Suas principais divergências eram que a hidrelétrica poderia resultar até mesmo na incorporação econômica da região argentina que faz parte da Tríplice Fronteira. Para tanto, “baseavam-se nos próprios receios e num trecho do *Conjuntura política nacional – O poder executivo e geopolítica do Brasil*, do general Golbery, em que ele chamou de ‘fronteira viva’ a linha que separa os dois países na altura da mesopotâmia argentina”.³⁸² Além disso, os militares argentinos consideravam que o Paraguai ficaria definitivamente sob influência brasileira.

A hidrelétrica de Itaipu também foi atingida pelos órgãos de informação e de repressão. Segundo Nilson Mariano, a ditadura brasileira instalou agentes de espionagem a

³⁸⁰ GASPARI, op. cit., p. 355.

³⁸¹ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 247.

³⁸² GASPARI, op. cit., p. 363.

fim, entre outros, de localizar militantes de esquerda do Cone Sul. O jornalista chama a atenção para dois informes, produzidos em 1973, originários da assessoria de segurança da hidrelétrica, sobre a chegada de 19 argentinos ao Paraguai, escritos em português: “Os elementos têm vinculação com grupo subversivo recentemente desbaratado pelas forças de segurança da Argentina”.³⁸³ Aluizio Palmar também fez declarações nesse sentido. Analisando a documentação da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, o jornalista descobriu uma rede de informações montada em Itaipu, que funcionou de 1973 a 1988.³⁸⁴ No Brasil, foi criada a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), na própria hidrelétrica, tendo sido criado um órgão similar pela ditadura de Stroessner. As principais bases da AESI estavam localizadas nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Foz do Iguaçu, Assunção e Ciudad del Este (na época, Ciudad Puerto Presidente Stroessner). Sua principal função era espionar os funcionários da hidrelétrica e candidatos a vagas de empregos, assim como os moradores de Foz do Iguaçu. Paraguaio, uruguaio, chileno e argentino que trabalhavam nas obras eram os mais vigiados, destacadamente a partir da montagem da Operação Condor.

Essas polêmicas intensificaram os debates, principalmente nos países da região, sobre a utilização do conceito de subimperialismo para as políticas desenvolvidas pela ditadura brasileira para o restante da América Latina. Se bem que essas discussões começaram antes do período dos “anos de chumbo”, como, por exemplo, na obra do historiador uruguaio Vivián Trías, *Imperialismo e geopolítica en América Latina*,³⁸⁵ escrita em 1967, foi nesse momento que o conceito começou a ser mais aplicado, principalmente em função da elaboração da doutrina Nixon-Kissinger. Outro autor que trabalhou com o conceito de subimperialismo brasileiro e com a noção de “satélite privilegiado” foi Paulo Schilling. Suas considerações serão abordadas no próximo capítulo, durante a análise da Operação Trinta Horas.

Qualquer projeto para a América Latina não poderia excluir o importante papel do Brasil como interlocutor do subcontinente latino-americano dentro do sistema internacional. O Brasil continuaria mantendo sua inserção dependente no sistema capitalista, mas sendo o principal aliado dos Estados Unidos na região. A teoria dos “satélites privilegiados” viria a ser reforçada pela doutrina Nixon-Kissinger. Esta estabelecia que os Estados Unidos passariam a

³⁸³ MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. p. 247.

³⁸⁴ PALMAR, Aluizio. Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor. *El Correo de la Diáspora Argentina*. Disponível em: <<http://www.elcorreo.eu.org>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

³⁸⁵ TRÍAS, Vivián. *Imperialismo y geopolítica en América Latina*. Montevideo: El Sol, 1967.

promover o equipamento dos exércitos de cada país aliado a fim de que eles próprios assumissem a defesa de seu território, sem a necessidade da intervenção direta norte-americana. Os Estados Unidos não poderiam mais atuar como “o policial do mundo”, esperando que “outras nações fornecessem mais guardas para a ronda de sua própria vizinhança”. Dessa forma, o secretário de Estado Henry Kissinger (1973-1977),³⁸⁶ juntamente com o presidente Richard Nixon (1969-1974), selecionou quatro países para colaborar estreitamente com a política norte-americana: o Japão, no Extremo Oriente; o Irã, no Oriente Médio; a República Federal da Alemanha, na Europa Ocidental; e o Brasil, na América Latina. Assim, havia, de um lado, o intervencionismo norte-americano na região, que se somava à geopolítica de expansão ideológica do Brasil.

O projeto de “Brasil potência” tinha como meta fundamental “o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo. Até o final do século [...] construir-se-á no país uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência”.³⁸⁷ Tendo como eixos o “milagre econômico” e a exportação da contra-insurgência, a política externa brasileira durante os “anos de chumbo” almejava uma posição melhor na geopolítica imperialista. Desse modo, o Brasil assumiria o papel de país-chave na região, ou seja, exerceria o subimperialismo, conforme explicitado no famoso discurso proferido pelo então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, em 1971, dizendo “para onde o Brasil for, irá toda a América Latina”, que, entretanto, oficialmente, o Brasil tanto se empenhou em desmentir.

Esse posicionamento da ditadura brasileira, buscando sua inserção no capitalismo dependente e tencionando ser o principal aliado dos Estados Unidos na América Latina, era facilmente percebido pelos países da região, conforme se apreende do fragmento abaixo, referente ao discurso do chanceler da Costa Rica em visita ao país: “El Brasil no pretende ejercer hegemonia en América Latina. Pero su esfuerzo por desarrollarse y distribuir los frutos de su progreso económico y social con otras naciones le otorgó un liderazgo legítimo en nuestra región que Costa Rica se complace en reconocer”.³⁸⁸

³⁸⁶ Henry Kissinger foi nomeado primeiramente Assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos pelo presidente Richard Nixon, no período de 1969 a 1973. Dias após o golpe de Estado no Chile (22 de setembro de 1973), foi nomeado Secretário de Estado, permanecendo no cargo até 1977.

³⁸⁷ BRASIL. Presidência da República. *Metas e Bases para a Ação do Governo*, 1970, p. 15 apud MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*. 147 f. Brasília: UnB, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. p. 67.

³⁸⁸ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Telegrama recebido pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 6/ carpeta 2. Sem identificação.

3.2 A POLÍTICA DE TERRORISMO DE ESTADO NOS “ANOS DE CHUMBO” E A EXPORTAÇÃO DA METODOLOGIA REPRESSIVA INTERNA

A aplicação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional pela ditadura brasileira acabou por promover a implementação de um sistema político de dominação definido como Terrorismo de Estado, conforme apresentado no primeiro capítulo. O Brasil, além de readaptar o corpo doutrinário da Segurança Nacional, se constituiu em espécie de verdadeiro “laboratório” para as futuras ditaduras do Cone Sul, baseado no seu acúmulo de experiências propiciado pela sua metodologia repressiva interna, que acabou patrocinando o Terrorismo de Estado. Entretanto, as práticas repressivas perpetradas pela ditadura brasileira não se restringiram ao seu âmbito interno. O Brasil exportou para os países da região (ainda democráticos, em grande parte) essas práticas adquiridas no “combate à subversão”, principalmente durante o período dos “anos de chumbo”: a qualificação e a sistematização das técnicas repressivas, no plano interno, foram acompanhadas pela sua paulatina exportação.

Esse intercâmbio coercitivo promovido inicialmente pela ditadura brasileira intensificou-se a partir do momento da decretação do AI-5, isto é, coincidindo com o momento em que ocorreu a implantação do Terrorismo de Estado no Brasil. Isto não significa, porém, que os responsáveis pela violência instituída anteriormente estejam sendo eximidos. A partir de 1964, começaram a ser estabelecidas as medidas necessárias para um possível recrudescimento do regime, que acabou por ocorrer em 1968. Assim, é importante frisar que desde o golpe de Estado, houve perseguições, prisões arbitrárias, tortura³⁸⁹ e assassinatos políticos.

Parte-se do pressuposto, nessa dissertação, de que a exportação de técnicas coercitivas e a conexão repressiva que se instalou entre a ditadura brasileira e os demais países, principalmente os do Cone Sul, ajudam a enquadrá-la no referencial de Terror de Estado. Além do próprio caráter extraterritorial engendrado pela ditadura brasileira, pode ser caracterizado como uma das práticas do Terrorismo de Estado a exportação e a conexão estabelecidas, as quais ajudaram a constituir elementos responsáveis pela futura instalação dos regimes de Segurança Nacional dos anos 1970.

Porém, conforme já exposto, há relutância por parte da academia brasileira em utilizar o termo Terrorismo de Estado para a ditadura civil-militar no Brasil. Antes de se iniciar a

³⁸⁹ Como demonstra a obra de denúncia do jornalista e depois deputado Marcio Moreira Alves, em 1964. ALVES, Marcio Moreira. *Tortura e torturados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967.

análise da metodologia repressiva interna brasileira e da sua exportação (com ênfase para o Uruguai), será realizada uma breve discussão historiográfica do uso deste conceito na ditadura realizada por pesquisadores brasileiros – visto que nos demais países, a ditadura de Segurança Nacional no Brasil é considerada pelos especialistas como um regime de Terrorismo de Estado.

Em 1978, ainda durante a vigência do AI-5, no artigo intitulado “A consolidação da ditadura militar (1968-1974)”,³⁹⁰ Eder Sader referia-se ao uso do terror como instrumento de dominação política utilizado pela ditadura. Sader considera, para tal realização, de importância fundamental a nova lei de imprensa, promulgada em 1969, inscrevendo-se na mesma dinâmica do AI-5. Para o autor, este ato institucional possibilitou o controle do aparelho repressivo de Estado, enquanto que, através da censura, conseguia-se obter o controle dos aparelhos ideológicos de Estado, fazendo com que os espaços de contestação das frações burguesas ficassem reduzidos ao máximo. Assim, a tortura e o assassinato político tornaram-se práticas comuns na ditadura civil-militar brasileira, constituindo-se nos “corolários lógicos” do regime, pois qualquer canal que pudesse denunciar o terrorismo estatal estava controlado pelo próprio Estado.

A obra de Maria Helena Moreira Alves,³⁹¹ escrita no término da ditadura, também compreende o terror que se estabelece entre os anos 1969 e 1974 como a estratégia para a dominação política e contenção da sociedade, sendo a institucionalização da tortura o principal componente do método de controle político da população. Para a autora, o uso sistemático da tortura produz um “efeito demonstrativo”, que acaba por inibir a participação política, ou seja, afasta a população de atividades opositoras ao regime: “A evidência da repressão de Estado criou uma ‘cultura do medo’ na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e conseqüente tortura. Configurava-se assim, com toda evidência, um poderoso elemento dissuasivo da prática e da participação política”.³⁹² Isto tudo somado à Lei de Segurança Nacional. Para a autora, o fator econômico não pode ser dissociado do repressivo. Ela destaca que as camadas médias, durante os “anos de chumbo”, além de não quererem se arriscar politicamente, não desejavam perder as vantagens econômicas oferecidas pelo “milagre”. Isso levou o governo Médici a ter uma legitimidade muito maior do que os outros governos entre as camadas médias e a elite. Porém: “os efeitos do milagre entre o resto da população foram muito diversos, não significando maior legitimidade para o Estado, mas

³⁹⁰ Este artigo foi publicado na obra *Um rumor de botas*, de Eder Sader, em 1982.

³⁹¹ ALVES, op. cit.

³⁹² Ibid., p. 204.

antes mais intenso recurso à repressão violenta”.³⁹³

Desse modo, a combinação da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da censura estabeleceu, para a autora, a “cultura do medo”, que acabou por conter a participação política em atividades de oposição, tais como comunitárias, sindicais ou políticas. A “cultura do medo” continha três elementos psicológicos: silêncio, isolamento e desesperança.

A rigorosa censura aos meios de comunicação impunha um silêncio à sociedade. Assim, a população não podia se manifestar contra a violência e a repressão institucionalizada do Estado. Este sentimento acabava por gerar um isolamento nas pessoas que sofriam a repressão e a exploração econômica, ou seja, amplos setores da população viram-se marginalizados e isolados de outros que, a princípio, poderiam lhes oferecer ajuda. Como resultado desses dois elementos, houve um outro sentimento, o da desesperança, que acabava por imobilizar a população, pois o poder do Estado se colocava como algo impossível de ser enfrentado. Através da “cultura do medo” o Estado pôde se impor com poderes quase ilimitados.

Contudo, as discussões sobre Terror de Estado, “cultura do medo”, “pedagogia do medo” acabaram por ser relegadas no debate historiográfico brasileiro, enquanto que nos outros países do Cone Sul estes são conceitos amplamente utilizados para as ditaduras civil-militares das décadas de 1960 e 1970, inclusive a brasileira. Causa até certo estranhamento para historiadores uruguaios, chilenos e argentinos que os historiadores brasileiros não se refiram à ditadura do seu país como um regime de Terror de Estado.

Irene Cardoso³⁹⁴ retoma esses conceitos para a ditadura brasileira durante o final da década de 1980 e início dos anos 1990, considerando que tanto o processo de montagem do aparato repressivo quanto a estratégia de implantação do Terror de Estado no Brasil têm como referências elementos presentes desde a instauração da ditadura (ou até antes, como a variante brasileira da Doutrina de Segurança Nacional, com os seus conceitos de guerra revolucionária e de “fronteiras ideológicas”): a criação do SNI; o AI-1, AI-2 e a Constituição de 1967; o caso PARA-SAR; a presença de organizações paramilitares; o AI-5; o AI-13³⁹⁵ e o AI-14;³⁹⁶ a Lei de Segurança nacional de 1969; os decretos-lei secretos; as ações unificadas entre policiais e militares, a partir de 1969, em operações de busca e detenções em larga escala; a montagem

³⁹³ ALVES, op. cit., p. 183.

³⁹⁴ CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. In: _____. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 147-161. Este artigo foi escrito em 1990.

³⁹⁵ O AI-13 estabelecia o banimento do país de todos os presos políticos trocados em casos de seqüestros.

³⁹⁶ O AI-14 instituiu a pena de morte e a prisão perpétua. Estes dois atos serão melhor analisados no capítulo 4.

do aparato repressivo (com a criação da OBAN); a atuação do “Esquadrão da Morte” e de grupos clandestinos de repressão.

A estratégia da implantação do terror, respeitadas as especificidades nacionais, possuiu um núcleo comum de significados e práticas com as demais ditaduras do Cone Sul, apesar de não ter sido tão extensa como nesses países: a construção do espaço da total arbitrariedade, a criação do inimigo em potencial, a disseminação do medo, a produção do silenciamento, a delação secreta e a impossibilidade da política. Para Irene Cardoso, a estratégia da implantação do terror começou a ser aplicada na sociedade brasileira no ano de 1968, com maior visibilidade a partir da edição do AI-5, estendendo-se até 1975. O conjunto dessa estratégia tornou naturais as práticas das prisões clandestinas, da tortura, das mortes e dos desaparecimentos.

A tentativa de retomada do conceito de Terrorismo de Estado – que chegou a ser utilizado durante a própria ditadura – concorre contra o esquecimento da própria, um dos principais resultados da implementação do terror na sociedade brasileira, segundo as considerações da autora. Dois foram os elementos básicos para a impossibilidade de “simbolização” do período ditatorial: de um lado, a longa transição para a abertura democrática, iniciada dez anos antes, levando ao esquecimento, na memória coletiva, do terror implantado pela ditadura; do outro, a própria imposição do esquecimento, através da Lei de Anistia, interditando a investigação do passado. Dessa forma:

É no quadro destas considerações que se pode propor uma interpretação do processo de “normalização” da sociedade e da política no Brasil, marcado pela interdição do passado, seja no aspecto da longa transição, onde o tempo parece adquirir uma dimensão inercial que em si mesma produziria o esquecimento, seja no aspecto da imposição mesma do esquecimento – a anistia – que provocaria o efeito de uma “neutralização moral” do passado.³⁹⁷

Caroline Silveira Bauer, em dissertação defendida em 2006,³⁹⁸ analisa o conceito de Terror de Estado para a ditadura brasileira, através do exame dos arquivos repressivos do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) e das suas práticas políticas, tentando trazer essa temática novamente para a pauta historiográfica. Para a autora, principalmente a partir da abertura de arquivos da repressão e dos estudos das formas repressivas, como tortura, seqüestros, desaparecimentos, imposição do exílio, vida na

³⁹⁷ CARDOSO, op. cit., p. 159.

³⁹⁸ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 282 p. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

clandestinidade, generalização e banalização do medo imposto ao indivíduo, ao entorno familiar e à sociedade, houve a necessidade de repensar um conceito para os regimes civil-militares no Cone Sul. Assim, para Caroline Bauer, é fundamental entender o Terror de Estado como uma forma de dominação política e de controle da sociedade, defendendo a idéia de que o Brasil passou por esse tipo de sistema durante a ditadura.

3.2.1 Terrorismo de Estado no Brasil

A aplicação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional arrastou consigo a violência, o terror e o medo. Dessa maneira, associada a ela, manifestou-se o Terror de Estado, pois, para sua eficácia e a de seus instrumentos ideológicos nos locais onde necessitava ser instalada, o terrorismo advinha como consequência. As ditaduras latino-americanas das décadas de 1960 a 1980 foram assentadas na força do terror. Um dos objetivos máximos da DSN era suprimir a luta de classes – e não eliminar as causas do conflito. Para tanto,

la imposición de tan irracional esquema sólo puede intentarse a través de los más irracionales medios: la fuerza y la violencia, pero usadas de manera sistemática y con calculada frialdad para lograr un propósito racionalmente concebido: reducir todas las diferencias a una “unidad política” por medio del terror.³⁹⁹

O Terror de Estado deve ser percebido como uma forma de sistema de controle político e social e de dominação econômica. Seu funcionamento deveu-se a uma tomada de decisão institucional. As atitudes que os agentes da repressão efetuaram não podem ser consideradas, então, como “excessos”, mas, sim, como práticas normalizadas ocorridas durante o período das ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Dessa forma, é importante ressaltar que “el terrorismo de Estado ha sido el instrumento eficaz utilizado por las dictaduras para imponer su dominación y para la dominación de los intereses económicos y políticos que las incitan y controlan, constituyéndose así en un sistema regular de gobierno”.⁴⁰⁰ Assim, não se pode considerar a prática sistemática de seqüestros, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos como “excessos” executados por agentes

³⁹⁹ TAPIA VALDÉS, Jorge. *El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México, D.F.: Nueva Imagen, 1980. p. 223.

⁴⁰⁰ ROCA, Gustavo. *Las dictaduras militares en el Cono Sur*. Córdoba: El Cid, 1984. p. 239.

do aparato repressivo, pois

infere-se que os direitos humanos foram violados em forma orgânica e estatal pela repressão das Forças Armadas. Não foram violados de forma esporádica, mas sistemática, de forma sempre igual, com parecidos seqüestros e idênticos tormentos em toda a extensão do território. Como não atribuí-lo a uma *metodologia do terror* planejada pelos altos comandos?⁴⁰¹

Apesar da experiência brasileira não ter tido a extensão e a profundidade, em comparação com as outras realidades das ditaduras latino-americanas, a ditadura utilizou-se da instrumentalização do Terror de Estado, possuindo com as demais um núcleo comum de práticas. Isso ocorre, entretanto, pelas especificidades e pelo processo histórico de cada país – é significativo o Brasil sofrer o primeiro golpe contra-insurgente de segurança nacional e se tornar “laboratório” para as próximas experiências, elaborando e exportando as práticas desse núcleo comum.

A utilização do conceito de Terror de Estado para o caso da ditadura civil-militar brasileira transcende os aspectos acadêmicos. A defesa de que a ditadura implementou uma estratégia de terror, configurando-se como patrocinadora do Terrorismo de Estado, assume um caráter político de embate. Num país onde o silêncio, o esquecimento e a construção da “desmemória” prevalecem, e que tem a impunidade como sua maior marca – frutos do próprio Terrorismo de Estado – faz-se essencial denunciar sua história recente, sem fazer condescendências, nomeando essa experiência de acordo com suas práticas e seqüelas na sociedade.

A imposição do medo entre a população é elemento central no Terror de Estado. Utilizando-se de um conjunto de instrumentos que visava “educar” (pela força e pela alienação) a sociedade – a “pedagogia do medo” – a ditadura brasileira pôde estabelecer a denominada “cultura do medo”. Os instrumentos “pedagógicos” do Terrorismo de Estado objetivavam impactar os cidadãos, “ensinando-os”, através do “efeito demonstrativo”, como deveriam agir no Estado de Segurança Nacional. Ou seja, a “pedagogia do medo” era a aplicação direta das práticas coercitivas sobre a população, constantemente lembrando de que as faltas seriam castigadas. Já a utilização sistemática das práticas do Terrorismo de Estado levava à construção dessa “cultura do medo”, “um cenário com um clima de tons cinzas e opacos, no qual predomina o silêncio, pois uns calam porque lhes falta a voz e outros por

⁴⁰¹ CONADEP apud PASCUAL, Alejandra L. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Ed. da UnB, 2004. p. 86.

medo de punição exemplar”.⁴⁰²

O caráter da imprevisibilidade é o que gera sua maior eficiência. Atos considerados simples e triviais, em outros tempos, poderiam ser considerados perigosos e passíveis de punição. Dessa forma, o medo era disseminado na sociedade. Essa prática acarretava vários comportamentos entre as pessoas, entre eles, o da lógica da suspeição. Esta rompia qualquer laço de solidariedade que pudesse se erguer, levando ao auto-silenciamento e ao auto-isolamento, tanto por parte da pessoa que poderia estar necessitando ajuda, quanto da pessoa que poderia ajudar. O individualismo passou a imperar; o medo se fazia presente. O Terrorismo de Estado gerava o maniqueísmo: ou se estava a favor ou contra a ditadura. Entretanto, não bastava somente não ser identificado como um “inimigo interno”, necessitava-se estar contra ele, denunciando-o e combatendo-o. A luta contra a “ameaça comunista” não partia somente do aparato repressivo: no Terrorismo de Estado, os cidadãos viravam soldados contra a guerra ardilosa da “subversão”.

Durante os “anos de chumbo” o principal “inimigo interno” da ditadura foi a luta armada. Esta situação, entretanto, não excluía que qualquer cidadão fosse um inimigo em potencial; na realidade, isso era desejável, pois ampliava o alcance do leque de terror. Esta definição do “inimigo potencial” amplificava o terror e o arbítrio porque o “universo das vítimas potenciais jamais é claramente definido de antemão” e isto dá então “ao impacto subjetivo da ameaça um lugar totalmente particular”.⁴⁰³ Essa figura foi a “razão de ser” da junção Doutrina de Segurança Nacional – Terrorismo de Estado, sendo a justificativa para as arbitrariedades cometidas pela ditadura: “o TDE [Terror de Estado] procura a coesão forçada da sociedade ao redor da rejeição desse inimigo”.⁴⁰⁴

A demonstração da conformação da “cultura do medo” pode ser percebida nos trechos selecionados do documento a seguir, intitulado “Decálogo de Segurança”, distribuído a partir de 1969 pelo SNI. O comportamento esperado da população, pela ditadura brasileira, é bastante elucidativo. A noção de perigo e insegurança causada pelo “inimigo”, a lógica da suspeição, a prática da delação e a disseminação do medo são constantes nesse documento:

⁴⁰² PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 97.

⁴⁰³ CARDOSO, Irene. O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política. In: _____. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 190.

⁴⁰⁴ PADRÓS, op. cit., p. 100.

1 – Os terroristas jogam com o medo e o pânico. Somente um povo prevenido e valente poderá combatê-los. Ao ver um assalto ou alguém em atitude suspeita, não fique indiferente, não finja que não viu, não seja conivente. Avise logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive de anonimato.

2 – Antes de formar uma opinião, verifique várias vezes se ela é realmente sua, ou se não passa de influência de “amigos” que o envolveram. Não estará sendo você um inocente útil numa guerra que visa destruir você, sua família e tudo o que você mais ama nesta vida?

[...]

4 – Se você for convidado ou sondado ou conversado sobre assuntos que lhe pareçam estranhos ou suspeitos, finja que concorda e cultive relações com a pessoa que assim o sondou e avise a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.

[...]

9 – Quando um novo morador se mudar para o seu edifício ou para o seu quarteirão, avise logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.

10 – A nossa desunião será a maior força de nosso inimigo. Se soubermos nos manter compreensivos, cordiais, informados, confiantes e unidos, ninguém nos vencerá.⁴⁰⁵

No Terrorismo de Estado, a violência passou a ser a principal relação intermediadora entre o Estado e a sociedade. Mas esta violência gerada e orquestrada pelo Estado atingiu graus altíssimos de sofisticação. Álvaro Abos⁴⁰⁶ destaca duas formas de sua manifestação: a vertical e a radial.

Na violência vertical, ocorre o suplício direto da vítima: é a dor física imposta, propriamente dita, sobre o detido. A tortura física que almeja corromper o corpo do prisioneiro, tentando reduzir o ser humano ao nada, ocupando um espaço ínfimo no universo. Projeta-se para o assassinato do corpo, e ao seu desaparecimento, levando-o, então, ao menos que o nada, a uma suspensão de existência, porque o desaparecido “não é”, “não está”. Os desaparecidos passam a ser “los que siempre estarán en ninguna parte”,⁴⁰⁷ num limbo entre a morte e a vida. “Los desaparecidos que se buscan”:⁴⁰⁸ a incerteza é o maior resultado para o Terrorismo de Estado.

As ações da violência vertical levam ao desenvolvimento da violência radial. Esta expande o seu objetivo de punição primeiro – a vítima da violência vertical – ao seu entorno: familiares, amigos, colegas, enfim, pessoas que de alguma maneira mantinham alguma relação com essa pessoa. Entretanto, sofrem duplamente; pela perda de um ente querido, e também porque passam a ser identificados com os ideais perigosos da pessoa atingida. Logo, a soma desses círculos íntimos que acabaram sendo afetados por essa violência perpetrada a

⁴⁰⁵ “Decálogo da Segurança” apud DECKES, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966/1980*. São Paulo: Cone, 1985. p. 83-85.

⁴⁰⁶ ABOS, Álvaro. La racionalidad del Terror. *El Viejo Topo*, Barcelona, n. 39, dic. 1979, p. 9-15.

⁴⁰⁷ Expressão utilizada por Carlos Figueroa Ibarra para designar os desaparecidos.

⁴⁰⁸ Trecho da canção *La memoria*, de León Gieco.

outrem, torna-se imensa. A violência não se restringe mais aos pequenos círculos: ela se estende por toda sociedade, na forma de círculos concêntricos em expansão. Isso gera o que Abos define como a “rentabilidade do terror”:

[...] al erigir en objeto de la sanción a los efectos del perseguido, se redobla el efecto punitivo. La violencia radial, violencia indirecta, refuerza la presión sobre el condenado, amplificando su mortificación. El resistente no sólo debe ofrendar su cuerpo, su sangre o su vida sino la de inocentes que le son queridos.⁴⁰⁹

Porém, no Terrorismo de Estado, a situação da repressão colocava-se de forma contraditória. Ao mesmo tempo em que “um dos seus principais objetivos foi a geração de um medo global que devia atingir todo o espectro social”,⁴¹⁰ a fim de servir como “exemplo”, de ter caráter de “efeito demonstrativo”, necessitando, dessa forma, que suas ações fossem conhecidas pela população, elas eram negadas pelo poder institucional. Ao confessar seus atos repressivos, a ditadura estaria assumindo a sua ilegitimidade. “Não há tortura no Brasil”, foi a célebre declaração do ditador Médici Dessa forma, cria-se o paradoxo da *legalidade x clandestinidade*:

Esta lógica da clandestinidade do horror é outra que a lógica da legalidade do regime. A primeira se constrói necessariamente na ausência de qualquer lei ou qualquer regra e a segunda tem o seu fundamento na ênfase na legalidade. E no entanto elas se complementaram na vigência da ditadura brasileira. De fato, uma não podia existir sem a outra, se se pensa que a tortura era o que estava no fundo mesmo do arbítrio absoluto, do arbítrio que foi transfigurado em lei.⁴¹¹

A “vivência do terror”, nas palavras de Irene Cardoso, deu-se na tortura, nas prisões, nos exílios, nos desaparecimentos e nas mortes. Porém, no caso brasileiro, ela ocorreu de forma menos extensa do que nas demais ditaduras do Cone Sul. A autora destaca que essa situação gerou, para a sociedade brasileira, a sensação de “inexistencialismo”, isto é, uma realidade que não ocorreu para muitos cidadãos, não sendo incorporada, dessa maneira, à construção coletiva da memória e da história. No momento em que ela não foi agregada, ela não pode ser esquecida. No entanto, os familiares dos mortos e desaparecidos políticos trazem consigo essas recordações na sua memória e história; ficam, contudo, isolados da suposta realidade apresentada à população. Essa é uma das maiores eficiências geradas pelo Terrorismo de Estado: a tentativa da impossibilidade da sua própria culpabilidade, através da negação das práticas do seu funcionamento, consequência do sistema *legalidade x*

⁴⁰⁹ ABOS, op. cit., p. 10.

⁴¹⁰ PADRÓS, op. cit., p. 108.

⁴¹¹ CARDOSO, Irene. O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política, op. cit., p. 195.

clandestinidade. “Mesmo que contemos, não nos acreditarão”,⁴¹² falavam os SS para os prisioneiros dos campos de concentração.

Uma questão interessante para a explicação da aplicação do Terror de Estado em maior ou menor escala é a levantada por Carlos Figueroa Ibarra, referente à “inércia do terror”. Para o autor, o terrorismo é um investimento custoso para as ditaduras, pois lhes é difícil manter a aparência de legitimidade, apesar das suas pretensões. Desse modo, estabelece-se que

su gran ventaja es que si la amenaza del ejercicio de la violencia del Estado se hace realidad en el presente, en el futuro sólo habrá que amenazar para aterrorizar. Los gobernados se amedrentarán y paralizarán sin que haya necesidad de matarlos o desaparecerlos. Con la misma macabra inversión inicial, el Estado y los sectores dominantes mantendrán la ganancia de la estabilidad política. Podríamos llamar a este efecto, la inercia del terror. Y esta inercia explica por qué motivo, aun en las dictaduras en las cuales el ejercicio del terror es mínimo, la violencia sigue siendo la mediación esencial entre el Estado y la sociedad.⁴¹³

Apesar da aplicação em menor escala do Terrorismo de Estado durante a ditadura civil-militar no Brasil, ele obedeceu aos critérios para assim ser caracterizado, juntamente com as demais ditaduras da região. Possuíram um núcleo comum de práticas, sendo que as modalidades específicas utilizadas pelas ditaduras do Cone Sul que as tornaram similares foram, segundo Padrós,⁴¹⁴ o uso massivo da tortura, os desaparecimentos, a presença de esquadrões da morte e a internacionalização do sistema repressivo.

No caso brasileiro, a tortura já era utilizada pelas forças policiais contra os presos comuns – inclusive, seu uso foi constante contra os escravos negros.⁴¹⁵ Entretanto, a ditadura brasileira utilizou de forma massiva e indiscriminada a prática da tortura na luta contra a “subversão”, trazendo-a para dentro do aparato repressivo. A tortura foi um método de utilização racional, que acabou se estendendo para praticamente todas as atividades públicas, gerando, até, sua própria burocratização. Conforme o *Brasil: Nunca Mais*, “o emprego sistemático da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo Regime Militar que se implantou em 1964”.⁴¹⁶ Ainda segundo o projeto *Brasil: Nunca Mais*, as estimativas conservadoras são de que, apenas entre 1969 e 1974, 1.558 brasileiros foram torturados durante os interrogatórios aos quais foram submetidos (considerando-se somente os

⁴¹² PRIMO LEVI apud CARDOSO, *ibid.*, p. 194.

⁴¹³ FIGUEROA IBARRA, *op. cit.*, p. 62.

⁴¹⁴ PADRÓS, *op. cit.*

⁴¹⁵ O próprio “pau-de-arara”, instrumento de tortura amplamente difundido na região pela ditadura brasileira, era utilizado contra os escravos.

⁴¹⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 11 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. p. 203.

presos políticos).⁴¹⁷

A tortura aplicada pelos “operários da violência” latino-americanos recebeu contribuição, principalmente, norte-americana, e, em menor grau, francesa. A difusão da “tortura científica” na América Latina – personificada no agente norte-americano Anthony Dan Mitrione, responsável por introduzir o choque elétrico nos interrogatórios – e da “tortura psicológica” amplificaram o alcance do terror que as sessões de tortura produziam no seio da população.

O método utilizado para a detenção das vítimas a fim de serem levadas para as sessões de tortura era o seqüestro. Eram realizados, muitas vezes, em plena luz do dia, e de forma até ostensiva, pois os agentes repressivos contavam com a impunidade de suas ações. Nas palavras de um ex-agente dos esquadrões de busca, “a operação durava [só] um minuto. Invadiam a casa, rápidos como um raio, e voltavam com as pessoas já encapuzadas. Tinham posto os capuzes e as algemas nelas. As pessoas não iam nem saber para onde estavam sendo levadas”.⁴¹⁸

Os seqüestros se davam de forma clandestina, logo, a vítima ficava fora de qualquer tipo de controle judicial por um longo tempo. Além disso, privavam familiares e amigos de possuírem algum tipo de conhecimento sobre seu paradeiro: “el secuestro y la posterior ausencia de toda información sobre el destino de las víctimas pasó a convertirse en un método generalizado de detención de personas ‘por razones de seguridad nacional’”.⁴¹⁹ No caso brasileiro, a Lei de Segurança Nacional de 1969 previa que o detido poderia ficar até vinte dias incomunicável com o mundo exterior. Geralmente, era durante esta fase de detenção arbitrária que ocorriam as sessões de tortura. Assim, pode-se apreender que a prática do seqüestro:

Establece el reinado del terror, producto tanto del aparato que rodea a los operativos – sin proporción alguna con respecto a las posibilidades defensivas de las víctimas – como de la aparente irracionalidad de los mismos. Tales elementos paralizan la respuesta de familiares y testigos, así como de la población en general, y debilitan al máximo la aptitud para la auto-defensa o las conductas solidarias. Estas características hacen del secuestro un método represivo de efectos multiplicadores y consecuencias profundas sobre todo el tejido social, aún en sectores objetiva y subjetivamente alejados de las víctimas.⁴²⁰

Logo ao chegar ao centro de detenção, o prisioneiro era submetido ao “amaciamento”,

⁴¹⁷ HUGGINS, op. cit., p. 197.

⁴¹⁸ Depoimento prestado a HUGGINS, op. cit., p. 196.

⁴¹⁹ CONTE MAC DONELL, Augusto; LABRUNE MIGNONE, Noemí; FERMÍN MIGNONE, Emilio. *El secuestro como método de detención*. Buenos Aires: CELS, [198-?].

⁴²⁰ Ibid.

como é conhecido no Brasil o método de infligir tortura psicológica à pessoa, expondo-a às sevícias de presos torturados. O estudante Manuel Domingos Neto, ao depor em 1972, assim relatava:

[...] que teve a oportunidade de ver, por intermédio de um vidro existente em uma dependência da Delegacia Regional, vidro esse que permite ao observador ver sem ser visto, que a acusada Rosa Maria Pereira Fonseca, que se encontrava no interior daquela dependência, estava em estado de convulsão; que o interrogado atribui que Rosa chegou a esse estado em virtude de torturas pela mesma sofridas na referida Delegacia; que lhe foi proporcionada essa visão com o evidente intuito de atemorizar o interrogando [...].⁴²¹

A tortura foi institucionalizada durante a ditadura brasileira. Utilizada desde a deflagração do golpe de Estado, em 1964, atingiu um nível de “sofisticação” e de sistematização a partir do AI-5. Negada pelos oficiais militares ou, então, tratada como “excessos” de policiais ou militares subordinados, à tortura no Brasil não foi dada sua real dimensão de terror. Em 1972, Chico Buarque e Ruy Guerra compuseram a canção *Fado tropical*, na qual ironizavam essa relação “amena” da tortura: “Sabe, no fundo eu sou um sentimental / Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo (além da sífilis, é claro) / Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar / Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora”. O mais irônico é que a parte que foi vetada pela censura era a que fazia relação à sífilis, e não à tortura.

Essa modalidade do Terrorismo de Estado não foi imposta somente ao “inimigo” em potencial, mas também foi usada contra o entorno afetivo deste. Ameaças de tortura contra entes queridos tornaram-se práticas comuns nesse período. Essa situação pode ser percebida no depoimento, recolhido pelo *Brasil: Nunca Mais*, da professora Maria Madalena Prata Soares, esposa do estudante José Carlos Novaes da Mata Machado, assassinado pela repressão, ao Conselho da Auditoria Militar de Minas Gerais, em 1973:

[...] que foi presa no dia 21.10.73, juntamente com seu filho menor Eduardo, de 4 anos de idade; que o motivo da prisão era que a interroganda desse o paradeiro de seu esposo; que, durante 3 dias, em Belo Horizonte, foi pressionada [para dizer] onde estava José Carlos, da seguinte maneira: que, se não falasse, seu filho seria jogado do 2º andar, e isso durou 3 dias [...]; que na última noite seu filho passou consigo, já estava bastante traumatizado, pois ele não conseguia entender porque estava preso e pedia para ela, interroganda, para não dormir, para ver a hora que o soldado viria buscá-los; [...] ele não consegue entender o motivo do desaparecimento meu e de José Carlos; que o menino está traumatizado, com sentimento de abandono [...].⁴²²

⁴²¹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*, op. cit., p. 204-205.

⁴²² *Ibid.*, p. 43-44.

A tortura não foi aplicada somente na busca de informações de “elementos subversivos”, mas passou a ser utilizada contra qualquer pessoa que manifestasse oposição à ditadura. Isso demonstra como ela foi burocratizada e institucionalizada no Terrorismo de Estado. A tortura tinha como função primordial disseminar o medo e o conformismo entre a população, conduzindo-a ao silêncio e à desesperança, levando à paralisação do corpo social.

A modalidade terrorista mais eficaz para a dissuasão pelo medo foi a política dos desaparecimentos – a “metáfora do poder total”, conforme Álvaro Abos. Embora no Brasil esta não tenha sido a modalidade mais aplicada, desde 1964 há casos de desaparecimentos políticos. João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo, ambos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sindicalistas rurais, foram conduzidos, em setembro daquele ano, ao 15º. Regimento de Infantaria do Exército em João Pessoa, capital da Paraíba. A partir daí, desapareceram.⁴²³ A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos cita mais dois casos antes da edição do AI-5, além do caso do sargento Manoel Raimundo Soares, o “caso das mãos amarradas” que, se não fosse encontrado flutuando no rio Jacuí, constaria da lista de desaparecidos políticos da ditadura.

Nos “anos de chumbo”, a política de assassinatos e de desaparecimentos, assim como a da tortura, tornou-se sistemática. A maior concentração desses crimes ocorreu entre 1971 e 1973, período no qual houve em torno de 50 mortes por ano. Esse número elevado está relacionado à destruição da guerrilha do Araguaia, da qual poucos militantes sobreviveram, e a maioria dos mortos está desaparecida.

O primeiro efeito do desaparecimento é a ausência de responsabilidade judicial perante a vítima. O Estado não poderia ser considerado culpado dessas mortes, pois a sistemática do terror havia sido utilizada: seqüestro, tortura, assassinato e desaparecimento, todos realizados de forma clandestina. Entretanto, seu efeito mais duradouro e persistente é a “rentabilidade do terror”, ou seja, a criação da incerteza máxima na sociedade. Conforme Padrós:

Independente da rentabilidade punitiva imediata, os desaparecimentos contribuíram mais do que qualquer outra modalidade repressiva do TDE [Terror de Estado] na irradiação do poder estatal onipotente sobre a sociedade, desmantelando resistências e semeando angústias paralisantes. Até porque, como referia Eduardo Galeano durante o exílio uruguaio: “nadie presta cuentas, nadie da explicaciones. Cada crimen es una dolorosa incerteza para los seres próximos de la víctima y también una advertencia para todos los demás”.⁴²⁴

⁴²³ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁴²⁴ PADRÓS, op. cit., p. 113.

Dessa forma, os desaparecimentos produziram os maiores efeitos para a consolidação do Terrorismo de Estado das ditaduras do Cone Sul, dentre elas, a brasileira. A dor, a angústia e o sofrimento gerados pela incerteza, pela dúvida e pela não-aceitação do fato – pois não há corpo para ser chorado e enterrado – tornaram-se os melhores antídotos para as manifestações políticas e sociais, almejando anestesiar a população perante essa prática de terror. São, novamente, os círculos concêntricos de expansão do medo e do terror, defendidos por Álvaro Abos. Assim, conforme Figueroa Ibarra:

el secuestro y desaparición de una persona, al igual que su ejecución, es como un guijarro tirado en un estero de aguas plácidas. Produce ondas que van mucho más allá del lugar en donde cayó el pedrusco. El terror se expande bastante más lejos del ámbito de las relaciones personales de la víctima. No solamente familiares, amigos, conocidos de ésta son presas del miedo. También aquel o aquella que ven la foto del desaparecido o desaparecida, en el periódico, que leen las atribuladas declaraciones y desesperados ruegos de la madre, esposo o hermana. El primer fruto de los perpetradores, la intimidación, ha sido logrado: escondámonos, no hagamos nada, sigamos viviendo.⁴²⁵

Outro elemento essencial do Terrorismo de Estado foi a criação dos grupos parapoliciais e paramilitares de extermínio – os Esquadrões da Morte. Sua atuação foi decisiva na irradiação da violência e na consolidação de uma “cultura do medo” na sociedade durante as ditaduras de Segurança Nacional. Aprovados, patrocinados e, muitas vezes, criados dentro do próprio aparato estatal, os esquadrões eram os responsáveis por realizarem o “trabalho sujo”, estando inseridos na lógica *legalidade x clandestinidade* do terror:

los Escuadrones de la Muerte como fuerzas paraestatales le permitían al Estado lograr “extraoficialmente” [...] lo que el Estado quería evitar hacer abiertamente. [...] La extendida aparición de los escuadrones paraestatales de muerte, tortura y otras formas de terror representaban una nueva y atemorizante forma de represión política, capaz de ser negada por el Estado.⁴²⁶

O primeiro país na América Latina, inserido na dinâmica da contra-insurgência, a utilizar-se sistematicamente das ações de esquadrões da morte foi a Guatemala.⁴²⁷ No início dos anos 1960, em torno de dezesseis grupos de extermínio ali surgiram, a maior parte deles tendo vinculação com o Exército (especialmente com a sua seção de inteligência), ou, então,

⁴²⁵ FIGUEROA IBARRA, op. cit., p. 63.

⁴²⁶ MCSHERRY, J. Patrice. Escuadrones de la muerte como fuerzas paralelas: Uruguay, Operación Cóndor, y los Estados Unidos. *Cuadernos de la historia reciente*. Uruguay: 1968-1973. Montevideo: Banda Oriental, 2007. n. 3, p. 114.

⁴²⁷ O conflito interno na Guatemala deixou um saldo, entre 1960 e 1996, segundo estimativas conservadoras, de 150 a 160 mil mortos e de 40 a 45 mil desaparecidos. Cf. FIGUEROA IBARRA, Carlos. Cultura del terror y Guerra Fría en Guatemala. *Presencia*, Universidad de San Carlos de Guatemala, año 2, n. 4, abr. 2006, p. 1-28.

ligados a partidos reacionários. O Esquadrão da Morte que ficou mais conhecido na Guatemala devido à sua atuação foi o *Movimiento de Acción Nacionalista Organizado* ou *Movimiento Anticomunista Nacional Organizado* (MANO), a chamada *Mano Blanca*.

Vitais para a disseminação do medo na sociedade no contexto de Guerra Fria e de Doutrina de Segurança Nacional, os esquadrões tinham uma relação intrínseca com os Estados Unidos no treinamento e na exportação de materiais e, às vezes, até com seu surgimento – caso do Uruguai. Conforme Noam Chomsky e Edward Herman, uma pesquisa, realizada em 1974, pelo *North American Congresso on Latin America*, demonstrou que “los países con escuadrones parapoliciales de asesinato más activo (Brasil, Guatemala, República Dominicana y Uruguay) eran también los receptores de las mayores subvenciones de Estados Unidos para los entrenamientos policiales en la región”.⁴²⁸

A atuação dos esquadrões da morte antecedeu a deflagração das ditaduras e a promoção do Terrorismo de Estado no Uruguai e na Argentina. Nestes países, os grupos parapolíciais foram criados e motivados por um Estado que se mostrava cada vez mais autoritário, realizando o “trabalho sujo” que a legalidade democrática ainda vigente nesses países não permitia, como os seqüestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos de “inimigos” do sistema, associados à subversão e ao comunismo. Estes foram os casos da *Alianza Anticomunista Argentina* (Triple A) e, no Uruguai, do *Comando Caza Tupamaros* (CCT).⁴²⁹

O caso do Brasil foi peculiar. A própria origem do Esquadrão da Morte é controversa. Estima-se que o primeiro esquadrão a surgir tenha sido o do Rio de Janeiro, criado em 1958, pelo chefe de polícia desta cidade, o general Amaury Krueel (nomeado chefe do Gabinete Militar da Presidência, após o golpe). Ele teria organizado o denominado Grupo de Diligências Policiais, logo acusado de assassinar presos suspeitos de roubos e homicídios.⁴³⁰ Os esquadrões brasileiros tinham por finalidade seqüestrar, torturar e assassinar presos comuns, promovendo uma “limpeza social”. Seus alvos eram traficantes, agentes de prostituição e vinculados aos jogos de azar, ladrões, ou seja, pessoas relacionadas ao chamado “submundo do crime”. Entretanto, os próprios esquadrões se estruturaram em uma força paralela nas disputas entre o “submundo”: passaram a favorecer determinadas quadrilhas de traficantes de entorpecentes, asseguravam a prostituição organizada e vendiam proteção aos bandidos que pagavam melhor. Desse modo, “constituía-se [...] dentro do poder policial, um

⁴²⁸ CHOMSKY; HERMAN apud MCSHERRY, op. cit., p. 115.

⁴²⁹ PADRÓS, op. cit., p. 108.

⁴³⁰ SKIDMORE, op. cit.

poder maior e incontrolável, que era usado para fins inconfessáveis e que, livres de peias legais, também poderia vir a ser utilizado para fins políticos”.⁴³¹

Desse modo, o Esquadrão da Morte no Brasil nasceu com a finalidade de extermínio da chamada “marginália” e dos presos comuns. Durante a ditadura, essa função persistiu, alimentada pelo Estado (porém, esses assassinatos não são considerados crimes praticados pelo aparato repressivo brasileiro). Entretanto, foi acrescida aos esquadrões a necessidade de intervir contra os “criminosos políticos”, sendo chamados a agir na luta contra a “subversão”.

Apesar dos órgãos de segurança e de repressão serem conduzidos pelos mesmos ideais, a competição entre quem obteria o maior número de prisões, arrancasse confissões, coletasse informações, ou conseguisse deter os “criminosos” de maior notoriedade era acirrada. Num sistema que tinha como base a tortura, quanto maior fosse o grau de repressão dos órgãos, maiores seriam suas recompensas e promoções. A competição se dava entre civis e militares, entre órgãos policiais, entre órgãos *legais* e esquadrões da morte, e até entre as Forças Armadas:

Exemplo particularmente dramático desse tipo de conflito ocorreu em 1º. de março de 1970, em São Paulo, quando uma equipe do DOI/CODI deu uma batida nas instalações do DOPS do delegado Sérgio Paranhos Fleury, para “resgatar” um prisioneiro ali mantido, Shizuo Ozawa (“Mário Japa”), militante nipo-brasileiro do grupo guerrilheiro Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O DOI/CODI queria interrogar Ozawa em uma de suas instalações de tortura, mas Fleury não tinha intenção alguma de permitir que esse “peixe grande”, que fora capturado por seu grupo de homens, fosse interrogado primeiro por um esquadrão do DOI/CODI. No tumulto, sabendo que Ozawa podia ser capaz de fornecer informações que ajudariam a captura de outros importantes militantes por seu próprio DOPS, Fleury mandou que Ozawa deitasse no chão e pulou sobre seu peito, quebrando-lhe várias costelas. Fleury queria que Ozawa ficasse tão ferido que o DOI/CODI não pudesse torturá-lo para obter informações, caso o levassem à força do DOPS.⁴³²

O patrocínio do Esquadrão da Morte de São Paulo é elucidativo dessa competição, no caso, entre as Forças Armadas. A unificação do aparato repressivo ficou a cargo do Exército. Entretanto, a Marinha era a única força que possuía um órgão de informação e repressão antes da instalação da ditadura. O CENIMAR havia sido criado em 1955, enquanto que o CIE foi fundado em 1967 e o CISA, em 1968. Assim, para defender seus interesses, a Marinha passou a apoiar as ações clandestinas do delegado do DEOPS de São Paulo, Sérgio Paranhos Fleury, líder do Esquadrão da Morte nesse estado, composto principalmente por policiais. Inclusive,

⁴³¹ BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 3. ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, 1976. p. 37.

⁴³² HUGGINS, op. cit., p. 205-206.

essa força conferiu-lhe a medalha de “Amigo da Marinha”.⁴³³

Hélio Bicudo, procurador da Justiça do estado de São Paulo, em 1970, foi designado para averiguar as mortes ocasionadas pelo Esquadrão da Morte desse estado. Bicudo relata sua luta contra esse grupo de extermínio na obra *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*.⁴³⁴ Foram abertos oito processos, que envolviam em torno de trinta pessoas, entre eles delegados e diversos outros funcionários policiais. Um dos casos investigados pelo promotor foi a retirada de dez presos comuns do presídio Tiradentes, que, horas depois, foram executados, como vingança ao assassinato de um policial por um bandido. Fleury e mais nove policiais do Esquadrão estabeleceram que, para cada policial morto, dez bandidos seriam executados. *Guri*, o bandido que assassinou o policial, foi encontrado num matagal com 150 furos de bala. Entretanto, Fleury era praticamente intocável: em 1969, o Esquadrão da Morte matara o principal dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella; com sua morte, Joaquim Câmara Ferreira assumiu a liderança, sendo também assassinado pelo esquadrão, em 1970.

A CIA relatava, em 1971, que desde o ano de 1958, somente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo mais de mil pessoas haviam sido assassinadas pelos respectivos esquadrões.⁴³⁵ Segundo Elio Gaspari, “Fleury governava uma vala no cemitério de Perus, administrada por um policial do DOPS. Entre 1971 e 1973, nela enterraram-se como indigentes, com nomes falsos e até mesmo com as identidades verdadeiras pelo menos 25 pessoas que haviam sido capturadas com vida”.⁴³⁶ Porém, para Richard Helms, diretor da CIA, a população brasileira, devido ao número elevado de pequenos crimes cometidos, deveria perceber a atuação dos esquadrões como um “serviço público”.⁴³⁷ E grande parte da sociedade brasileira concordava com ele: em uma pesquisa de opinião, realizada em 1970, 54% das pessoas manifestaram-se contra suas ações, enquanto que 46% foram a favor.⁴³⁸

Por último, as ditaduras de Segurança Nacional colaboraram entre si, através da coordenação da repressão regional. O auge dessa modalidade foi a Operação Condor, mas, conforme vêm sendo apontado desde o início dessa dissertação, as conexões repressivas – com base nas premissas da Doutrina de Segurança Nacional – foram instaladas desde o golpe de Estado no Brasil, em 1964, inaugurando esse novo sistema na região. Com o golpe na Argentina, em 1976, todo o Cone Sul viu-se atingido por governos ditatoriais. Entretanto, a

⁴³³ SKIDMORE, op. cit.

⁴³⁴ BICUDO, op. cit.

⁴³⁵ HUGGINS, op. cit.

⁴³⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, op. cit., p. 388-89.

⁴³⁷ HUGGINS, op. cit.

⁴³⁸ GASPARI, op. cit.

colaboração repressiva vinha sendo realizada anteriormente e envolvia tanto governos democráticos quanto ditatoriais.

O Terrorismo de Estado teve como uma das suas características a extraterritorialidade. As ações repressivas desrespeitaram fronteiras nacionais, baseadas na concepção das “fronteiras ideológicas”, inseriram-se nas embaixadas e demarcaram as fronteiras como territórios controlados. As comunidades de exilados eram monitoradas e foram constantemente ameaçadas. Com a montagem da Operação Condor e com o golpe argentino, o Terrorismo de Estado estendeu seu braço para o último espaço de exílio na região.

Um fato preocupante para a ditadura brasileira, conforme já apontado, era o controle dos seus exilados. Inicialmente, o Uruguai foi o país escolhido; a partir do início da escalada autoritária nesse país, ele começou paulatinamente a ser abandonado pelos brasileiros. O Chile de Salvador Allende passou a atrair a denominada segunda geração de exilados, oriundos, principalmente, da luta armada, o principal “inimigo interno” da ditadura neste momento. Estima-se que em torno de três mil brasileiros encontravam-se nesse país quando do golpe de Estado, em 1973.⁴³⁹ De acordo com a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, agentes repressivos falando português estavam no Estádio Nacional de Santiago, interrogando e torturando brasileiros, chilenos e outros. Esse foi o caso de Maeth Boff, militante da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), após ter saído da VPR. Havia participado da “expropriação” do Banco do Brasil em Viamão, cidade vizinha a Porto Alegre. Em 1972, exilou-se no Chile. No dia 20 de setembro de 1973, ele e mais um amigo brasileiro, Adolfo Calvano, foram detidos e interrogados por três oficiais chilenos. Queriam obter informações sobre suas vidas no Brasil e suas atividades no Chile. Boff inventou para os oficiais que era professor de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e havia falado mal dos generais em sala de aula para os seus alunos. Assim, fora expulso e resolvera solicitar asilo político no Chile. Aparentemente, os militares acreditaram em sua história e o liberaram.

Porém, em novembro do mesmo ano, foi preso novamente. Preparando-se para repetir sua versão, foi interrompido pelo oficial chileno, aos gritos: “– Bueno, brasileño, ahora vai me contar a história verdadeira e non essas baboseiras de professorzinho que falou mal dos militares, aqui não somos tontos [sic]”.⁴⁴⁰ Maeth Boff começou a ser torturado, recebendo choques elétricos. A esse terror, somou-se outro: ao invés do portunhol do oficial chileno, ele

⁴³⁹ MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p. 283.

começou a escutar gritos do legítimo sotaque brasileiro de pessoas com pouca instrução:

– “Seu fia da puta... Vai falá ou não vai falá, seu fia da puta... Pensa que a gente não sabe quem você é, seu Laerte [codinome de Boff na VAR-Palmares] desgraçado. Agora te pegamos... Fala ou não fala?... Mais máquina que é para soltar. Você vai cantá ou vai pros tubarões, seu sem vergonha. Conta, mais máquina. Manivela aí!”

[...]

– “É, seu fia da puta, é isso aí, pra você aprendê. Nós estamos aqui para ensiná os colegas chilenos como se arranca a verdade de traidores como você. Você fala, sim. Você vai falá ou vai servir pros tubarões, seu fia da puta, desgraçado. Nós vamos mostrá como sai a verdade, entendeu tudo direitinho, viu?...”

[...]

– “[...] conta o que você fez em Porto Alegre, Laerte, como foi o assalto ao banco, seu assaltante. Tu acha que não sabemos, ta tudo aqui. Vou mostrá pros colegas chilenos como se arranca a verdade. Desembucha!...”⁴⁴¹

Após dois meses de prisão e tortura, Maeth Boff e Adolfo Calvano foram expulsos do Chile, e, ameaçados de que, caso retornassem, seriam executados. Boff recebeu asilo político na Holanda.

Este caso é apenas um exemplo da coordenação repressiva que se efetuou entre as ditaduras da região. O Brasil teve um papel central na exportação de técnicas coercitivas para os demais países do Cone Sul. Um deles foi o Uruguai, como será analisado a seguir.

3.2.2 A exportação de técnicas repressivas para o Uruguai

A escalada autoritária iniciada no Uruguai com a chegada de Pacheco Areco à presidência foi marcada pela intensificação do uso da repressão, assim como na qualificação da mesma. Para tanto, foi instalado um Estado policial, no qual a tortura foi usada de forma intensiva nos interrogatórios, e que teve seus serviços de inteligência modernizados, com a ajuda norte-americana, em primeiro lugar, mas também com a cooperação brasileira. A radicalização política dos anos 1960, originada pelo contexto de Guerra Fria e da vitória da Revolução Cubana, também tendeu para a direita. Grupos de extrema-direita, de atuação clandestina, surgiram nesse momento.⁴⁴² Mas foi durante a conturbada administração de

⁴⁴¹ MARIANO, op. cit., p. 283.

⁴⁴² Este foi o caso do grupo “fascista” que seqüestrou a exilada paraguaia Soledad Barret Viedma, em 1962. Diante da sua negativa em gritar “Viva Hitler y abajo Fidel”, teve uma suástica navalhada em cada coxa. Viria a ser assassinada, em Recife, em 1973, em uma operação onde se destacou o papel de um dos maiores traidores da luta armada, o cabo Anselmo.

Pacheco Areco que estes passaram a executar ações mais frequentes e de forma mais extremista. Dois grupos surgiram nesse contexto: o *Comando Caza Tupamaros* (CCT) e a *Juventud Uruguaya de Pie* (JUP). O primeiro tinha um caráter parapolicial, com a finalidade explícita de perseguir e executar guerrilheiros tupamaros. A JUP era formada por estudantes universitários de direita, que patrocinavam, principalmente, balbúrdias durante as manifestações pacíficas dos estudantes, a fim de que a polícia tivesse justificativa para agir e empregar o uso da violência. O Esquadrão da Morte uruguaio, ajudado pelos integrantes do Esquadrão da Morte brasileiro na montagem e qualificação da sua atuação, era formado, na sua maioria, por policiais, que agiam clandestinamente, realizando perseguições políticas. O governo autoritário era conivente com esses grupos clandestinos, já que “fueron instrumentos usados para comandar y controlar a las poblaciones civiles a través del uso del terror y parte de las estrategias de guerra no convencionales y una doctrina de seguridad nacional apoyada por las elites nacionales así como por Washington”.⁴⁴³

Os esquadrões da morte no Uruguai tiveram como finalidade primeira seqüestrar e assassinar pessoas com vinculações políticas, ao contrário do que ocorria no Brasil. Entretanto, as ações desses esquadrões transpassavam as vítimas diretas, disseminando o terror na sociedade e fomentando a gestação de uma “cultura do medo” que, com o golpe de 1973, tornou-se presente.

Pesquisas recentes demonstram que os esquadrões, coordenados pelos Ministérios do Interior e da Defesa, surgiram na Embaixada dos Estados Unidos em Montevidéu, apoiados por agentes da CIA que supervisionavam a polícia uruguaia, a *Dirección Nacional de Información y Inteligencia* (DNII).⁴⁴⁴ A montagem de um Estado policial no Uruguai contou, principalmente, com a modernização do seu serviço de inteligência e de repressão, no qual teve assessoria direta norte-americana, e do qual se utilizou da prática sistemática da tortura contra os opositores desse governo autoritário, personificado no agente encoberto da CIA, Anthony Dan Mitrione. Para Clara Aldrighi, “la escalada en la guerra sucia comenzó en enero del 69, cuando un ‘Comando Oriental Anticomunista’ atacó a un líder sindical de la Federación Uruguaya de la Salud”.⁴⁴⁵ Além disso, segundo a autora, o Esquadrão da Morte surgiu da rede de agentes da CIA logo após a execução de Mitrione pelos tupamaros. A partir do ano de 1971, “algunas de estas personas formaron un grupo aun más selecto que empezó a

⁴⁴³ MCSHERRY, op. cit., p. 112.

⁴⁴⁴ Inclusive a DNII foi financiada e monitorada por William Cantrell, agente encoberto da CIA que esteve no Uruguai de 1966 a 1970, o qual iniciou a prática da tortura nos interrogatórios contra presos políticos.

⁴⁴⁵ ALDRIGHI apud MCSHERRY, op. cit., p. 119.

llevar a cabo atentados y desapariciones específicas de los tupamaros y sus simpatizantes”.⁴⁴⁶

Ao menos cinco funcionários policiais de alto escalão foram integrantes do Esquadrão intermediados pela CIA: os inspetores Victor Castiglioni (diretor de inteligência da DNII) e Jorge Grau Saint Laurent; o comissário Hugo Campos Hermida (responsável pelas investigações da DNII, o Departamento 5); o oficial-inspetor Pedro Fleitas e o fotógrafo policial Nelson Bardesio. Além deles, colaboraram também o subsecretário do Ministério do Interior, Armando Acosta y Lara, o médico paraguaio Ángel Pedro Crosa Cuevas e o estudante Miguel Sofia, membro da JUP.

O primeiro detido-desaparecido do Uruguai foi o funcionário de *Sanidad Policial* Abel Ayala, de responsabilidade do CCT.⁴⁴⁷ Durante os governos autoritários que antecederam a ditadura, cabia a esses órgãos clandestinos a realização do “trabalho sujo”. Seu seqüestro ocorreu no mesmo dia da fuga do *Penal de Punta Carretas* de Raúl Bidegain, tupamaro, supostamente um dos responsáveis pelo seqüestro de Mitrione. Ayala teria sido detido por dois dias e interrogado sobre o desaparecimento de fichários da *Sanidad Policial* com nomes de funcionários dessa instituição que apareceram em uma casa após uma operação contra o MLN. A fuga e o seqüestro, no mesmo dia, levam a crer que a morte de Abel Ayala tenha sido uma represália contra a execução de Mitrione.

Duas semanas após seu desaparecimento, o esquadrão seqüestrou e assassinou, no dia 31 de julho de 1971 (um ano após o seqüestro de Mitrione), outro tupamaro suspeito de ter participado dessa ação: Manuel Ramos Filippini. Dias após, outro tupamaro, o estudante Héctor Castagnetto da Rosa, primo de outro suposto seqüestrador de Mitrione, que se encontrava preso, também foi detido pelo CCT. Está desaparecido até hoje. O embaixador norte-americano, Charles W. Adair, relatou ao seu Departamento de Estado a conversa que teve com o ministro do Interior, o brigadeiro Danilo Sena a respeito das operações do denominado “contraterrorismo” exercido pelos esquadrões:

el Ministro [...] planteó que Uruguay está ahora en guerra con los terroristas y que en esa lucha podría ser necesario recurrir a todo tipo de acciones. De otra manera, dijo el Ministro, cabía la posibilidad real de que el MLN a través del miedo pudiera sucesivamente paralizar y neutralizar a todos los elementos que se oponen a su intento de destruir las instituciones uruguayas.⁴⁴⁸

⁴⁴⁶ MCSHERRY, op. cit., p. 121.

⁴⁴⁷ Para esse caso e os demais, cf. ALDRIGHI, Clara. *La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973): el caso Mitrione*. Montevideo: Trilce, 2007. v. 1. p. 52-53. Para os casos dos desaparecidos, ver também URUGUAY. Presidencia de la República. *Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos*. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. t. 2. p. 40-49; p. 106-114.

⁴⁴⁸ United States of America. Department of State. CONFIDENTIAL 969 apud URUGUAY. Presidencia de la República. *Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos*, op. cit., t. 2. p. 45.

O último seqüestrado e assassinado pelo esquadrão foi o também tupamaro Ibero Gutiérrez, em 27 de fevereiro de 1972. Sua morte foi uma reação ao seqüestro realizado pelo MLN do policial Nelson Bardesio, ele próprio integrante do Esquadrão da Morte. Era fotógrafo policial e havia sido chofer do oficial da CIA em Montevideu, William Cantrell. Ao ser interrogado pelos tupamaros, Bardesio confirmou a existência de um Esquadrão da Morte dentro da polícia uruguaia. Os nomes anteriormente citados vinculados ao esquadrão também foram fornecidos por ele. Segundo o depoimento de Nelson Bardesio, este grupo de extermínio foi criado por ordens do ministro do Interior, sendo que ele foi recrutado com o argumento de que para combater os tupamaros era necessário realizar “una acción psicológica violenta”.⁴⁴⁹ Admitiu ter participado do desaparecimento de Héctor Castagnetto, assim como dos atentados a bomba nas casas da jornalista María Esther Gilio, do advogado Alejandro Artucio e do dirigente do Partido Comunista, Manuel Liberoff, sob as ordens do ministro do Interior, comprovando a responsabilidade de dirigentes do alto escalão do governo Pacheco Areco.

Em 1970, Nelson Bardesio enviou um grupo de cinco homens para receber treinamento no *Servicio de Inteligencia del Estado* (SIDE), em Buenos Aires. O responsável por essa operação foi Carlos Pirán, secretário pessoal de Pacheco Areco.⁴⁵⁰ Já em 1971, quando Acosta y Lara assumiu a subsecretaria do Interior, ordenou a Hugo Campos Hermida que entrasse em contato com funcionários da Embaixada do Brasil, para que fossem enviados policiais da DNII a esse país, com a finalidade de serem treinados no estilo “esquadrão”, conforme se apreende da confissão de Bardesio:

Tengo conocimiento de que una misión brasileña de alto nivel visitó Montevideo, entrevistándose con el jefe de policía, coronel tal y con el director tal, con el objetivo de estrechar relaciones entre la policía brasileña y la uruguaya. La misión brasileña ofreció incluso la instalación de un equipo de radiocomunicaciones directas entre Brasil y Montevideo. Ignoro si este proyecto se concretó. Siendo subsecretario del Ministerio del Interior Armando Acosta y Lara, el comisario tal fue llamado al despacho de éste y allí recibió instrucciones de tomar contacto con la Embajada de Brasil en Montevideo. Este hecho fue comentado por el propio tal. Como resultado de sus contactos, por lo menos dos funcionarios de tal viajaron a Brasil, para recibir entrenamiento estilo "escuadrón". A su regreso esos funcionarios trajeron 10 revólveres calibre 38, que fueron entregados a la JUP a través del Ministerio del Interior. Los dos funcionarios aludidos, cuyos nombres no recuerdo, pasaron a órdenes del paraguayo tal, asesor y hombre de confianza del secretario Acosta y Lara. A las órdenes de fulano, conjuntamente con el subcomisario tal (que es uno de los fallecidos) el oficial tal y el inspector tal, el capitán tal, el integrante de la JUP tal, y yo, esos funcionarios participaron en el secuestro y posterior asesinato de Héctor Castagnetto da Rosa. Declaro que todo lo

⁴⁴⁹ BARDESIO apud MCSHERRY, op. cit., p. 122.

⁴⁵⁰ LANGGUTH, A. J., op. cit.

antedicho es un fiel recuento de los hechos y admito mi participación en los mismos, y la responsabilidad consiguiente, para constancia de lo cual firmo.⁴⁵¹

O regresso desses dois funcionários ficou a encargo do paraguaio Ángel Pedro Crosas Cuevas, assessor e homem de confiança de Acosta y Lara, organizador da JUP. Quando voltaram, envolveram-se, efetivamente, no seqüestro e no desaparecimento de Héctor Castagnetto. A imprensa de esquerda uruguaia denunciava o contrabando de armas e munições da ditadura brasileira para integrantes do Esquadrão da Morte uruguaio:

[...] estamos en condiciones de denunciar que ha habido trasiego de armas de origen brasileño hacia el Uruguay. Las cápsulas de calibre 45 disparadas contra muchos locales del Frente Amplio, son de origen brasileño y distintas de las que tiene el ejército uruguayo, de origen norteamericano. [...] En uno de los locales del Frente Amplio se arrojaron granadas, una granada no explotó, la cobertura fue retirada rapidamente por la policía y era una granada de origen brasileño.⁴⁵²

Essas armas e explosivos plásticos chegavam ao Uruguai pela valise diplomática do Brasil e foram utilizadas principalmente nos atentados durante a campanha eleitoral de 1971 contra o *Frente Amplio*. Além dos atentados já citados promovidos pelo Esquadrão, também foram atingidos Comitês de Base do *Frente Amplio* e sedes de partidos apoiadores, livrarias, igrejas, entre outros.

Conforme Clara Aldrighi, essa conexão repressiva estabelecida entre Brasil e Uruguai, apontada por Bardesio, é confirmada por um documento secreto da Embaixada norte-americana em Montevideu enviado, em 1972, ao seu Departamento de Estado. Nele consta que, além da “‘abierta asistencia’ de Brasil y Argentina a las fuerzas policiales y militares uruguayas – millones de dólares en armas, municiones y vehículos – dichos países (y posiblemente también Paraguay) habían apoyado concretamente a los grupos ilegales del escuadrón de la muerte”.⁴⁵³ O documento é direto:

Este apoyo no llegó a través de los regulares canales militares sino más bien a través de los respectivos servicios de seguridad de cada país: la SIDE de Argentina y el Servicio Nacional de Información (SNI) de la Policía Federal de Brasil. Sabemos que existieron varios niveles de coordinación de inteligencia entre los servicios uruguayos y los de los países vecinos. La asistencia de este tipo proveniente de Argentina, fue en pequeña escala, limitada al entrenamiento de unos pocos oficiales. Se sabe que los brasileños han asesorado y entrenado oficiales uruguayos de la Policía y las Fuerzas Armadas involucrados en los grupos contraterroristas, que han ejecutado atentados con bombas, secuestros y también

⁴⁵¹ Documento Escuadrones de la Muerte del Uruguay. Disponível em: <<http://www.radio36.com.uy>>. Acesso em: 26 abr. 2007.

⁴⁵² Arismendi: desde el Brasil la CIA arma las bandas de JUP. *El Popular*, Montevideo, 10 nov. 1971, p. 3.

⁴⁵³ ALDRIGHI, Clara. *La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973): la construcción de un sistema represivo*. v. 2. (em fase de elaboração).

asesinatos de sospechosos de pertenecer a los grupos terroristas de extrema izquierda. Se ha informado que los brasileños han sostenido estas actividades proporcionando dinero, vehículos, armas, municiones y explosivos. También es sabido que oficiales militares uruguayos de alto nivel fueron instruidos en Brasil a fines de 1971 en las duras medidas que el gobierno brasileño ha usado contra su propia amenaza insurgente. Si este tipo de asistencia, particularmente la de Brasil, fue sin duda provechosa para activar los grupos clandestinos antiterroristas en Uruguay, existen serias dudas acerca de si estos grupos fueron por sí mismos efectivos contra los tupamaros y demás izquierdistas que constituyeron sus principales objetivos [...].⁴⁵⁴

A transferência do agente norte-americano Anthony Dan Mitrione do Brasil para o Uruguai, em 1969, é fundamental para a compreensão da conexão repressiva que foi estabelecida. Sua ida para Montevideu viabilizou que policiais brasileiros do Esquadrão da Morte também se deslocassem para essa cidade, passando a colaborar no treinamento que Mitrione oferecia aos agentes uruguayos.⁴⁵⁵ Outro elo essencial para o estabelecimento dessa conexão foi o comissário de polícia Hugo Campos Hermida. Treinado pela CIA e recrutado para operações especiais, foi recomendado pelo próprio Mitrione para realizar cursos de inteligência em Washington, na Academia Internacional de Polícia. Ali, recebeu instruções em “investigação de atividades terroristas”. Campos Hermida também assistiu a cursos de treinamento no Brasil para a realização de operações tipo “esquadrão da morte”.⁴⁵⁶ Ele foi o responsável pelo envio de dois funcionários policiais ao Brasil, a fim de receberem treinamento.

Dessa maneira, a CIA, além de realizar treinamentos diretamente com oficiais e policiais latino-americanos, também promoveu o intercâmbio entre os aparatos repressivos da região, cabendo à ditadura brasileira um papel primordial, devido ao acúmulo de experiências adquiridas no combate interno:

La CIA [...] a principio de los 70 trajo matones de los Escuadrones de la Muerte desde Brasil a Uruguay y Argentina donde se encontraron con personal policial, ayudaron a organizar nuevos Escuadrones en esos países y enseñaron sus métodos de secuestro y tortura. Oficiales de la CIA coordinaron encuentros entre el famoso operativo brasileño Sergio Fleury y oficiales de la policía en Montevideo y Buenos Aires. [...] La CIA también arregló encuentros entre oficiales de derecha brasileños y oficiales chilenos anti-Allende a principio de los 70 y puso en contacto a policías y militares de varios países para obtener provisiones de armas y explosivos.⁴⁵⁷

Várias foram as denúncias sobre a participação da ditadura brasileira no treinamento

⁴⁵⁴ Embajada de EEUU en Montevideo a Departamento de Estado, "Review of Uruguayan Internal Security Situation", 1.12.1972, secreto, NARA.RG59, box 2662 apud ALDRIGHI, op. cit.

⁴⁵⁵ PADRÓS, op. cit.

⁴⁵⁶ MCSHERRY, op. cit., p. 121. No marco da Operação Condor, Campos Hermida passou a exercer suas ações contra a comunidade de exilados uruguayos na Argentina.

⁴⁵⁷ Ibid., p. 120.

dos agentes uruguaios. A tortura, base do sistema repressivo da ditadura, conforme já visto, juntamente com o Esquadrão da Morte, foi uma das práticas coercitivas mais exportadas para a região. Porém, pesquisar as conexões repressivas não é tarefa simples, ainda mais a partir de um país que tem como política a não-abertura dos seus arquivos, ou seja, o que constitui mais um dos desafios da História do Tempo Presente. Grande parte das informações conhecidas sobre o intercâmbio repressivo entre os países da região não provém do Brasil.

A tortura como prática contra presos políticos começou no Uruguai no ano de 1966, segundo as pesquisas de J. Patrice McSherry,⁴⁵⁸ a partir da chegada do agente da CIA William Cantrell, que conseguiu impô-la como técnica nos interrogatórios, persuadindo Alejandro Otero a adotá-la, visto que, anteriormente, este era contrário ao uso da tortura contra prisioneiros. Já Philip Agee⁴⁵⁹ assinala que, desde a greve geral de 1965, a tortura foi utilizada contra presos políticos. Conforme Padrós, o *Jornal do Brasil*, em 1979, informava que “a polícia brasileira participou das torturas no Uruguai, esteve presente nas salas de interrogatório há algum tempo. O delegado Sérgio Fleury participou, junto com militares uruguaios, da invasão da Universidade de Montevideú em 1968”.⁴⁶⁰

Supostamente, várias vezes o delegado Fleury teria se dirigido ao Uruguai, tanto para o treinamento de agentes quanto para situações nas quais brasileiros estivessem envolvidos. Assim, ele teria estado em 1968, conforme visto anteriormente, durante a invasão da *Universidad de la República*; por ocasião do “esquema da fronteira”, montado pela ALN, como foi visto no capítulo 2; durante o seqüestro do cônsul brasileiro pelos tupamaros, teria se dirigido pessoalmente a fim de prestar ajuda à força policial uruguiaia; além de ministrar cursos sobre a utilização da tortura e das operações do Esquadrão da Morte. Os tupamaros, ao interrogarem Mitrión, buscaram estabelecer uma relação entre este agente e o delegado do DOPS de São Paulo:

- La violencia en Brasil es aún más fuerte que en Uruguay, en Guatemala...
- Tupamaro 1: Se acepta, ¿no? Quizás, la vida humana sea más barata que acá. Estoy seguro de que Uruguay es diferente. Pero acá también se tortura. En Brasil es horrible. Me gustaría matar al señor Fleury.
- Tupamaro 2: ¿Lo conoce a Fleury?
- Tupamaro 1: Es el jefe de policía del escuadrón especial.
- Mitrión: ¿En Río? ¿Cómo se llama?
- Estuvo acá enseñando cuatro o cinco meses atrás ¿sabe? El escuadrón de la muerte.
- ¿Sí?
- No pudimos encontrarlo.⁴⁶¹

⁴⁵⁸ MCSHERRY, op. cit.

⁴⁵⁹ AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

⁴⁶⁰ PADRÓS, op. cit., p. 712.

⁴⁶¹ ALDRIGHI, Clara. *La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973)*: el caso Mitrión, op. cit., p.

Porém, conforme o jornalista Percival de Souza, responsável pela biografia de Sérgio Fleury, o delegado se ressentia do treinamento oferecido pelos norte-americanos aos policiais brasileiros:

Mitrione esteve secretamente em várias repartições militares e policiais, entre as quais o Dops de São Paulo. Mas ninguém acreditou que tivesse alguma coisa a mais para aprender com o americano. O delegado Sérgio Fleury chegou a considerar-se ofendido, achando um absurdo alguém imaginar que ele pudesse ser aluno de outro, ainda mais de gente de fora, sobre formas eficientes de conseguir informações bem depressa. Foi assim até o dia em que um policial segredou ter saído do Dops muito cansado e ter precisado, ao chegar em casa, que sua mulher providenciasse imersão de seus pés e mãos em salmoura. Estavam inchados de tanto que ele batera num prisioneiro. Esse agente interessou-se pelas técnicas, principalmente a aplicação de choques elétricos.⁴⁶²

Os agentes repressivos brasileiros consideravam-se professores na técnica da tortura, e não mais alunos, capazes de exportá-la para os demais sistemas repressivos da região, conforme depoimento de Haroldo Borges Rodrigues Lima, ao relatar a sua sessão de interrogatório e tortura:

As torturas continuaram sistematicamente. E a essas se aliavam as ameaças de me levarem a novas e mais duras sevícias, a mim descritas minuciosamente. Diziam, com muito orgulho, que sobre o assunto já não tinham nada a dever a qualquer organização estrangeira. Ao contrário, informaram-me, já estavam exportando “know-how” a respeito.⁴⁶³

Assim, um dos sistemas que foi exportado para os países da região foi o do DOI-CODI, que trazia no seu cerne o uso da prática da tortura contra os oponentes da “segurança nacional”. Percebido como uma verdadeira criação brasileira, devido às suas operações “peculiares e perfeitamente adaptadas ao ambiente da contra-subversão no Brasil”,⁴⁶⁴ logo passou a ser exportado:

Para todos os brasileiros que tiveram oportunidade de manter contato com os oficiais de informação do exército argentino, chileno e uruguaio, é reconfortante ouvir o testemunho desses oficiais que, ao estudarem o nosso SISSEGIN [Sistema de Segurança Interna], sentem que estamos certos e ficam admirados de ser ele uma criação inteiramente nossa. O Chile e o Uruguai adotaram em seus países um sistema semelhante ao nosso, adaptados às leis e às peculiaridades existentes em cada um deles. Os resultados da contra-subversão e do contraterrorismo são evidentes nesses dois países. A Argentina continua a combater a subversão e o

98-99.

⁴⁶² SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000. p. 481.

⁴⁶³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*, op. cit., p. 33.

⁴⁶⁴ *Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. Documento classificado como secreto. [1974?]. Capítulo 2, fls. 27 apud FICO, op. cit., p. 135.

terrorismo através de suas forças policiais e não tem tido os êxitos esperados, em que pese todas as medidas sócio-econômicas, aliadas a outras de caráter liberal que aquela nação irmã vem adotando.⁴⁶⁵

O sistema de informação brasileiro, reconhecido no Cone Sul pela sua eficácia e eficiência, passou a receber militares de outros países para a aplicação de seus cursos teóricos e práticos, conforme aponta o ex-agente do serviço de inteligência de São Paulo e do Comando Militar do Planalto, Marival Chaves:

muitos guerrilheiros brasileiros, sem sabê-lo, eram seguidos por equipes conjuntas de militares brasileiros e estrangeiros no Rio de Janeiro e São Paulo. Essas equipes acompanhavam seus movimentos e contatos, vigiavam suas casas e recolhiam dados que depois se utilizavam na repressão.⁴⁶⁶

A fim de aprimorar a comunidade de informações, o SNI criou, em 1971, a Escola Nacional de Informações (EsNI), freqüentada por militares e civis. Em torno de 120 pessoas eram formadas na EsNI, sendo que, aproximadamente, 90 eram civis.⁴⁶⁷ Além de ministrar aulas para os funcionários do Centro de Informações do Exterior (CIEEx) e das Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos ministérios civis, analisado no capítulo anterior, a EsNI treinava também agentes de outros países, utilizando, inclusive, os denominados “cachorros”, guerrilheiros que haviam passado para o lado da repressão – caso do cabo Anselmo –, na condução das aulas:

A Escola Nacional de Informações [...] desenvolveu um *know-how* assimilado pelos órgãos de informação das Forças Armadas, para operações conjuntas, e das polícias de alguns estados, e também para [...] Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Agentes de informação dos cinco países estiveram cursando a EsNI em Brasília. Parte do currículo era ministrada por alunos de curso de guerrilha em Cuba e ex-integrantes de organizações de esquerda optantes da luta armada. O ex-marinheiro José Anselmo dos Santos, ex-VPR, com trânsito suficiente para relacionar-se com Carlos Marighella, Carlos Lamarca e Onofre Pinto, convertido em espião entre os ex-companheiros numa ação conjunta do Cenimar com o delegado Sérgio Fleury, foi um entre muitos deles. Seus alunos assistiam às aulas encapuzados. Ele também usava capuz. O intercâmbio permitiu ao SNI obter preciosas informações em todos os países vizinhos, sendo que essa infiltração, em especial no Chile, na Argentina e no Uruguai, foi desastrosa para guerrilheiros e foragidos, atraídos com maestria, emboscados, mortos e desaparecidos.⁴⁶⁸

Desse modo, a ditadura brasileira nos seus ditos “anos de chumbo”, elaborou e aperfeiçoou o seu sistema repressivo para combater o seu novo “inimigo interno” – a luta armada. Entretanto, sua experiência adquirida no embate interno acabou sendo exportada para

⁴⁶⁵ *Sistema de Segurança Interna*. SISSEGIN. Documento classificado como secreto. [1974?]. Capítulo 2, fls. 44-45 apud FICO, op. cit., p. 135.

⁴⁶⁶ CHAVES apud PADRÓS, op. cit., p. 713.

⁴⁶⁷ FICO, op. cit.

⁴⁶⁸ SOUZA, op. cit, p. 477.

os demais países do Cone Sul que, apesar de ainda possuírem governos democráticos, estavam começando a ser atingidos pelas premissas da Doutrina de Segurança Nacional, patrocinadas pelos Estados Unidos. O Brasil colaborou com a exportação de técnicas repressivas, alimentando o futuro Terrorismo de Estado que seria instalado durante as ditaduras nesses países. No caso específico do Uruguai, o modelo do “Esquadrão da Morte” e a prática da tortura contra presos políticos foram as grandes contribuições da ditadura para esse governo que, paulatinamente, estava implementando medidas coercitivas que configurariam a ditadura uruguaia como terrorista.

Os “anos de chumbo” no Brasil, decorrentes da maturação de um processo que, paulatinamente, tendia ao aumento do uso da violência e da força, foi o período de sistematização e generalização das práticas repressivas, como tortura, seqüestros, assassinatos e desaparecimentos. Mas, para se compreender esse aumento repressivo no regime, é imprescindível não esquecer o “milagre econômico”, que ocasionou que as camadas médias e altas passassem a legitimar o regime (e logo, a repressão) e também levando à pauperização cada vez maior das camadas pobres da população brasileira. “Chumbo” e “milagre” coexistiram nesse período; as marcas dos dois ainda estão presentes na história recente brasileira.

A deflagração da luta armada no Brasil foi o motivo alegado pela ditadura para ampliar e sofisticar o aparato repressivo, principalmente através da sua unificação. Apesar de oposição e Estado estarem imbricados numa relação dialética de forças, que, nos “anos de chumbo” traduzia-se como luta armada e aparato repressivo, a decretação do AI-5 ocorreu em função do acirramento dos conflitos políticos e sociais estabelecidos ao longo de 1964-1968, com ênfase no último ano. O novo “inimigo interno” da ditadura – a luta armada – era necessário para justificar o aumento da violência ditatorial e a utilização de práticas coercitivas – as estratégias de implantação de terror, nas palavras de Irene Cardoso – que promoveram o Terrorismo de Estado no Brasil.

Na Doutrina de Segurança Nacional, a aplicação de suas premissas levava à conversão da violência estatal em Terrorismo de Estado, amparada em uma legalidade arbitrária ou em ações de grupos clandestinos, trazendo essa dualidade inserida na sua própria lógica de

dinâmica funcional. O terror passou a ser a mediação entre Estado e sociedade, em nome da pretensa “segurança nacional”. Esse terror instalado nas ditaduras visava, através da “pedagogia do medo”, fomentar e disseminar na sociedade a “cultura do medo”, gerando o amedrontamento, o auto-silenciamento, o auto-isolamento, a aniquilação da vontade de resistência ou de transformação. Além disso, um dos seus elementos mais perversos foi o de querer chamar a população para dentro do aparato repressivo, ou seja, transformar os cidadãos em agentes do próprio Estado. Desse modo, práticas como a suspeição e a delação tornaram-se comuns.

O conceito de Terrorismo de Estado para caracterizar a ditadura brasileira ainda não foi difundido na academia⁴⁶⁹ e na sociedade, ao contrário do que ocorre na Argentina, no Uruguai e no Chile. Apesar de não ter alcançado a extensão desses países, a dinâmica do Terrorismo de Estado, enquanto política de controle e de dominação social, possuiu um núcleo comum em todas as ditaduras de Segurança Nacional. O uso intensivo da tortura, os desaparecimentos, os esquadrões da morte e a extraterritorialidade da repressão estiveram presentes também no Brasil. Inclusive, em relação à atuação fora das fronteiras, a ditadura brasileira, desde o seu nascimento, exerceu essa prática.

Nos “anos de chumbo”, as “fronteiras ideológicas” foram abandonadas, pois essas significavam uma vinculação maior aos Estados Unidos do que o Brasil almejava nesse momento. Baseado no “milagre econômico”, formou-se a noção de um “Brasil potência”, que necessitava se expandir para a América Latina. Assim, a ditadura brasileira buscava uma melhor posição tanto no subcontinente latino-americano quanto no capitalismo dependente. O Brasil passou a ser percebido como o principal aliado dos Estados Unidos na região – o *country-key* – levando vários autores, entre eles Paulo Schilling, a denunciar o subimperialismo brasileiro e a sua posição de “satélite privilegiado”, demonstrando o poder de ameaça ideológica, expansionista, militar e econômica na região.

Dessa maneira, estavam justificadas as intervenções brasileiras na Bolívia de Torres, no Chile de Allende e no Uruguai do desestabilizador *Frente Amplio* (este será analisado no próximo capítulo). Assim, a metodologia repressiva interna desenvolvida pela ditadura brasileira passou a ser exportada para o Cone Sul e, quando necessário, intervia diretamente, pondo em ação sua máquina repressiva. No caso do Uruguai, os primeiros esboços do Terrorismo de Estado importados durante o governo autoritário de Pacheco Areco e que se

⁴⁶⁹ Pesquisadores brasileiros estão começando a se referir à promoção do Terrorismo de Estado durante a ditadura brasileira de Segurança Nacional. São os casos de Marcelo Ridenti, professor da UNICAMP (palestra realizada em Porto Alegre no dia 12 de setembro de 2008), de Diorge Konrad, professor da UFSM, e de Céli Regina Pinto, professora da UFRGS (palestras proferidas em Porto Alegre no dia 19 de novembro de 2008).

ampliariam durante o governo de Bordaberry foram o estilo dos esquadrões da morte e os treinamentos na área de informação e repressão, com destaque para a prática da tortura. Essas ações eram um reflexo dos “anos de chumbo”, iniciados com a decretação do AI-5, que qualificou e exportou a sua repressão na luta contra-insurgente, elemento que contribuiu para caracterizar a ditadura brasileira como um sistema político fundamentado no Terror de Estado, além de fomentar práticas que seriam sistematizadas durante a ditadura uruguaia.

4 CUIDANDO DO “INIMIGO INTERNO” DO OUTRO PAÍS: A PRESENÇA DA DITADURA BRASILEIRA NO URUGUAI (1968-1973)

Mi Gobierno no tuvo otra alternativa que disponer las Medidas Prontas de Seguridad, en respuesta al deber constitucional de defender y asegurar el orden público y la tranquilidad interior.
Jorge Pacheco Areco⁴⁷⁰

*Cielito, cielo, cielito,/ cielito a la descubierta,
las botas del miedo pasan/ por una calle desierta.*
Cielito de los muchachos, Mario Benedetti e Daniel Viglietti⁴⁷¹

*En el Brasil, la euforia del sistema se la denomina “ufanismo”.
Aquí no hay “ufanismo” posible, aquí no hay ninguna victoria, ningún
éxito económico, ningún tipo de recurso movilizad, ningún proyecto
ambicioso, nada. Aquí no hay “ufanismo”, aquí lo que hay es “afanismo”.*
Eduardo Galeano⁴⁷²

Com a chegada à presidência de Jorge Pacheco Areco, em dezembro de 1967, iniciou-se um crescente autoritarismo no Uruguai, com a utilização constante de medidas de exceção, técnicas repressivas e violência política. Durante o período da escalada autoritária neste país – que se estende até o golpe de Estado, em 1973 –, começaram a se manifestar os elementos que posteriormente seriam utilizados pela ditadura, e que a caracterizam como um regime baseado na promoção do Terrorismo de Estado. Isso faz com que o período autoritário que se iniciou com Pacheco Areco e continuou durante o governo do presidente golpista, Juan María Bordaberry, seja denominado como o do “golpe de Estado mais longo”, “golpe em câmara lenta”, “governo semi-ditatorial” ou, ainda, de “ditadura constitucional”.⁴⁷³

O autoritarismo exercido por tais governos antecipou um regime de medo e de terror, na medida em que foi durante este período que houve a gestação dos elementos do Terrorismo de Estado, acabando por sistematizar e transformar em política de Estado a sua utilização, a partir do golpe de 1973. Assim, os elementos que depois seriam utilizados pelo Estado

⁴⁷⁰ Análise de sua gestão ao completar um ano (23 de dezembro de 1968). Apud CRAVIOTTO, Wilson. *Jorge Pacheco Areco: la obra de un estadista*. Montevideo: [s. n.], 1988. p. 20.

⁴⁷¹ Escritor e compositor uruguaio, respectivamente. Do álbum *Canciones chuecas*, de 1971.

⁴⁷² Escritor e jornalista uruguaio. Apud CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. *Alto el fuego: FF.AA. y tupamaros*. 3. ed. Montevideo: Monte Sexto, 1986. p. 165.

⁴⁷³ Cf. JELLINEK, Sergio; LEDESMA, Luis. *Uruguay: del consenso democrático a la militarización estatal*. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1980; ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984; VARELA, Gonzalo. *De la república liberal al Estado militar: crisis política en Uruguay: 1968-1973*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1988. CORES, Hugo. *El 68 uruguayo*. Los antecedentes. Los hechos. Los debates. Montevideo: Banda Oriental, 1997.

ditatorial – tortura, censura, seqüestros, desaparecimentos, repressão aos trabalhadores e aos estudantes – se encontravam presentes, paradoxalmente, durante o período democrático. Quando a política do Terrorismo de Estado foi acionada no Uruguai, o regime de exceção já possuía o aparato repressivo necessário, tanto por causa da sua experiência interna, quanto pela cooperação dos Estados Unidos e da ditadura brasileira.

A utilização de medidas que, paulatinamente, configurariam o Uruguai como um Estado que recorria ao autoritarismo para impor suas decisões e a necessidade do golpe de Estado foram justificadas pela atuação da guerrilha tupamara. Entretanto, essas duas afirmações precisam ser relativizadas. A escalada autoritária ocorreu como resposta às mobilizações sociais, decorrentes da recessão econômica e da deterioração que o Uruguai atravessava. O Estado conseguia conter essas manifestações somente por meio do uso da violência, pois, conforme Alain Rouquié, “o desmantelamento do Estado de compromisso começou. E não pode efetuar-se sem violência”.⁴⁷⁴ Desse modo, os confrontos mais diretos executados pelos tupamaros foram resultado do autoritarismo, e não produtor deste. A guerrilha também foi utilizada como justificativa para o golpe preventivo de Estado. Porém, esta modalidade de luta já havia sido desestruturada um ano antes. Eram a formação do *Frente Amplio*, o seu crescimento político-eleitoral e a eleição de uma importante base parlamentar, assim como a intensa atuação dos movimentos sociais, que preocupavam os setores conservadores e as Forças Armadas. Dessa forma, o golpe preventivo foi dado no Uruguai no dia 27 de junho de 1973; entretanto, de forma não-usual entre as ditaduras do Cone Sul, foi o próprio presidente democraticamente eleito quem chamou os militares para compor o seu governo.

Enquanto o Uruguai atravessava um período de escalada autoritária – que acabaria conduzindo-o para o Terrorismo de Estado – o Brasil vivenciava os “anos de chumbo”, momento no qual o Terror se fez presente na ditadura. A qualificação da repressão no plano interno, a emergência do “Brasil potência” e do “milagre econômico” e o seu projeto expansionista fizeram com que a ditadura brasileira passasse a se ocupar com maior rigor do que estava ocorrendo com seus países vizinhos. No caso do Uruguai, a colaboração e a cooperação brasileira eram bem-vindas, como demonstrado no capítulo anterior. Os “inimigos internos” que o Uruguai enfrentava durante os conturbados anos 1960 passaram a ser inimigos em potencial do governo brasileiro: luta armada, *Frente Amplio*, trabalhadores, estudantes, intelectuais e artistas engajados também se tornaram alvo de vigilância dos órgãos de

⁴⁷⁴ ROUQUIÉ, op. cit., p. 279.

inteligência brasileiros. Cabe destacar que a ênfase dada aos tupamaros e ao *Frente Amplio* ao longo deste capítulo deve-se em função de os primeiros terem sido protagonistas no caso do seqüestro do cônsul brasileiro em Montevideú, e o segundo, por oferecer uma possível ameaça à segurança nacional do Brasil, levando a ditadura a elaborar a Operação Trinta Horas.

A presença da ditadura brasileira no Uruguai manifestou-se em vários momentos. Um episódio que pôs em perigo a relação harmoniosa entre os dois governos foi o seqüestro do cônsul brasileiro em Montevideú, Aloysio Dias Gomide, pelos tupamaros, em 1970. Diante das negativas do governo uruguaio em negociar com a guerrilha, a ditadura ameaçou intervir, chegando a instalar tropas na fronteira do estado do Rio Grande do Sul. Outro momento foi durante as eleições presidenciais de 1971. O *Frente Amplio* constituiu-se em uma nova força política, ameaçando romper o bipartidarismo de *Blancos* e *Colorados*. Para tanto, o Brasil montou a Operação Trinta Horas, dispositivo que não precisou ser acionado devido à derrota dessa frente nas eleições. Por fim, a ditadura brasileira auxiliou o golpe de Estado no Uruguai, em 1973, ajudando a implantar uma ditadura que se estendeu até 1985 e que se fundamentou nas premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e no Terrorismo de Estado para perseguir seus cidadãos.

4.1 O *PACHECATO* E O INÍCIO DA ESCALADA AUTORITÁRIA NO URUGUAI (1968-1972): O ENSAIO DO TERRORISMO DE ESTADO E A COLABORAÇÃO COM A DITADURA BRASILEIRA

Na década de 1960, o modelo econômico e social que fazia com que o Uruguai fosse conhecido como “Suíça da América” começou a desmoronar. O Estado tinha uma participação bastante efetiva na sociedade uruguaia, principalmente no tocante a ações indiretas de distribuição de renda (serviços sociais de qualidade e gratuitos) e na concessão de direitos trabalhistas, se comparado com o restante da América Latina. Possuindo uma economia voltada para a exportação de produtos primários, com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a curta duração da Guerra da Coréia, o “Estado de bem-estar social” não conseguiu mais se sustentar, levando a uma gradual estagnação da economia e a uma conseqüente deterioração social. A crise econômica acabou por abalar os alicerces da democracia uruguaia, considerada uma das mais sólidas da América Latina.

O crescente empobrecimento da população acirrou cada vez mais as tensões sociais. Foi neste quadro de contradições que se inseriu a marcha dos *cañeros* – plantadores de cana-de-açúcar do departamento de Artigas, no norte do Uruguai –, em 1962, rumo a Montevideu. A população da capital acabou surpreendida com uma realidade socioeconômica completamente desconhecida por ela. Conforme Alain Rouquié, o Uruguai tinha, nesse momento, “uma sociedade do tipo europeu, baseada em uma agricultura tipicamente latino-americana: um consumo desenvolvido, que depende de uma produção subdesenvolvida”.⁴⁷⁵ Enquanto que os trabalhadores urbanos,⁴⁷⁶ apesar da crescente recessão pela qual estavam atravessando, possuíam altos índices salariais, garantias sociais e trabalhistas e baixas taxas de analfabetismo, para os camponeses isto era inexistente. Estes não eram contemplados pelas políticas sociais do Estado.

Porém, os *cañeros* não possuíam uma proposta somente de reformas sociais e de melhorias para o campo. Suas reivindicações iam ao encontro de demandas mais profundas, dentre elas, a questão da reforma agrária. Essas reivindicações acabaram se unindo a de outros setores da população, que estavam ocupando fábricas e aderindo a greves. Assim, essa confluência de interesses acabou por fomentar a consciência de classe entre estes trabalhadores, que acabaram por fundar, então, a *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT), em 1966.⁴⁷⁷

Foi nessa conjuntura de recessão econômica, de radicalização política e de lutas sociais que ocorreu o pleito eleitoral para a presidência em 1966. Oscar Gestido,⁴⁷⁸ candidato do *Partido Colorado*, recebeu a maior votação, pois a população uruguaia considerava que um presidente com um caráter íntegro resolveria a crise que o país enfrentava. Entretanto, tal situação não ocorreu: a sociedade paulatinamente começou a perceber que seriam necessárias mudanças nas estruturas para reverter esse quadro. Na concepção de Milita Alfaro, “o insucesso da administração Gestido sintetiza o esgotamento definitivo do Uruguai

⁴⁷⁵ ROUQUIÉ, op. cit., p. 278.

⁴⁷⁶ É importante destacar que, na época (e até hoje), a capital uruguaia concentrava em torno de 50% da população do país.

⁴⁷⁷ Muitos depoimentos da época atestam a versão de que o golpe de Estado no Brasil, em 1964, e o fracasso da deflagração de uma greve geral pelo movimento sindical como forma de enfrentamento ao golpe levaram os sindicalistas uruguaio a adotarem uma postura de alerta perante essa possibilidade. Uma dessas medidas foi a primeira reunião da *Convención Nacional de Trabajadores*, em 1964, que culminaria com a sua fundação em 1966. Cf. PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁴⁷⁸ Gestido era um militar que atuou no Exército e na Aeronáutica. Em 1951, foi nomeado inspetor geral do Exército e, em 1961, passou para a reserva.

reformista”.⁴⁷⁹ Oscar Gestido ficou pouco tempo no poder: em dezembro de 1967, faleceu, assumindo, em seu lugar, o vice-presidente, Jorge Pacheco Areco.

O ano de 1968 marcou o cenário mundial. Este foi um ano de contestações, de agitações e de propostas revolucionárias, tanto no campo socioeconômico quanto no cultural. O maio de 68, que iniciou como um confronto geracional – adquirindo rapidamente um conteúdo político e social –, logo se difundiu da França para o restante do mundo, assim como também expandiu o conteúdo das suas propostas. Além disso, as manifestações contra a guerra do Vietnã (antecipando a derrota no conflito) marcaram o ano de 1968; aliás, uma das críticas desse agitado período era em relação ao *american way of life*, ou seja, o modelo de vida exportado pelos Estados Unidos para os países aliados ao bloco capitalista na conjuntura da Guerra Fria. No caso da América Latina, a derrota dos Estados Unidos no Vietnã teve uma intensa repercussão: era a derrota do país imperialista que dominava e explorava esse subcontinente. O outro elemento de fundamental importância para a compreensão da radicalização da luta política na América Latina foi o anterior êxito da Revolução Cubana, em 1959, e a sua sobrevivência nos anos 1960, o que proporcionou um ideário possível de transformações e revoluções. Somou-se à experiência e às aspirações da esquerda latino-americana a guerrilha de Ernesto Che Guevara, expressão, para muitos, da possibilidade revolucionária na região. Nesse sentido, o 1968 latino-americano teve um diferencial em relação ao restante do movimento mundial, decorrente das suas especificidades históricas: a denúncia e a contestação aos modelos econômicos de exploração e de dominação política impostos no subcontinente – no âmbito local, a luta antioligárquica; no mundial, a luta contra o imperialismo norte-americano.

No Uruguai, o ano de 1968 foi marcado pelo início da escalada autoritária, com a ascensão ao poder de Jorge Pacheco Areco. Desde a década de 1960, intelectuais de esquerda já estavam questionando a visão tradicional que a sociedade uruguaia tinha a respeito do seu país.⁴⁸⁰ Denunciavam que a “Suíça da América” era ilusória, pois, além da recessão que o Estado vinha sofrendo, este modelo nunca chegou ao campo e tampouco impediu que grande parte da população de Montevideu habitasse na periferia da cidade, em favelas – os *cantegriles*.⁴⁸¹ Essa ilusão também afastava o entendimento de que o Uruguai pertencia à América Latina, possuindo uma história em comum com os demais países, além das mesmas mazelas, herdadas tanto da exploração colonial e das oligarquias que ainda permaneciam no

⁴⁷⁹ ALFARO apud PADRÓS, op. cit., p. 271.

⁴⁸⁰ VARELA, op. cit.

⁴⁸¹ O termo é uma clara ironia ao fato de que *Cantegril* é o nome do bairro das camadas altas de Punta del Este, que, por sua vez, é o balneário mais sofisticado do Uruguai, vinculado aos setores dominantes.

poder, quanto daquelas decorrentes da relação com a grande potência capitalista. Essa mudança de percepção pode ser notada, entre outros, tanto na música uruguaia feita nesse período⁴⁸² – o denominado *Canto Popular* –, quanto no núcleo e no entorno do semanário *Marcha*, ambos vinculados ao pensamento de esquerda. Mas, com o crescente autoritarismo, vinha a resistência, pautada, muitas vezes, pelo ideário da revolução: “el año 68 mostró dos aristas de un movimiento histórico; por un lado, la resistencia ante el crecimiento del autoritarismo y – a la vez – instaló el debate acerca de las posibilidades, desde esa resistencia, de una revolución socialista en Uruguay”.⁴⁸³

As primeiras medidas da nova administração foram a dissolução de partidos políticos vinculados à esquerda, tais como o *Partido Socialista*, a *Federación Anarquista Uruguaya*, o *Movimiento Revolucionario Oriental*, o *Movimiento de Acción Popular Uruguaya* e o *Movimiento de Izquierda Revolucionario*, e o fechamento dos periódicos *Época* e *El Sol*, acusados de serem subversivos. A violência foi a principal ação política do governo Pacheco Areco, voltada principalmente contra os setores populares, os trabalhadores e os estudantes. O presidente, a fim de conter o processo inflacionário no Uruguai, começou a seguir cada vez mais as diretrizes impostas pelo Fundo Monetário Internacional (o país estava filiado ao FMI desde 1949). Para tanto, era necessário restringir os direitos dos trabalhadores e seus benefícios salariais,⁴⁸⁴ situação essa que foi totalmente rejeitada pela população. Os trabalhadores uruguaio já haviam alcançado um alto nível de consciência de classe, e não estavam dispostos a permitir a perda de seus direitos. O uso generalizado e intensivo de medidas de exceção que restringiam as liberdades individuais durante, no máximo, trinta dias, as *Medidas Prontas de Seguridad*, foi um dos traços mais marcantes desse governo. A través delas, a administração Pacheco Areco começou a criminalizar as manifestações pacíficas de contestação ao regime, através do seu uso constante e ilegal.

Previstas na constituição uruguaia, as medidas de exceção já haviam sido utilizadas durante a administração anterior. Entretanto, o governo Pacheco Areco caracterizou-se pela banalização do seu uso, principalmente no combate contra os movimentos sindical e estudantil. Assim, essa administração propiciou, paulatinamente, a implantação de medidas

⁴⁸² *A desalambarrar*, canção composta por Daniel Viglietti em 1967 e lançada em 1968, tem, na versão original, a preocupação da questão da terra e da reforma agrária num âmbito nacional: “Si molesto con mi canto/ a alguien que ande por ahí/ le aseguro que es un gringo/o un dueño del Uruguay”. Já no mesmo ano do lançamento, Viglietti “latino-americaniza” esta canção: “Si molesto con mi canto/ a alguien que no quiera oír/ le aseguro que es un gringo/ o un dueño de este país”. Inclusive o cantor e compositor chileno Víctor Jara, em 1969, gravou a segunda versão de *A desalambarrar*, apresentando-a em praticamente todos os shows que participava na América Latina (Cuba, México, Peru).

⁴⁸³ CORES, op. cit., p. 9.

⁴⁸⁴ É importante destacar que o Estado era o maior empregador no Uruguai.

que viriam depois a ser ampliadas e consolidadas durante a ditadura civil-militar que se iniciou em 1973 e se estendeu até o início de 1985. Desse modo, práticas extremadas de violação dos direitos humanos, como o uso intensivo de medidas de exceção, aplicação da tortura, formação de Esquadrões da Morte, censura e repressão aos movimentos sindical e estudantil foram empregadas durante o *Pachecato*.⁴⁸⁵ Portanto, os elementos para a implantação do Terror de Estado já estavam presentes no Uruguai democrático constitucional. De certa forma, esse governo foi um ensaio do que se constituiria futuramente, a partir da implantação da ditadura.

Nesse clima de recessão econômica, de radicalização social e de violência estatal, deveria ocorrer o reajuste salarial do ano de 1968, no dia primeiro de julho. Entretanto, Pacheco Areco decretou uma medida de exceção no dia 28 de junho para, conforme as diretrizes do FMI, congelar os preços e salários no país. Sendo assim, qualquer pessoa que se manifestasse contra essa política salarial estaria infringindo a lei. A repressão estatal contra as manifestações devido ao congelamento de salários foi contundente. Inclusive começou a vigorar nas empresas públicas e privadas a “militarização” dos funcionários, ou seja, começou a haver uma lógica militarista vinculada ao trabalho, como explica Enrique Serra Padrós:

A militarização dos trabalhadores consistia em obrigá-los a retornar ao trabalho em caso de greve e a enfrentar mudança de horários e de locais de trabalho como ação preventiva para desmobilizar e evitar greves em gestação. Dispositivos militares, incompatíveis com a condição civil desses trabalhadores, eram aplicados, o que implicava no confinamento em quartéis das lideranças e dos quadros sindicais mais combativos, deslocamento para centros militares de outras cidades, imposição de disciplina militar no local de trabalho, ou mesmo obrigação de exercício físico. O empregado ausente virava, na lógica militar, um “desertor” e como tal era tratado (até com ameaça de perda do emprego).⁴⁸⁶

Nesse período de intensas manifestações contra a política autoritária do *Pachecato* ocorreram os primeiros assassinatos de trabalhadores e estudantes. Mediante protestos pacíficos, a população uruguaia era confrontada pela repressão policial. Na crônica diária do período, constata-se que, em agosto de 1968, a polícia invadiu o prédio central da Universidade e o das faculdades de Agronomia, Arquitetura, Belas Artes e Medicina. Na segunda-feira, 12 de agosto, mais de trinta estudantes foram feridos pela polícia; um deles, Líber Arce,⁴⁸⁷ morreu dois dias após, devido aos ferimentos recebidos durante os

⁴⁸⁵ Expressão utilizada pelos setores da oposição para designar de forma pejorativa o governo Pacheco Areco.

⁴⁸⁶ PADRÓS, op. cit., p. 279.

⁴⁸⁷ Líber Arce foi o primeiro estudante a ser assassinado pela repressão estatal, tornando-se, então, símbolo do movimento estudantil e das lutas sociais. Inclusive porque, num jogo de palavras, seu nome virou a consigna *Liberarse* (Liberar-se).

enfrentamento. O conflito entre as forças policiais e os trabalhadores e estudantes permaneceu: no dia 21 de setembro, diante da *Universidad de la República*, os estudantes Hugo de los Santos e Susana Pintos também foram mortos pela repressão. Os assassinatos desses três estudantes marcaram o ano de 1968, assim como prenunciaram a intensificação da repressão a que o Estado recorreria constantemente.

Outro elemento que caracterizou o autoritarismo da administração Pacheco Areco foi a hipertrofia do Executivo: o presidente passou a concentrar cada vez mais poder, em detrimento do Parlamento e do Judiciário. Para tanto, utilizava-se constantemente das medidas de exceção, que acabaram “tornando-se expressão da autonomização do Poder Executivo diante dos demais poderes e da sociedade civil”.⁴⁸⁸ Os próprios ministros do Uruguai nomeados pelo presidente não possuíam vinculações políticas: eram latifundiários, banqueiros e grandes empresários. Por um lado, essa atitude demonstrava uma clara opção tomada em prol dos interesses do grande capital e dos setores abastados da sociedade. Por outro, denotava o desrespeito do novo governo com os partidos tradicionais, o Parlamento e a representação popular, reforçando a concentração de poderes no Executivo.

A fim de conter a radicalização da sociedade, o governo recorreu constantemente à violência. Para isso, instalou-se no país um verdadeiro Estado policial, conforme foi analisado no capítulo 3. Um dos investimentos desse governo foi na modernização dos serviços de inteligência, tendo como principal colaborador os Estados Unidos. Anthony Dan Mitrione foi o responsável pela missão norte-americana de treinar agentes repressores em “tortura científica” durante as sessões de interrogatório. Acabou por “personalizar” a cooperação norte-americana no combate à insurgência, no treinamento de oficiais locais e na ajuda financeira aos governos latino-americanos “amigos”.⁴⁸⁹ Além disso, houve a atuação de grupos de extrema-direita, existentes desde o início da década de 1960 no país, que passaram a atuar mais e com maior liberdade, recebendo o beneplácito do Estado. Nesse contexto de ilegalidade consentida, surgiram as ações dos Esquadrões da Morte, nas quais a ditadura brasileira teve ingerência direta, também já analisadas no capítulo anterior.

Por último, cabe destacar o papel que as Forças Armadas começaram a desempenhar durante esse governo. Até então, as forças policiais eram as responsáveis pela manutenção da ordem e da segurança na sociedade uruguaia. As Forças Armadas foram marcadas por um

⁴⁸⁸ PADRÓS, op. cit., p. 275.

⁴⁸⁹ Este foi um dos motivos que levou Constantin Costa-Gavras a escolher a execução de Mitrione pelos tupamaros como mote principal de um filme. Ele queria demonstrar exatamente essa cooperação dos Estados Unidos para a América Latina, e acabou escolhendo a figura deste agente repressor para representá-la no filme *Estado de Sítio*, produzido em 1972.

forte profissionalismo e uma política de abstenção até a década de 1960, quando, na conjuntura da Guerra Fria, os oficiais começaram a freqüentar os cursos de formação oferecidos pelos Estados Unidos. Entretanto, a atuação dos militares no cenário político uruguaio se delineou a partir do esgotamento econômico que este país vinha sofrendo – aliado às agitações e mobilizações sociais e sindicais, e o surgimento da guerrilha tupamara. Conforme Hugo Cores, as *Medidas Prontas de Seguridad* exerceram seu papel para a formação dessa conjuntura, pois “abrieron el camino para coesionar en torno al Presidente a la plana mayor de la administración y de las FF.AA. a través de destituciones o remociones de jefes ‘legalistas’ y el ascenso y nombramiento de cuadros dóciles y a menudo entusiastas ejecutores del nuevo autoritarismo”.⁴⁹⁰

Nesse processo de radicalização política, uma das formas encontradas de resistência foi a opção pela luta armada, muito influenciada pela vitória da Revolução Cubana. No Uruguai, várias organizações de esquerda recorreram à luta armada; entretanto, é inegável o protagonismo do *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN). A guerrilha anunciou-se oficialmente em 1966; porém, foi a partir da escalada autoritária desencadeada pelo governo Pacheco Areco que as suas ações começaram a se intensificar, o que, por sua vez, levava o Estado a agir de forma mais repressiva ainda.

As manifestações do MLN contra o governo uruguaio não inquietavam somente este: também foram motivo de preocupação da ditadura brasileira. Com a chegada de Pacheco Areco à presidência no Uruguai, e com a decretação do AI-5 no Brasil, ambos os governos – um autoritário e o outro ditatorial – entraram em consonância, principalmente em relação à necessidade de enfrentamento da luta armada. Nesse novo contexto, as apreensões da ditadura brasileira referentes ao Uruguai não se restringiam somente aos exilados que aí permaneceram, ou seja, o seu “inimigo interno” localizado em outro país. Somou-se a isso a preocupação da ditadura com os “inimigos internos” próprios do Uruguai, que, nesse momento, eram identificados, fundamentalmente, com os grupos armados, situação similar a do Brasil.

Dessa forma, a política interna uruguaia era vigiada pela ditadura brasileira. A Embaixada do Brasil em Montevideú, por exemplo, monitorava as manifestações realizadas pelos trabalhadores públicos, em função do não pagamento de salários por parte do Estado, considerando-os responsáveis pelas cenas de violência durante o governo Pacheco Areco. Assim, conforme o relatório político referente ao mês de março de 1969, a Embaixada

⁴⁹⁰ CORES, op. cit., p. 141.

reconhecia a “eficiência” da utilização das *Medidas Prontas de Seguridad* contra os trabalhadores:

Após os distúrbios verificados em fins de janeiro de 1969 em pleno centro de Montevidéu, ocasionados por violentas demonstrações de funcionários públicos e trabalhadores de entes autônomos de Estado, os quais reivindicavam o pagamento de salários e abonos em atraso, a atmosfera de comoção social arrefeceu em fevereiro, graças, em grande parte, à firmeza demonstrada pelo Executivo, que indicou estar disposto a fazer pleno uso das “medidas de seguridad” para reprimir os manifestantes responsáveis pela violência.⁴⁹¹

A fronteira Brasil-Uruguai passou a ter mais um motivo para ser monitorada pelos agentes da repressão brasileira, que vigiavam as atividades dos militantes dos grupos armados e tentavam impedir sua entrada no Brasil. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), órgão de informação e de repressão, exerceu um papel essencial nessas funções, conforme se apreende dos documentos citados a seguir:

Ordem de busca n°. 219/72

1. Dados conhecidos:

1.1 ENRIQUE OSTROVSKI, natural de RIVERA/ROU [...] escapou de SALTO/ROU, num SIMCA CHAMBORD chapas de LIVRAMENTO, com destino provável à cidade de RIO GRANDE. Carrega armas e dinheiro. Trata-se de elemento perigoso, pertencente à célula TUPAMAROS.

2. Dados solicitados:

2.1. Localização e prisão do nominado;

2.2. Outros dados julgados úteis.⁴⁹²

Informação n. 92

1. O epígrafado [João Lucas Nunes Souto] estuda em MONTEVIDÉU/ROU, na Faculdade de Medicina. Filho de JOÃO LUCAS NUNES e de MARIA SOUTO, 23 anos de idade. Consta estar sendo procurado pelas Forças Conjuntas da ROU, por ser integrante do movimento TUPAMAROS. Seus pais residem em LIVRAMENTO/RS.

2. Os órgãos de segurança daquela cidade estão alertados acerca do epígrafado.⁴⁹³

Assunto: PRISÃO DE TUPAMAROS NO CHUY (URUGUAI)

Em continuidade ao rádio n°. 244/72/DOPS/RG, informamos que Ângelo Silva foi preso como Tupamaro (sedicioso), possuindo ele um bar nas proximidades do cemitério do Chuy (ROU), na vila Samuel onde vivia com uma mulher que se dizia sua esposa.

O nominado exercia ainda a profissão de mecânico.

⁴⁹¹ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada do Brasil no Uruguai. Ofício confidencial enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 125/ 900.1 (44). Montevidéu, 5 mar. 1969.

⁴⁹² Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.1.690.9.3. Porto Alegre, 1 mar. 1972.

⁴⁹³ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.____.35.1.1. Rio Grande, 20 set. 1972.

O comissário do Chuy (ROU), prometeu fornecer uma lista de todos presos sediciosos daquela Vila, bem como suspeitos e os que se evadiram.⁴⁹⁴

Além de monitorar especificamente os grupos guerrilheiros uruguaios – principalmente os tupamaros⁴⁹⁵ –, a ditadura brasileira preocupava-se com as relações de ajuda e solidariedade estabelecidas entre os militantes de ambos os países, como se apreende dos seguintes documentos:

Ordem de busca nº. 560/71 – DOPS/RS

1. Dados conhecidos:

O epigrafeado [Padula Roa] é de nacionalidade uruguaia, arquiteto, casado, costuma visitar freqüentemente o BRASIL, através de FOZ DO IGUAÇU, indo sempre a CURITIBA/PR. Viaja muito por vários países, inclusive da Europa. Defende rigorosamente os TUPAMAROS, dizendo-os verdadeiros nacionalistas. Há suspeita de que seja elemento de ligação entre os subversivos brasileiros e os tupamaros.

2. Dados solicitados:

2.1. Localização, identificação e acompanhamento do epigrafeado;

2.2. Caso positivo, comunicar imediatamente a este DOPS/RS;

2.3. Outros dados julgados úteis.⁴⁹⁶

Ordem de Busca nº. 96/71

1. Dados conhecidos:

a) CARLOS LAMARCA deverá se deslocar neste mês para a R.O.U. pela fronteira do Rio Grande do Sul.

b) Após contato com os TUPAMAROS, onde serão tratados assuntos financeiros, deverá seguir para o CHILE, onde deverá se realizar um congresso de entidades terroristas. [...] ⁴⁹⁷

Possíveis ações conjuntas entre militantes brasileiros e uruguaios, a fim de desestabilizar um ou outro país, eram vigiadas pelos órgãos de informação e de repressão, e foram monitoradas pelo DOPS/RS:

Assunto: atividades subversivas: BRASIL-URUGUAI

O “MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO ORIENTAL” (MRO) tem instruções de Havana para acelerar os preparativos para a eclosão de um movimento armado no Uruguai e para coordenar seu apoio a uma eventual luta revolucionária no sul do Brasil. A direção do MRO tem planos de organizar um esquema de infiltração no território brasileiro de homens, armas e propaganda, em preparação de ações revolucionárias dirigidas contra um ou outro país. Nesse sentido, o MRO se

⁴⁹⁴ Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria de Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Delegacia Regional de Rio Grande / SOPS/RG – 1.2.488.5.2. Rio Grande, 7 jun. 1972.

⁴⁹⁵ É importante lembrar, entretanto, que muitos guerrilheiros uruguaios pertencentes a outros grupos armados ou políticos eram presos e fichados como tupamaros.

⁴⁹⁶ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.1.664.8.3. Porto Alegre, 26 out. 1971.

⁴⁹⁷ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.2.1463.19.5. Porto Alegre, 11 maio 1971.

integraria com grupos revolucionários brasileiros, parecendo merecer suas preferências, no momento, o grupo “militar” que, sob a chefia de CÂNDIDO ARAGÃO e a orientação de EMANUEL NICOLL, teria ganho certo prestígio e apoio durante a conferência da OLAS, em Havana. [...] ⁴⁹⁸

Ação terrorista na fronteira

1. Consta que um grupo de asilados brasileiros na ROU (5 a 6 elementos) estaria planejando uma ação armada a ser desencadeada contra um posto policial brasileiro na fronteira.

2. O chefe seria PAULO SERRA BOSCHER (ou BOUKER) – ex-tesoureiro do PCB.

Outros integrantes:

VICENTE [ilegível]

IVES ANTONIO GIL e

THAINE RIBEIRO.

3. O grupo contaria com a cooperação de dois elementos Tupamaros, que forneceriam duas MTR argentinas PAN para a ação. A finalidade desta ação seria a de provocar as autoridades brasileiras. ⁴⁹⁹

Um caso levado ao conhecimento da Embaixada do Uruguai no Brasil foi o de María Cristina Uslenghi Rizzi, cidadã uruguaia, companheira do exilado político brasileiro Tarzan de Castro. Acusados de “subversão”, María Cristina foi detida na dependência carcerária para mulheres da Polícia Central (DOPS) no Rio de Janeiro, em 1971. Após vários dias incomunicável, conseguiu entrar em contato com a sua embaixada:

[a detida] solicita intervención esta embajada aduciendo estar incomunicada desde su detención, silencio de las autoridades policiales respecto causa prisión, carencia asistencia jurídica y temor de futuras torturas. Escribe desde hospital internada expresando dentro de pocos días volverá a dependencias policiales. Manifiesta se le expresó unicamente estar detenida “en averiguaciones” a disposición del ejército. Comisionado cónsul cargo discretas averiguaciones extraoficiales, informonos: que la expresada fue presa acusada de ser terrorista, subversiva, autora de delitos comunes. Actualmente salió del hospital y se encuentra en jurisdicción militar. ⁵⁰⁰

María Cristina foi seqüestrada pelo aparato repressivo brasileiro (conforme sua declaração, não foi registrada como presa no DOPS/RJ), acusada de falsidade ideológica. Submetida a torturas físicas e psicológicas, sofreu um aborto decorrente destas. As práticas do Terrorismo de Estado eram aplicadas a todos os “inimigos”, brasileiros ou não, que pudessem

⁴⁹⁸ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.1.541.6.3. Porto Alegre, 16 jan. 1968.

⁴⁹⁹ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.2.511.5.2. Porto Alegre, 20 maio 1971.

⁵⁰⁰ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Telegrama enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 4/ carpeta 1 – sem identificação. Rio de Janeiro, 18 mar. 1971.

vir a ameaçar os propósitos da ditadura. Em uma carta dirigida ao embaixador uruguaio, o cônsul uruguaio relata as sevícias que María Cristina sofreu na prisão:

Tengo el honor de dirigirme al señor Embajador, a los efectos

1) Que fue terriblemente martirizada – material y moralmente – por el personal policial del DOPS.

2) Que estaba alojada en la celda de los hombres y por ser la única mujer fué objeto de los más incalificables vejámenes, y que mi delicadez personal me impide transcribirlas en este informe.

3) Que estando en estado de gravidez, a raíz de su vida marital con Tarzan de Castro, abortó a consecuencia de los golpes y maltratos.

4) Que presenta lesiones graves en el útero, en la vagina, en el ano y posiblemente la inutilización de un ovário. Esto, a consecuencia de que le introducían en los órganos genitales una madera punsante, especie de palo, a efectos de torturarla.

[...]

6) Todos estos vejámenes, dejáronse de practicar cuando el suscrito intervino, a los solos efectos de solicitar información en el DOPS, a pesar de que cuando por primera vez se solicitó informes, el personal de la Policía Central irrumpió en la celda y le propinó brutales golpes en la cara y cuerpo, recriminándole el “haberse comunicado con la Embajada”.

[...]

8) Que además, estando detenida en el DOPS, no fué registrada como presa.⁵⁰¹

Uma das medidas colaboracionistas tomadas entre os dois países foi a supervisão dos exilados brasileiros no Uruguai, a pedido do Brasil, e de expulsá-los quando fosse considerado que estariam violando alguma norma do direito de asilo. É o que se observa, por exemplo, no telegrama remitido pela Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro para o seu Ministério, com o propósito de vigiar um exilado político e expulsá-lo, na primeira oportunidade: “Sirvase apersonarse esa Cancillería fin expresarle seguridades sentido que el refugiado político Manes sera severamente vigilado y que a la primera transgresión a sus obligaciones como refugiado sera expulsado de inmediato de Uruguay”.⁵⁰²

Além disso, o Uruguai começou a negar asilos diplomáticos (pedidos nas embaixadas) para os brasileiros perseguidos pela ditadura, entregando-os, inclusive, às forças policiais:

Como as demais, a Embaixada do Uruguai ainda funcionava no Rio (não em Brasília) e, mesmo já restringindo a concessão de asilo, quando alguém se julgava perseguido era lá que ia bater. Se não houvesse consulta e acordo prévio, porém, dificilmente o embaixador aceitava agora receber alguém como exilado. Às vezes, até chamava a polícia, como ocorreu com o cabo Arraes, que deu fuga a dois presos políticos do Forte de São João, no meio da baía da Guanabara, e entrou nos jardins

⁵⁰¹ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Oficio confidencial enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 5/ carpeta 4 – sem identificação. Rio de Janeiro, 19 mayo 1971.

⁵⁰² Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Telegrama enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 4/ carpeta 2 – sem identificação. Rio de Janeiro, 13 feb. 1969.

da embaixada, no Catete, acreditando que lá o protegeriam, e saiu pelo portão algemado pela polícia.⁵⁰³

Claudio Antônio Weyne Gutiérrez, no seu livro de memórias *A guerrilha Brancaleone*,⁵⁰⁴ relata que durante a administração Pacheco Areco os brasileiros que haviam ingressado no Uruguai não receberam o estatuto de asilados políticos. O semanário *Marcha* também denunciava essa situação, na reportagem “Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales”, informando que doze brasileiros haviam solicitado asilo e a eles não era concedida resposta:

Todas las personas han concurrido periodicamente al Ministerio de Relaciones Exteriores. Una respuesta invariablemente medida y lacónica les há sido dada: “No hay novedades. Vengan dentro de 15 días”. Un funcionario aventuró un día salir de la fórmula: “Parece que van a suspender el asilo para los terroristas...”⁵⁰⁵

A mesma reportagem também denunciava que o Secretário de Segurança do estado do Rio Grande do Sul, coronel Jaime Mariath, teria comunicado aos generais uruguaios que guerrilheiros brasileiros estariam conspirando no Uruguai a fim de desestabilizar o sul do Brasil, e também teria pedido a prisão de Claudio Antônio Weyne Gutiérrez, que se encontrava neste país.

Claudio Gutiérrez⁵⁰⁶ foi preso pelo DOPS/RS em 1968, juntamente com Luís Eurico Tejera Lisboa,⁵⁰⁷ por tentar reabrir o grêmio estudantil do colégio Júlio de Castilhos, fechado pela ditadura. Permaneceram detidos por mais de dois meses, sendo processados por “tentativa de reabertura de entidade ilegal”. Gutiérrez, após ter sido condenado a seis meses de prisão, decidiu refugiar-se no Uruguai, utilizando o “esquema da fronteira” montado por Frei Betto, conforme visto no capítulo 2. Para tanto, dirigiu-se até a cidade fronteiriça de Rivera e, de lá, pegou um ônibus para Montevideú.

Ao chegar à capital, Gutiérrez solicitou asilo político ao Ministério das Relações Exteriores, sendo também orientado a encaminhar o pedido de cidadania uruguiaia, visto seu

⁵⁰³ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1999. p. 56.

⁵⁰⁴ GUTIÉRREZ, Claudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

⁵⁰⁵ CORREA, Alfonso. Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales. *Marcha*, Montevideo, 28 nov. 1969, p. 15.

⁵⁰⁶ Claudio Gutiérrez integrava a Dissidência do Rio Grande do Sul após ter se desvinculado do Partido Comunista Brasileiro. A opção pela luta armada fez com que um pequeno grupo da Dissidência, dentre os quais Gutiérrez, rompesse e fundasse os “Brancaleones”.

⁵⁰⁷ Luís Eurico Tejera Lisboa, após o episódio pelo qual foi preso juntamente com Gutiérrez, passou a viver na clandestinidade. No final de 1971, voltou a viver em Porto Alegre, tentando reorganizar a Ação Libertadora Nacional. Desapareceu em setembro de 1972, em São Paulo. Em 1979, sua esposa, Suzana Lisboa, encontrou o seu corpo em uma vala clandestina no cemitério da cidade de Perus, estado de São Paulo, com o nome de Nelson Bueno. Luís Eurico Tejera Lisboa foi o primeiro desaparecido da ditadura a ter seus restos mortais encontrados.

pai ser natural desse país. Entretanto, a situação para os exilados políticos não era favorável. Alguns exilados brasileiros já haviam sido detidos pelas forças policiais uruguaias. No dia 19 de novembro de 1969, Claudio Gutiérrez e Euclides Garcia Paes de Almeida⁵⁰⁸ foram seqüestrados pelo *Departamento de Inteligencia y Enlace*. A prisão de Gutiérrez provavelmente ocorreu em função da captura de Frei Betto, em Porto Alegre, no início do mês de novembro, pois os órgãos de informação e repressão apontavam que ele também participava do “esquema da fronteira”. Devido a essa possibilidade, o coronel Jaime Mariath solicitou ao governo uruguaio a sua detenção, conforme denunciado pelo semanário *Marcha*. Do lado uruguaio, também havia denúncias de que o próprio delegado do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), Sérgio Fleury, teria se deslocado para Montevideú a fim de verificar o término do “esquema da fronteira”, corroborando as denúncias realizadas no Brasil:

Sergio Fleury, uno de los más renombrados de los 29 delegados que componen la dirección del DOPS se apresta a venir a Montevideo, en compañía de algunos colaboradores íntimos. Fleury, que dirigió el operativo contra Carlos Marighella y su grupo y ganó méritos suficientes como para constituirse en elemento indispensable en cuanto nuevo frente represivo se abre en su tierra – orienta ahora una campaña de depuración contra los elementos radicales del clero “gaúcho” – se dedicó a otros menesteres menos lustrosos antes de dirigir el DOPS: fue jefe del renombrado “Escuadrón de la muerte”, que exterminó pordioseros y delincuentes comunes en una fulminante campaña. Le esperan aquí importantes reuniones con jefes policiales. El tema será a no dudarlo, el reforzamiento de la seguridad interna.⁵⁰⁹

Na prisão, Euclides Garcia Paes de Almeida teve a idéia de escrever um bilhete, enrolado em uma cédula de dinheiro, denunciando a prisão de ambos. Ao serem transportados para o quartel, o bilhete – que relatava o seqüestro e pedia para o jornal de esquerda *De Frente* ser contatado – foi atirado na rua, de onde foi recolhido por algum transeunte. Apesar da repercussão do seqüestro na imprensa de esquerda, as forças policiais uruguaias almejavam a deportação ilegal dos dois militantes para o Brasil. Para evitar ser deportado, Gutiérrez cortou profundamente o braço esquerdo com um pedaço de vidro guardado para esse fim. A repressão uruguaia teve de levá-lo a uma clínica do *Sindicato Médico del Uruguay* (era o centro de atendimento mais próximo do quartel), tradicionalmente vinculado aos setores de esquerda. Na clínica, Gutiérrez contatou um advogado.

A reação da imprensa uruguaia contra a deportação ilegal dos brasileiros acabou frustrando os planos de colaboração entre os órgãos repressivos do Brasil e do Uruguai, em

⁵⁰⁸ Euclides Garcia Paes de Almeida era vinculado à Vanguarda Popular Revolucionária.

⁵⁰⁹ CORREA, op. cit., p. 15.

relação a este caso. Inclusive o jornal *El Popular*, vinculado ao *Partido Comunista Uruguayo* (PCU), reivindicava a cidadania uruguaia de Claudio Gutiérrez: “Solicitó asilo y tramitaba ciudadanía natural, pero lo habrían entregado al DOPS”.⁵¹⁰ Dali, foi transferido para o Hospital Militar, onde:

Algemado na cama do hospital, com o braço devidamente costurado e com o soro gotejando, ainda recebi a visita de um grupo que de longe me observava. Alguns não conseguiam disfarçar um sofrível portunhol. Sem dúvida, eram policiais ou militares brasileiros. Para seu desespero, a caça lhes escapara das mãos. No Hospital Militar, à medida que os dias passavam, comecei a ficar apreensivo. Tinha sessões diárias com um psiquiatra militar que eram, na verdade, interrogatórios policiais.⁵¹¹

Gutiérrez resolveu abandonar o Uruguai; seguiu rumo a Santiago do Chile. Euclides Garcia Paes de Almeida também foi liberado pelas forças repressivas uruguaias.

Outros casos de colaboração entre os aparatos repressivos brasileiro e uruguaio foram relatados por Claudio Gutiérrez. Um deles foi a prisão de Caio Venâncio Martins, estudante de Direito, pela polícia uruguaia. Com receio de ser preso pelas forças policiais brasileiras – era o que estava ocorrendo com muitos dos seus colegas –, resolveu sair do país e solicitar asilo no Uruguai. Entretanto, ao invés de encaminhar o pedido pelo Ministério das Relações Exteriores, o fez pelo Ministério do Interior, ou seja, pela polícia uruguaia. Após ter seu pedido de asilo confirmado, foi preso e levado ao quartel onde estavam Claudio Gutiérrez e Euclides de Almeida. Outro caso denunciado por Gutiérrez foi a prisão do professor de História Wilson Barboza do Nascimento, vinculado à Ação Libertadora Nacional (ALN). Comentava-se que, estando no Uruguai, teria sido deportado ilegalmente para o Brasil.⁵¹²

Flávio Tavares⁵¹³ também relata o caso da prisão do jornalista Jorge de Miranda Jordão no Uruguai, a pedido do Exército brasileiro. Um dia após manter contato com um asilado, foi seqüestrado no hotel onde se encontrava, pelo comissário Alejandro Otero. Levado à fronteira, foi “solto” na cidade de Río Branco; ao cruzar a ponte que une os dois países, chegando à cidade brasileira de Jaguarão, foi preso.⁵¹⁴

⁵¹⁰ Solicitó asilo y tramitaba ciudadanía natural, pero lo habrían entregado al DOPS. *El Popular*, Montevideo, 23 nov. 1969, p. 2.

⁵¹¹ GUTIÉRREZ, op. cit., p. 95.

⁵¹² Ibid.

⁵¹³ TAVARES, op. cit.

⁵¹⁴ A reportagem de Alfonso Correa, “Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales”, traz mais alguns casos.

4.2 O SEQUESTRO DO CÔNSUL BRASILEIRO PELOS TUPAMAROS COMO DENÚNCIA DAS CONEXÕES REPRESSIVAS ENTRE BRASIL E URUGUAI

O *Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros* é percebido como um produto dos enfrentamentos que ocorreram no Uruguai devido à deterioração das relações socioeconômicas, aliado a um contexto internacional de bipolarização, resultante da Guerra Fria e da Revolução Cubana.⁵¹⁵ Porém, a radicalização política e social dos anos 1960 tendeu para os dois lados da balança: à esquerda e à direita. Desde o início da década, surgiram vários grupos atuantes de extrema-direita, que utilizavam a violência física e promoviam tumultos em manifestações pacíficas. Durante o governo Pacheco Areco, suas ações intensificaram-se, recebendo a complacência do Estado. Já na luta contra os movimentos armados e contra os movimentos sindical e estudantil, o governo utilizou-se de medidas que extrapolavam a própria legalidade do uso das forças repressivas.

O seqüestro foi uma prática recorrente utilizada pelo MLN para realizar denúncias políticas e, principalmente, expor a política governamental:

En lugar de palabras revolucionarias nosotros pretendíamos cambiar a las personas con acciones revolucionarias. Por ejemplo: el secuestro de un personaje del régimen odiado llega más a las masas y transforma más la vida de un país que muchas publicaciones y actos públicos de la izquierda tradicional.⁵¹⁶

Os alvos escolhidos para os seqüestros eram, segundo Eleuterio Fernández Huidobro (um dos dirigentes “históricos” dos tupamaros): “personas del régimen, esbirros de la represión, representantes extranjeros, y hombres claves para el gobierno en general”.⁵¹⁷ Para o movimento, “las prisiones revolucionarias [...] han demostrado en la práctica ser una de las formas más eficaces de trastornar los planos del régimen. Más eficaces que otras usadas clásicamente como el hostigamiento”.⁵¹⁸ Cabe salientar que as ações de seqüestro do MLN não se davam de maneira aleatória, ou seja, resultavam da escolha de alvos que representavam instituições estatais e/ou governamentais uruguaias ou de outros países que ofereciam apoio ao processo de autoritarismo implantado pelo então presidente Pacheco Areco.

⁵¹⁵ LESSA, Alfonso. *La revolución imposible: los tupamaros y el fracaso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Fin de Siglo, 2003.

⁵¹⁶ PANIZZA apud VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. *Tiranos, tremel!:* ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 67.

⁵¹⁷ ACTAS TUPAMARAS. 2. ed. Montevideo: TAE, 1987. p. 16.

⁵¹⁸ *Ibid.*, p. 17.

A escalada autoritária no Uruguai, o uso constante e abusivo de medidas de exceção e a cooperação com os Estados Unidos e a ditadura brasileira levaram os tupamaros a seqüestrar o agente norte-americano Anthony Dan Mitrione e o cônsul brasileiro em Montevideú Aloysio Dias Gomide. Estes foram os primeiros seqüestros de estrangeiros realizados pelos tupamaros como moeda de troca por presos políticos, inspirados, em certo modo, pela luta armada no Brasil. Antes, já haviam seqüestrado Ulisses Pereyra Reverbel, amigo pessoal de Pacheco Areco e responsável pela militarização dos funcionários da *Usinas y Teléfonos del Estado*, durante um confronto trabalhista. Entre os meses de agosto e novembro de 1968 foi mantido na *Cárcel del Pueblo* – esconderijo da guerrilha com certa infra-estrutura para esconder pessoas por tempo prolongado. Em 1969, seqüestraram Gaetano Pellegrini Giampietro e mantiveram-no preso por 72 dias. Pellegrini era gerente do *Banco del Trabajo Ítalo Americano*. Seu seqüestro pelos tupamaros foi uma manifestação de apoio a uma greve realizada por bancários.

O seqüestro de Aloysio Dias Gomide provocou fortes repercussões no Brasil, principalmente em virtude do governo uruguaio não querer negociar com os guerrilheiros, ao contrário do que ocorria na ditadura brasileira. Diante da incapacidade das forças policiais uruguaias encontrarem o esconderijo do cônsul – este permaneceu no cativo quase sete meses, sendo libertado após um resgate em dinheiro – as Forças Armadas brasileiras ameaçaram intervir na questão. Esse posicionamento fortaleceu-se após a execução de Mitrione pelos tupamaros, visto que o governo não aceitou a libertação dos presos políticos.

Para o estudo do seqüestro do cônsul brasileiro foram fundamentais a documentação da Embaixada do Uruguai no Brasil e, principalmente, os documentos da Embaixada do Brasil no Uruguai, a maioria secretos, e que ainda são sigilosos.⁵¹⁹

4.2.1 “*La sangre de Túpac, la sangre de Amaro, la sangre que grita libérate, hermano*”:⁵²⁰ *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*

Anunciado oficialmente em 1966, o *Movimiento de Liberación Nacional* –

⁵¹⁹ Documentação gentilmente cedida por Marco Antônio Vargas Villalobos.

⁵²⁰ *Sólo digo compañeros*, de autoria de Daniel Viglietti, do álbum *Canciones chuecas* (1971).

*Tupamaros*⁵²¹ estava sendo formado desde 1962, a partir do agrupamento de quadros vinculados a partidos e movimentos de esquerda: *Partido Socialista, Movimiento de Izquierda Revolucionario, Movimiento de Acción Popular Unificado, Federación Anarquista Uruguaya* (FAU), *Movimiento Revolucionario Oriental, Movimiento de Apoyo al Campesino*, integrando a chamada *Coordinadora*. Suas ações iniciais consistiam no recrutamento de quadros, na expropriação de bancos e armas e em discussões políticas sobre o futuro desse órgão aglutinador. Em 1965, esses grupos se uniram e fundaram o MLN, com exceção da FAU, que se retirou e formou também o seu grupo armado, a *Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales* (OPR-33). Neste momento, os tupamaros estavam estruturando-se internamente, acumulando informações, organizando infra-estrutura e mapeando a rede de esgotos da cidade de Montevideú.

A guerrilha tupamara foi um modelo para várias outras organizações armadas da América Latina. Além dos sucessos iniciais das ações promovidas pelo MLN, ela inovou na concepção do foco revolucionário. Esta teoria, formulada por Régis Debray e baseada na formulação de Che Guevara e na experiência da Revolução Cubana, saiu vitoriosa na Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967, em Havana. Nas resoluções tomadas na OLAS, a revolução seria continental, e por meio do foco que ela se concretizaria. A tática do foco previa que as organizações guerrilheiras deveriam ser compostas por pequenas unidades, almejando conquistar o apoio dos camponeses. Desse modo, a teoria do foco teve que ser adaptada pelos tupamaros, devido ao fato do Uruguai ser um país com população majoritariamente residente na capital, Montevideú. Assim, o MLN teve que ser essencialmente um fenômeno urbano, “substituindo a selva pela cidade” e os camponeses por operários, funcionários públicos e estudantes. Percebe-se, então, um dos motivos pelo qual o mapeamento da rede cloacal se fazia tão importante.

Para os tupamaros, a luta armada era o principal instrumento de conscientização das massas. Sem o apoio popular, a guerrilha sucumbiria. Os objetivos imediatos para a guerrilha eram o crescimento da organização e o enfraquecimento do inimigo. A guerrilha tupamara, dentre todas as demais do subcontinente, é considerada uma das organizações na qual a ideologia que a norteia é a mais difusa. O que se percebe, através dos seus documentos e das suas atas, é que o MLN tinha como concepção política o nacionalismo antioligárquico, o antiimperilismo, a integração e a solidariedade latino-americanas e uma noção bem ampla de

⁵²¹ Denominavam-se tupamaros em homenagem às tropas de Artigas que lutaram nas guerras de independência, pois assim eram chamadas, de forma depreciativa, pelos oficiais espanhóis, em alusão a Túpac Amaru, líder da revolta contra *criollos* e espanhóis, no Peru, em 1780.

socialismo.⁵²²

Os tupamaros tornaram-se famosos pelas suas ações iniciais, entre os anos de 1968 e 1969, que se restringiam ao estilo “Robin Hood”: “orientado pelos dirigentes ‘históricos’ (entre os quais se destacava Raúl Sendic) e recebendo lideranças provenientes da luta social e calejadas no trabalho subterrâneo de organização e acumulação de experiência, o MLN centrou a ação nas denúncias de corrupção política”.⁵²³ A guerrilha, nessa etapa, expropriava bancos, distribuía alimentos entre as camadas pobres da população da capital uruguaia (nos *cantegriles*), denunciava políticos vinculados à corrupção, desmoralizava as forças policiais e seqüestrava pessoas ligadas ao governo e à repressão, a fim de expô-lo. Procurava-se evitar o confronto direto com a polícia, pois, ao mesmo tempo em que poupava seus quadros militares, a organização também mostrava a ineficiência da polícia uruguaia.⁵²⁴ Essas ações conquistavam simpatia de parte da sociedade, que aprovava sua atuação.

A fim de retirar o apoio desses setores da população uruguaia ao MLN, o governo autoritário utilizou-se da censura contra o movimento. Palavras como comando, célula, guerrilha, entre outras do mesmo gênero, foram proibidas de ser utilizadas nos meios de comunicação. A própria palavra tupamaro foi proibida, o que fez com que a imprensa os denominasse de *innombrables*, os “inomináveis”. Ironicamente, essa denominação marcava ainda mais as ações realizadas pelo MLN. Inclusive, durante o seqüestro do cônsul brasileiro pelos tupamaros, os jornais brasileiros que mencionavam o nome da organização foram apreendidos no Uruguai, segundo demonstra uma reportagem da revista *Veja*:

Se o cônsul brasileiro e um agente policial americano estão seqüestrados em poder de um grupo terrorista que exige a libertação de todos os presos políticos do país, qual a melhor fórmula de resolver a questão? Para o governo uruguaio apresentaram-se inúmeras soluções, mas talvez a mais original de todas foi internacionalizar a censura à imprensa, proibindo qualquer menção ao nome da organização terrorista – tupamaros. A imprensa local, que vem observando essa recomendação, está, no entender do governo uruguaio, para o fim do terror. A imprensa brasileira, porém, que não sabia dessa nova tática de repressão policial por meio de supressão de vocábulos, continuou usando a expressão Tupamaros. O resultado disso foi que as autoridades, talvez acreditando numa possibilidade fulminante de libertação dos seqüestrados, resolveram apreender os exemplares dos jornais “O Estado de São Paulo” (150 exemplares), “O Globo” (cem) e “Jornal do Brasil” (cinquenta). Como apreender jornais é muito mais fácil e seguro que prender terroristas, apesar da existência de um acordo cultural que prevê a

⁵²² ACTAS TUPAMARAS, op. cit.

⁵²³ PADRÓS, op. cit., p. 291.

⁵²⁴ Várias foram as ações da guerrilha tupamara que passaram para o folclore popular devido à forma inusitada como ocorriam. Por exemplo, quando os militantes expropriavam bancos, primeiro eles esperavam que os caixas registrassem o dinheiro das pessoas que estavam na fila, a fim de que não fossem prejudicadas; somente após, realizavam o assalto. Um dos casos mais comentados ocorreu num dos principais cassinos do país: os crupiês reclamaram que as gorjetas haviam sido levadas juntamente com o dinheiro da expropriação. Ao saberem disso, os tupamaros enviaram pelo correio a porcentagem devida aos funcionários.

circulação de jornais entre os dois países, as publicações brasileiras foram para os porões espaçosos da polícia uruguaia.⁵²⁵

As ações dos tupamaros foram utilizadas como justificativa para a intensificação da repressão e o uso generalizado das medidas de exceção. O *Pachecato* valeu-se da argumentação da noção de “razão de Estado”, que determina que a segurança nacional é de tal importância que “os governantes, para a garantir, são obrigados a violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas que consideram imperativas, quando essa necessidade não corre perigo”.⁵²⁶ Desse modo, a exigência da manutenção da segurança do Estado impõe a forma de atuação dos governantes, obrigando-os, muitas vezes, a utilizarem-se da força. A partir do uso constante das *Medidas Prontas de Seguridad* pelo governo uruguaio, os tupamaros optaram pelo confronto aberto e agressivo. Esse posicionamento levou ao aumento da repressão policial, sendo que a tortura tornou-se prática comum nos interrogatórios. Assim, foi devido à intensificação da repressão e do autoritarismo estatal que os tupamaros começaram a ter ações mais diretas, com viés militarista. Para Oscar Bruschera, o autoritarismo estatal e a resposta violenta dada pela organização se alimentavam reciprocamente. Entretanto, para o autor, é inegável que as ações militaristas tupamaras foram desencadeadas em função do autoritarismo exercido durante o *Pachecato*.⁵²⁷ Padrós aponta que “dentro da sua estratégia, a guerrilha visava a ruptura violenta de uma ordem democrática considerada falida e ilegítima”.⁵²⁸ Para tanto, nesse cenário de autoritarismo instituído, na concepção de Hugo Cores, as organizações tiveram de se preparar para o emprego da violência revolucionária.⁵²⁹ Essa discussão insere-se na mesma problemática surgida no caso brasileiro a respeito da decretação do AI-5 e da eclosão dos movimentos armados. Como destacou Bruschera, estabelece-se uma dialética da violência, porém, como ressaltam Sergio Jellinek e Luis Ledesma, a luta armada era uma forma de manifestação da crise, e não sua

⁵²⁵ A palavra maldita. *Veja*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1970, p. 16. Um caso de censura à menção do grupo guerrilheiro, no Brasil, foi o veto imposto à canção de Geraldo Vandré, que originalmente chamar-se-ia *Canto livre de América*, composta em 1970. A canção foi censurada em função do seu título e do uso da palavra “Tupamaros” no seguinte trecho: “Quechuas, Tamoios, [...] Mapuches/ Tabajaras, Guaranis/ Incas, Astecas y Mayas/ Tupamaros y Tupis/ de América [...]”. Para a canção ser liberada, o título foi alterado para *De América* e suprimida a palavra “Tupamaros”. Dessa forma, “eliminada a ponte entre os grupos indígenas e o grupo guerrilheiro surgido no Uruguai, a canção é desta vez aprovada” (mas somente em 1973). Cf. FIUZA, Alexandre Felipe. *Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*. 360 f. Assis/SP: UNESP, 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006. p. 120.

⁵²⁶ PISTONE, Swergio. Razão de Estado. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. da UnB, 1986. p. 1066.

⁵²⁷ BRUSCHERA apud PADRÓS, op. cit.

⁵²⁸ PADRÓS, op. cit., p. 289.

⁵²⁹ CORES, op. cit.

desencadeadora.⁵³⁰

Nesse quadro de ofensiva militar realizada pelo movimento, insere-se a tomada de Pando, cidade vizinha de Montevidéu, no dia 8 de outubro de 1969, como recordação aos dois anos da morte de Che Guevara. Tendo como lema para essa ação “Vamos deixar de ser expropriadores de bancos, vamos ser combatentes!”, os tupamaros começaram a adquirir atitudes mais militaristas em relação ao governo Pacheco Areco, anunciando o desgaste da fase “Robin Hood” da guerrilha. Suas ações anteriores não enfraqueciam o governo e também não impediam a escalada autoritária.⁵³¹

Avançando na ofensiva militar, os tupamaros seqüestraram o agente norte-americano Anthony Dan Mitrione e o cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide, em 31 de julho de 1970. Mitrione acabou sendo executado pela organização, fazendo com que perdesse a simpatia de grande parte da população que apoiava a guerrilha. Considera-se que o motivo desse decréscimo foi o fato de os tupamaros terem subestimado a tradição democrática uruguaia. O movimento optou por enfrentamentos diretos constantes, levando à sua militarização. Este período (1970-1972) foi marcado pela intensificação das ações armadas e militaristas. Um dos motivos que explica essa mudança na orientação do MLN foi que a cúpula guerrilheira – formada nas lutas sociais e políticas –, estava presa, sendo substituída por dirigentes jovens formados dentro da organização.

Após o episódio de *El Abuso*⁵³² – quando 106 presos políticos, entre os quais as principais lideranças históricas, juntamente com cinco presos comuns, fugiram do presídio de *Punta Carretas*, através de túneis subterrâneos, em 6 de setembro de 1971 – o governo uruguaio passou para as Forças Armadas a responsabilidade do combate anti-subversivo. Para tanto, o governo Pacheco Areco criou a *Junta de Comandantes en Jefe* e o *Estado Mayor Conjunto* (ESMACO), que adquiririam papéis centrais na fase final do enfrentamento com o movimento armado e durante a ditadura. Isso acabou levando ao aniquilamento dos tupamaros enquanto guerrilha, quando, na manhã do dia 14 de abril de 1972, comandos da organização executaram o vice-secretário do Interior, Armando Acosta y Lara, e mais três integrantes das forças policiais, acusados de serem vinculados ao Esquadrão da Morte, conforme analisado no capítulo anterior. A resposta militar veio rápida: no mesmo dia, à tarde, oito tupamaros foram mortos e vários centros de documentação e esconderijos de armas do MLN foram

⁵³⁰ JELLINEK; LEDESMA, op. cit.

⁵³¹ Um comando do MLN tomou a cidade de Pando ocupando a delegacia de polícia, o quartel de bombeiros e a central telefônica e assaltando quatro bancos. A cidade foi decretada livre. Na fuga um dos grupos foi cercado por um dispositivo militar. Dezesseis tupamaros foram presos e três morreram nessa operação.

⁵³² No dia 28 de julho de 1971, 38 presas políticas já haviam fugido da *Cárcel de Mujeres*.

descobertos. Outras organizações também foram atingidas pela violência dos militares. Victor Castiglione, diretor geral da *Dirección Nacional de Información y Inteligencia* (DNII) ordenou aos seus subordinados: “Salgan a matar. No quiero prisioneros”.⁵³³ Ao final dessa trágica jornada, a irrupção das Forças Armadas no combate direto contra a guerrilha, seguida de inegável sucesso, confirmou a longa, paciente e silenciosa ação de inteligência que foi acumulando preciosa informação sobre o MLN, desde o chamamento, feito por Pacheco Areco, e o 14 de abril. Foi o início do fim: a organização acabou sendo desmantelada pelas *Fuerzas Conjuntas*.⁵³⁴

Assim, é injustificável a tese de que o golpe civil-militar de 1973 tenha sido deflagrado em função das ações guerrilheiras dos tupamaros. Enquanto organização, o MLN estava profundamente enfraquecido e seus militantes sobreviviam no exílio ou na clandestinidade, digladiando-se em disputas internas e autocríticas que levaram ao seu fim. O que sobrou foi um exército cativo que amargou longa e duríssima prisão. O golpe foi executado devido às atuações dos movimentos sociais e também em razão da formação do *Frente Amplio* e da sua possibilidade de crescimento eleitoral.

4.2.2 O seqüestro do cônsul brasileiro e suas repercussões nas relações entre a ditadura brasileira e o governo autoritário uruguaio

Em julho de 1970, o juiz Daniel Pereyra Manelli, denunciado de ser conivente com torturadores nas suas sentenças e que havia processado vários tupamaros, foi seqüestrado pelo MLN. Três dias depois, também ocorreu o mesmo com o agente norte-americano Anthony Dan Mitrone, da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), e o cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide.

Essas ações faziam parte do chamado *Plan Satán*, organizado pelos tupamaros e que exigia a libertação de todos os presos políticos do Uruguai (cerca de 150) em troca da liberdade dos seqüestrados. O mesmo foi elaborado por Eleuterio Fernández Huidobro e discutido com o comitê executivo do MLN: Raúl Sendic, Héctor Amodio, Efraín Martínez

⁵³³ CALACE apud PADRÓS, op. cit., p. 339.

⁵³⁴ Dentre os tupamaros que “caíram” a partir da ofensiva do Exército, estava a brasileira Flavia Schilling, filha de Paulo Schilling, em novembro de 1972. Durante a ditadura, ela foi retirada do *Penal de Punta Rieles* e transformada em uma das dez mulheres “reféns” do regime. Essa situação foi criada para que, caso algum militar fosse assassinado, os reféns seriam executados.

Platero e Lucas Mansilla. Amodio foi capturado pela polícia no dia 30 de junho de 1970, sendo, então, substituído por Alberto Jorge Candán Grajales. O plano perdurou até 1972, com os seqüestros de políticos, juízes, empresários, jornalistas e outro diplomático, o embaixador britânico Geoffrey Jackson.

Para Fernández Huidobro:

El primer objetivo del plan era la liberación de los presos, y, secundariamente, aislar a Pacheco. Consistía en secuestrar a personalidades, empresarios, diplomáticos, etcétera, sin apuros ni plazos. Lograr la liberación de los presos políticos representaba sin duda una derrota para Pacheco. La presión debía estar dirigida al Parlamento, no al Ejecutivo, porque éste claramente no podía resolver una ley de amnistía. Nos dirigíamos a los partidos, al Parlamento, que no se había animado a censurar a Pacheco. Queríamos que las presiones de las embajadas, las corporaciones o los parientes, saltaran al presidente y se dirigieran al Poder Legislativo. Pacheco era el principal escollo y de esta manera era dejado de lado.⁵³⁵

Dan Mitrione e Dias Gomide foram os primeiros estrangeiros seqüestrados pelo MLN, sendo que também foi a primeira vez que a guerrilha uruguaia realizou o pedido de troca por prisioneiros políticos. O *Plan Satán* fez parte das ações dos tupamaros num momento em que estavam abandonando a fase “Robin Hood” para assumir uma postura mais agressiva na ação de desgaste do governo Pacheco Areco. Assim, os tupamaros realizaram vários seqüestros de pessoas vinculadas ao sistema repressivo, tendo como objetivos a propaganda do movimento e a denúncia e a negociação de presos políticos, inspirados nas ações da luta armada brasileira.

As organizações brasileiras de luta armada iniciaram o paradigmático processo de seqüestros de figuras do corpo diplomático em troca da liberação de presos políticos na América Latina. No momento do seqüestro do cônsul brasileiro pelos tupamaros, três outros haviam sido bem-sucedidos no Brasil: o do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, pelo qual foram trocados 15 presos políticos, que se dirigiram ao México; o do cônsul japonês, Nobuo Okuchi, no qual houve a liberação de cinco presos, também com destino ao México; e o do cônsul alemão, Ehrenfried Ludwig Von Holleben, que resultou na troca de 40 presos políticos levados à Argélia. Em dezembro de 1970, o embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, seria trocado por 70 presos políticos, que se dirigiram para o Chile.

Considerando que essa experiência das organizações armadas brasileiras influenciou movimentos como o do MLN, cabe apresentar algumas informações e comentários ao seu respeito. Inclusive porque os tupamaros partiram do princípio de que o governo Pacheco

⁵³⁵ FERNÁNDEZ HUIDOBRO apud ALDRIGHI, Clara. *La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973)*: el caso Mitrione. Montevideo: Trilce, 2007. v. 1. p. 30.

Areco iria negociar com a guerrilha baseado nos episódios brasileiros. Entretanto, é necessário destacar, também, as medidas tomadas pela ditadura: apesar de aceitar as negociações, o governo criou a figura do “banido” para os presos políticos libertados em troca de figuras diplomáticas, conforme será visto a seguir.

No dia 4 de setembro de 1969, a ALN e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em uma ação conjunta, seqüestraram o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, durante o período da Junta Militar.⁵³⁶ Este foi o primeiro seqüestro de um funcionário da diplomacia realizado por guerrilheiros na América Latina, que acabou repercutindo para as demais organizações de luta armada no subcontinente.

A Junta Militar aceitou negociar com os guerrilheiros – que propunham a libertação de 15 presos políticos e a leitura de um manifesto em cadeia nacional – principalmente em função das pressões exercidas pelo governo dos Estados Unidos. Entretanto, um dia após o seqüestro, foram baixados os Atos Institucionais nº. 13 e 14, “destinados a reforçar a estruturação legal do Aparato Repressivo”.⁵³⁷ O Ato Institucional nº. 13 (AI-13) instituía o banimento do território brasileiro de todos os presos políticos trocados por dignitários seqüestrados, ou seja, seria banido do país “o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional”.⁵³⁸ O Ato Institucional nº. 14 (AI-14) estabelecia a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento em situações de “guerra psicológica, guerra adversa revolucionária ou subversiva”.⁵³⁹ Além da decretação dos dois atos institucionais, a Junta Militar sancionou a nova Lei de Segurança Nacional, no dia 29 de setembro, e outorgou a Constituição de 1969, conforme já analisadas no capítulo 3.

⁵³⁶ Costa e Silva foi obrigado a se afastar da presidência do país devido a uma trombose cerebral. A cúpula militar, a fim de impedir que o vice-presidente fosse empossado (Pedro Aleixo, um civil que havia votado contra a decretação do AI-5), fez com que no dia 31 de agosto de 1969 tomasse posse uma junta militar composta pelos ministros militares: general Aurélio de Lira Tavares (ministro do Exército), almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha) e brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (ministro da Aeronáutica). No dia 22 de outubro de 1969, o Congresso foi reaberto (havia sido fechado com o AI-5) e houve a indicação do general Emílio Garrastazu Médici para presidência da república, que tomou posse no dia 30 de outubro de 1969.

⁵³⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005 [1984]. p. 189.

⁵³⁸ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO apud ALVES, op. cit., p. 189-190.

⁵³⁹ *Ibid.*, p. 190. O primeiro autor de crime político a ser condenado à pena de morte na ditadura brasileira foi Theodomiro Romeiro dos Santos, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, pelo homicídio de um militar da Aeronáutica, na Bahia. Julgado pela Justiça Militar, foi condenado à morte em primeira instância, em 1971. Posteriormente, teve a pena atenuada para prisão perpétua no mesmo ano, pelo Superior Tribunal Militar. Para maiores informações sobre a pena de morte durante a ditadura brasileira, ver SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura militar e repressão legal: a pena de morte rediviva e o caso Theodomiro Romeiro dos Santos*. 137 f. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Os banidos, ao serem libertados das prisões, assinavam um documento constando que aceitavam sair do país, apesar da perda da cidadania.⁵⁴⁰ Passavam a ser apátridas. Porém, os banidos também sofreram outro tipo de condenação, extrajudicial: caso retornassem para o Brasil, seriam executados pelo aparato repressivo. João Carlos Bona Garcia, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi um dos presos políticos trocados pelo cônsul suíço, Giovanni Enrico Bucher, em dezembro de 1970, com destino a Santiago do Chile. Na sua obra de memórias *Verás que um filho teu não foge à luta*, Bona Garcia relata a ameaça que os presos receberam dos oficiais do Exército ao chegarem no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro: “Prometiam nos matar se o seqüestro falhasse. Disseram isto também no DOPS em Porto Alegre. O Átila chegou para nós e ameaçando: vocês ganharam uma vida nova, se ficassem aqui nós íamos matar vocês, e eu digo uma coisa, se botarem o pé aqui dentro nós liquidamos vocês”.⁵⁴¹ De fato, os banidos que voltaram e foram encontrados pelos serviços de inteligência acabaram executados e desaparecidos.

Desse modo, os órgãos de informação e de repressão estavam atentos a uma possível volta dos banidos ao território brasileiro. Somente depois de transcorrido um mês da troca dos 15 presos políticos pelo embaixador norte-americano o aparato repressivo já monitorava supostas atividades dos banidos, conforme documento do DOPS/RS que segue:

Assunto: Presos políticos banidos para o México pelo governo brasileiro
 Origem: DCI/SSP/RS
 Anexo: Relação de nomes e fotografia

- Os elementos constantes do anexo são presos políticos banidos pelo Governo Brasileiro no episódio do resgate do Embaixador CHARLES ELBRICK dos EE.UU.
- A imprensa noticia que muitos deles retornarão ao BRASIL para darem continuidade ao processo subversivo contra o regime.
- Solicita-se vigiar e informar a presença, de qualquer deles, no território brasileiro.
- OBS: Em caso da presença dos elementos, dos quais se refere o documento anexo, em qualquer lugar, deverá ser preso e entregue à Autoridade Federal mais próxima.⁵⁴²

Nesse sentido, o DOPS/RS continuou a exercer um papel repressivo fundamental no controle desses banidos que pudessem almejar entrar clandestinamente no Brasil, principalmente pelo fato do Uruguai continuar sendo uma das rotas escolhidas para um

⁵⁴⁰ GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

⁵⁴¹ *Ibid.*, p. 73.

⁵⁴² Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.____34.1.1. Porto Alegre, 7 out. 1969.

possível retorno ao Brasil e à luta armada. Além disso, os órgãos de informação e de repressão ressaltavam a vinculação dos banidos com o MLN:

Ordem de Busca nº. 293/71

1. Dados conhecidos:

1.1 Atualmente, em CUBA, existem 32 (trinta e dois) brasileiros, formados em guerrilha e prontos para retornar ao País. Inicialmente, virão ROLANDO FRATTI, RICARDO ZARATINI, JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA e ARGONAUTA PACHECO DA SILVA, todos banidos em SET 70, em troca do Embaixador norte-americano. Estes quatro elementos vêm com a missão de assumir o Comando Nacional da ALN.

1.2. A entrada far-se-á pelo sul do País, sendo provável que seja utilizado um esquema pertencente aos TUPAMAROS, já que ZARATINI tem ligações estreitas com esse grupo terrorista. [...] ⁵⁴³

Ordem de Busca nº. 668/71

1. Dados conhecidos:

1.1. Segundo consta, em 02 set 71, ingressou no URUGUAI, procedente do CHILE, o banido JORGE RAIMUNDO NAHAS, regressando a 07 set 71 ao CHILE.

1.2. O marginado tinha a missão de obter no URUGUAI cinco passaportes falsos a fim de que viajassem a CUBA para treinamento de guerrilhas e posterior regresso ao BRASIL os seguintes elementos: LUIZ ALBERTO BARRETO, PEDRO ALVES FILHO, RAFAEL FALCÃO NETTO e CRISTOVÃO SILVA RIBEIRO.

1.3. O marginado avistou-se com o uruguaio ARIEL COLLAZO, para que este obtivesse junto aos TUPAMAROS os referidos passaportes.

2. Dados solicitados:

2.1. Alertar DPs da fronteira, quanto à possível entrada dos mencionados acima no BRASIL;

2.2. Prisão dos nominados;

2.3. Outros dados julgados úteis. ⁵⁴⁴

O primeiro banido assassinado pela repressão brasileira por ter retornado para participar da resistência à ditadura na clandestinidade foi Aderval Alves Coqueiro, em 1971. Libertado em troca do embaixador alemão Ehrenfried Ludwig Von Holleben, teve como destino a Argélia, de onde se deslocou para Cuba e regressou ao Brasil. Coqueiro teria recebido um tiro nas costas. No capítulo 2, ao tratar-se da documentação secreta do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), foi descrita a Operação Mercúrio, que consentia em assassinar os banidos e ex-militares que tentassem voltar de forma clandestina para o Brasil. Em relação aos banidos, os dez que voltaram antes da Lei de Anistia, de 1979, foram mortos ou estão desaparecidos. O último banido assassinado pela repressão, João Leonardo da Silva Rocha, retornou ao Brasil em 1971, sendo executado em 1975: “Seu caso foi o último

⁵⁴³ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.2.1505.20.5. Porto Alegre, 11 ago. 1971.

⁵⁴⁴ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.1.670.8.3. Porto Alegre, 23 nov. 1971.

episódio a confirmar a existência de uma verdadeira sentença de pena de morte extrajudicial, decretada pelos órgãos de segurança para todos os banidos que retornassem ao Brasil com a intenção de retomar a luta contra o regime”.⁵⁴⁵ Permanece desaparecido.⁵⁴⁶

Retornando aos seqüestros realizados pelos tupamaros, em julho de 1970, é importante destacar o papel do agente norte-americano Anthony Dan Mitrione, nem que seja rapidamente – visto não ser o foco deste trabalho a conexão repressiva estabelecida entre os Estados Unidos e o Uruguai. Porém, Dan Mitrione acabou se transformando em um fator comum na disseminação e na própria conexão repressiva na região, envolvendo ainda os Estados Unidos. Sua trajetória marcou a história repressiva do Brasil e do Uruguai nesse contexto. Efetivamente, havia passado pelo Brasil, entre 1960 e 1967, e, provavelmente, pela República Dominicana, em 1965.⁵⁴⁷ Mitrione foi para o Uruguai utilizando-se da cobertura da AID; sua missão seria a de treinar policiais de trânsito. Segundo as investigações de A. J. Langguth, na obra *A face oculta do terror*,⁵⁴⁸ o agente não era vinculado à Companhia de Inteligência Americana (CIA) – como comumente aparece – mas, sim, ao *Federal Bureau of Investigation* (FBI) e ao Departamento de Estado norte-americano.

De qualquer forma, Mitrione foi seqüestrado por ser o responsável pelo treinamento a agentes repressores em “tortura científica” durante as sessões de interrogatório. Também introduziu o uso do choque elétrico e da tortura psicológica, utilizando-se de mendigos e presos políticos como cobaias para as aulas-treinamento. No Brasil, Mitrione assessorou a polícia de Belo Horizonte, em Minas Gerais, de 1960 a 1962, e posteriormente, a da Guanabara. Langguth relata que o golpe de Estado no Brasil, em março de 1964, não alterou o trabalho do agente norte-americano. Mitrione, no Brasil, ficou conhecido pela aplicação de tortura em mendigos nas aulas-treinamento, conforme denunciado pelo projeto *Brasil: Nunca*

⁵⁴⁵ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 400.

⁵⁴⁶ Cabe destacar também o caso do jornalista brasileiro Flávio Tavares, exilado no México, e seqüestrado em Montevideú, em 1977, numa clara demonstração da cooperação entre as ditaduras brasileira e uruguaia. Flávio Tavares estava no Uruguai participando da tentativa de libertar um colega do jornal no qual trabalhava – *Excelsior* – preso neste país. Seqüestrado pela ditadura uruguaia, com a alegação de estar portando material subversivo, Tavares foi submetido a várias torturas, dentre elas, duas simulações de fuzilamento, sendo oferecido, posteriormente, para a ditadura brasileira. Levando em consideração que o jornalista havia sido banido do país – foi um dos 15 presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano –, ao retornar para o Brasil possivelmente seria executado pelo aparato repressivo. Flávio Tavares provavelmente foi a última pessoa que teria ouvido, na prisão onde estava, o professor e colaborador do semanário *Marcha*, Julio Castro, que está desaparecido até hoje.

⁵⁴⁷ Mitrione é acusado de ter assessorado a polícia da República Dominicana meses antes da invasão dos *marines* norte-americanos. Segundo Clara Aldrighi, não foi encontrada documentação sobre sua presença neste país. Se Mitrione atuou na República Dominicana, o fez de forma secreta para a sua Embaixada. Cf. ALDRIGUI, op. cit.

⁵⁴⁸ LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Mais e também pela invenção da “cadeira do dragão”, através da qual aplicava choques elétricos.

O aparato repressivo brasileiro ampliou suas cobaias para ministrar suas aulas de tortura, passando a utilizar presos políticos também, além de mendigos, conforme denunciado no relatório do *Brasil: Nunca Mais*. O estudante Maurício Vieira de Paiva assim narrou ao Conselho de Justiça Militar de Juiz de Fora, em 1970, algumas torturas às quais foi submetido:

[...] que o método de torturas foi institucionalizado em nosso país e que a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a este respeito, sendo que, em uma delas o interrogado e alguns de seus companheiros, serviram de cobaias, aula esta que se realizou na PE da GB, foi ministrada para cem (100) militares das Forças Armadas, sendo seu instrutor um tenente HAYTON, daquela U.M.; que, à concomitância da projeção dos “slides” sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados, como o interrogado e seus companheiros, para toda a platéia [...].⁵⁴⁹

Manuel Hevia – cubano pró-castrista, infiltrado na CIA, cumprindo tarefas no Uruguai – teve um rápido contato com Mitrione, chegando a assistir às aulas de aplicação de tortura “científica”. Na sua obra de memórias, ele relata que Mitrione utilizava-se de mendigos, assim como no Brasil – para realizar suas demonstrações práticas:

Como sujetos de las primeras pruebas se dispuso de tres pordioseros, conocidos en Uruguay como *bichicomes*, habitantes de los suburbios de Montevideo, así como de una mujer, aparentemente de la zona fronteriza con Brasil. No hubo interrogatorio, sino una demostración de los efectos de diversos voltajes en las partes del cuerpo humano, así como el empleo de un vomitivo – no sé por qué ni para qué – y otra sustancia química. Los cuatro murieron.⁵⁵⁰

Duas turmas foram selecionadas para receberem os cursos de Mitrione: uma formada por antigos agentes da DNII e a outra por oficiais uruguaios graduados na Academia de Polícia de Washington. Manuel Hevia comenta que começou a ser formada uma terceira turma, provavelmente para o aparato parapolicial, e também se especulou sobre a administração desses cursos para oficiais das Forças Armadas. A seguir, segue o seu relato sobre a concepção de Mitrione a respeito da condução das suas aulas de tortura:

Mitrione consideraba el interrogatorio un arte complejo. Primero debía ejecutarse el período de ablandamiento, con los golpes y vejámenes usuales. El objetivo perseguido consistía en humillar al cautivo, hacerle comprender su estado de

⁵⁴⁹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 11 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. p. 31.

⁵⁵⁰ HEVIA COSCULLUELA, Manuel. *Pasaporte 11333*. Uruguay: ... ocho años con la C.I.A. Montevideo: Liberación Nacional, 1985. p. 290.

indefensión, desconectarlo de la realidad. Nada de preguntas, sólo golpes e insultos, Después, golpes, en silencio exclusivamente. Sólo después de todo esto, el interrogatorio. Aquí no debía producirse otro dolor que el causado por el instrumento que se utilizara. – Dolor preciso, en el lugar preciso, en la proporción precisa elegida al efecto.⁵⁵¹

Inclusive, na opinião de vários tupamaros integrantes da direção, teria sido Manuel Hevia quem revelou a Raúl Sendic e outros dirigentes da organização que Mitriane era um agente encoberto que ensinava a técnica de tortura contra presos políticos. O MLN, ao saber de sua verdadeira função no Uruguai, decidiu seqüestrá-lo.

Em relação ao seqüestro de Dias Gomide, as implicações com a política brasileira foram evidentes. Gomide, vinculado ao grupo “Tradição, Família e Propriedade” (TFP),⁵⁵² foi libertado pelos tupamaros após ter ficado sete meses seqüestrado na *Cárcel del Pueblo*,⁵⁵³ quando sua esposa conseguiu pagar o resgate exigido pelo MLN para a sua libertação, após o governo uruguaio rejeitar qualquer negociação com a guerrilha –, postura essa que criou mal-estar nas relações com o Brasil. O governo brasileiro não negociou com os seqüestradores, mas pressionou para que o governo uruguaio aceitasse a exigência dos tupamaros, conforme se afere do telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Montevideú para o Itamaraty:

Seqüestro do Cônsul do Brasil em Montevideú pelos Tupamaros. Instruções. Como Vossa Excelência terá observado, as instruções contidas no despacho telegráfico nº. 198 são no sentido de que a responsabilidade exclusiva pela segurança e libertação do Cônsul Gomide cabe às autoridades uruguaias. O Governo brasileiro, obviamente, tem o maior empenho na libertação do referido diplomata e fará tudo que legitimamente lhe couber para assegurar quanto antes esse objetivo. Entretanto, não podemos manter entendimento direto com os seqüestradores cujas comunicações só podem ser feitas às autoridades uruguaias.⁵⁵⁴

Porém, essa foi a atitude oficial da ditadura brasileira. Nos bastidores, o governo estaria fazendo pressões diplomáticas para que o governo uruguaio aceitasse a troca dos prisioneiros políticos:

Tenemos información de que Brasil estaría intentando ejercer presiones sobre gobiernos a fin de que coaccionen a Uruguay aceptar canje de secuestrados por prisioneros. Este alerta y ejerza los sondeos a su alcance para defender el principio

⁵⁵¹ Ibid., p. 192.

⁵⁵² A Sociedade Brasileira de Tradição, Família e Propriedade é uma organização de viés conservador, católico e anticomunista, fundada em 1960 pelo jornalista Plínio Corrêa de Oliveira, que se difundiu pelos países do Cone Sul.

⁵⁵³ Um dos tupamaros responsáveis pelo seqüestro de Dias Gomide foi Andrés Cultelli. Cf. ALDRIGHI, op. cit. Preso durante a *Operación Rastrillo*, foi torturado por um especialista brasileiro, um norte-americano e dois uruguaios, no dia 11 de agosto de 1970, conforme denúncia do semanário *Marcha*. Cf. PADRÓS, op. cit.

⁵⁵⁴ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada do Brasil no Uruguai. Telegrama secreto enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú. DCI/AAA/922.2 (00) (44). Montevideú, 8 set. 1970.

de autodeterminación y soberanía nacionales teniendo cuidado sin embargo de no hacer uso de la información que encabeza el telegrama. Procure que la tesis uruguaya hoy con amplia mayoría en el campo internacional se afiance cada día más.⁵⁵⁵

Além disso, a ditadura teria concentrado unidades de pára-quedistas no Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, enviando também especialistas em contra-insurgência urbana e integrantes do Esquadrão da Morte em busca do cônsul brasileiro, informações que o Brasil se empenhou em desmentir:

Ao mesmo tempo em que a diplomacia brasileira pressionava de diversas formas o governo uruguaio para que atendesse às exigências dos seqüestradores, as autoridades de Brasília procuravam, também por todos os meios, evitar ou esvaziar qualquer clima de tensão na fronteira entre os dois países. Assim, a informação de que oito jatos transportando pára-quedistas haviam chegado às proximidades de Santana do Livramento – principal cidade junto à fronteira uruguaia – foi desmentida com energia na última quarta-feira. E, em seguida, o Exército brasileiro anunciou a decisão de suspender manobras militares programadas para junto da fronteira uruguaia, para não haver qualquer possibilidade de mal-entendidos.⁵⁵⁶

Entretanto, anos depois, o ministro das Relações Exteriores do Uruguai na época, Jorge Peirano Facio, negou que a ditadura brasileira estivesse com tropas na fronteira a fim de pressionar o governo de Pacheco Areco:

No fueron presiones. El gobierno brasileño parece que hizo movimientos de tropas en la frontera por otros motivos: porque temía que la situación de Uruguay se contagiara a Brasil. Que se creara un tipo de guerrilla como la tupamara. Pero no recuerdo en qué momento fue. Ellos tenían la idea de que iban a tener que invadir Uruguay. Según parece, tenían todos los planes listos. No sé detalles, pero lo oí decir muchas veces en el gobierno.⁵⁵⁷

No dia seis de agosto, o Comunicado nº. 6 do MLN – censurado na imprensa brasileira – foi deixado em uma rádio de Montevideú. Neste, constavam as razões para os seqüestros de Mitrione e Gomide:

“El señor Dan Mitrione es un espía norteamericano infiltrado por el Gobierno en los organismos de seguridad del Estado uruguayo, representante de una potencia que ha masacrado pueblos enteros, como por ejemplo Vietnan y Santo Domingo”. De acuerdo a sus propias declaraciones, el consejero había asesorado a las Guardias Metropolitana y Republicana y a otras fuerzas represivas, responsables “del asesinato de una decena de patriotas” en manifestaciones populares o acciones

⁵⁵⁵ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Telegrama enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caixa 5/ carpeta 4 – sem identificação. Rio de Janeiro, 18 ago. 1970.

⁵⁵⁶ A diplomacia do Prata: Brasil, Argentina, Uruguai: amigos? *Veja*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1970, p. 35.

⁵⁵⁷ Depoimento de Jorge Peirano Facio a Clara Aldrighi. Cf. ALDRIGHI, op. cit., p. 221.

contra los grupos revolucionarios. Había reconocido, además, que su Programa proporcionaba “armas mortíferas para la represión del pueblo uruguayo, bajo el cínico rótulo de AID”. Dias Gomide era el representante de “una dictadura de carniceros”, que torturaba patriotas y había institucionalizado el asesinato policial con el escuadrón de la muerte.⁵⁵⁸

O seqüestro de Mitriane era justificado por razões evidentes. Entretanto, o de Dias Gomide apresentava um componente de solidariedade com a resistência brasileira, mas, também, a denúncia da influência que a ditadura do país vizinho exercia na região e, particularmente, no Uruguai.

A situação se agravou quando os tupamaros deram um ultimato ao governo: se os presos políticos não fossem libertados, o agente norte-americano responsável por ensinar a tortura aos policiais seria assassinado. Diante da ameaça, a ditadura brasileira passou a temer pelo destino do seu funcionário. Para confirmar sua determinação, o MLN seqüestrou, dias depois, o engenheiro agrônomo norte-americano Claude Fly. Mesmo assim, o poder Executivo não cedeu; apesar das pressões do Brasil, Pacheco Areco contava com o respaldo dos Estados Unidos e da ditadura argentina. Particularmente para o primeiro, negociar a vida de Mitriane estava fora de cogitação, pois poderia encorajar ações semelhantes contra os milhares de agentes e funcionários encobertos espalhados pela geografia da Guerra Fria. Os Estados Unidos precisavam demonstrar que não negociavam nessas condições. Já o ditador argentino Marcelo Levingstone acordava com Pacheco Areco em não libertar presos políticos em troca de diplomáticos baseado em uma ação anterior, durante a ditadura Onganía. Em março de 1970, o cônsul paraguaio Waldemar Sánchez foi seqüestrado na cidade de Ituzaingó (Província de Corrientes) pelo *Frente Argentino de Liberación*, exigindo, em troca, a libertação de dois guerrilheiros. O general Onganía negou-se a negociar com os seqüestradores, no que obteve apoio do general Stroessner.

O MLN sofreu um desgaste político após a execução de Mitriane, perdendo grande parte do apoio da população; esses tipos de ações não contavam com a aprovação da sociedade. A ditadura brasileira passou a desacreditar de uma solução negociada com o governo Pacheco Areco, principalmente porque considerava que o “inimigo interno” desse país estava controlando o Uruguai, como aponta o seguinte documento emitido pela Embaixada brasileira:

Lamento não ter nenhuma notícia animadora a transmitir a Vossa Excelência. O ambiente é, ao contrário, de perplexidade e desânimo; pareceria que o próprio governo tem uma sensação de impotência. O Ministro do Interior, o homem mais

⁵⁵⁸ ALDRIGHI, op. cit., p. 160.

forte e enérgico do gabinete, com quem conversei esta manhã, na missa oficial por Dan Mitrone, disse-me que não devíamos perder as esperanças mas era evidente que estava muito triste e cansado. A intensa atividade policial dos últimos dias, com poucos elementos já esgotados, tem dado poucos resultados; apenas se pode apontar como efeito das “batidas” o fato que os terroristas tenham abandonado em vários lugares muitas armas e munições. Enquanto isto, *parecem serem os terroristas os donos do país*: seus partidários falam alto todos os dias no congresso; a universidade lançou proclamação francamente revolucionária, na qual apenas menciona, sem deplorar e de passagem, “a morte angustiante do assessor norte-americano das forças de repressão policial”, a Faculdade de Direito manifestou-se de forma semelhante; e no sindicato dos médicos, um grupo que protestou contra os seqüestros reconheceu ser “setor minoritário” dentro do sindicato. A justiça uruguaia, como também o magistério, é muito mais do que infiltrada: é quase toda partidária dos terroristas; isto sabíamos todas as pessoas informadas e hoje está diariamente nos jornais; sob a proteção dos juízes, os presos políticos continuam, das prisões onde se encontram, a comunicar-se livremente com o exterior e até a orientar a atividade de seus companheiros de segunda linha ainda em liberdade.⁵⁵⁹

Enquanto isso, intensificava-se a busca dos seqüestrados através da *Operación Rastrillo*. A mesma foi a maior operação repressiva até então realizada no Uruguai; vasculhou-se casa por casa, em inúmeros bairros da capital. Entretanto, seu fracasso aumentou a dramaticidade daquelas jornadas. Especulou-se, nesse momento, com a possibilidade de um golpe militar, devido à intransigência de Pacheco Areco em negociar e em encontrar soluções para o impasse dos seqüestros:

PARA CONHECIMENTO IMEDIATO E EXCLUSIVO DO SENHOR
MINISTRO DE ESTADO DO SENHOR SECRETÁRIO GERAL.

Devo afirmar novamente à Vossa Excelência minha convicção de que a decisão do Presidente Pacheco Areco de não ceder às exigências dos seqüestradores ora é inevitável porque representa o pensamento do pequeno grupo que tem poder efetivo nas forças armadas e na polícia uruguaia. Houve a princípio alguma divergência entre os membros do Gabinete, mantendo-se numa linha mais inclinada a transações o Ministro do Exterior Peirano e o Ministro da Defesa General Borba; mesmo estes dois alteraram sua posição e já há alguns dias somaram-se plenamente aos elementos da “linha dura”. [...] Não sei o que poderá acontecer nas próximas horas: muito se fala num golpe de estado, para o qual várias correntes vêm pressionando o Presidente; eu mesmo, no entanto, receio que este não conte com força para isso e que, se a isso chegar, não disponha do poder suficiente para manter o país em ordem.⁵⁶⁰

A ditadura brasileira deixou o Exército preparado, caso fosse necessário agir tanto contra o seu “inimigo interno” quanto para intervir no Uruguai e apoiar o governo “amigo”

⁵⁵⁹ Ministério das Relações Exteriores. Fundo: Embaixada do Brasil no Uruguai. Telegrama secreto-urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú. n. 14294 G/SG/DSI/924.2 (42) (44). Montevideú, 19 ago. 1970. Grifos nossos.

⁵⁶⁰ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada do Brasil no Uruguai. Telegrama secreto-urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú. n. 20.524 G/SG/DBP/DSI/924.2 (42)(44). Montevideú, 7 ago. 1970.

contra o seu “inimigo interno”, conforme se afere da documentação da Embaixada norte-americana no Brasil:

Las conversaciones mantenidas entre oficiales de Estados Unidos y generales brasileños el 9 de agosto, confirmaron que el Ejército brasileño estaba en un estado de alerta mayor en las guarniciones de Río Grande del Sur y en estado de alerta modificado hasta el norte de Río de Janeiro. El propósito principal de las precauciones era la vigilancia contra algún movimiento de extremistas uruguayos que pudiera ocurrir en territorio brasileño, o de brasileños con motivación subversiva.⁵⁶¹

À luz da bibliografia e da documentação atuais, percebe-se que a invasão do território brasileiro por guerrilheiros uruguaios era inverossímil, servindo mais como uma justificativa para que o aparato repressivo pudesse agir dentro de uma suposta legitimidade conferida pelas ações dos grupos extremistas.

Paulatinamente, as Forças Armadas uruguaias começaram a entrar nesse cenário de busca dos seqüestrados. Desse modo, a sua participação já começava a ser divisada:

País onde não existe o serviço militar obrigatório, o Uruguai percebeu nestes últimos dias uma participação mais concreta e pouco usual das Forças Armadas na sua vida política. O comunicado distribuído pelo General Antonio Francese, ministro do Interior, fixando a posição de não negociar com os seqüestradores, precedeu a manifestação pública do Presidente Areco e, pelo menos, deu mais condições a Areco para assumi-la. Ao mesmo tempo em que preparam seus esquemas para a campanha eleitoral do próximo ano, os políticos dos dois grandes partidos tradicionais, ambos divididos em várias alas, se indagam sobre essa importância crescente dos militares e as incertezas que possa significar no futuro de “blancos” e “colorados”.⁵⁶²

O papel que as Forças Armadas estava exercendo no Uruguai também pode ser percebido na resposta do presidente Pacheco Areco transmitida ao general Médici:

PARA CONHECIMENTO IMEDIATO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO
Entreguei à 13:15 mensagem do presidente Médici ao presidente Pacheco Areco o qual depois de a ler disse: “que posso dizer?” Falou depois durante cerca de dez minutos. Disse que compreendia o dever do presidente Médici de neste momento enviar-lhe mensagem nestes termos. Disse esperar que se compreendesse que ele é apenas uma peça na engrenagem governamental e que não é dono do país, que não é dono da população, não é dono do governo e sobretudo não é dono das Forças Armadas.⁵⁶³

⁵⁶¹ Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro ao Departamento de Estado. Rio de Janeiro, 5657, 9 ago. 1970 apud ALDRIGHI, op. cit., p. 250-251.

⁵⁶² O ex-país da paz: o Uruguai descobre a violência. *Veja*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1970, p. 38.

⁵⁶³ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada do Brasil no Uruguai. Telegrama secreto-urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 13.147 G/SG/AAA/DSI/924.2 (42)(44). Montevidéu, 7 ago. 1970.

Qualquer possibilidade de que a negociação pudesse vir a ocorrer terminou quando, em uma das batidas policiais, Raúl Sendic e mais oito dirigentes tupamaros foram presos. Embora esse fato não tenha ajudado a polícia a descobrir o esconderijo dos seqüestradores, a posição do governo se fortaleceu. Ao reafirmar que não negociaria sob hipótese alguma, o governo jogou a responsabilidade dos acontecimentos sobre a organização guerrilheira. Ou seja, vencido o prazo do ultimato, se os tupamaros libertassem Mitriane, seriam considerados fracos; se o executassem, seriam considerados arbitrários. Em ambos os casos, o desgaste político seria evidente e se somaria a uma situação cada vez mais adversa, com mais de uma centena de companheiros presos e sofrendo a violência da tortura e uma direção esfacelada após as últimas detenções.

A tortura já era um método utilizado nos interrogatórios, e provavelmente poderia ser utilizada contra os tupamaros presos, o que fez com que os seqüestradores divulgassem um comunicado no qual constava que os seqüestrados seriam executados caso essa situação ocorresse. Assim noticiava a revista *Veja*:

Alguns minutos mais tarde, os nove prisioneiros foram apresentados à imprensa, uma atitude que pode ter sido tomada apenas para mostrar ao povo que a rocambolesca carreira guerrilheira de Sendic estava terminada. Mas a apresentação pode ter sido também uma resposta da polícia a mais um comunicado dos subversivos, deixado horas antes em um bar próximo à Chefatura, em que fizeram, pela primeira vez, alusão à morte dos seqüestrados – se Raúl Sendic ou outro preso sofresse qualquer tipo de tortura.⁵⁶⁴

Menos de duas horas após a descoberta do cadáver do agente dos Estados Unidos, no dia 10 de agosto, Pacheco Areco reuniu o Ministério e encaminhou ao Parlamento mensagem acabando com as garantias individuais e estabelecendo o Estado de sítio em todo o país. O Congresso entregou ao presidente todo o poder que ele precisava – tanto para combater especificamente a “subversão” quanto para se fortalecer no governo, podendo continuar pensando na sua reeleição. Enquanto que na aplicação das *Medidas Prontas de Seguridad* as restrições das liberdades individuais não poderiam ultrapassar trinta dias, com a proclamação do Estado de Sítio essas restrições ficaram sem prazo de término. Assim, a passagem do Estado de direito para uma situação de Estado de sítio “implica duas avaliações fundamentais: a verificabilidade da situação de perigo para a ordem pública e a determinação da necessidade de reagir com medidas excepcionais”.⁵⁶⁵

⁵⁶⁴ O seqüestro sem resposta: uma semana depois, ainda o suspense. *Veja*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1970, p. 32.

⁵⁶⁵ BALDI, Carlo. Estado de sítio. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. da UnB, 1986, p. 413.

Após a execução de Dan Mitriane, os tupamaros estavam conscientes que não havia mais condições de negociar a libertação dos outros seqüestrados. Decidiram, então, em relação a Dias Gomide, solicitar um resgate de um milhão de dólares ao governo Médici; este respondeu que não pagaria, pois senão estaria financiando a subversão. Entrementes, Maria Aparecida, a esposa do cônsul, iniciou uma campanha nacional de arrecadação de dinheiro que permitiria, meses mais tarde, sua libertação.

A comoção gerada na sociedade brasileira, patrocinada pelos órgãos governamentais, pela imprensa e pela mídia, em relação ao seqüestro do cônsul Aloysio Dias Gomide, e a repercussão dada ao caso pelos apelos de sua esposa, Maria Aparecida,⁵⁶⁶ não era compartilhada pelos demais brasileiros que estavam sofrendo nos porões da ditadura, nem por seus familiares. Este foi o caso de Dilma Borges Vieira, que buscava incansavelmente o paradeiro de seu esposo, Mário Alves, seqüestrado pelo aparato repressivo: na Marinha, na Aeronáutica, no Instituto Médico Legal, nos cemitérios. Quando inquiriu ao comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do Rio de Janeiro, este lhe disse que também procurava pelo seu marido.

Mário Alves foi um dos principais dirigentes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), juntamente com Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Jover Telles. O PCBR, fundado em 1968, era uma dissidência do PCB que se aproximava das teses defendidas na OLAS do foco guerrilheiro e da concepção da luta armada para a derrubada da ditadura e a implantação de um governo revolucionário. No dia 16 de janeiro de 1970, Mário Alves saiu de casa em torno das 20h, e desapareceu. Seqüestrado pelo DOI/CODI do Rio de Janeiro, foi transportado para o quartel do 1º. Batalhão de Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita. Após ser brutalmente torturado, morreu no dia seguinte ao seu seqüestro.

Vários presos políticos testemunharam a prisão de Mário Alves neste centro de detenção e as torturas a que foi submetido. As circunstâncias do seqüestro e do seu assassinato foram levadas ao conhecimento das autoridades judiciárias da ditadura brasileira, em 20 de julho de 1970. Alguns testemunhos prestados por presos políticos diante da Justiça dão conta do que ocorreu com o dirigente do PCBR:

Em depoimento à 2ª. Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, em 20/07/1970, Salatiel Teixeira Rolins, que seria morto por seus próprios companheiros após ser solto, “afirma que pertencia ao PCBR, tendo presenciado o espancamento e tomou conhecimento da prisão do jornalista Mário Alves no dia 16/01/1970, que faleceu

⁵⁶⁶ Maria Aparecida chegou, inclusive, a promover sua campanha de arrecadação nacional de fundos para a libertação de Dias Gomide em programas de televisão de altíssima audiência na época, como o do Chacrinha e o de Flávio Cavalcanti.

em vista de brutal espancamento que recebera e pela introdução em seu ânus de um pedaço de vassoura”.

René Louis Laugery de Carvalho, também em depoimento na mesma auditoria militar, em 20/07/1970 afirmou “que tomou conhecimento, durante os 26 dias que permaneceu naquela unidade [...] da morte de Mário Alves, em consequência de hemorragia interna, decorrente de torturas”.

Carta endereçada ao então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, em 15/07/1980, pelo advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes, denuncia que, no dia 16/01/1970, por volta de 20h, Mário Alves chegou preso ao local onde ele também estava detido, o quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, tendo ouvido todo o interrogatório, que se estendeu até cerca de 4 horas da manhã. Declarou ainda que viu Mário Alves pendurado no pau-de-arara e ser carregado da cela já quase sem vida.⁵⁶⁷

Apesar das declarações, as averiguações da morte de Mário Alves não foram realizadas. Além da impunidade do crime, restava ainda a Dilma Alves a procura do corpo de seu marido. Diante de inúmeras negativas dos órgãos de repressão, escreveu uma carta a Maria Aparecida, em 29 de setembro de 1970, relatando a sua indignação e sofrimento pelo desaparecimento de seu marido:

Todos conhecem seu sofrimento, sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza diariamente o seu drama. Mas do meu sofrimento, da minha angústia, ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para dizer também que “tenho o coração partido”, que quero meu marido de volta. O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura, pelo 1º. Exército, foi executado sem processo, sem julgamento. Reclamo seu corpo. Nem a Comissão de Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram dele, onde o jogaram. Ele era Mário Alves de Souza Vieira, jornalista. Foi preso no dia 16 de janeiro do corrente [1970], pela polícia do 1º. Exército e levado para o quartel da P.E., sendo espancado barbaramente de noite, empalado com um cassetete dentado, o corpo todo esfolado por escova de arame, por se recusar a prestar informações exigidas pelos torturadores do 1º. Exército e do DOPS. Alguns presos, levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e de fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e pelo nariz, nu, jogado no chão, arquejante, pedindo água, e os militares torturadores em volta, rindo, não permitindo que lhe fosse prestado nenhum socorro. Sei que a sra. não tem condições de avaliar meu sofrimento, porque a dor de cada um é sempre maior que a dos outros. Mas espero que compreenda que as condições que levaram meu marido a ser torturado até a morte e o seu, seqüestrado, são as mesmas; que é importante saber que a violência-fome, violência-miséria, violência-opressão, violência-atraso, violência-terrorismo, violência-guerrilha; que é muito importante saber quem pratica a violência – os que criam a miséria ou os que lutam contra ela.⁵⁶⁸

Dilma, uma das precursoras do movimento de familiares de mortos e desaparecidos políticos, inclusive recebeu ameaças por parte da repressão brasileira por procurar seu marido: “Escrevi uma carta ao comandante do I Exército e fui entregar pessoalmente. Era o Syseno

⁵⁶⁷ BRASIL. *Direito à memória e à verdade*, op. cit., p. 113-114.

⁵⁶⁸ DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. p. 352-353.

Sarmento. Voltei para saber a resposta e me submeteram a um interrogatório, me ameaçaram alegando que eu estava caluniando o Exército. Onde estão as testemunhas? – dizem”.⁵⁶⁹ Os restos mortais de Mário Alves continuam desaparecidos.

Em novembro de 1970, a revista *Veja* publicava com exclusividade o interrogatório que o MLN havia feito ao cônsul brasileiro. Este material foi publicado na revista *Panorama*, de Buenos Aires, sendo que os textos e as fotos foram mandados por correio. O nome da jornalista, Viviane Koestler, era desconhecido nos meios da imprensa uruguaia e argentina; possivelmente era um nome falso. Dentre as questões feitas ao cônsul durante o seu interrogatório, houve a acusação de ser um representante do governo ditatorial brasileiro:

VK – Na sua opinião, qual é o motivo desse seu encarceramento?

AG – Para meus seqüestradores, eu sou um instrumento. E isso é injusto. Nunca fiz mal para ninguém.

VK – Mas o senhor ocupa um cargo diplomático. Não representa o Brasil e não atua em nome desse governo?

AG – Sim, mas as pessoas valem por si mesmas, e não pelo posto que ocupam.

VK – Os seus seqüestradores poderiam pensar que o senhor foi nomeado para esse cargo porque compartilhava as opiniões de seu governo.

AG – Eu concordo com a posição do meu governo. Isso não posso negar. Mas os problemas do Uruguai são problemas do Uruguai e eu não tenho nada a ver com isso.⁵⁷⁰

A jornalista faz referências constantes à questão de que o cônsul teria sido seqüestrado por ser um representante diplomático do Brasil. Essa vinculação é clara na sua fala, tentando demonstrar que esse era o motivo do seqüestro de Dias Gomide.

Segue-se segundo interrogatório, realizado, agora, pelos tupamaros:

Pregunta: ¿Qué sabe Ud. sobre la existencia de torturas en Brasil?

Respuesta: Yo no veo la razón de este interrogatorio porque soy un prisionero, pero no estoy obligado a responder preguntas. Yo soy un prisionero, nada más.

P: Hace un tiempo el Ministro de Educación, Cnel. Yardo Espazadiño hizo declaraciones en las cuales reconoció la existencia de esas torturas en Brasil. ¿Que le parece?

R: Yo no conozco ninguna declaración del Ministro Yardo Espazadiño.

P: ¿Ud. sabe que el comisario Fleuri, considerado como un héroe por el gobierno brasileño por haber comandado las acciones que culminaron con el asesinato de Carlos Marighella y de Joaquín Cámara Ferreira, fue identificado por un sacerdote canadiense, como jefe del Escuadrón de la Muerte?

R: Mire, este interrogatorio no tiene sentido para mí.

P: ¿Ud. justifica como cristiano, el asesinato por el Escuadrón de la Muerte, de aproximadamente 700 presos comunes sin juicio previo y sin derecho a la defensa?

R: Como ya les dije todo esto no tiene sentido, esto es una forma de propaganda que están sacando de mí, para Uds.⁵⁷¹

⁵⁶⁹ ALVES apud GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 172.

⁵⁷⁰ Gomide na prisão do terror. *Veja*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1970, p. 20.

⁵⁷¹ LESSA, op. cit., p. 157.

Portanto, apesar das negativas constantes do cônsul, os tupamaros o questionaram sobre as técnicas repressivas que o Brasil exportava para o Uruguai – a tortura e o modelo do Esquadrão da Morte.

Dessa maneira, pode-se apreender que, desde o início da ditadura civil-militar no Brasil, o exílio de brasileiros no Uruguai era monitorado e vigiado, pois pelas premissas das “fronteiras ideológicas”, o governo brasileiro entendia que era sua obrigação cercar o “inimigo interno”, mesmo quando localizado em um país vizinho. O surgimento do MLN (e posteriormente do *Frente Amplio*) tornou o Uruguai alvo de preocupações do projeto geopolítico brasileiro de influência regional.

Após a decretação do AI-5, o governo brasileiro qualificou seu apoio à administração Pacheco Areco, exportando a experiência contra-insurgente adquirida no combate à oposição interna e suas técnicas repressivas. Assim, o seqüestro do cônsul brasileiro teria sido uma reação contra o governo que ele representava, denunciando-o também por dar sustentação à espiral autoritária do governo Pacheco Areco. Dias antes de ser libertado da *Cárcel del Pueblo*, o semanário *Marcha* publicava o questionário respondido por um dirigente do MLN à rede BBC de Londres:

¿Por qué los tupamaros mataron a Mitrione?

– Mitrione era asesor de la policía, agente de la CIA. Introdujo las armas antimotín que costaran la vida de estudiantes uruguayos. Recomendó y instauró las torturas. El secuestro de Fly se produce pocas horas después del de Mitrione. ¿Hay alguna relación directa entre estos dos secuestros?

– Se trataba entonces de aumentar el número de diplomáticos y funcionarios extranjeros detenidos para negociar la libertad de los revolucionarios presos.

¿Por qué raptaron a Dias Gomide?

– Dias Gomide representa en nuestro país a la dictadura más sangrienta del continente.⁵⁷²

Para a libertação do cônsul Dias Gomide foi exigido, inicialmente, o resgate de um milhão de dólares. Houve até a tentativa de negociação, organizada por padres uruguaios, de que o cônsul fosse trocado por presos políticos brasileiros, perante as negativas de Pacheco em aceitar as exigências dos tupamaros. Esse pedido foi ratificado após a execução de Mitrione:

A Senhora Gomide informada da morte do seqüestrado americano telefonou ao Senhor Presidente Médici ao qual fez um apelo para que atendesse a sugestão feita por televisão a 7 de corrente por 3 padres católicos no sentido de que o governo brasileiro propusesse a libertação de um certo número de presos políticos brasileiros em troca da vida e da liberdade do Cônsul Gomide. Ela falou por

⁵⁷² Secuestros: las cuatro entrevistas de la B.B.C. *Marcha*, Montevideo, 19 feb. 1971, p. 10.

telefone esta madrugada com um desses padres o qual lhe sugeriu que obtivesse a anuência do governo brasileiro para que esta fosse anunciada aqui pelo rádio ainda esta manhã. Consta aqui que estes padres tiveram contato com pessoas ligadas aos seqüestradores antes de fazerem essa proposta.⁵⁷³

Após realizar uma campanha de arrecadação entre a sociedade brasileira – o general Médici negou-se a pagar o resgate –, recebendo grandes somas de empresários, Maria Aparecida entrou em contato com o MLN. As Forças Armadas monitoraram efetivamente essas negociações:

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
3ª. DIVISÃO DE INFANTARIA

Dona APARECIDA GOMIDE teve dois contatos no Rio de Janeiro com Tupamaros. No primeiro contato, Tupamaros ofereceram a troca do Cônsul GOMIDE pela quantia já arrecadada. No segundo contato, feito dia 5 Jan 71, apresentaram a seguinte proposta: mesma troca, só que pela importância de 500.000 dólares (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), dando o prazo de uma semana, a terminar dia 12 do corrente, para efetuar a troca; caso não fosse o assunto resolvido no prazo previsto, entregariam o cônsul GOMIDE aos subversivos brasileiros na ROU.⁵⁷⁴

Os órgãos de informação e de repressão chegaram a anunciar que o guerrilheiro Carlos Lamarca faria Dias Gomide de refém e seria trazido para o Brasil: “Circ 426/70 Deveis manter rigoroso controle fronteira virtude Carlos Lamarca ter se deslocado Uruguai finalidade trazer Brasil como refém Cônsul Gomide. Mantenha DOPS e DCI informado qualquer informe sobre o assunto”.⁵⁷⁵

O resgate em dinheiro foi intermediado por padres brasileiros e uruguaios. A soma em dinheiro, segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mario Gibson Barboza, foi um quarto do pedido inicial: 250 mil dólares, valor que acabou sendo negociado entre Maria Aparecida e o MLN.⁵⁷⁶ Já Mauricio Rosencof recorda uma quantia um pouco menor: a soma não teria chegado aos 200 mil dólares.⁵⁷⁷

⁵⁷³ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada do Brasil no Uruguai. Telegrama secreto-urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 13.309 G/SG/DSI/AAA/922.2 (42)(44). Montevidéu, 10 ago. 1970.

⁵⁷⁴ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.2.1450.19.5. Santa Maria, 11 jan. 1971.

⁵⁷⁵ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.2.1441.18.5. Porto Alegre, 7 dez. 1970.

⁵⁷⁶ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

⁵⁷⁷ ALDRIGHI, op. cit.

Entregue o dinheiro, o MLN distribuiu um manifesto no dia 13 de fevereiro de 1971, no qual anunciava que as negociações para a libertação de Dias Gomide somente acabariam quando cessasse a suspensão das garantias individuais, instituídas com a execução de Dan Mitrione. Pacheco Areco, apesar de querer a prorrogação dessa medida, teve que ceder, mediante as pressões da Comissão de Senadores e Deputados. Assim, o Estado de sítio foi revogado. O cônsul foi libertado no dia 22 de fevereiro de 1971, tendo permanecido preso por quase sete meses, maior período, até então, que um seqüestrado havia passado na *Cárcel del Pueblo*.

Enquanto nesta semana a imprensa somente noticiava a libertação do cônsul pelos tupamaros, Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima), na sua coluna semanal do *Jornal do Brasil*, denunciou o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva,⁵⁷⁸ no dia 20 de janeiro de 1971. “Trágica interrogação” era o título de sua matéria, publicada no dia 25 de fevereiro de 1971:

Há vários meses que o Brasil inteiro participava do drama provocado pelo seqüestro do cônsul Aloísio Gomide por terroristas uruguaios. Revoltou-se contra a implacabilidade do Governo uruguaio, que se recusou terminantemente a proceder, como os seus seqüestradores, da maneira racional e humana com que agiu, em casos semelhantes, o nosso próprio Governo. E finalmente acompanhou, comovido, os passos que a esposa do nosso cônsul deu para obter, particularmente, com o apoio da generosidade do povo brasileiro, o que não conseguiu da intolerância do Governo uruguaio.

Pois bem, chegou a hora de participarmos todos de um drama semelhante, ocorrido entre nós e que é cercado de circunstâncias ainda mais revoltantes. É o caso do engenheiro e ex-Deputado Rubens Beyodt Paiva, preso em sua residência no dia 20 de janeiro e até hoje totalmente desaparecido. Do nosso cônsul se sabe que esteve em poder dos tupamaros e foi libertado, graças a um resgate em dinheiro. Do outro seqüestrado, porém, nada conseguem saber, nem sua família, nem seus advogados. Nem mesmo se conhece, os motivos de sua prisão. Deputado federal por S. Paulo, teve seus direitos políticos suspensos em 1964. Mas nunca mais, desde então, participou de atividades políticas. Não foi aberto contra ele qualquer inquérito policial-militar. Não lhe foi feita jamais qualquer acusação. Dedicou-se desde então, exclusivamente, à sua família e à sua carreira profissional. Inesperadamente, no Dia de S. Sebastião, é preso, em sua residência, juntamente com uma filha de 16 anos e sua esposa. Aquela foi liberada no dia seguinte. Esta, 12 dias depois. Foram todos levados para o quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita.⁵⁷⁹

O cônsul brasileiro foi proibido, pela ditadura brasileira, de emitir qualquer tipo de pronunciamento sobre o período em que ficou na *Cárcel del Pueblo* para a polícia e a imprensa uruguaia. Desse modo, dias após a libertação de Dias Gomide, agentes policiais uruguaios dirigiram-se ao Rio de Janeiro levando um questionário com 52 perguntas. Porém,

⁵⁷⁸ Cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil: Nunca Mais*, op. cit., p. 269-270; BRASIL. *Direito à memória e à verdade*, op. cit., p. 143-145.

⁵⁷⁹ ATHAYDE, Tristão de. Trágica interrogação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1971. Disponível em: <<http://www.jbonline.terra.com.br/destaques/110anosjb>>. Acesso em: 28 mar. 2008.

tiveram que deixá-lo com o embaixador uruguaio. Posteriormente, foi enviado de Montevidéu um questionário contendo cerca de 200 questões para o cônsul, formulado por agentes norte-americanos. Este foi entregue ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, que se encarregou de repassá-lo para a polícia brasileira. Ambos os questionários não foram respondidos completamente por Gomide. Juntamente com as perguntas, foram remetidas 200 fotos de tupamaros para identificação, o que não ocorreu, pois o cônsul declarou que eles estavam sempre encapuzados. O Itamaraty condecorou Aloysio Dias Gomide com a insígnia da Ordem do Rio Branco, no dia 20 de abril de 1971.

4.3 A MONTAGEM DA OPERAÇÃO TRINTA HORAS E O ENCAMINHAMENTO DO GOLPE DE ESTADO

“Hoy hay dos grupos totalitarios que intentan conquistar el poder: los tupamaros anarquizantes de inspiración castrista, que emplean los métodos terroristas, y el de la Unidad Popular, que pretende repetir el éxito de su homónima chilena”.⁵⁸⁰ Assim noticiava o editorial de *O Estado de São Paulo*, um dos principais periódicos da imprensa brasileira, em janeiro de 1971. Como se percebe, outra força que ameaçava o governo Pacheco Areco e seu autoritarismo, além do MLN, foi o *Frente Amplio*, uma coalizão de esquerda e de setores progressistas, que surgiu oficialmente em fevereiro de 1971 e concorreu ao pleito eleitoral daquele ano, atingindo índices elevados e importunando a política do bipartidarismo uruguaio. Apesar do constante apelo dado aos tupamaros, essa frente – inserida na lógica da disputa eleitoral democrático-burguesa – passou a representar mais um sério problema aos já enfrentados pelo governo: atuação de guerrilhas, manifestações sindicais e estudantis e protestos no Parlamento. A ditadura brasileira também se preocupava com o crescimento do *Frente Amplio*, tanto que montou um dispositivo militar – denominado de Operação Trinta Horas – para invadir Montevidéu caso essa frente vencesse as eleições. Entretanto, como isso não se confirmou, o plano foi desativado.

Denunciada na época, principalmente por Paulo Schilling desde as páginas do semanário *Marcha*,⁵⁸¹ a Operação Trinta Horas ainda hoje é assunto de polêmica no Uruguai.

⁵⁸⁰ SCHILLING, Paulo. *El expansionismo brasileño*. México, D.F.: El Cid, 1978. p. 14.

⁵⁸¹ De outubro de 1971 a maio de 1973, Paulo Schilling escreveu em *Marcha* uma série de reportagens sob o título “¿Irà Brasil a la guerra?”. O conjunto destas reportagens acabou fazendo parte da obra *El expansionismo*

Novas declarações vindas do Brasil alegam que o presidente Pacheco Areco teria solicitado a invasão brasileira, contrariando a antiga hipótese de que o governo Médici teria agido sem consentimento uruguaio. No Brasil, apesar da publicação da obra de memórias do coronel Dickson Graef ter revelado os planos dessa operação, ela é quase desconhecida, inclusive dos debates acadêmicos. Os documentos desclassificados dos Estados Unidos referentes à Argentina ajudam a tentar elucidar um pouco essa questão.

A participação brasileira no golpe civil-militar no Uruguai, apesar de não ser controversa, não é documentada. Como já foi visto, a Embaixada do Brasil em Montevideu realizava o monitoramento da política e dos conflitos internos desses países, enviando relatórios constantes para o Itamaraty. A cooperação entre as forças policiais e as forças armadas eram nítidas nesse momento. Algumas informações, contudo, apontam para a interferência brasileira no golpe. Tentar-se-á demonstrá-las nesse item final.

4.3.1 Frente Amplio: um novo inimigo a ser combatido

A resistência contra o governo Pacheco Areco manifestou-se também no âmbito político. A violência estatal crescente, a banalização do uso das *Medidas Prontas de Seguridad* e a autonomização do poder Executivo em detrimento do Legislativo repercutiram negativamente, principalmente no Parlamento. Políticos de partidos de esquerda e também de setores dissidentes dos partidos tradicionais começaram a unir-se contra as medidas adotadas pelo governo. Para Miguel Aguirre Bayley, a oposição parlamentar, as manifestações dos trabalhadores e a vitória presidencial da *Unidad Popular* no Chile, em 1970, promoveram as condições para a formação do *Frente Amplio*.⁵⁸² Desse modo, no dia 5 de fevereiro de 1971, ele foi formalmente constituído.

Participavam do *Frente Amplio* os seguintes segmentos políticos: *Frente Izquierda de Liberación*, *Grupos de Acción Unificadora*, *Movimiento Blanco Popular y Progresista*, *Movimiento Herrerista*, *Movimiento por el Gobierno del Pueblo*, *Partido Comunista*, *Partido Demócrata Cristiano*, *Partido Socialista*, *Partido Obrero Revolucionario* e o *Comité Ejecutivo Provisório* de cidadãos que já em outubro de 1970 emitiu uma declaração na qual

brasileño, na qual Schilling aborda os vários momentos de intervenção da ditadura brasileira nos assuntos políticos e econômicos de outros países da América Latina.

⁵⁸² AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *El Frente Amplio: historia y documentos*. Montevideo: Banda Oriental, 1985.

expressava que era

indispensable la concertación de un acuerdo sin exclusiones entre todas las fuerzas políticas opuestas a la conducta antipopular y antinacional del gobierno, con vistas a establecer un programa destinado a superar la crisis estructural de la república, restituirle su destino de nación independiente y reintegrar al pueblo la plenitud del ejercicio de sus libertades.⁵⁸³

O *Frente Amplio* possuía um perfil de esquerda, popular, antioligárquico e antiimperialista. Enumerava quatro medidas fundamentais como os pilares para o desenvolvimento do país: reforma agrária, nacionalização dos bancos privados, nacionalização dos principais títulos do comércio exterior e uma enérgica ação industrial do Estado. Além disso, constava do seu programa: funcionamento da democracia com pluralidade partidária, sendo assegurados os direitos dos partidos políticos; garantia de direitos para todos os cidadãos; anistia para os presos políticos; liberdade de imprensa; condução de uma economia voltada para o mercado internacional, mas de acordo com os interesses nacionais populares.⁵⁸⁴

Uma nova força política criada a partir do *Frente Amplio* foram os Comitês de Base, centros de integração orgânica de cidadãos em muitos bairros de Montevideu e algumas outras cidades, principalmente os de perfil popular. Segundo os informes do *Frente Amplio*, os Comitês de Base “han sido, son y serán una parte integrante esencial del Frente Amplio e instrumento fundamental de su quehacer político”.⁵⁸⁵ Assim, essa nova força política conseguia penetrar na população, principalmente entre os setores mais pobres, realizando uma arregimentação social e estabelecendo um debate político. Devido a essa nova forma de vinculação política estabelecida com os comitês, os partidos *Blanco* e *Colorado* começaram a perder parte de seu eleitorado, pois suas discussões eram feitas nos denominados clubes políticos, nos quais aos setores menos favorecidos era vetada a participação. Desse modo,

na medida em que toda essa ação escapava do controle dos partidos tradicionais, os Comitês de Base tornaram-se uma inesgotável fonte potencial de futuros militantes. O comitê se tornou expressão e presença da Frente Ampla no cotidiano de cada bairro, aprofundando uma relação orgânica onde o voluntarismo e a solidariedade na vizinhança se viu intensificada com a realização de eventos culturais (teatro, música, murais) – inseridos, é claro, dentro de uma perspectiva de politizar e conscientizar as comunidades.⁵⁸⁶

⁵⁸³ AGUIRRE BAYLEY, op. cit., p. 25.

⁵⁸⁴ VILLALOBOS, op. cit.

⁵⁸⁵ AGUIRRE BAYLEY, op. cit., p. 33.

⁵⁸⁶ PADRÓS, op. cit., p. 287.

O general Líber Seregni foi escolhido para concorrer ao cargo presidencial nas eleições de 1971 pela coalizão. Seregni tinha sido o Comandante em Chefe do Exército durante o governo Pacheco Areco, mas posicionara-se contrário à militarização dos funcionários públicos e privados e ao uso indiscriminado das *Medidas Prontas de Seguridad*. Assim, solicitou passar para a reserva, em novembro de 1968, por manifestar-se contra as ações que estavam configurando a escalada autoritária desse governo. No último comício, poucos dias antes da eleição, em novembro de 1971, houve a participação de mais de 200 mil pessoas, até então a maior cifra registrada na história uruguaia. Setores da direita radical logo se manifestaram contra os simpatizantes da frente; estes sofreram ameaças, agressões e atentados.

A eleição de 1971 possuiu um elemento peculiar: a ocorrência de um plebiscito simultâneo que aferia a possibilidade da reeleição do presidente Pacheco Areco. Ao mesmo tempo em que a população deveria escolher os seus candidatos, deveria votar também se desejava ou não a reeleição. Entretanto, Pacheco Areco, que concorria pelo *Partido Colorado*, apesar de ter recebido o maior número de votos para a presidência (491.680), não atingiu o número de votos necessários para que a reeleição pudesse ser implementada no sistema político-eleitoral uruguaio.⁵⁸⁷ Wilson Ferreira Aldunate, candidato pelo *Partido Blanco*, recebeu 439.649 votos, enquanto que Juan María Bordaberry (candidato de Pacheco Areco, caso não fosse aprovada a reeleição), pelo *Partido Colorado*, acabou herdando 379.515 votos. No sistema eleitoral uruguaio, o partido – e não o candidato – mais votado saía vitorioso da eleição. Como cada partido podia apresentar vários candidatos, o vencedor seria o candidato do partido com maior número de sufrágios. Assim, explica-se por que o *blanco* Ferreira Aldunate, apesar de numericamente ter obtido mais votos que Bordaberry, não ganhou a eleição presidencial, pois o *Partido Colorado* havia sido o mais votado. O *Frente Amplio* obteve, para a presidência, 304.275 sufrágios, ou seja, 18,28% dos votos válidos. Na capital, Montevideú, seu candidato único à intendência foi o mais votado, perfazendo um total de 212.406 votos (30%). Porém, os *colorados* também foram os mais votados. Quanto à representação do poder Legislativo, o *Frente Amplio* elegeu 5 senadores, 18 deputados e 51 vereadores, dados importantes em termos de história política no Uruguai.

O *Frente Amplio*, dessa maneira, desestabilizou o tradicional sistema político-partidário uruguaio, ameaçando o bipartidarismo de *Blancos* e *Colorados*. Considerando-se que a coalizão atingiu esses índices com menos de um ano de existência, seus números nas

⁵⁸⁷ Pacheco deveria atingir 832.060 sufrágios para poder ser reeleito.

eleições foram surpreendentes. Em Montevideu, a votação do *Frente Amplio* nos bairros populares – onde se localizavam os principais Comitês de Base – foi bastante expressiva, além de conseguir uma boa aceitação nos setores médios da população. Pesou contra o *Frente Amplio* a obrigatoriedade do voto, pois a maioria da população mais idosa adotou uma posição conservadora na votação, elegendo os partidos tradicionais. Fora isso, a coalizão possuía muitos militantes e simpatizantes entre os jovens, os quais ainda não tinham idade suficiente para votarem.⁵⁸⁸

A eleição de uma representação do *Frente Amplio* nas instâncias do Legislativo e a composição com setores progressistas do *Partido Blanco* começaram a ameaçar o novo governo. Esse fator acabou deslocando para o Parlamento o cenário de disputa mais direto com o continuísmo conservador e autoritário, agora na figura de Bordaberry e do seu ministério. Dessa forma,

com enormes dificuldades para negociar acordos no Parlamento e forte resistência no seu interior (mais qualitativa do que quantitativa), a trajetória dos setores que haviam ascendido ao poder com Pacheco Areco e que garantiram a continuidade do projeto com Bordaberry apontava para a ruptura inconstitucional, não mais através do uso e abuso das MPS [*Medidas Prontas de Seguridad*], mas através de soluções mais definitivas.⁵⁸⁹

O golpe de Estado já estava sendo vislumbrado; o autoritarismo marcante na gestão Pacheco Areco rapidamente se constituiria em Terrorismo de Estado após os primeiros meses da administração Bordaberry.

4.3.2 A Operação Trinta Horas

Durante o período da campanha eleitoral de 1971, rumores de uma possível invasão brasileira ao Uruguai eram comentados, principalmente pela Embaixada argentina em Montevideu: “Prensa nacional destacó última semana informe embajador argentina ese dando cuenta plan brasileño invasión nuestro país a llevarse a cabo en treinta horas. Sirvase informar urgente al respecto así como sus opiniones personales”.⁵⁹⁰ Esse plano elaborado pela ditadura

⁵⁸⁸ PADRÓS, op. cit.

⁵⁸⁹ Ibid., p. 315.

⁵⁹⁰ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Telegrama enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caja 7b/ carpeta 3 – sem identificação. Rio de Janeiro, 2 ago. 1971.

brasileira ficou conhecido como Operação Trinta Horas; seu nome era indicativo do tempo necessário, segundo os estrategistas brasileiros, para que o Exército invadisse o Uruguai e chegasse até a cidade de Montevideú, caso o *Frente Amplio* saísse vitorioso das eleições.

Essas ações de interferência da ditadura estão vinculadas ao peso que a DSN teve na percepção regional desenvolvida pela sua política externa. Nesse sentido, quando ameaçado, o Brasil agiu com determinação. Tal fato é exemplificado no apoio à derrubada do general nacionalista Juan José Torres, na Bolívia, e na ajuda a grupos de extrema-direita, no Chile, para desestabilizar o governo Allende. Com a instauração da ditadura do general Hugo Banzer, na Bolívia, em 1971, o Uruguai passou a ser percebido como um dos maiores problemas para o governo brasileiro. Além da intensa atuação dos grupos armados – como o MLN – o surgimento do *Frente Amplio* fez com que as preocupações anti-subversivas regionais do Brasil se deslocassem para esse país, dentro da perspectiva de expansão ideológica da segurança nacional. O jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, assim noticiava o posicionamento do Uruguai na América Latina, conforme transcrito por Paulo Schilling, em setembro de 1971: “En el póquer de la subversión latinoamericana, Bolivia acaba de liberarse del castro-comunismo. El Uruguay, mientras tanto, parece dispuesto a candidatar-se para ocupar su puesto...”.⁵⁹¹

A irrupção do *Frente Amplio* no cenário político uruguaio assustou o governo norte-americano e a ditadura brasileira, pois, poucos meses antes, a coalizão de esquerda *Unidad Popular* havia sido vitoriosa nas eleições presidenciais chilenas. Inseridas na lógica democrático-burguesa, as frentes populares (como os casos do *Frente Amplio* e da *Unidad Popular*) eram menos vulneráveis à retórica e aos argumentos anti-subversivos usados na luta contra as guerrilhas. Entretanto, esse fator não impedia que os órgãos de informação e de repressão nacionais ou de outros países, dentre eles os do Brasil, os mantivessem sob vigilância, como demonstra a seguinte ordem de busca confidencial expedida pelo III Exército brasileiro em relação ao *Frente Amplio*: “Consta que pessoa conhecida pelo nome de Dr. CABRERA, e que seria médico em organização militar brasileira, provavelmente em Unidade da Brigada Militar, esteve em 25 de agosto reunido com elementos da Frente Ampla em MONTEVIDÉU”.⁵⁹²

Da mesma forma e com maior intensidade ocorreria também o monitoramento da região por parte dos Estados Unidos. De fato, a “via chilena para o socialismo”, como ficou

⁵⁹¹ SCHILLING, op. cit., p. 85.

⁵⁹² Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.2.537.6.3. Rio Grande, 26 dez. 1972.

conhecida a opção da *Unidad Popular* de chegar ao poder através do voto, passou a se constituir em um temor para os interesses do capital norte-americano, visto que uma das suas principais marcas foi a rejeição do discurso da Doutrina de Segurança Nacional de que socialismo e democracia eram incompatíveis. No final de 1971, os Estados Unidos, através do relatório Plank, divulgavam sua visão dos problemas de segurança do hemisfério ocidental:

A lição da experiência cubana – uma delas, pelo menos – é de que não se pode permitir a sobrevivência de nenhum movimento insurrecional por mais insignificante que pareça, pois ele poderá capitalizar forças e ganhar corpo. [...] A lição das eleições chilenas – uma delas pelo menos – é que as sociedades latino-americanas, por mais politicamente sofisticadas que pareçam, não merecem confiança como um jogo político livre. Se um Allende pode ser eleito no Chile, o que pode acontecer com países politicamente menos desenvolvidos [...].⁵⁹³

Uma frase de Henry Kissinger, secretário de Estado norte-americano durante o governo Nixon, proferida após a queda de Salvador Allende, em 1973, sintetizou a percepção de ameaça que a experiência chilena representava para os projetos capitalistas na América Latina e os interesses dos Estados Unidos: “Não vejo por que precisamos ficar parados assistindo um país tornar-se comunista devido à irresponsabilidade de seu próprio povo”.⁵⁹⁴ Conforme já analisado no capítulo 3, o Brasil era considerado o “satélite privilegiado” dos Estados Unidos no subcontinente latino-americano. Pela doutrina Nixon-Kissinger, a potência capitalista não interferiria mais diretamente na região, passando a equipar as Forças Armadas dos países aliados. Ao Brasil coube o papel de proteger indiretamente os interesses norte-americanos no subcontinente que, na maioria das vezes, coincidiam com os seus.

Uma das doutrinas elaboradas pela ditadura brasileira que ia ao encontro da concepção de “satélite privilegiado” era a “Teoria do Cerco”. Apesar de não conseguir se estimar com certeza o momento de sua criação, ela foi fortemente difundida a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Essa teoria postulava que a ditadura brasileira estava literalmente “cercada” por governos “marxistas” ou, então, grupos considerados de esquerda que poderiam vir a tomar o poder, e que ameaçavam o equilíbrio regional e, em decorrência, a sua própria segurança nacional: os movimentos nacionalistas de Velasco Alvarado, no Peru, e de Torres, na Bolívia; a atuação de grupos de luta armada; a eleição da *Unidad Popular*, no Chile; a formação do *Frente Amplio*, no Uruguai. Para tanto, era necessário neutralizá-los antes que se

⁵⁹³ RELATÓRIO PLANK. Segurança do hemisfério ocidental: a visão dos Estados Unidos e a visão latino-americana. *Revista brasileira de política internacional*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, ano 14, n. 55-56, set./dez. 1971, p. 109.

⁵⁹⁴ KISSINGER apud SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru/SP: EDUSC, 2000. p. 387.

fortalecessem e o comunismo avançasse na América Latina.⁵⁹⁵ Contudo, o Brasil seria o responsável por impedir que esse avanço ocorresse, segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, transcrito em *Marcha*:

La doctrina del cerco parte de la tendencia del proceso histórico de encontrarse Brasil rodeado por regímenes hostiles [...]. Más temprano o más tarde el país deberá enfrentarse con enemigos localizados en las fronteras. Ese enfrentamiento no es considerado solamente dentro de las formas clásicas de guerra de posiciones o de movimientos; según la doctrina del cerco no serán solamente ejércitos los que invadirán nuestras fronteras sino también y sobre todo ideas adversas, que llegarán antes que los ejércitos o serán traídas en la punta de sus bayonetas.⁵⁹⁶

Uma das formas de neutralizar o “inimigo” era difundir ou reforçar entre a população os valores da ditadura brasileira, isto é, os da Doutrina de Segurança Nacional. Mas, para tanto, era necessário desenvolver ações e estabelecer pressões que consolidassem idéias e percepções basilares da dimensão psicossocial postulada no interior da DSN, ultrapassando as fronteiras, conforme denunciava a reportagem de *Marcha*:

Para enfrentar esa doble invasión, los estrategos brasileños recomiendan no solamente ocupar en forma efectiva el territorio de las zonas fronterizas, sino también conquistar las mentes de la población de esas áreas para lo que denominan “valores nacionales”. Esa conquista ideológica debe intentarse también allende fronteras: “... Y conquistar las poblaciones de los países vecinos para los mismos valores”.⁵⁹⁷

Assim, a ditadura brasileira estaria realizando a guerra preventiva contra os movimentos desestabilizadores do seu regime. Esta guerra preventiva, inicialmente, seria travada pelas embaixadas, fato este que ao longo dessa dissertação aferiu-se verdadeiro – vide criação do CIEEx, entre outros. Posteriormente, seria a vez das Forças Armadas realizarem o seu trabalho:

En la primera etapa la guerra preventiva deberá ser conducida por la cancillería; esto es, deberá impedir que las fuerzas enemigas ganen terreno [psico-social] en la frontera y al mismo tiempo asegurar a las fuerzas nacionales algún triunfo importante por la incorporación de poblaciones extranjeras al modo de pensar brasileño [...]. Del éxito de esas misiones dependerá que la preparación militar

⁵⁹⁵ A “Teoria do Cerco” seria retomada quando da vitória de Héctor Cámpora na Argentina, representando a Juan Domingo Perón, fato que antecipava a volta do velho líder àquele país. Segundo Moniz Bandeira, o medo da formação de um eixo Allende-Cámpora acelerou o movimento golpista no Chile. Esta interpretação também foi compartilhada pelo governo norte-americano. Cf. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

⁵⁹⁶ Brasil: la guerra preventiva. *Marcha*, Montevideo, 18 jun. 1971, p. 24.

⁵⁹⁷ Ibid.

propriamente dicha sea reactivada o que los planes militares sean archivados para otra oportunidad.⁵⁹⁸

Desse modo, na lógica da “Teoria do Cerco”, o Uruguai era visto como um cenário de destaque para a política externa brasileira. As atuações dos grupos armados e a formação do *Frente Amplio* – com o precedente bem-sucedido no Chile – afetavam, conforme parecer da ditadura, sua segurança nacional e sua estabilidade interna, conforme destacava o editorial de *O Estado de São Paulo*, em janeiro de 1971, transcrito no semanário *Marcha*:

Lo que ocurre en Uruguay está lejos de ser un asunto interno de ese pequeño país enclavado entre dos grandes potencias de América Latina, Brasil y la Argentina. Dentro de los cuadros continentales y hemisféricos, lo que allí ocurre afecta a la seguridad nacional de sus vecinos. Es natural, pues, que los gobiernos responsables y las opiniones públicas de los países latinoamericanos más directamente interesados acompañen con creciente preocupación la crisis uruguaya, que hoy está prácticamente institucionalizada.⁵⁹⁹

Uma das medidas de interferência brasileira em relação à campanha eleitoral de 1971 foi a de colaborar no amedrontamento e intimidação de militantes e simpatizantes do *Frente Amplio*. Conforme já comentado no capítulo anterior, pela valise diplomática da Embaixada brasileira em Montevideú chegavam armas e explosivos plásticos que foram utilizados nos atentados contra os Comitês de Base, sedes de partidos, igrejas, entre outros. Os agentes repressivos brasileiros teriam atuado juntamente com integrantes do Esquadrão da Morte uruguaio e com o grupo *Juventud Uruguaya de Pie* (JUP) nos ataques contra militantes e dirigentes da coalizão de esquerda. Documentos desclassificados do governo Nixon informam que o general Líber Seregni acusava assessores norte-americanos e brasileiros nos ataques ocorridos em uma caravana de ônibus, na qual ele próprio, candidato à presidência pelo *Frente Amplio*, encontrava-se presente. Charles Adair, embaixador dos Estados Unidos no Uruguai, apontava que os funcionários da Embaixada norte-americana Irwin Rubenstein, Jeffrey Bunnigham, Harry Camill e John Hennessy estavam sendo associados à CIA – denunciada pela imprensa de esquerda de estar promovendo uma “guerra psicológica” contra o *Frente Amplio* –, além de que o cidadão panamenho Anthony Barbicri (também funcionário da mesma Embaixada) era acusado de ser, simultaneamente, membro da CIA e do Esquadrão da Morte brasileiro.⁶⁰⁰ O coronel Dickson Grael também relata essa conexão. Segundo ele, o

⁵⁹⁸ Brasil: la guerra preventiva. *Marcha*, Montevideo, 18 jun. 1971, p. 24.

⁵⁹⁹ SCHILLING, op. cit., p. 13.

⁶⁰⁰ Telegrama de uso oficial limitado do Embaixador dos EUA no Uruguai, Charles Adair, endereçado ao Secretário de Estado, 9 nov. 1971. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu>>. Acesso em: 24 ago. 2007.

adido militar brasileiro da Aeronáutica no Uruguai, coronel Leuzinger Marques Lima, levava do Brasil explosivos que foram repassados para a polícia uruguaia, a fim de destruir as células do Partido Comunista naquele país.⁶⁰¹

Alegações de fraude foram denunciadas nas eleições de 1971. Por isso, foi realizada uma segunda contagem dos sufrágios, que, porém, confirmou a vitória presidencial de Juan María Bordaberry. Conforme o próprio candidato pelo *Frente Amplio*, general Líber Seregni, não houve fraudes no pleito; a confusão estabelecida foi em virtude do próprio sistema político-eleitoral do Uruguai, que conferia a vitória ao candidato do partido mais votado, e não ao candidato mais votado em si:

[...] en las elecciones del 71, hubo irregularidades electorales debido, principalmente, a lo complejo del mecanismo de votar con la reforma constitucional, pero no hubo fraude. Y en esto quiero ser muy enfático: no hubo fraude electoral. Aquellas irregularidades se subsanaron, además, en el segundo escrutinio.⁶⁰²

Entretanto, na época, houve vários rumores de que inclusive a ditadura brasileira teria contribuído a fraudar as eleições, a fim de impedir a vitória da esquerda, fato sugerido pelos documentos desclassificados dos Estados Unidos. O primeiro é uma gravação transcrita de uma conversa entre o presidente Nixon e o Secretário de Estado William Rogers, trocando opiniões sobre o presidente Médici:

Rogers: “Si, pienso que este asunto de Médici es una buena idea. Pasé un tiempo agradable con el hoy al almuerzo y él ...”
 Nixon: “Es un tipo increíble, cierto?”
 Rogers: “Es... Dios mío, me alegra que esté de nuestro lado”.
 Nixon: “Duro y, eh, tu sabes... [risas] sabes, me gustaría que presidiera sobre el continente entero”.
 Rogers: “A mí también. Debemos ayudar a Bolivia. Él está preocupado por ello. Debemos asegurarnos que...”
 Nixon: “A propósito, la cuestión uruguaya, parece que él ayudó un poco allí...”⁶⁰³

Já em um memorando enviado por Kissinger a respeito dos assuntos tratados numa reunião entre o presidente Nixon e o primeiro-ministro britânico Edward Heath, o presidente norte-americano declara categoricamente que o Brasil ajudou a fraudar a eleição de 1971, conforme pode se aferir:

⁶⁰¹ GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

⁶⁰² BUTAZZONI apud PADRÓS, op. cit., p. 312.

⁶⁰³ Fita magnetofônica de Nixon sobre conversação entre o Presidente Richard Nixon e o Secretário de Estado William Rogers, 7 dez. 1971. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu>>. Acesso em: 24 ago. 2007.

“El hombre, Castro, es un radical”, el Presidente contestó “muy radical incluso para Allende y los peruanos. Nuestra posición es respaldada por Brasil, que es después de todo la llave del futuro. Los brasileños ayudaron a manipular las elecciones uruguayas... Hay fuerzas que están actuando las cuales nosotros no desalentamos...”⁶⁰⁴

Porém, além das tentativas de intimidações contra militantes e simpatizantes da frente, e da suposta ajuda na fraude eleitoral, a ditadura brasileira montou um plano de invasão a Montevideú. Como já foi dito, o mesmo seria executado caso o *Frente Amplio* ganhasse as eleições. Tal plano ficou conhecido, nos meios militares, como Operação Trinta Horas. As denúncias da montagem dessa operação chegaram ao Uruguai através de informes da Embaixada argentina. Coube a Paulo Schilling relatar a elaboração desse plano, que acabou não sendo acionado, nas páginas de *Marcha*. Criticado por ter escrito essas reportagens no “calor dos acontecimentos”, as denúncias feitas por Schilling seriam corroboradas posteriormente pelo depoimento do coronel brasileiro Dickson Grael.⁶⁰⁵ Apesar de discordar de Paulo Schilling em alguns aspectos – entre eles, negar o papel expansionista e subimperialista do Brasil –, o coronel reconheceu que houve um plano para invadir o país vizinho, se preciso fosse.

Os rumores que circulavam entre os meios militares argentinos eram de que o deslocamento de tropas brasileiras para a fronteira durante o seqüestro do cônsul Aloysio Dias Gomide, por parte do MLN, foi fundamental para consolidar a elaboração da Operação Trinta Horas. Ao contrário do que foi anunciado na época do seqüestro, as tropas que foram posicionadas próximas à divisa entre os dois países não tinham como objetivo pressionar as autoridades uruguaias para que cedessem às exigências dos tupamaros, mas, sim, teriam a intenção de avaliar a sua capacidade de movimentação em caso de uma possível invasão. Neste momento, o plano teria sido montado, tendo se chegado à conclusão de que bastariam trinta horas para se atingir a capital e destruir qualquer tipo de resistência ao governo autoritário de Pacheco Areco.

O informe argentino apontava que para a montagem da Operação Trinta Horas muitos dados e informações vinham sendo colhidos ao longo de vários anos, sendo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, provavelmente, o responsável por essas averiguações. Somam-se a essas informações as análises feitas pelos estrategistas militares brasileiros sobre os conflitos internos que estavam ocorrendo no Uruguai, o que teria levado à elaboração do

⁶⁰⁴ Memorando secreto de Henry Kissinger sobre uma reunião entre o presidente dos Estados Unidos e o primeiro-ministro britânico Edward Heath, 20 dez. 1971. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu>>. Acesso em: 24 ago. 2007.

⁶⁰⁵ GRAEL, op. cit.

plano nos seguintes aspectos:

- a) Las fuerzas armadas uruguayas carecen de armas y hombres para neutralizar o demorar una ofensiva militar brasileña. [...]
- b) La acción guerrillera puede aisladamente provocar algunos trastornos, pero no está en condiciones de ensayar ninguna respuesta de entidad frente a un ejército en pie de guerra como el brasileño.
- c) Las opciones políticas del futuro uruguayo son dos: o triunfa el Frente Amplio en caso de tener lugar las elecciones o triunfa un partido tradicional, lo que incidirá en un mayor auge de la guerrilla. Cualquiera de estas alternativas es considerada peligrosa y bastan, en opinión de las autoridades brasileñas, para justificar la invasión. [...] ⁶⁰⁶

O periódico *El Popular* também trazia denúncias sobre a movimentação de tropas brasileiras na fronteira, ressaltando que exatamente no ano de 1971 a ditadura brasileira transferiu vários agentes de espionagem para a Embaixada do Brasil no Uruguai, e que vários assessores do DOPS passaram a cooperar com a DNII:

En cuanto a la ingerencia, el simples hecho de desplegar el Tercer Ejército en la frontera, es una forma de interferir, de ejercer presión, un intento de dar la impresión de que un triunfo del Frente Amplio aparejaba inevitablemente una guerra internacional – la presencia propagandística de esa presunta inevitabilidad es un factor de presión utilizado para el pueblo uruguayo. [...] todo mundo sabe, y extrañamente, en el año 1971, Brasil traslada sus jefes de servicios de espionaje militares, y los instala como agregados en la embajada en el Uruguay, y extrañamente, un notorio organizador de complots y atentados el capitán Mancilla del ejército brasileño, pasa a ser funcionario de la embajada de Brasil, y extrañamente pasan a aparecer asesores del DOPS en la Dirección de Información y Inteligencia de la policía del Uruguay. ⁶⁰⁷

Os Estados Unidos teriam enviado telegramas para suas embaixadas no Brasil e na Argentina a respeito dos seus posicionamentos sobre uma possível vitória do *Frente Amplio* no Uruguai, assim como também consultava a existência da Operação Trinta Horas e a possibilidade de uma ação conjunta desses países. Um telegrama secreto enviado pelo embaixador norte-americano em Buenos Aires informava que Brasil e Argentina haviam realizado várias consultas de inteligência e monitoravam atentamente os eventos que estavam ocorrendo no Uruguai. A Argentina não possuía planos de intervenção no pleito eleitoral, mas assumiu que apoiaria um golpe para reinstalar o presidente Pacheco Areco se a esquerda ganhasse as eleições. ⁶⁰⁸ Já o memorando secreto expedido pelo Departamento de Estado para o Assessor de Segurança Nacional Henry Kissinger relata que provavelmente os partidos

⁶⁰⁶ SCHILLING, op. cit., p. 66.

⁶⁰⁷ Arismendi: desde el Brasil la CIA arma las bandas de JUP. *El Popular*, Montevideo, 10 nov. 1971, p. 3.

⁶⁰⁸ Telegrama secreto do embaixador norte-americano Lodge na Argentina, 27 ago. 1971. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu>>. Acesso em: 24. ago. 2007.

tradicionais ganhariam as eleições;⁶⁰⁹ entretanto, o candidato do *Frente Amplio* poderia ser eleito para a intendência de Montevideu. O documento aponta uma possível intervenção da Argentina e do Brasil, ressaltando que o interesse dos Estados Unidos é o de promover a estabilidade no Uruguai, nem que seja para preservar as relações entre os dois grandes poderes regionais da América do Sul: “o equilíbrio da região não podia ser rompido pela radicalização da esquerda no pequeno país nem por uma ação unilateral da Argentina e do Brasil. O entendimento entre ambos devia nortear as ações na geopolítica do Prata”.⁶¹⁰

A montagem da Operação Trinta Horas foi corroborada pelas declarações do coronel Dickson Grael, oficial que apoiou o golpe de 1964, mas, desiludido com o rumo que a ditadura brasileira começou a tomar, resolveu denunciar algumas ações do regime. Dentre elas, Grael relata, na sua obra,⁶¹¹ o projeto de invasão ao Uruguai, em 1971.

A Operação Trinta Horas teria sido montada dentro do III Exército. Na época, o coronel Dickson Grael servia na qualidade de oficial do Estado-Maior do Quartel-General da 2ª. Divisão de Cavalaria e, depois, como Comandante do 22º. Grupo de Artilharia de Campanha, ambos sediados em Uruguaiana, fronteira com a Argentina. Grael destaca a questão de que as autoridades militares vigiavam de perto a situação interna do Uruguai, devido à concentração de exilados brasileiros nesse país, e também por causa dos grandes comícios e concentrações da esquerda que se realizavam junto à fronteira Brasil-Uruguai.

Grael foi transferido, em dezembro de 1969, por ordem do ministro do Exército, para a 2ª. Divisão de Cavalaria. Ali, conforme o coronel:

No início de 1971 fui designado para efetuar um primeiro estudo das diretrizes a serem seguidas por aquela divisão, visando sua participação em um plano de intervenção militar no Uruguai. Tal fato deveria ocorrer caso a chamada Frente Ampla viesse a vencer as eleições a terem lugar, naquele ano, no país vizinho.⁶¹²

Segundo o coronel, a preparação das tropas brasileiras do III Exército para uma possível invasão no Uruguai foi acompanhada pela supervisão norte-americana. Grael teria recebido o adido militar dos Estados Unidos, o general Arthur Moura, em uma visita à sua divisão. De Uruguaiana, desceram o rio Uruguai, a fim de fotografar um acampamento de militantes do *Frente Amplio*, que estavam realizando uma convenção. Assim, para o coronel, essas ações demonstravam que os Estados Unidos estavam monitorando a montagem da

⁶⁰⁹ Memorando secreto do Departamento de Estado para o Assessor de Segurança Nacional Henry Kissinger, 27 nov. 1971. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu>>. Acesso em: 24 ago. 2007.

⁶¹⁰ PADRÓS, op. cit., p. 325.

⁶¹¹ GRAEL, op. cit.

⁶¹² Ibid., p. 15.

operação: “É evidente que essa visita do General Moura fazia parte do acompanhamento exercido pelo Governo dos Estados Unidos em relação à conturbada situação no Uruguai e aos preparativos militares brasileiros dela decorrentes”.⁶¹³

Conforme GraeL, o comandante do III Exército, o general Breno Borges Fortes, teria se deslocado pessoalmente para assistir aos exercícios das unidades que haviam sido convocadas para a invasão ao Uruguai. Estas estavam preparadas para, a qualquer momento, serem deslocadas rumo à fronteira; aguardavam nos quartéis o resultado das eleições de 1971. Porém, configurada a derrota do *Frente Amplio*, a operação foi desativada. Anos depois, o coronel descobriria qual o papel que lhe teria cabido na Operação Trinta Horas: comandar a Brigada da Cavalaria Mecanizada.

Um dado interessante corrobora a montagem da Operação Trinta Horas pelo Brasil. Especulava-se que o ditador argentino, o general Alejandro Lanusse, estaria disposto a convocar eleições, mesmo que isso significasse uma vitória peronista. Tal possibilidade reforçou a compreensão, por parte de Brasília, de que a ditadura brasileira estaria sendo ameaçada, pela lógica da “Teoria do Cerco”; ou seja, poderia ficar rodeada por regimes com graus variados de hostilidade que colocariam em risco sua segurança nacional, isolando-a do restante da América Latina: a sobrevivência do governo Allende, no Chile, a possibilidade de um futuro governo socialista no Uruguai (com o *Frente Amplio*) e o término da ditadura na Argentina, com a volta dos peronistas ao poder, desenhavam um hipotético cenário desfavorável para o Brasil.

Uma questão polêmica referente à Operação Trinta Horas versa sobre o envolvimento ou não da administração central da ditadura brasileira. Em 1991, o jornalista Evandro Paranaguá, do periódico *Correio Braziliense*, apresentava a data da invasão ao Uruguai: 29 de novembro de 1971, um dia após as eleições. Por mais inverossímil que possa parecer hoje, quase quarenta anos depois, vistos os fatos retrospectivamente, as fontes indicam que realmente o plano existiu e que por pouco não foi executado. Baseado em documentos oficiais e entrevistas de supostos participantes da operação, apontou duas hipóteses sobre a Operação Trinta Horas.⁶¹⁴

Na primeira, as tropas do III Exército cruzariam a fronteira por Santana do Livramento, Aceguá (passando por Bagé) e Chuí, um dia após as eleições, caso o *Frente Amplio* ganhasse as eleições. Dentre as autoridades militares que sabiam da existência da operação ou estavam diretamente envolvidos destacavam-se o presidente Médici, o general

⁶¹³ GRAEL, op. cit., p. 15.

⁶¹⁴ Para maiores informações, ver VILLALOBOS, op. cit.

João Batista Figueiredo (Chefe do Gabinete Militar e posterior ditador), o general Orlando Geisel (ministro do Exército) e o general Breno Borges Fortes (Comandante do III Exército).

Na outra hipótese, a Operação Trinta Horas teria sido desenvolvida de forma autônoma pelo III Exército, sendo posteriormente levada ao conhecimento da cúpula militar. Emissários do III Exército teriam sido enviados a Brasília em busca de verbas para a realização da operação. O general Euler Bentes Monterio, responsável pela Diretoria Geral de Economia e Finanças do Exército, a quem foi solicitado o auxílio financeiro, ao saber do plano de invasão, notificou imediatamente o ministro do Exército, que teria contatado, então, o presidente Médici, que desconheceria os planos do III Exército de invadir o Uruguai. Elio Gaspari⁶¹⁵ confirma a hipótese da elaboração da Operação Trinta Horas pelo III Exército, oferecendo ao general Breno Borges Fortes o papel central. O autor reconhece que a 2ª. Brigada de Cavalaria Mecanizada estava preparada para a invasão. Porém, Gaspari nega que o presidente Médici soubesse da operação; inclusive, este não teria dado ordens para a movimentação das tropas do III Exército, chegando a ameaçar o general Borges Fortes de exoneração, ao saber da mesma.

Novas declarações vieram a público, em janeiro de 2007, quando, em um programa de televisão do Rio Grande do Sul, o general Ruy de Paula Couto, ex-chefe do III Exército, anunciou que foi Pacheco Areco quem solicitou que tropas brasileiras invadissem o Uruguai, se o *Frente Amplio* ganhasse as eleições.⁶¹⁶ Segundo o general brasileiro, o governo uruguaio sabia da possibilidade da invasão ao território do seu país, mas as Forças Armadas não fariam oposição, pois apoiariam um golpe de Estado que perpetuasse o presidente Pacheco Areco – caso este fosse derrotado nas suas aspirações à reeleição e a vitória pendesse para a esquerda.

Ruy de Paula Couto foi agregado militar na Embaixada do Brasil em Montevidéu, de 1967 a 1969, e também desde ali acompanhou as negociações para a libertação do cônsul Aloysio Dias Gomide, quando do seu seqüestro pelos tupamaros. Era amigo íntimo do então ministro da Defesa do Uruguai, general César Ramón Borba Tadeo, que teria sido o interlocutor do governo uruguaio nas articulações da Operação Trinta Horas. O ministro Borba havia sido aluno de Ruy de Paula Couto na ESG. O intercâmbio de oficiais entre as escolas militares do Cone Sul era usual, conforme demonstra o ofício enviado pela Embaixada do Uruguai no Brasil ao Ministério das Relações Exteriores sobre a participação de oficiais brasileiros nos cursos da escola militar uruguaia:

⁶¹⁵ GASPARI, Elio, *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁶¹⁶ RODRÍGUEZ, Roger. Operación Treinta Horas. *La República*, Montevideo, 15 ene. 2007. Disponível em: <<http://www.larepublica.com.uy>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

Tengo el agrado de dirigirme al señor Agregado Militar para llevar a su conocimiento la comunicación recibida del Departamento de Política Exterior de nuestra Cancillería [...] referente a la participación de oficiales brasileños en el Curso de Estado Mayor en el Instituto Militar de Estudios Superiores, durante el año 1968.⁶¹⁷

Portanto, a ligação Paula Couto-Borba Tadeo, pessoal e profissional, foi um dos canais pelos quais passava a conexão repressiva Brasil-Uruguai. O depoimento do militar brasileiro, em 2007, confirmou algo que se suspeitava desde aquela conjuntura: o governo Pacheco Areco teria pedido auxílio à ditadura brasileira, solicitando apoio militar e ajuda na reforma dos serviços de inteligência. Dessa forma, o general Médici o teria enviado a Montevideu para cuidar da situação com o ministro da Defesa. O acordo entre os dois governos implicava que o Exército uruguaio enviaria oficiais para serem treinados em Porto Alegre, tomando contato, então, com a oficialidade do III Exército do Brasil. Assim, o general Ruy de Paula Couto afirmou que o Exército uruguaio agiria conjuntamente com o Exército brasileiro para impedir que o *Frente Amplio* assumisse a presidência no Uruguai. Cabe registrar que tais palavras não foram censuradas nem desmentidas pelos governos e Forças Armadas de ambos os países.

4.3.3 O governo Bordaberry (1972-1973): a deflagração do golpe de Estado

Com a derrota da esquerda nas eleições, o dispositivo militar da Operação Trinta Horas não precisou ser acionado. A vitória presidencial de Juan María Bordaberry significou a intensificação da política autoritária que vinha sendo aplicada no Uruguai, com o aumento da repressão e da censura, principalmente devido à oposição que vinha sofrendo da guerrilha tupamara e de setores parlamentários. Segundo Enrique Padrós, a luta anti-subversiva continuou sendo priorizada neste novo governo por três razões. A primeira foi devido ao crescimento político e operacional do MLN, que desafiava o governo Bordaberry e os partidos tradicionais; a segunda, em função de que a luta contra os movimentos armados conseguia apoio do *Partido Blanco*, levando a um isolamento dos setores parlamentários da esquerda; e a terceira porque as Forças Armadas passaram a adquirir o papel principal na luta

⁶¹⁷ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Oficio enviado pela Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. caja 173/ carpeta 9/ sección 1ª – 40/968-1ª-9/68. Rio de Janeiro, 15 ene. 1968. Também foi o caso do militar uruguaio José Luis Ramagli, do setor de informações, que estudou na Escola de Comando e Estado Maior do Brasil, e, ao tornar-se diretor do *Instituto Militar de Estudios Superiores* (1964-1966), divulgou as concepções brasileiras nos cursos ministrados nesta instituição para os oficiais. Cf. GINESTA apud PADRÓS, op. cit.

anti-subversiva.⁶¹⁸

Na dialética da violência, a priorização da “luta contra a subversão” acabou intensificando as ações armadas das guerrilhas. Esta atingiu seu auge na ofensiva do dia 14 de abril, quando os tupamaros executaram o vice-secretário do Interior, Armando Acosta y Lara e mais três agentes repressivos, acusados de serem integrantes do Esquadrão da Morte. Essas ações dos tupamaros inseriam-se na nova etapa que a guerrilha queria avançar, na qual as ofensivas militares seriam mais diretas e contundentes, a fim de causar maior impacto entre a sociedade uruguaia. Porém, no mesmo dia, as Forças Armadas – responsáveis agora pela perseguição ao MLN – atacaram diversos esconderijos da guerrilha e executaram oito tupamaros. A violência estatal não se restringiu somente à guerrilha: simpatizantes do *Frente Amplio* tiveram suas casas atingidas, assim como alguns Comitês de Base, e oito militantes do PCU foram executados pelas Forças Armadas.

No dia 15 de abril de 1972 (um dia após a ofensiva tupamara), o governo obteve a aprovação do “Estado de guerra interno” pelo Parlamento, fazendo com que as Forças Armadas entrassem definitivamente no cenário político uruguaio, principalmente os setores “duros”. O “Estado de guerra interno” possibilitava ao governo, durante um período de trinta dias, intensificar a violência, ao permitir “ações policiais sem necessidade de ordem judicial, interrogatórios sem prazo, suspensão de *habeas corpus*, a intervenção da Justiça Militar nos delitos políticos, a criação de novos delitos, o aumento das penas e a reclusão dos detidos em qualquer parte do país”.⁶¹⁹

Entretanto, as ações guerrilheiras, embora diminuindo, ainda persistiam. O governo Bordaberry, dessa maneira, conseguiu a aprovação da *Ley de Seguridad del Estado*, em julho do mesmo ano, apesar da oposição dos legisladores do *Frente Amplio*. Tal lei tornava permanente, na sua essência, as decisões do “Estado de guerra interno”, bem como as *Medidas Prontas de Seguridad*, tão utilizadas, até então, com a chancela e legitimidade conferida pela maioria parlamentar. Pela *Ley de Seguridad del Estado*, qualquer delito cometido contra a segurança nacional seria julgado pelo Tribunal Militar, intensificando o autoritarismo no governo Bordaberry:

La aprobación en julio de la severísima Ley de Seguridad del Estado, también inconstitucional en muchos de sus artículos, agrava esta situación al quitarle al poder judicial civil prácticamente toda injerencia en los delitos de importancia para la suerte del Estado. Además, en nombre de la guerra contra delincuentes que

⁶¹⁸ PADRÓS, op. cit.

⁶¹⁹ Ibid., p. 340.

amenazan la patria, tanto las Fuerzas Armadas como el poder político aceptan los métodos sucios.⁶²⁰

A entrada definitiva das Forças Armadas no cenário uruguaio acabou levando ao colapso do MLN. Segundo Selva López Chirico, foi na luta anti-subversiva que as características próprias das Forças Armadas uruguaias foram forjadas.⁶²¹ Com a derrota militar da guerrilha tupamara, os principais alvos da repressão estatal passaram a ser o *Frente Amplio* e os movimentos sociais, inseridos numa lógica pautada cada vez mais pelo anticomunismo e pela Doutrina de Segurança Nacional.

Esse crescente protagonismo das Forças Armadas no Uruguai provocou a primeira insubordinação militar em relação às instituições democráticas, em março de 1972, no início do governo Bordaberry. Um juiz militar determinou a soltura de quatro médicos detidos. Tal instrução, porém, foi desobedecida pelas Forças Armadas, o que demonstra a pretensão de autonomia sobre a Justiça e, inclusive, sobre o Executivo. Diante desse caso, o ministro da Defesa Nacional, Augusto Legnani, e o Comandante em Chefe do Exército, general Florencio Gravina, renunciaram. Isto facilitou a entrada dos setores “duros” das Forças Armadas no governo. Essa situação foi acompanhada pela diplomacia brasileira, que interpretava que os militares não estavam dispostos a retornarem aos quartéis:

A crise política em que se debate o Uruguai nestes últimos dias chegou aparentemente a ponto culminante com a demissão, ontem apresentada, do Ministro da Defesa Nacional Augusto Legnani. Embora a causa imediata e ostensiva seja o descumprimento pelos chefes militares da ordem emanada pelo Ministro, no sentido de serem liberados quatro médicos presos por subversão, a causa é mais profunda e envolve uma dissidência entre elementos civis e militares do governo. Muitos dos primeiros, ao que parece, estão temerosos da incursão dos militares no campo da repressão dos crimes econômicos e que têm resultado na detenção e inquirição de indivíduos ligados a presumidas negociatas nas quais estariam envolvidos políticos ligados ao ex-presidente Pacheco Areco. No fundo esta crise tem aspectos não só políticos mas também institucionais, estando o presidente Bordaberry colocado entre as pressões do seu esquema político de um lado e dos chefes militares do outro e havendo indícios de que estes últimos [...] *parecem pouco propensos a voltarem aos quartéis.*⁶²²

A possibilidade de um golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas já começava a ser vislumbrada no final de 1972, conforme demonstra um telegrama enviado pela

⁶²⁰ SERE apud VILLALOBOS, op. cit., p. 61.

⁶²¹ LÓPEZ CHIRICO, Selva. Uruguai: Forças Armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

⁶²² Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada do Brasil no Uruguai. Telegrama confidencial-urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevideú. n. 99057. Montevideú, 20 out. 1972. Grifos nossos.

Embaixada brasileira em Montevidéu para o Itamaraty, com base em informações de um documento que circulava internamente nos quartéis uruguaios:

O documento citado pelo então Ministro da Defesa Nacional Augusto Legnani, em sua carta aos Comandantes em Chefe das três Forças Armadas, evidencia a inquietação nos meios militares. Segundo informações de boa fonte, estaria em preparo um plano de golpe militar. A efetivação do plano poderia ser apressada na eventualidade de outra crise política, que novamente colocasse em xeque a autoridade de Bordaberry. Contudo os militares envolvidos não têm pronto um programa de governo, razão pela qual relutam em assumir ostensivamente o poder, ou pelo menos concordam em que lhes convém esperar um pouco mais.⁶²³

Esse processo de repressão, autoritarismo e crescente presença das Forças Armadas no governo *democrático* acabou resultando, finalmente, no golpe de Estado, em 27 de junho de 1973, quando se instalou uma ditadura, apesar da forte resistência da CNT que conclamou os trabalhadores a uma greve geral que durou quinze dias.⁶²⁴ Os setores golpistas uruguaios receberam ajuda da ditadura brasileira, fornecendo linhas de financiamento ao governo de Bordaberry e ajudando no treinamento ao combate dos “focos subversivos”. Além disso, o Brasil apoiou diretamente o golpe de Estado, embora poucas sejam, ainda, as informações sobre sua participação efetiva. Na época, foi denunciado que o governo brasileiro “enviou ao Exército do Uruguai centenas de veículos, tais como caminhões e carros Volkswagen, em uma operação da ordem de US\$815.000”.⁶²⁵

Essas denúncias foram realizadas por Wilson Ferreira Aldunate, quando se encontrava no exílio, em Buenos Aires. Entretanto, essa versão foi refutada por Bordaberry, alegando que os caminhões haviam sido comprados pelo Exército uruaio. Segundo o presidente, a fim de se economizar no transporte marítimo, foram enviados motoristas ao Brasil para que os caminhões fossem trazidos por terra. Desse modo, o que Ferreira Aldunate denunciava como uma invasão brasileira nada mais era do que a chegada de uma frota de caminhões pertencentes às Forças Armadas do Uruguai.⁶²⁶

Independente desse fato pontual, verifica-se que o Brasil apoiou direta ou indiretamente o golpe de Estado, o qual ajudou a amadurecer desde a política de aproximação com Pacheco Areco, quando exportou também suas técnicas repressivas, como a tortura e o Esquadrão da Morte, além de ajuda financeira. Dessa forma, foi um dos responsáveis

⁶²³ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada do Brasil no Uruguai. Telegrama secreto enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 104608. Montevidéu, 6 nov. 1972.

⁶²⁴ A greve geral acabou sendo sufocada pela dificuldade de articulação e organização devido à repressão orquestrada pelo Estado. A ditadura uruguaia declarou ilegal a CNT, proibiu as greves e instituiu uma legislação sindical que impedia qualquer possibilidade de autonomia dos trabalhadores.

⁶²⁵ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 245-46.

⁶²⁶ CAMPODÓNICO apud PADRÓS, op. cit.

indiretos pelo clima de Terror de Estado gerado durante a ditadura uruguaia. A colaboração entre os dois países, a partir de 1973, passou a ser mais sistemática e fluida, e com a montagem da Operação Condor, essas relações adquiriram novas proporções.

A ingerência brasileira e a sua participação no golpe de Estado uruguaio eram denunciadas em vários países, através da imprensa. A Embaixada do Brasil na Itália informou o Itamaraty a respeito de uma reportagem do jornal do Partido Comunista Italiano, *L'Unita*, na qual se ventilava uma possível intervenção brasileira no Uruguai para sufocar a greve geral de resistência ao golpe de Estado, desencadeada pela CNT. O periódico destacava o papel subimperialista exercido pela ditadura brasileira no Cone Sul, com destaque para a região da Bacia do Prata:

Na edição do dia 26 de julho, o artigo “Brasil concentra forças na fronteira com o Uruguai” no qual focaliza a ameaça que estaria pesando sobre este país de uma aberta intervenção militar brasileira visando eliminar a resistência popular à ditadura instaurada pelo presidente Bordaberry e consolidar o atual governo uruguaio. Segundo o referido jornal, a ameaça não deve ser subestimada, em face do papel subimperialista que estaria sendo atualmente desenvolvido pelo Brasil, dos planos expansionistas e hegemônicos, que caracterizariam sua política e do apoio que teria dado ao golpe de Estado praticado por Bordaberry. Acrescenta ainda que seriam evidentes os objetivos do regime de Brasília, no sentido de controlar toda bacia do Prata, sobretudo levando-se em conta que Montevidéu seria o portão daquele grande rio. Já em 1971, o Brasil teria concentrado tropas na mesma fronteira para uma possível invasão do país vizinho – mediante a Operação 30 Horas, em caso da vitória da coalizão de esquerda *Frente Amplio*.⁶²⁷

O golpe de Estado no Uruguai e a promoção do Terrorismo de Estado, através da aplicação das premissas da DSN, precisam ser analisados na conjuntura latino-americana dos anos 1960 e 1970. O Brasil tornara-se a primeira ditadura de Segurança Nacional instalada na América Latina, em 1964, passando a ser considerado como “laboratório” e exportando sua metodologia repressiva adquirida no combate interno à “subversão”. Assim, por um lado, ocorreria o avanço de setores golpistas e autoritários na região. O Paraguai de Stroessner começou a incorporar alguns elementos da matriz norte-americana da segurança nacional à sua ditadura de caráter personalista, em meados dos anos 1960. A Bolívia sofreu o golpe de Estado, em 1971, contra a administração popular de Torres. Em junho de 1973, era a vez do Uruguai; dois dias depois, ocorreu uma tentativa frustrada de golpe no Chile, que depois se concretizaria em setembro desse ano. Por outro lado, a Argentina parecia colocar-se contra a corrente. A convocação de eleições, após anos de ditadura nesse país, com a vitória de Héctor José Cámpora, em maio de 1973, ameaçava os interesses norte-americanos e brasileiros na

⁶²⁷ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada do Brasil na Itália. Telegrama confidencial enviado pela Embaixada brasileira em Roma. n. 84511. Roma, 27 jul. 1973 apud VILLALOBOS, op. cit., p. 151.

região, temerosos diante da possibilidade de um novo equilíbrio regional. Nesse sentido, é muito interessante a reflexão de Carlos Quijano sobre o golpe uruguaio e sua inserção no contexto latino-americano:

La reaparición de la democracia en Argentina rompía la alianza dictatorial del Cono Sur introduciendo en la zona un peligroso factor de desequilibrio. Había que actuar, antes de que el gobierno de Cámpora se organizara, antes de que Allende pudiera contar con nuevo respaldo. Cámpora asume la presidencia el 25 de mayo. Un mes después, el 27 de junio, Bordaberry [...] da el golpe en Uruguay. Apenas pasan cuarenta y ocho horas y se produce en Chile el “Tancazo”, ensayo general de la tragedia que conoceremos el 11 de septiembre. Argentina queda advertida y cercada. Las dictaduras están apostadas en todas las fronteras. En Bolivia, Banzer; en Paraguay, Stroessner; en Brasil, Garrastazú Médici y la logia militar; en Uruguay, otra logia militar sin rostro, pero que se sirve de un mascarón [alusão a Bordaberry].⁶²⁸

Todos esses golpes tiveram como objetivo, dentre outros, reprimir os setores populares e suas reivindicações. No caso uruguaio, o *Frente Amplio* e os movimentos sociais foram os alvos atingidos pela repressão. A guerrilha tupamara já estava desestruturada, após a ofensiva de 1972. O Terrorismo de Estado no Uruguai iria nutrir-se da “cultura do medo” patrocinada por ele, provocando o “*gran encierro*”: por um lado, seria a ditadura que, proporcionalmente, teria o maior número de presos políticos da região; por outro, procuraria cercear os cidadãos de todas as formas possíveis. Os autores do relatório *Uruguay: Nunca Más*⁶²⁹ descreveram essa situação como se toda a população estivesse encapuzada. Na configuração desse quadro e no conjunto desses acontecimentos, a atuação e o papel do Brasil não foram insignificantes.

A escalada autoritária no Uruguai, que se iniciou com a chegada de Pacheco Areco à presidência, antecipou o clima de medo, insegurança e terror que seria institucionalizado com a ditadura. Os elementos que depois seriam utilizados pelo Estado ditatorial – tortura, censura, seqüestros, desaparecimentos, repressão aos trabalhadores e aos estudantes – se encontravam presentes neste Estado autoritário vigente na democracia. Assim, antes do Terrorismo de Estado se tornar política estatal no Uruguai, o regime de exceção já tinha um aparato repressivo montado, tanto por causa da sua experiência interna, quanto pela cooperação

⁶²⁸ QUIJANO apud PADRÓS, op. cit., p. 372-373.

⁶²⁹ SERPAJ. *Uruguay: Nunca Más*. Montevideo: SERPAJ, 1989.

recebida dos Estados Unidos e da ditadura brasileira.

A partir da decretação do AI-5, o Brasil começava a viver os “anos de chumbo”, período de maior repressão e de intensivo intercâmbio de técnicas coercitivas. A ditadura brasileira havia encontrado um aliado no governo autoritário uruguaio. A cooperação entre as forças policiais e armadas entre esses dois países se intensificou, como no caso de seqüestros de brasileiros no Uruguai que eram transportados para a fronteira a fim de serem entregues ao aparato repressivo brasileiro, como denunciava a imprensa de esquerda de Montevideú. O seqüestro do cônsul brasileiro, Aloysio Dias Gomide, pelo MLN, foi uma reação à escalada autoritária, ao crescimento da violência estatal e ao uso indiscriminado de medidas de exceção, assim como uma denúncia da cooperação brasileira com o governo Pacheco Areco.

Durante as negociações do seqüestro de Dias Gomide, tropas brasileiras foram posicionadas na fronteira, a fim de poder monitorar e estudar melhor o terreno. Já se antevia uma possível intervenção no Uruguai, devido à crise interna que este país vinha passando. Em 1971, a formação da coalizão de esquerdas *Frente Amplio* foi o fator de aceleração decisivo para a elaboração do plano de invasão: a vitoriosa experiência chilena não poderia se repetir na América Latina. As tropas do III Exército chegaram a ser mobilizadas; a Operação Trinta Horas somente não foi ativada por que o *Frente Amplio* saiu derrotado da eleição. Entretanto, este ainda se constituía em um perigo para a segurança – uruguaia e brasileira –, assim como os movimentos sindicais e estudantis. Para tanto, o presidente Bordaberry – continuísta da política autoritária de Pacheco Areco – deflagrou o golpe de Estado, em 27 de junho de 1973, com ajuda da ditadura brasileira, iniciando um período sistemático de medo, suspeição, violência e exílio, devido à aplicação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e da promoção do Terrorismo de Estado.

Após o golpe – período não contemplado nessa dissertação – as relações entre ambas as ditaduras foram bastante amistosas, mantendo-se e intensificando-se a colaboração política e diplomática. Essas relações permaneceram, sobretudo, no âmbito repressivo; sempre que necessário, a conexão repressiva foi acionada. O maior exemplo dessa cooperação entre a ditadura brasileira e uruguaia acabou sendo o seqüestro dos uruguaioes em Porto Alegre – LÍlian Celiberti e seus dois filhos, Camilo e Francesca, e Universindo Rodríguez Díaz – já inserido no marco da Operação Condor.

CONCLUSÃO

Esta dissertação se propôs, como problema geral, evidenciar as conexões repressivas estabelecidas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (ainda no seu período democrático), pois buscava-se apreender e exemplificar, a partir dessa relação, como o Brasil influenciou os demais países da região, exportando técnicas repressivas e interferindo, quando necessário, nas questões internas dos mesmos.

A ditadura brasileira foi a primeira que se instalou na América Latina orientada pelas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, as quais, no contexto de Guerra Fria, passaram a ser difundidas pelos Estados Unidos para os oficiais dos países ao sul. Após o êxito da Revolução Cubana e, principalmente, do fracasso da invasão norte-americana no episódio da Baía dos Porcos, a potência capitalista considerou primordial o “combate ao comunismo” na região. Assim, conceitos como “guerra revolucionária”, “fronteiras ideológicas” e “inimigo interno” começaram a fazer parte das aulas ministradas nas escolas militares norte-americanas para a formação de oficiais latino-americanos.

Porém, desde a criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, esses conceitos já eram conhecidos entre os militares e os civis que freqüentavam os seus cursos. Na reelaboração da DSN pelos teóricos militares brasileiros, as noções de guerra total e guerra nuclear – preocupação para os Estados Unidos – foram substituídas pela guerra revolucionária antes mesmo da vitória da Revolução Cubana, momento em que o governo norte-americano modificou parte da teoria exportada para a América Latina. A teoria da guerra revolucionária, elaborada por ingleses e franceses durante os conflitos de descolonização, era divulgada entre o oficialato brasileiro principalmente pela escola militar francesa. No acúmulo da experiência “anti-subversiva”, os Estados Unidos foram os responsáveis por transmitir de maneira massiva aos países do Terceiro Mundo essa nova modalidade de luta.

O princípio da guerra revolucionária partia da premissa de que o Terceiro Mundo seria palco das tensões entre os blocos capitalista e socialista na Guerra Fria. Assim, a guerra ideológica substituiria a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais, estabelecendo-se, dessa forma, a noção de “fronteiras ideológicas”. A ditadura brasileira utilizou-se plenamente desse conceito para legitimar suas ações agressivas e intervencionistas nos demais países da América Latina – oficialmente, na invasão à República Dominicana, em 1965 – até 1967, durante o governo Costa e Silva. Posteriormente, a lógica

da conexão repressiva incorporou outras diretrizes e a centralidade das “fronteiras ideológicas” acabou sendo diluída.

À DSN foi acrescentado um elemento que pautou a política externa brasileira durante o período ditatorial, a geopolítica. Esta se encontrava presente desde a década de 1930 entre a intelectualidade militar, e foi adequada ao contexto de Guerra Fria pela ESG, destacadamente através do general Golbery do Couto e Silva, um dos principais teóricos dessa instituição e autor de *Geopolítica do Brasil*, de 1958, obra analisada nesta dissertação. O projeto geopolítico brasileiro tinha como objetivo básico obter para o país um papel de liderança na América do Sul. Desse modo, as “fronteiras ideológicas”, a “Teoria do Cerco”, a noção de “satélite privilegiado” dos Estados Unidos e o polêmico subimperialismo brasileiro foram contemplados neste projeto.

O golpe contra-insurgente de 1964 no Brasil ocorreu a fim de conter a radicalização dos movimentos sociais e manter um modelo econômico favorável a determinados interesses capitalistas nacionais e norte-americanos. A ditadura brasileira foi a primeira de uma série que se estenderia pelo restante do Cone Sul na década de 1970: Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina (o Paraguai de Stroessner, em meados dos anos 1960, começou a incorporar alguns elementos da DSN). Desse modo, o Brasil converteu-se em uma espécie de “laboratório” de técnicas repressivas e de controle que depois seriam utilizadas na região. É importante frisar este ponto, pois parte da bibliografia brasileira sobre a ditadura civil-militar tende a estudá-la como isolada e desconectada da América Latina, deixando de inseri-la num debate maior. Foi isto que esta dissertação tentou realizar, além de analisar a política externa brasileira através da orquestração da coordenação repressiva – fato também pouco abordado pela bibliografia – com o governo uruguaio, antes do golpe de Estado de 27 de junho de 1973 naquele país.

Efetivamente, verificou-se as conexões repressivas estabelecidas com o Uruguai, país que, apesar de enfrentar uma crescente recessão econômica e intensa agitação social, ao longo da década de 1960, ainda possuía um regime democrático.

Num primeiro momento (1964 a 1967), o foco da ditadura brasileira dirigiu-se para a vigilância do seu “inimigo interno”, tanto na sua política interna quanto na política externa. A concepção deste “inimigo” variou muito ao longo dos vinte e um anos de ditadura de Segurança Nacional, exatamente porque o que conferia maior aplicabilidade a esse conceito era a sua indefinição. Os primeiros “inimigos internos” do novo governo foram os políticos vinculados ao Partido Trabalhista Brasileiro, os militares que não aderiram ao golpe e os movimentos sindicais e estudantis. Muitos perseguidos políticos resolveram exilar-se; o país

escolhido, pela maioria dos refugiados, foi o Uruguai, devido à sua tradição democrática e à sua política de acolhida de perseguidos políticos.

A partir desse fato, iniciou-se a conexão repressiva entre a ditadura brasileira e o Uruguai. Apesar do governo do país vizinho posicionar-se em prol dos exilados políticos, setores das forças policiais e das Forças Armadas uruguaias apoiavam as demandas de restrição da atuação política daqueles solicitadas pela ditadura brasileira. Isso pôde ser aferido, por exemplo, nas obras de memórias do embaixador brasileiro no Uruguai, Manoel Pio Corrêa, e também na do ex-agente da CIA, Philip Agee.

O governo do Brasil, utilizando-se do conceito de “fronteiras ideológicas”, considerava válido vigiar e monitorar seus “inimigos internos”, mesmo que localizados em outro país e, na maioria das vezes, possuindo estatuto legal de asilado político. Também não importava se suas atividades de espionagem e repressão desrespeitavam a soberania do Uruguai, como quando seqüestrava cidadãos brasileiros em território uruguaio.

Nesse sentido, a fronteira do estado do Rio Grande do Sul – decretada zona de segurança nacional pela ditadura – foi fundamental no monitoramento dos exilados e dos “pombos-correio”. Os órgãos de informação e repressão, principalmente o DOPS/RS e o III Exército, eram os principais responsáveis por tais ações, conforme foi demonstrado através da análise da documentação das Seções de Ordem Política e Social do estado.

Um elemento importante destacado nesta dissertação foi a participação efetiva do Ministério das Relações Exteriores nessa política de controle e vigilância dos exilados brasileiros no Uruguai. Além da Divisão de Segurança e Informações, presente em todos os ministérios civis, o Itamaraty criou o Centro de Informações do Exterior, órgão secreto de informação e espionagem, proposta de Pio Corrêa com base na sua experiência enquanto embaixador em Montevidéu no monitoramento dos exilados. A existência desse órgão somente foi conhecida em 2007, através das denúncias do jornal *Correio Braziliense*. A não-abertura dos arquivos repressivos, postura do governo atual e dos anteriores, é uma das dificuldades encontradas pelo historiador do Tempo Presente. No caso específico da documentação produzida pelo CIEx, constam informações a respeito de militantes que continuam desaparecidos até hoje; estes documentos, se viessem a público, certamente poderiam ajudar a esclarecer sobre aqueles desaparecidos e informar aos seus familiares a localização dos seus corpos.

Percebe-se, então, que o exílio brasileiro no Uruguai foi um dos primeiros elementos que compuseram a colaboração repressiva orquestrada pela ditadura, logo após o golpe de Estado. A análise de diversos documentos – obras oficiais, memórias de pessoas vinculadas

ao regime e documentação produzida pelo aparato repressivo – permite concluir que a conexão, com base na DSN, foi acionada a partir da consolidação da ditadura brasileira, em 1964, muitos anos antes da Operação Condor. E que essa conexão envolveu, inclusive, governos de regimes ainda democráticos, como foi o caso do Uruguai.

Posteriormente, com a decretação do AI-5, em 1968, a ditadura brasileira qualificou seu apoio repressivo aos países do Cone Sul e reconfigurou sua política regional. Abandonou a noção de “fronteiras ideológicas” – pois esta estava vinculada ao conceito de interdependência com os Estados Unidos – como justificativa para legitimar suas ações de força, pautando-se, agora, pela noção de “Brasil potência”. Na prática, isto significou a procura de maior autonomia na elaboração e execução da sua política regional. Quanto à conexão repressiva, implicou mudar o foco policial centrado nas ações de seguimento, vigilância e espionagem dos “inimigos internos” exilados pelo aprimoramento e intensificação das práticas coercitivas utilizadas pelo seu aparato repressivo na luta interna “anti-subversiva” (uso da tortura, execuções e desaparecimentos). Foi dentro dessa nova perspectiva que o governo brasileiro viria a apoiar, inclusive, os posteriores golpes de Estado na Bolívia, no Uruguai e no Chile.

A partir desse momento, o novo “inimigo interno” do Brasil constituiu-se nos movimentos de luta armada. Por isso, uma das medidas tomadas pela ditadura foi a unificação do seu aparato repressivo, tendo por base a criação da Operação Bandeirantes (OBAN), além da promulgação de uma nova Lei de Segurança Nacional e de uma emenda à Constituição.

Após o AI-5, a ditadura brasileira, incorporando a experiência repressiva adquirida no combate à oposição interna, intensificou seu apoio ao governo uruguaio, pressionado, especialmente, pelos tupamaros e, depois, pelo *Frente Amplio*. A preocupação brasileira com o Uruguai já não se restringia mais ao monitoramento das atividades dos exilados: os “inimigos internos” do governo uruguaio passaram a ser, também, seus alvos. O Brasil temia um efeito de convulsão sobre sua fronteira caso a instabilidade e a radicalização política aumentassem no Uruguai, particularmente o surgimento de tensões em uma zona considerada sensível, o estado do Rio Grande do Sul. Essa situação ocorreu principalmente após a chegada de Pacheco Areco à presidência uruguaia, que tinha por objetivo, entre outros, promover a modernização das forças policiais do país. Assim, com o início da escalada autoritária no Uruguai e a promoção do Terrorismo de Estado no Brasil durante os “anos de chumbo”, a colaboração e a cooperação entre os dois países foi consolidada.

Tal colaboracionismo ocorreu tanto no intercâmbio de técnicas coercitivas (como a tortura e o modelo do Esquadrão da Morte), quanto na cooperação entre as forças policiais e

armadas (como na busca e apreensão de pessoas consideradas “perigosas” para ambos os regimes), conforme atesta a documentação analisada ao longo da pesquisa. Os agentes repressivos uruguaios passaram a colaborar na busca e apreensão de brasileiros que se encontravam no Uruguai e a vigiar as fronteiras. No final da década de 1960, o Brasil retribuía da mesma forma, informando sobre a presença de cidadãos uruguaios no seu território.

Nesta dissertação, partiu-se da premissa de que a ditadura brasileira, ao aplicar as diretrizes da DSN, promoveu, gradativamente, o Terrorismo de Estado como forma de dominação política e controle da sociedade. Os elementos impostos à população – total arbitrariedade, criação de um “inimigo” em potencial, “cultura do medo”, auto-silenciamento e auto-isolamento, impossibilidade do exercício da política – tornaram as práticas de seqüestro, tortura e desaparecimento “naturais” durante a ditadura. E se, por um lado, deve-se reconhecer que a escala repressiva brasileira, em comparação aos demais países do Cone Sul, foi menor, é necessário registrar que, por outro lado, houve, sim, no Brasil, um núcleo de práticas que pode caracterizar a ditadura como um regime de Terrorismo de Estado. Quando se trata de violação aos direitos humanos, quantidade não é relevante.

Dessa maneira, a ditadura brasileira, ao exportar técnicas repressivas (o modelo dos aparatos parapoliciais, que contribuíram para disseminar o medo e a violência na sociedade uruguaia, e o uso da tortura em presos políticos que, após o golpe de 1973, passou a ser sistemático), e colaborar com o governo autoritário de Pacheco Areco e Bordaberry, ajudou, indiretamente, com a implantação do posterior Terrorismo de Estado no Uruguai. Assim, considera-se que essas características da ditadura brasileira reforçam a identificação de um regime pautado por esse mecanismo de dominação e controle, não só na dimensão da sua política interna, como também na dimensão externa, pois, ao exportar o modelo, contribuiu para o advento de regimes semelhantes no Cone Sul.

A ditadura brasileira, na conjuntura do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, desenvolveu especial preocupação com os movimentos armados, tanto brasileiros quanto dos países vizinhos. Uma dessas organizações foi o *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*, anunciado oficialmente em 1966, mas que, a partir do final dos anos 1960, começou a radicalização das suas ações. Na lógica expansionista da ditadura, era justificável o controle do “inimigo interno” do Uruguai, pois o fato de este país fazer fronteira com o Brasil e abrigar vários exilados tornava seus problemas internos sensíveis à segurança nacional brasileira. Outro “inimigo” viria a inquietar os governos uruguaio e brasileiro, em 1971: a

coalizão de partidos de esquerda e de setores progressistas dos partidos tradicionais, o *Frente Amplio*.

Particularmente, a atuação dos tupamaros e do *Frente Amplio* no cenário uruguaio acabou por consolidar a visão de um Uruguai alvo do projeto geopolítico brasileiro de influência regional. A documentação dos órgãos de informação e repressão e das embaixadas do Uruguai e do Brasil confirma essa afirmação. Nesse sentido, o seqüestro do cônsul brasileiro em Montevideú pelos tupamaros – reação à ditadura brasileira e suas diretrizes –, intensificou a colaboração com o governo autoritário de Pacheco Areco. O Brasil enviou especialistas em técnicas de tortura e integrantes do Esquadrão da Morte para o Uruguai durante esse episódio.

Outro caso foi a montagem da Operação Trinta Horas, elaborada para impedir que o *Frente Amplio* assumisse o governo, caso ganhasse a eleição de 1971. Essa operação, que, segundo novos depoimentos, teria sido solicitada pelo governo uruguaio, foi um dos expoentes máximos de interferência da ditadura civil-militar brasileira ao perceber sua segurança nacional ameaçada e pelo temor de haver um desequilíbrio de forças na região. Por fim, a colaboração brasileira com um Uruguai em franco processo de deterioração também foi dada através da ajuda e ao reconhecimento ao golpe de Estado perpetrado em 1973. A partir daí, as relações se redimensionaram, atingindo seu auge com a montagem da Operação Condor, em 1975.

Uma das maiores marcas das ditaduras é a cultura que se gerou da impunidade. No Uruguai, após o término da ditadura, em 1986, foi aprovada pelo governo a *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*, que prevê que nenhum militar ou policial pode ser acusado de crimes cometidos durante a ditadura. O questionamento significativo por parte de setores da sociedade não conseguiu evitar que a lei fosse confirmada através de plebiscito, em 1989. Em 2008, familiares de mortos e desaparecidos políticos, grupos de esquerda e setores da sociedade civil desencadearam novo processo de mobilização para tentar convocar um outro plebiscito para anular a *Ley de Caducidad*.⁶³⁰ No Brasil, foi estabelecida, pelos próprios militares, a Lei de Anistia, em 1979, “aos crimes políticos praticados por motivações políticas”. Pela lei, militares e guerrilheiros seriam anistiados de seus crimes pela ditadura, como se fosse possível comparar os crimes cometidos pelos “operários da violência” (nas palavras de Martha Huggins) aos dos que estavam se defendendo do Terrorismo de Estado promovido pelos agentes do aparato repressivo. Ambas as leis possuem um intuito de perdão,

⁶³⁰ O número de assinaturas necessárias para a convocação do plebiscito foi alcançado (250.000), e este ocorrerá juntamente com as eleições, em 25 de outubro de 2009.

esquecimento e impunidade; entretanto, não se pode virar a página de um livro quando não se sabe o capítulo anterior, ainda mais quando ela é “página infeliz da nossa história, passagem desbotada, das nossas novas gerações”.⁶³¹

A ditadura brasileira de Segurança Nacional gerou a “desmemória”, um processo que não é o simples esquecimento, mas, sim, o apagamento de fatos e a impossibilidade de lembrá-los. Vários fatores concorreram à normalização da violência estatal e à interdição do passado: o “milagre econômico”, a “distensão lenta, segura e gradual” promovida pelo governo, a anistia conduzida pelos militares, além do longo período ditatorial (vinte e um anos) que leva ao esquecimento ou diluição entre a sociedade do terror promovido desde o Estado. Este encerramento com o passado aconteceu simultaneamente com o início da política econômica do neoliberalismo, fazendo com que esse processo de esquecimento fosse acentuado propositalmente – afinal, era importante apresentar os países do Cone Sul com condições para a implantação desse modelo econômico –, dando-se de formas diferentes em cada um deles.

A ditadura deixou várias seqüelas na democracia brasileira. É necessário investigar esse período histórico porque, por mais que haja um silêncio tanto imposto quanto consentido, ainda é um processo inconcluso, já que se faz presente para todos, inclusive para as novas gerações, que, muitas vezes, o desconhece. É responsabilidade social do historiador pesquisar o tempo presente, pois, na sua função de educador e de “construtor” da história, ele deve tentar desvelar o que está oculto, e se posicionar politicamente contra processos que visam à alienação. Os estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira devem divulgar e ampliar o conhecimento deste período que não pode, de forma alguma, ser esquecido. Cabe a nós, historiadores, impedir que isto ocorra.

O presente recente é uma construção coletiva: não é algo dado, mas buscado. Enquanto no Brasil não houver demandas sociais pelo estudo da ditadura, nem questionamento por parte das novas gerações, acentua-se ainda mais a necessidade da intervenção do historiador. O caso brasileiro, diferentemente dos demais países do Cone Sul, foi marcado pelo *silêncio*, que acabou privando as gerações seguintes o direito ao conhecimento da história recente de seu país. Dessa forma, esse silêncio, que provoca o desconhecimento, também faz com que as novas gerações não saibam da existência de arquivos repressivos que precisam ser abertos ao público, fazendo, então, com que estes continuem fechados, pois não há pressão por parte da sociedade, assim como também não

⁶³¹ *Vai Passar*, canção de autoria de Chico Buarque e Francis Hime, composta em 1984.

saibam que há torturadores que foram anistiados e precisam ser punidos: estabelece-se, assim, um círculo vicioso. E para os que vivenciaram a ditadura, fez com que tivessem negada sua história, ou então, a ocultação de que este período foi marcado por práticas coercitivas e de desmobilização das lutas sociais e políticas, além de ter deixado sérias conseqüências econômicas. A sociedade que desconhece seu passado não pode ser dona do seu presente. É como afirmava Marc Bloch: “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação”.⁶³²

⁶³² BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 63.

ARQUIVOS E FONTES CONSULTADOS

1) Arquivos

Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embaixada do Brasil no Uruguai – Brasília, Brasil

Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Embaixada do Uruguai no Brasil – Montevideú, Uruguai

Biblioteca Archivo de Diarios del Palacio Legislativo – Montevideú, Uruguai

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Servicio Paz y Justicia – Montevideú, Uruguai

2) Arquivos eletrônicos

Diário Oficial da União – <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>

Escola Superior de Guerra – <<http://www.esg.br>>

Movimento Nacional dos Direitos Humanos – <<http://www.mndh.org.br>>

National Security Archive – <<http://www.gwu.edu>>

Presidencia de la República Oriental del Uruguay – <<http://www.presidencia.gub.uy>>

Servicio Paz y Justicia – <<http://www.serpaj.com.uy>>

3) Imprensa

Correio do Povo, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Cuadernos de Marcha, Montevideú, Uruguai

El Día, Montevideú, Uruguai

Marcha, Montevideú, Uruguai

El Popular, Montevideú, Uruguai

Veja, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

4) Documentos

ACTAS TUPAMARAS. 2. ed. Montevideo: TAE, 1987.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 11 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos teóricos*. Ed. rev. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

Geopolítica, Instituto Uruguayo de Estudios Geopolíticos, Montevideo, ano 5, n. 9, abr./ago. 1980, p. 1-70.

MLN-TUPAMAROS. Documento n. 1, jun. 1967.

_____. Documento n. 2, ene. 1968.

_____. Documento n. 3, mayo 1968.

_____. Documento n. 4, ene. 1969.

_____. Documento n. 5, dic. 1970.

Revista brasileira de política internacional, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, ano 7 ao ano 16, n. 27 ao n. 64, set. 1964 ao 2. sem. 1973.

SERPAJ. *Uruguay: Nunca Más*. Montevideo: SERPAJ, 1989.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

URUGUAY. Presidencia de la República. *Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos*. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. 5 t.

5) Depoimentos e testemunhos impressos

AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BENEDETTI, Mario. *Daniel Viglietti, desalambrando*. Buenos Aires: Seix Barral, 2007.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 3. ed. São Paulo: Pontifícia

Comissão de Justiça e Paz, 1976.

BLIXEN, Samuel. *Sendic*. Montevideo: Trilce, 2000.

CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimento [mar. 1993]. Entrevistadores: Maria Celina D'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 35-80.

CORES, Hugo. *El 68 uruguayo*. Los antecedentes. Los hechos. Los debates. Montevideo: Banda Oriental, 1997.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DAVIS, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

GUTIÉRREZ, Claudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

HEVIA COSCULLUELA, Manuel. *Pasaporte 11333*. Uruguay: ... ocho años con la C.I.A. Montevideo: Liberación Nacional, 1985.

JACKSON, Geoffrey. *Secuestrado por el pueblo*. Barcelona: Pomaire, 1974.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1999.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 3. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

6) Artigos citados

Amenazan a Brizola. *El Popular*, Montevideo, 24 dez. 1964, p. 3.

Arismendi: desde el Brasil la CIA arma las bandas de JUP. *El Popular*, Montevideo, 10 nov. 1971, p. 3.

ATHAYDE, Tristão de. Trágica interrogação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1971. Disponível em: <<http://www.jbonline.terra.com.br/destaques/110anosjb>>. Acesso em: 28 mar. 2008.

Brasil: la guerra preventiva. *Marcha*, Montevideo, 18 jun. 1971, p. 24.

Brasil: prueban ingerencia cubana para desatar sangrienta revolución. *El Día*, Montevideo, 8 abr. 1964, p. 1.

CASTRO, Julio. Solo las reformas de base darán paz a Brasil. *Marcha*, Montevideo, 17 abr. 1964, p. 1.

CORREA, Alfonso. Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales. *Marcha*, Montevideo, 28 nov. 1969, p. 15.

CORRÊA, Manoel Pio. Política Nacional Externa Brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, ano 16, n. 63-64, 2. sem. 1973, p. 20.

Decisão do Uruguai sobre os asilados não é satisfatória para o nosso país. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 jan. 1965, p. 1.

A diplomacia do Prata: Brasil, Argentina, Uruguai: amigos? *Veja*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1970, p. 35.

Documento Escuadrones de la Muerte del Uruguay. Disponível em: <<http://www.radio36.com.uy>>. Acesso em: 26 abr. 2007.

Embaixada do Uruguai vigiada: asilo de Aragão causa embaraços diplomáticos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 ago. 1964, p. 1.

O ex-país da paz: o Uruguai descobre a violência. *Veja*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1970, p. 38.

Insolencia de la policía del Brasil contra el Uruguay. *El Popular*, Montevideo, 18 ago. 1965, p. 1.

GALEANO, Eduardo. Reportaje exclusivo a Brizola: el ajuste de cuentas vendrá. *Marcha*, Montevideo, 8 mayo 1964, p. 7.

GARCIA LUPO, Rogelio. Brasil y la teoría del satélite privilegiado. *Marcha*, Montevideo, 3 set. 1965, p. 21.

Gomide na prisão do terror. *Veja*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1970, p. 20.

GUTIÉRREZ, Carlos Maria. Un pájaro que canta feo: no intervención. *Marcha*, Montevideo, 4 fev. 1965, p. 32.

_____. El plan de los gorilas. *Marcha*, Montevideo, 10 set. 1965, p. 9.

El Informe Rockefeller. *Marcha*, Montevideo, 2. sección, 28 nov. 1969, p. 1-3.

A palavra maldita. *Veja*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1970, p. 16.

PALMAR, Aluizio. Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor. *El Correo de la Diáspora Argentine*. Disponível em: <<http://www.elcorreo.eu.org>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

Pronunciamentos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, ano 10, n. 37-38, mar./jun. 1967, p. 17.

RELATÓRIO PLANK. Segurança do hemisfério ocidental: a visão dos Estados Unidos e a visão latino-americana. *Revista brasileira de política internacional*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, ano 14, n. 55-56, set./dez. 1971, p. 109.

RODRÍGUEZ, Roger. Operación Treinta Horas. *La República*, Montevideo, 15 ene. 2007. Disponível em: <<http://www.larepublica.com.uy>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

SCHVARZ, Niko. Frontera violada. *El Popular*, Montevideo, 8 dic. 1964, p. 4.

¿Se canjeará a Brizola por trigo a Brasil? *El Popular*, Montevideo, 30 dic. 1964, p. 1.

Secuestros: las cuatro entrevistas de la B.B.C. *Marcha*, Montevideo, 19 feb. 1971, p. 10.

SEQUEIRA, Cláudio Dantas. Silêncio no governo Lula. *Correio Braziliense*, Brasília, 24 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

O seqüestro sem resposta: uma semana depois, ainda o suspense. *Veja*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1970, p. 32.

Solicitó asilo y tramitaba ciudadanía natural, pero lo habrían entregado al DOPS. *El Popular*, Montevideo, 23 nov. 1969, p. 2.

7) Bibliografia geral

ABOS, Álvaro. La racionalidad del Terror. *El Viejo Topo*, Barcelona, n. 39, dic. 1979, p. 9-15.

AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *El Frente Amplio: historia y documentos*. Montevideo: Banda Oriental, 1985.

ALDRIGHI, Clara. *La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973): el caso Mitrione*. Montevideo: Trilce, 2007. v. 1.

_____. *La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973): la construcción de un sistema represivo*. v. 2. (em fase de elaboração).

ALVES, Marcio Moreira. *Tortura e torturados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005 [1984].

ARÓSTEGUI, Julio. *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza, 2004.

BALDI, Carlo. Estado de sítio. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. da UnB, 1986.

BALDISSERA, Marli de. *Onde estão os grupos de onze?: os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS*. 167 f. Passo Fundo/RS: UPF, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, 2003.

BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte: um mal necessário?* Rio de Janeiro: Mandarin, 1971.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 282 f. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BAUMGARTNER, José Luiz; DURAN MATOS, Jorge; MAZZEO, Mario. *Os desaparecidos: a história da repressão no Uruguai*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan N. et al. *Terrorismo de Estado*. El papel internacional de EEUU. Navarra: Txalaparta, 1990. p. 9-25.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 13-42.

CARDOSO, Irene. O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política. In: _____. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 179-197.

_____. Memória de 68: terror e interdição do passado. In: _____. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 147-161.

CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. 119 f. Santa Maria/RS: UFSM, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. *Alto el fuego: FF.AA. y tupamaros*. 3. ed. Montevideo: Monte Sexto, 1986.

CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: UnB, 2002.

CHAGAS, Jorge; TRULLEN, Gustavo. *Pacheco: la trama oculta del poder*. 2. ed. Montevideo: Rumbo, 2005.

CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

CHILD, Jack. El pensamiento geopolítico. In: GOODMAN, Louis W.; MENDELSON, Johanna; RIAL, Juan (comps.). *Los militares y la democracia: el futuro de las relaciones cívico-militares en América Latina*. Montevideo: Peitho, 1990. p. 213-233.

COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTE MAC DONELL, Augusto; LABRUNE MIGNONE, Noemí; FERMÍN MIGNONE, Emilio. *El secuestro como método de detención*. Buenos Aires: CELS, [198-?].

COSTA-GAVRAS, Constantín; SOLINAS, Franco. *Estado de Sítio*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

CRAVIOTTO, Wilson. *Jorge Pacheco Areco: la obra de un estadista*. Montevideo: [s. n.], 1988.

CUESTA, Josefina. *Historia del presente*. Madrid: Eudema, 1993.

CUEVA, Agustín. *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. México, D.F.: Edicol, 1979.

CULTELLI, Andrés. *La revolución necesaria: contribución a la autocrítica del MLN-Tupamaros*. Buenos Aires: Colihue, 2006.

DAVIS, Mike. O imperialismo nuclear e a dissuasão extensiva. In: THOMPSON, Edward. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 58-97.

DECKES, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966/1980*. São Paulo: Cone, 1985.

DEMASI, Carlos et al. *La caída de la democracia: cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973)*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, [2002?].

DESTOUET, Oscar. Historias de hombres grises: los misterios del Ministerio. Documentación secreta de Relaciones Exteriores. *Cuadernos de la historia reciente*. Uruguay: 1968-1973. Montevideo: Banda Oriental, 2008. n. 4. p. 21-32.

DIAS, Sônia. Médici, Emílio Garrastazu. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 2001. v. 3. p. 3688.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. *Censura & liberdade de expressão*. 2. ed. São Paulo: Editau, 1975.

FARAONE, Roque; BLANCA PARIS, M.; ODONNE, Juan. *Cronologia comparada de la historia del Uruguay: 1946-1985*. Montevideo: Universidad de la República, 1997. v. 2.

FERNANDES, Ananda Simões. As conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai: o caso do seqüestro do cônsul brasileiro pelos tupamaros como denúncia. In: MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 5., 2007, Porto Alegre. *Anais: produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2007. p. 349-363.

_____. A resistência dos exilados brasileiros no Uruguai e o controle pelos órgãos de repressão e espionagem. In: MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 6., 2008, Porto Alegre. *Anais: produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2008. p. 373-395.

FERNANDES, Ananda Simões; PADRÓS, Enrique Serra. *Estado de Sítio: Dan Mitrione, a tortura e a presença estadunidense no Uruguai*. In: GUAZZELLI, Cesar A. B.; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *Conflictos periféricos no século XX: cinema e história*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008. p. 201-225.

FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleuterio. *La tregua armada*. Montevideo: TAE, 1990.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

FIGUEROA IBARRA, Carlos. Cultura del terror y Guerra Fría en Guatemala. *Presencia*, Universidad de San Carlos de Guatemala, año 2, n. 4, abr. 2006, p. 1-28.

_____. Dictaduras, tortura y terror en América Latina. *Bajo el Volcán*, Revista del Posgrado de Sociología, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, año/v. 2, n. 3, 2. sem. 2001, p. 53-74.

FIUZA, Alexandre Felipe. *Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*. 360 f. Assis/SP: UNESP, 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (comps.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos*

para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. *A escola geopolítica brasileira*: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

FRONTALINI, Daniel; CAIATI, Maria Cristina. *El mito de la guerra sucia*. Buenos Aires: CELS, 1984.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GILIO, Maria Ester. *La guerrilla tupamara*. Montevideo: Biblioteca de Marcha, 1971.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. *Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos*. Paris: UNESCO, [1995?]. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

HOBSBAWM, Eric. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 243-255.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

JELLINEK, Sergio; LEDESMA, Luis. *Uruguay: del consenso democrático a la militarización estatal*. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1980.

LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LEICHT, Federico. *El día menos pensado: invasión, golpe y contragolpe: 1964-1971*. Montevideo: Letraeña, 2008.

LESSA, Alfonso. *La revolución imposible: los tupamaros y el fracaso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Fin de Siglo, 2003.

LINZ, Juan. Regimes autoritários. In: O'DONELL, Guillermo et al. *O Estado autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LÓPEZ CHIRICO, Selva. Uruguai: Forças Armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

_____. *Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. 135 f. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Violência política*. São Paulo: Moderna, 1987.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. 205 f. Cuiabá: UFMT, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n. 12, 1999, p.67-82.

_____. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3. p. 97-126.

_____. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos/SP: Ed. da UFSCar, 1996.

MCSHERRY, J. Patrice. Escuadrones de la muerte como fuerzas paralelas: Uruguay, Operación Cóndor, y los Estados Unidos. *Cuadernos de la historia reciente*. Uruguay: 1968-1973. Montevideo: Banda Oriental, 2007. n. 3. p. 111-134.

MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*. 147 f. Brasília: UnB, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996. p. 365-399.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume, 2000. v. 4. p. 173-213.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

O'DONNELL, Guillermo. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *BA – Reflexões sobre os Estados Burocrático-Autoritários*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987.

O'DONNELL, Guillermo et al. *O Estado autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Contribuições para uma discussão do fascismo na América Latina. *Revista da História*, Porto Alegre, v. 1, 1986-1987, p. 5-27.

_____. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004, p. 199-223.

_____. A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 Horas: intervencionismo ou *neocisplatinação* do Uruguai? *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 37, jan./jun. 2005, p. 227-249.

PASCUAL, Alejandra L. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Ed. da UnB, 2004.

PERELLI, Carina. La percepción de la amenaza y el pensamiento político de los militares en América del Sur. In: GOODMAN, Louis W.; MENDELSON, Johanna; RIAL, Juan (comps.). *Los militares y la democracia: el futuro de las relaciones cívico-militares en América Latina*. Montevideo: Peitho, 1990. p. 143-155.

PINHEIRO, Leticia. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume, 2000. v. 4. p. 449-474.

PISTONE, Swergio. Razão de Estado. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. da UnB, 1986.

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 315-328.

_____. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. 223 f. Niterói/RJ: UFF, 2005. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

QUAGLIOTTI DE BELLIS, Bernardo. *Uruguay en el Cono Sur: destino geopolítico*. Buenos Aires: Tierra Nueva, 1976. v. 2.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

REZENDE, Maria J. de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984*. Londrina/PR: Atualidade, 2001.

RIAL, Juan. *Partidos políticos, democracia y autoritarismo*. 2 v. Montevideo: Banda Oriental, 1984.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

ROCA, Gustavo. *Las dictaduras militares en el Cono Sur*. Córdoba: El Cid, 1984.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 297-296.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

SADER, Eder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

SCHILLING, Paulo. Brasil: perspectivas de la revolución. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 38, jun. 1970, p. 1-79.

_____. Brasil: seis años de dictadura. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 37, mayo 1970, p. 1-79.

_____. *El expansionismo brasileño*. México, D.F.: El Cid, 1978.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura militar e repressão legal: a pena de morte rediviva e o caso Theodomiro Romeiro dos Santos*. 137 f. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TAPIA VALDÉS, Jorge. *El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México, D.F.: Nueva Imagen, 1980.

TRÍAS, Vivián. *Imperialismo y geopolítica en América Latina*. Montevideo: El Sol, 1967.

VARELA, Gonzalo. *De la república liberal al Estado militar: crisis política en Uruguay: 1968-1973*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1988.

VEIGA FIALHO, A. *Uruguai: um campo de concentração?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VENERONI, Horacio L. *Estados Unidos y las Fuerzas Armadas de América Latina: la dependencia militar*. Buenos Aires: Periferia, 1973.

VESCOVI, Rodrigo. *Ecós revolucionarios: luchadores sociales*. Uruguay: 1968-1973. Montevideo: Nóos, 2003.

VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. *Tiranos, tremei!:* ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.

ANEXOS

Cronologia Brasil, Uruguai e América Latina (1964-1973)

	BRASIL	URUGUAI	AMÉRICA LATINA
1964	<p>31 de março – golpe de Estado</p> <p>1º. de abril – João Goulart segue do Rio de Janeiro para Brasília</p> <p>2 de abril – João Goulart segue de Brasília para Porto Alegre</p> <p>3 de abril – o Congresso Nacional declara vaga a presidência da república</p> <p>4 de abril – João Goulart chega ao Uruguai</p> <p>9 de abril – decretado o Ato Institucional nº. 1</p> <p>15 de abril – Castelo Branco é empossado na presidência da república</p> <p>13 de junho – criado o Serviço Nacional de Informações (SNI)</p> <p>13 de agosto – divulgado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)</p>	<p>julho – reunião da <i>Convención Nacional de Trabajadores</i> (CNT)</p> <p>8 de setembro – rompimento das relações diplomáticas com Cuba</p>	<p>4 de outubro – instalação da ditadura de René Barrientos na Bolívia</p>
1965	<p>19 de maio – a Câmara dos Deputados autoriza o envio de tropas brasileiras à República Dominicana</p> <p>27 de outubro – decretado o Ato Institucional nº. 2</p>	<p>7 de outubro a 4 de novembro – implantação de <i>Medidas Prontas de Seguridad</i> para combater as greves do setor público</p>	<p>abril – Estados Unidos intervêm na República Dominicana</p>
1966	<p>5 de fevereiro – decretado o Ato Institucional nº. 3</p> <p>3 de outubro – Costa e Silva é eleito presidente da república pelo Congresso Nacional</p> <p>20 de outubro – Castelo Branco decreta o recesso do Congresso até 22 de novembro</p> <p>28 de outubro – lançado o manifesto da Frente Ampla</p>	<p>agosto – congresso fundacional da CNT</p> <p>22 de dezembro – <i>Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros</i> (MLN-T) é anunciado oficialmente</p>	<p>3 a 15 de janeiro – Conferência Tricontinental de Solidariedade, em Cuba</p> <p>28 de junho – golpe de Estado na Argentina, liderado pelo general Juan Carlos Onganía</p>

<p>1967</p>	<p>24 de janeiro – promulgada a nova Constituição 11 de março – Castelo Branco edita a nova Lei de Segurança Nacional 15 de março – Costa e Silva é empossado na presidência 3 de abril – fim da guerrilha do Caparaó 9 de maio – assinado o Acordo MEC-USAID 24 de setembro – assinado o Acordo de Montevideu entre João Goulart e Carlos Lacerda 13 de outubro – João Goulart convoca um grupo de prefeitos, vereadores e correligionários políticos a fim de instruí-los na organização da Frente Ampla no Rio Grande do Sul 3 de novembro – começam na fronteira entre Brasil e Uruguai as manobras do III Exército</p>	<p>3 de setembro – denúncia de que cinco altos oficiais da Chefatura de Polícia de Montevideu teriam recebido bolsas do Departamento de Estado do governo norte-americano 9 de outubro – implantação de <i>Medidas Prontas de Seguridad</i> 6 de dezembro – morte do presidente Oscar Gestido; assume o vice-presidente, Jorge Pacheco Areco 12 de dezembro – o Executivo ordena o fechamento decisivo do jornal <i>Época</i>, fecha o jornal <i>El Sol</i> e dissolve vários grupos de esquerda</p>	<p>31 de julho – inicia-se a conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade, em Cuba 8 de outubro – anúncio da morte de Ernesto Che Guevara na Bolívia</p>
<p>1968</p>	<p>15 de janeiro – decreto n.º 62.119 cria a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) 16 a 18 de fevereiro – greve dos trabalhadores na Cobrasma, em Osasco (SP) 28 de março – o estudante Edson Luís de Lima Souto é morto em conflito com a Polícia Militar no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro; os estudantes entram em greve nacional 29 de março – marcha de 50 mil pessoas no funeral de Edson Luís 30 de março – o ministro da Justiça determina que as passeatas estudantis sejam reprimidas em todo o país 1.º de abril – passeatas e protestos estudantis se multiplicam pela capitais brasileiras</p>	<p>11 de maio – manifestações de estudantes secundaristas contra o aumento da passagem são reprimidas pela polícia 14 de maio – greve do Banco da República Oriental do Uruguai 22 de maio – greve dos professores 30 de maio – estudantes ocupam 18 escolas em protesto contra o aumento da passagem 13 de junho – implantação das <i>Medidas Prontas de Seguridad</i> 24 de junho – militarização dos funcionários do Banco da República Oriental do Uruguai 28 de junho – decreto de congelamento de preços e salários 6 de julho – invasão da sede da CNT</p>	<p>23 de agosto – III Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano em Medellín, Colômbia 29 de agosto – morte do embaixador norte-americano na Guatemala, J. Gordon Mein, ao fracassar uma tentativa de seqüestro 3 de outubro – golpe militar no Peru; Velasco Alvarado substitui Belaúnde Terry 10 de outubro – golpe militar no Panamá; o presidente A. Arias é deposto pelo coronel J. M. Pinilla</p>

<p>1968</p>	<p>4 de abril – a Polícia Montada ataca milhares de pessoas na saída da missa de sétimo dia pela morte de Edson Luís, no Rio de Janeiro</p> <p>16 a 24 de abril – greve dos metalúrgicos em Contagem (MG)</p> <p>26 de junho – passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro</p> <p>4 de julho – Costa e Silva, acatando parecer do Conselho de Segurança Nacional, sanciona lei que declara 68 municípios como de interesse da segurança nacional</p> <p>16 a 18 de julho – greve dos metalúrgicos, em Osasco (SP)</p> <p>29 de agosto – invasão da Universidade de Brasília (UnB) pela polícia</p> <p>2 de setembro – discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves, na Câmara</p> <p>2 de outubro – denunciadas, na Câmara, tentativas do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier de envolver o Para-Sar em atos de terrorismo</p> <p>12 de outubro – a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) executa o capitão do Exército norte-americano Charles Chandler, acusado de pertencer à CIA; prisão de cerca de 700 participantes no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP)</p> <p>21 de outubro – Lei nº. 5.536 cria o Conselho Superior de Censura</p> <p>12 de dezembro – a Câmara rejeita o pedido de licença para processar o deputado Marcio Moreira Alves</p> <p>13 de dezembro – decretado o Ato Institucional nº. 5</p>	<p>30 de julho – greve geral da CNT</p> <p>7 de agosto – seqüestro de Ulysses Pereyra Reverbel pelo MLN</p> <p>12 de agosto – o estudante Líber Arce é ferido gravemente em uma manifestação</p> <p>14 de agosto – morte de Líber Arce; suspensão das aulas nos liceus</p> <p>15 de agosto – dezenas de milhares de pessoas acompanham o enterro de Líber Arce; fechamento por 24 horas do jornal <i>El Diario</i> e por duas semanas do semanário <i>Izquierda</i></p> <p>21 de agosto – fechamento do semanário <i>Marcha</i> por três edições</p> <p>3 de setembro – prisão de 400 trabalhadores da UTE</p> <p>20 de setembro – manifestações em frente à Universidade são reprimidas pela polícia; morte dos estudantes Hugo de los Santos e Susana Pintos</p> <p>13 de outubro – tupamaros detidos denunciam torturas policiais</p> <p>5 de novembro – o general Líber Seregni passa para a reserva</p> <p>29 de novembro – MLN assalta o Cassino de Carrasco</p>	
--------------------	---	--	--

<p>1969</p>	<p>22 de março – decreto-lei altera vários dispositivos da Lei de Segurança Nacional 1º. de julho – criada a Operação Bandeirantes (OBAN) 31 de agosto – decretado o Ato Institucional nº. 12, pelo qual a Junta Militar assume temporariamente a presidência da república 4 de setembro – seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, por militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) 8 de setembro – Ato Institucional nº. 13 estabelece a pena de banimento do território nacional 9 de setembro – Ato Institucional nº. 14 estabelece a pena de morte 27 de setembro – instituída a nova Lei de Segurança Nacional 15 de outubro – reabertura do Congresso, fechado desde a edição do Ato Institucional nº. 5 30 de outubro – posse de Emílio Garrastazu Médici na presidência da república 4 de novembro – assassinato de Carlos Marighella pela equipe policial chefiada pelo delegado Sérgio Fleury</p>	<p>14 de fevereiro – MLN expropria a Financeira Monty 18 de fevereiro – MLN expropria o Cassino San Rafael 15 de março – dissolução do POR (trotskista); seus militantes são postos à disposição da justiça 21 de abril – greve de 72 horas na indústria frigorífica 8 de maio – viagem de Pacheco Areco ao Brasil 11 de junho – greve geral da CNT 17 de junho – suspensão das aulas nos estabelecimentos públicos e privados de todo o país até 30 de junho; argumento: epidemia de gripe (“Gripefeller”) 21 de junho – missão Rockefeller chega a Punta del Este; atentado contra a General Motors pelo MLN 24 de junho – estabelecimento das <i>Medidas Prontas de Seguridad</i> para reprimir paralisações e greves nos serviços públicos; detenção de centenas de sindicalistas; fechamento da CNT 5 de agosto – militarização dos bancários 2 de setembro – bancários da rede privada também são militarizados 10 de setembro – seqüestro de G. Pellegrini Giampietro pelo MLN 8 de outubro – tomada de Pando pelo MLN 1º. de dezembro – proibição do uso de determinadas palavras para referenciar o MLN</p>	<p>11 de maio – Nelson Rockefeller inicia a primeira etapa de missão na América Latina; México e Guatemala, sem problemas; Honduras, manifestações de protesto (um morto e vários feridos) 23 de maio – Peru declara como “inoportuna” a visita de Rockefeller ao país 25 de maio – segunda etapa da missão de Rockefeller; na Colômbia, graves distúrbios 28 de maio – visita de Rockefeller ao Equador; manifestações de rua (seis mortos e 32 feridos) 30 de maio – greve geral e distúrbios em Córdoba, Argentina, com 30 mortes (Cordobazo) 31 de maio – visita de Rockefeller à Bolívia; este permanece na base militar do aeroporto 3 de junho – a Chancelaria do Chile solicita a suspensão da visita de Rockefeller 24 de junho – aprovada a lei de reforma agrária no Peru 26 de junho – visita de Rockefeller ao Paraguai; manifestações de rua e agitação estudantil 29 de junho – Rockefeller chega à Argentina; manifestações e atentados 27 de setembro – golpe na Bolívia; general Ovando anuncia-se como “peruanista” 30 de novembro – o presidente Eduardo Frei declara Estado de sítio na região de Santiago, Chile</p>
--------------------	--	--	--

<p>1970</p>	<p>16 de janeiro – assassinato e desaparecimento de Mário Alves janeiro – começam as atuações do DOI/CODI 14 de fevereiro – nova legislação estabelece a censura prévia a livros e revistas 11 de março – seqüestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, em São Paulo, pela VPR 5 de abril – fracassa, em Porto Alegre, a tentativa de seqüestro do cônsul dos Estados Unidos pela VPR 11 de junho – seqüestro, em São Paulo, do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, pela VPR e ALN 24 de outubro – Joaquim Câmara Ferreira é capturado e torturado até a morte 7 de dezembro – seqüestro, no Rio de Janeiro, do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em uma ação conjunta da VPR e do MR-8 chefiada por Carlos Lamarca 13 de dezembro – Maria Aparecida Dias Gomide começa a campanha para arrecadar um milhão de dólares para o resgate do cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide</p>	<p>16 de abril – fechamento definitivo do jornal <i>De frente</i> 11 de maio – encontro de Pacheco Areco com Médici no Chuy 4 de julho – lançamento do movimento pela reeleição do presidente da república 28 de julho – MLN seqüestra o juiz Daniel Pereyra Manelli 31 de julho – MLN seqüestra o assessor norte-americano Anthony Dan Mitrione e o cônsul brasileiro em Montevidéu Aloysio dias Gomide 7 de agosto – MLN seqüestra o agrônomo norte-americano Claude Fly 8 de agosto – detenção dos dirigentes do MLN numa operação policial 9 de agosto – comunicado do MLN anuncia a execução da Mitrione 10 de agosto – o cadáver de Mitrione é descoberto; suspensão das aulas por dez dias; é declarado feriado nacional 28 de setembro – atentado contra o Bowling de Carrasco pelo MLN</p>	<p>22 de janeiro – proclamação da <i>Unidad Popular</i>, no Chile 27 de fevereiro – seqüestro do ministro das Relações Exteriores da Guatemala 7 de março – seqüestro de um diplomata norte-americano na Guatemala 25 de março – seqüestro do cônsul paraguaio na Argentina 30 de março – seqüestro do embaixador da Alemanha Ocidental na Guatemala 8 de junho – renúncia do general Juan Carlos Onganía, na Argentina 13 de junho – o general R. M. Levingstone é designado presidente pela Junta Militar 22 de junho – golpe de Estado no Equador; presidente José Maria Velasco Ibarra dissolve as câmaras; apesar da forte repressão inicial, começa o processo de “peruanização” 4 de setembro – a <i>Unidad Popular</i> obtém a maioria relativa dos votos na eleição presidencial 6 de outubro – general Torres assume a presidência na Bolívia 24 de outubro – o Congresso ratifica a eleição de Salvador Allende no Chile</p>
<p>1971</p>	<p>20 de janeiro – desaparecimento de Rubens Paiva 30 de março – decreto n°. 68.447 reformula e reorganiza o CENIMAR 15 de abril – morte do empresário colaborador da OBAN, Henning Boilesen, em São Paulo, por militantes do Movimento Revolucionário Tiradentes</p>	<p>8 de janeiro – seqüestro do embaixador britânico Geoffrey Jackson pelo MLN 11 de janeiro – suspensão das garantias individuais por 40 dias 24 de janeiro – Brasil e Uruguai não permitem que a Cruz Vermelha visite seus presos políticos 28 de janeiro – denúncias</p>	<p>23 de março – Junta Militar destitui o presidente general R. M. Levingstone na Argentina 26 de março – assume em seu lugar o general Alejandro Lanusse 2 de abril – fracassa o levantamento militar contra o governo de Velasco Ibarra no Equador 1º de maio – instalação da</p>

1971	<p>(MRT) e da ALN 4 de junho – rumores sobre a Operação Trinta Horas começam a circular no Exército 7 de setembro – Carlos Lamarca é morto no interior da Bahia novembro – a ditadura investe-se do poder de editar decretos-secretos</p>	<p>da senadora Alba Roballo no Senado sobre torturas a presos políticos 5 de fevereiro – declaração constitutiva do <i>Frente Amplio</i> 21 de fevereiro – libertação do cônsul brasileiro Aloysio dias Gomide 7 de março – libertação do agrônomo norte-americano Claude Fly 30 de março – segundo seqüestro de Pereyra Reverbel pelo MLN 17 de julho – desaparecimento do estudante A. Ayala 30 de julho – fuga de 38 presas políticas da <i>Cárcel de Mujeres</i> 31 de julho – encontrado o cadáver de M. Ramos Filippini; o <i>Comando Caza Tupamaros</i> (CCT) reivindica o atentado 17 de agosto – desaparecimento do estudante Héctor Castagnetto 5 de setembro – primeiro caso de um civil julgado pelo Tribunal Militar 6 de setembro – fuga de 111 presos do <i>Penal de Punta Carretas</i> 8 de setembro – libertação do embaixador britânico Geoffrey Jackson pelo MLN 28 de novembro – eleições nacionais 3 de dezembro – o presidente eleito Juan María Bordaberry declara à imprensa estrangeira “sua afinidade ideológica com o governo brasileiro” 17 de dezembro – criação da <i>Junta de Comandantes en Jefe</i></p>	<p>Assembléia Popular, na Bolívia 22 de junho – Estado de sítio na Bolívia, mediante ameaças de um golpe de Estado 23 de agosto – golpe de Estado na Bolívia; o general Hugo Banzer assume a presidência</p>
------	---	--	--

<p>1972</p>	<p>março – inauguração da Escola Nacional de Informações (EsNI) 12 de abril – chegada do Exército à região do Araguaia para combater a guerrilha rural ali desenvolvida pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) 7 de maio – o senador norte-americano John Tunney propõe a suspensão de ajuda militar ao Brasil enquanto perdurarem acusações de tortura</p>	<p>24 de fevereiro – seqüestro de Nelson Bardesio pelo MLN 28 de fevereiro – descoberto o cadáver do estudante Ibero Gutiérrez; o esquadrão da morte assume a autoria 1º. de março – Bordaberry assume a presidência da república 12 de abril – 21 integrantes do MLN fogem do <i>Penal de Punta Carretas</i> 14 de abril – execuções de integrantes do esquadrão da morte pelo MLN; reação das Forças Armadas (execução de vários tupamaros); invasão policial à sede central do <i>Partido Comunista Uruguayo</i> (PCU) 15 de abril – a Assembléia Geral vota o Estado de Guerra Interno 17 de abril – Exército executa oito militantes do PCU 23 de maio – denúncias de tortura contra detidos pelas Forças Armadas no Senado 28 de maio – atentados contra locais políticos do <i>Frente Amplio</i> 27 de junho – aprovação do projeto de <i>Ley de Seguridad</i> 1º. de setembro – detenção de Raúl Sendic 30 de setembro – invasão da Universidade por um grupo de extrema-direita 10 de outubro – a ordem dada pelo Juiz militar de libertar os 4 médicos não é cumprida 13 de outubro – o Executivo ordena a libertação dos médicos; a ordem novamente não é cumprida 20 de outubro – renúncia do ministro da Defesa</p>	<p>15 de fevereiro – golpe militar destituiu Velasco Ibarra e instala uma Junta Militar no Equador 10 de outubro – greve dos caminhoneiros por 72 horas no Chile 18 de novembro – Perón chega a Buenos Aires, após 17 anos de exílio</p>
-------------	---	--	--

<p>1973</p>	<p>18 de junho – o general Ernesto Geisel é lançado oficialmente por Médici como candidato à presidência da república (tomou posse no dia 15 de março de 1974) 7 de outubro – inicia-se a terceira campanha do Exército no Araguaia dezembro – morrem Maurício Grabois e João Carlos Hass Sobrinho, ambos da comissão militar da guerrilha do Araguaia (em abril de 1974, com a morte de “Osvaldão”, a guerrilha seria derrotada)</p>	<p>9 de fevereiro – ocupação, por parte do Exército, de emissoras, nas quais começam a emitir comunicados abril – durante todo o mês, greves e paralisações em vários sindicatos; incidentes em escolas e suspensão de aulas 17 de maio – começam a circular rumores de golpe de Estado 27 de junho – dissolução do Parlamento; golpe de Estado; CNT anuncia greve geral 30 de junho – dissolução da CNT pela ditadura</p>	<p>11 de fevereiro – reeleição do general Stroessner, no Paraguai 11 de março – Héctor Cámpora vence as eleições na Argentina 25 de maio – Cámpora assume a presidência 27 de junho – atentado contra o comandante em chefe do Exército do Chile, general Pratts 29 de junho – tentativa de golpe no Chile (“Tancazo”) 11 de setembro – golpe de Estado no Chile; morte de Salvador Allende</p>
--------------------	---	--	---

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA CRONOLOGIA

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEMASI, Carlos et al. *La caída de la democracia: cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973)*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, [2002?].

FARAONE, Roque; BLANCA PARIS, M.; ODONNE, Juan. *Cronología comparada de la historia del Uruguay: 1946-1985*. Montevideo: Universidad de la República, 1997. v. 2.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.